

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO é uma publicação do
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Editora Carmem Feijó
(cadernos@centrocelsofurtado.org.br)

Assistente editorial **Adriana Gomes de Carvalho**
Transcrição **Julia Nemirovsky**
Revisão **Sheila Mazzolenis**
Revisão em espanhol **Bias Arrudão**
Tradução para o inglês **Andrew Balanda**
Tradução do francês **Julia Nemirovsky**

Foto de Pierre Salama **Sérgio Cara**
Projeto Gráfico **Amélia Paes**
Editoração Eletrônica **Estúdio Labirinto**
Revisão Gráfica **Adriana Gomes de Carvalho**

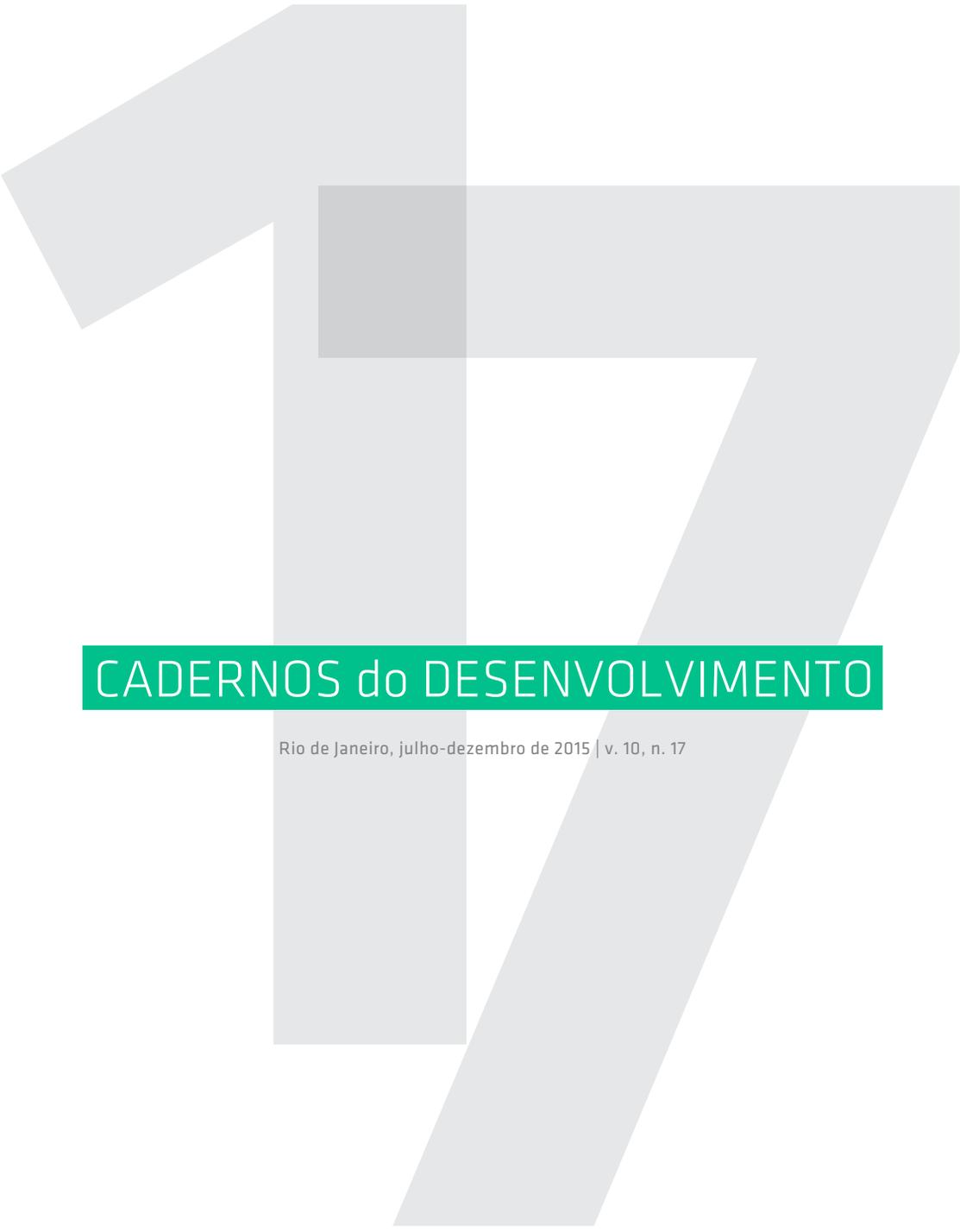
Conselho Editorial

Adriana Moreira Amado - UnB Gabriel Porcile - Cepal
Antonio Carlos Macedo e Silva - Unicamp Gilberto Tadeu Lima - USP
Antonio Corrêa de Lacerda - PUC-SP Inez Castro - UFC
Arturo Guillén - Unam Luiz Carlos Delorme Prado - UFRJ
Bernardo Campolina - UFMG Marcos Costa Lima - UFPE
Bernardo Ricupero - USP Mauro Boianovsky - UFRJ
Carlos Aguiar de Medeiros - UFRJ Pedro Dutra Fonseca - UFRGS
Carlos Brandão - UFRJ Ricardo Bielschowsky - UFRJ
Carlos Pinkusfeld Bastos - UFRJ Ricardo Ismael - PUC-RJ
Carmem Feijó - UFF Rodrigo Simões - UFMG
Celia Lessa Kerstenetzky - UFF Rosa Freire d'Aguiar - Centro Celso Furtado
Fernando José Cardim de Carvalho - UFRJ Vera Cepêda - UFSCar

Conselho Consultivo

Aldo Ferrer
Ignacy Sachs
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Felipe de Alencastro
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Maria da Conceição Tavares
Octavio Rodríguez

www.cadernosdodesenvolvimento.org.br

A large, light gray, stylized number '7' graphic that serves as a background for the page. It is composed of several overlapping geometric shapes, including a vertical bar, a horizontal bar, and a diagonal bar, creating a sense of depth and movement.

CADERNOS do DESENVOLVIMENTO

Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2015 | v. 10, n. 17

Diretor-presidente
Roberto Saturnino Braga

Diretores
Gilberto Bercovici
Ligia Bahia
Marcos Costa Lima
Pedro Cezar Dutra Fonseca

Coordenador executivo Glauber Cardoso Carvalho
Assessora executiva Adriana Gomes de Carvalho
Bibliotecária Aline Balué

Conselho Deliberativo *Samuel Pinheiro Guimarães (Presidente)*, André Tosi Furtado, Fernando Pimentel Puga (representante do BNDES), Francisco das Chagas Soares e Francisco José Araújo Bezerra (representante e suplente do BNB), Luiz Felipe de Alencastro, Marcos Dantas, Marco Aurélio Garcia (representante da Caixa Econômica Federal), Roberto Saturnino Braga, Rosa Freire d'Aguiar, Theotonio dos Santos, Wilson Cano

Conselho Fiscal Fernando Ferrari Filho, Jair do Amaral Filho, Liana Maria da Frota Carleial, Marcos Formiga, Maurício Chalfin Coutinho, Tania Bacelar de Araújo, Wilson Vieira

Conselho Consultivo *Roberto Saturnino Braga (Presidente)*

C122 Cadernos do Desenvolvimento. – Ano 1, n.1 (2006)
Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

v.
ISSN 1809-8606 (versão impressa)
ISSN 2447-7532 (versão eletrônica)

1. Furtado, Celso, 1920-2004 - Periódicos. 2. Mercado Interno - Periódicos. 3. Subdesenvolvimento - Periódicos. 4. Desenvolvimentismo - Periódicos. 5. Região Nordeste - Periódicos. I. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

CDU 338.1

Todos os direitos desta edição reservados ao
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
Av. República do Chile, 330 - 9º andar. Edifício Ventura - Torre Oeste. Centro - 20.031-170. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Tels.: +55 (21) 2172-6312/6313 | +55 (21) 3747-9745

**Para conhecer as atividades desenvolvidas pelo Centro Internacional Celso Furtado,
visite o site www.centrocelsofurtado.org.br**

Sumário

1. EDITORIAL / <i>Editorial</i>	7
2. ARTIGOS	
O conceito de socialização das perdas e seu papel na discussão da questão distributiva na obra <i>Formação econômica do Brasil</i>, de Celso Furtado <i>Márcio Alvarenga Junior Fernando Augusto Mansor de Mattos</i>	11
Mercado interno y modernización de pautas de consumo en Celso Furtado. Un debate más allá de la imitación <i>Mauricio Herrera-Jaramillo</i>	27
Problemas cruciais do subdesenvolvimento brasileiro: uma análise kaleckiana do período desenvolvimentista (1956-1980) <i>Lays de Araújo Rocha Cristina Frôes de Borja Reis Fernanda Graziella Cardoso</i>	49
Estratégias bancárias e oferta de crédito no Nordeste e Sudeste brasileiro: uma avaliação por meio de indicadores de balanço no período 2000-2014 <i>Priscila Michelle Rodrigues Freitas Marcos Tostes Lamônica</i>	73
3. ENTREVISTA	
Intérpretes do pensamento desenvolvimentista <i>Pierre Salama</i>	92
4. DOSSIÊ: ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO	
A atualidade do pensamento de Celso Furtado <i>André Tosi Furtado et al.</i>	112
Celso Furtado – um retrato intelectual <i>Rosa Freire d’Aguiar</i>	122
Principais contribuições de Celso Furtado sobre a história econômica do Brasil e o período recente <i>Wilson Cano</i>	128
Celso Furtado, a história e a historiografia <i>João Antonio de Paula</i>	144
O papel da periferia na atual transição para uma nova fase do capitalismo. Questões introdutórias nas mudanças da divisão centro-periferia <i>Leonardo Costa Ribeiro e Eduardo da Motta e Albuquerque</i>	166
Celso Furtado e os dilemas da indústria e inovação no Brasil <i>José E. Cassiolato e Helena M. M. Lastres</i>	188

5. RESENHA

O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios | Alexander Gerschenkron

Jaques Kerstenetzky 215

SOBRE O CENTRO CELSO FURTADO / *About the Celso Furtado Center* 223

BIBLIOTECA CELSO FURTADO / *The Celso Furtado Library* 227

Submissão de artigos 230

Normas para publicação 231

Editorial

O número 17 dos **Cadernos do Desenvolvimento** traz aos seus leitores o dossiê *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*, com seis textos preparados especialmente para o seminário realizado pelo Programa de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociência da Unicamp em 2014. Esse seminário, em memória aos dez anos do falecimento de Celso Furtado, foi organizado pelos alunos da pós-graduação e coordenado pelo professor André Furtado. Nas palavras do seu coordenador, o evento foi um grande sucesso, contando com larga audiência e profícuos debates. Muito nos honra poder divulgar os textos desse evento.

A entrevista realizada para esta edição foi com o professor Pierre Salama, que esteve no Rio de Janeiro em agosto passado. Pierre Salama foi aluno de Celso Furtado na Sorbonne, sendo posteriormente seu assistente. Hoje é professor emérito da Universidade de Paris 13, e conversou com **Cadernos do Desenvolvimento** sobre seu percurso de vida e acadêmico, seu convívio com Celso Furtado e sua forte ligação com o Brasil.

Para esta edição foram selecionados quatro artigos. O primeiro mostra a atualidade da contribuição de Furtado ao discutir como a distribuição de renda em sua obra dialoga com a estrutura produtiva do país e, por conseguinte, traz à tona a questão da restrição externa ao crescimento.

O segundo artigo, ao abordar a modernização dos padrões de consumo e o progresso técnico, coloca uma importante pergunta: Será que é possível entender o processo de subdesenvolvimento associado à difusão do progresso técnico como um simples processo de imitação? Ao se colocar esta questão, o autor mostra como a cultura é fundamental na obra de Furtado para o entendimento de sua teoria do subdesenvolvimento.

O terceiro artigo interpreta a trajetória de desenvolvimento econômico no Brasil entre 1956 e 1980 à luz dos ensinamentos de Kalecki. O artigo conclui que, seguindo a perspectiva analítica do autor, mesmo com elevadas taxas de crescimento no período, estas não foram suficientes para libertar o país da armadilha do subdesenvolvimento.

O quarto artigo debate a desigualdade regional no Brasil contemporâneo à luz da desigualdade na distribuição do crédito bancário. Para tanto, o artigo explora indicadores baseados no balanço das agências bancárias no Nordeste e Sudeste do país, diferenciando estratégias financeiras nos anos 2000.

A resenha da coleção de doze artigos de A. Gerschenkron, *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*, recentemente publicado pelo Centro Celso Furtado, foi preparada pelo professor do Instituto de Economia da UFRJ Jaques Kerstenetzky, especialista em história do pensamento econômico e desenvolvimento econômico. A coletânea traz uma apresentação de Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos e Numa Mazat, também professores do Instituto de Economia da UFRJ, que explora amplo material bibliográfico, permitindo ao leitor melhor compreender os textos selecionados. A resenha do professor Jaques acrescenta novos *insights* à coletânea publicada, ao estruturar seus comentários em seções: *O atraso em perspectiva histórica*; *Lições de Gerschenkron: o scholar na História da História Econômica*; e *Uma lição que transcende o tempo*.

A todos, uma boa leitura.

Fevereiro de 2016.

§

Carmem Feijó
Editora

Editorial

The number 17 of the **Cadernos do Desenvolvimento** (Development Journals) offers its readers a dossier entitled The currentness of Celso Furtado's ideas, which includes six texts prepared especially for a seminar run by the Unicamp Geoscience Institute's Scientific and Technological Policy Program in 2014. This seminar, a tribute marking ten years since Celso Furtado's death, was organized by the graduate students and coordinated by Professor André Furtado. According to its coordinator, the event was a resounding success, reaching a wide audience and involving a series of enlightening debates. It is with great honor that we can now publish the texts from this event.

The interview carried out for this edition was with Professor Pierre Salama, who was in Rio de Janeiro in August of last year. Pierre Salama was one of Celso Furtado's students at the Sorbonne in Paris, and later worked as his assistant. He is today a professor emeritus at the University of Paris 13, and spoke to the **Cadernos do Desenvolvimento** about his academic and personal life, his relationship with Celso Furtado and his strong ties to Brazil.

Four articles were chosen for this edition. The first shows the currentness of Furtado's contributions by showing how the distribution of income in his work relates to Brazil's productive structure and, consequently raises the question of the external restrictions to growth.

The second article, in discussing the modernization of the standards of consumption and technical progress, raises an important question: Can one in fact view the process of underdevelopment associated with the diffusion of technical progress as a simple process of imitation? In posing this question, the author shows the extent to which culture plays a vital role in the works of Furtado in helping us understand his theory of underdevelopment.

The third article offers an interpretation of the economic development experienced by Brazil between 1956 and 1980

from a perspective based on the teachings of Kalecki. The article concludes that, according to the author's analytical perspective, despite high rates of growth seen in the period these were insufficient to free the country from the shackles of underdevelopment.

The fourth article discusses the regional inequalities that exist in modern-day Brazil from the perspective of an unequal distribution of bank credit. To this end, the article looks at certain data based on the balance sheets of bank branches in the country's Northeast and its Southeast regions, highlighting different financial strategies employed during the first decade of the new century.

The review of the collection of twelve articles by A. Gerschenkron entitled Economic backwardness from a historical perspective and other essays, recently published by the Celso Furtado Center, was produced by Jaques Kerstenetzky, professor at the UFRJ Institute of Economics and an expert on the history of economic thinking and economic development. The collection includes a presentation by Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos and Numa Mazat, likewise professors at the UFRJ Institute of Economics, which deals with a broad spectrum of bibliographical material, thereby enabling readers to have a better understanding of the texts that have been selected. Professor Jaques' review provides new insights into the published collection by structuring his comments in sections: O atraso em perspectiva histórica (Backwardness from a historical perspective); Lições de Gerschenkron (Lessons to be learnt from Gerschenkron); o scholar na História da História Econômica (The scholar in the Story of Economic History); and Uma lição que transcende o tempo (A lesson that transcends time).

An enjoyable read to all.

February, 2016.

§

Carmem Feijó

Editor

Márcio Alvarenga Junior¹ |
 Fernando Augusto Mansor de Mattos² |

O conceito de socialização das perdas e seu papel na discussão da questão distributiva na obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado

RESUMO

Este ensaio pretende trazer para a superfície de análise a questão da distribuição de renda na obra *Formação Econômica do Brasil*, demonstrando como essa temática dialogava com a estrutura produtiva do país e com a restrição externa. Por meio da concepção do conceito de “socialização das perdas”, Furtado revela como as características estruturais da economia primário-exportadora promoviam uma maneira desigual de apropriação da renda durante os ciclos econômicos da economia global. Neste ensaio, os autores oferecem uma proposta de interpretar o conceito de socialização das perdas de uma forma mais abrangente do que aquelas mais evidentes embutidas na mudança de preços relativos promovida pela desvalorização cambial, quando renda das classes assalariadas urbanas são distribuídas em favor do setor exportador. Levando em conta elementos da própria formulação de Furtado, o ensaio amplia a percepção do conceito de “socialização das perdas”, revelando aspectos distributivos regressivos relacionados aos efeitos do sistema tributário e fiscal sobre as classes sociais, as unidades da federação e os setores de atividade.

Palavras-chave

Celso Furtado; *Formação Econômica do Brasil*;
 Socialização das perdas; Economia cafeeira.

ABSTRACT

*This essay means to bring to light, for the purpose of analysis, the question of income distribution as discussed in the work *Formação Econômica do Brasil*, showing clearly the interaction between this issue and both Brazil's productive structure and its external restrictions. In having conceived the concept of “socializing losses”, Furtado reveals how the structural characteristics of an economy based on primary exports encouraged an unequal appropriation of income during the economic cycles of the global economy. Through this essay, the authors offer an alternative for understanding the concept of socializing losses that goes beyond those more clearly entrenched in relative price changes caused by currency devaluation, when the income of urban wage earners is distributed in favor of the export sector. By taking into account elements of Furtado's own formula, this essay broadens our understanding of the concept of “socializing losses” by highlighting certain regressive aspects of distribution related to the effects of the tax and fiscal system on the different social classes, the units of the federation and the working sectors.*

Keywords

*Celso Furtado; *Formação Econômica do Brasil*;
 Socializing Losses; Coffee Economy.*

1. Economista pela UFRJ e mestre em economia pela UFF (Universidade Federal Fluminense).

2. Professor/pesquisador do programa de pós-graduação da Faculdade de Economia da UFF. Mestre e doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp. Ex-assessor da presidência do Ipea (entre 2008 e 2011). Membro do Núcleo de Estudos em Economia Brasileira (NEB), da Faculdade de Economia da UFF. E-mail: fermatt1@hotmail.com

3. Os autores agradecem ao economista Carlos Pinkusfeld Bastos (UFRJ) por inúmeros comentários feitos a um rascunho preliminar deste artigo, alguns dos quais foram incorporados na atual versão (os que não foram incorporados não se devem a discordâncias, mas ao fato de que fugiam aos propósitos limitados deste artigo). É imperioso ressaltar, de todo modo, que os autores o isentam de quaisquer imprecisões ainda remanescentes na versão aqui formulada.

4. A abolição do trabalho escravo é de suma importância na análise sobre o desequilíbrio externo proposta por Furtado (1959), pois, segundo o autor, a fonte do desequilíbrio tem início quando a demanda por moeda começa a crescer em ritmo mais acelerado que as exportações. Não obstante, quando se altera o regime de trabalho do servil para o livre, as elevações nas receitas de exportações passam a promover, também, um aumento na massa de salários. Ocorre, pois, que essa nova parcela da renda monetária encontrará destinação no consumo de bens e serviços, muitos dos quais importados. Deste modo, o efeito líquido das alterações no *quantum* exportado sobre o balanço de pagamentos dependerá do tamanho do multiplicador de gasto e do coeficiente de importação da economia. Enquanto o primeiro determinará o valor da renda gerada em virtude das alterações no valor das exportações, o segundo dirá o quanto dessa renda fluirá para fora das fronteiras da economia doméstica sob a forma de importação de bens e serviços.

Introdução³

A distribuição de renda certamente não era o tema central do esforço analítico que Furtado depositou em sua *Formação Econômica do Brasil*, doravante referida simplesmente como FEB. Entretanto, em algumas passagens da sua obra seminal, o autor deu à problemática da distribuição uma atenção inegável, sobretudo no período que vai do último quartel do século XIX até o desfecho da crise dos anos 1930. É nesse interregno que o país supera as amarras do trabalho servil e desponta como uma economia primário-exportadora fundada em relações de trabalho tipicamente capitalistas.⁴

Mesmo ganhando espaço na discussão sobre o período, o tema da distribuição de renda não aparece sem boa dose de colateralidade, submetido ao verdadeiro foco da obra, que recai sobre a compreensão de como a inserção da economia brasileira no mercado internacional atrofiava o raio de manobra das estratégias de desenvolvimento econômico, notadamente por causa da presença crônica da restrição externa. Nesse sentido, na obra *Formação Econômica do Brasil*, a análise de Furtado sobre o período acima mencionado estava muito mais centrada na tentativa de demonstrar o caráter estruturalmente assimétrico do padrão ouro-libra e o constante flerte da economia brasileira com as crises no balanço de pagamentos.

É justamente nesse ponto em que a questão da inserção internacional se aproxima do tema da distribuição de renda. Não obstante Furtado estar muito mais preocupado com as assimetrias do padrão ouro-libra expressas na relação centro-periferia, sua obra não estava alheia aos efeitos distributivos provocados pelas recorrentes crises externas, que tinham na taxa de câmbio o elemento explicativo de como a renda era apropriada pelos diversos setores da sociedade nos períodos de contração econômica. Tendo em vista esse papel desempenhado pela taxa de câmbio, torna-se fundamental a compreensão das razões pelas quais a inserção internacional da economia brasileira sob a égide do padrão ouro-libra traduzia um convite irrecusável à crise no balanço de pagamentos, para, a partir de então, tratar dos efeitos distributivos dessas crises em linha com o que compreende o “estruturalismo” de Furtado, conforme lembra Bielschowsky (2009; 2010).

O objetivo central deste artigo é trazer para a superfície de análise a questão da distribuição de renda na obra de Furtado, demonstrando como esse elemento dialogava com a estrutura produtiva do país e, por conseguinte, com a restrição externa. Em outros termos, busca-se demonstrar como as

características estruturais da economia primário-exportadora promoviam uma maneira bastante desigual de apropriação da renda durante os ciclos econômicos da economia global. Embora os autores reconheçam uma série de incoerências lógicas no pensamento de Furtado em seu processo de explanação sobre a distribuição de renda na economia cafeeira, sua pontuação e correção fogem ao escopo deste trabalho.

1. A tendência ao desequilíbrio externo e o constante flerte da economia brasileira com a desvalorização cambial

Um dos aspectos centrais da explanação furtadiana sobre a tendência ao desequilíbrio externo reside na constatação de que o ônus do bom funcionamento do padrão ouro-libra era repartido de forma desigual entre os países, cabendo às economias periféricas um custo relativamente maior e, muitas vezes, insustentável. Para o bom funcionamento do sistema, havia a necessidade de que os países dispusessem de moeda conversível em montante suficiente para financiar o comércio internacional no curto prazo. Em outros termos, cada país deveria dispor de uma quantidade de reservas pelo menos tão grande àquela necessária para cobrir eventuais desequilíbrios nos seus balanços de pagamentos, haja vista que o superávit de um país implica necessariamente no déficit de outro.⁵

A quantidade com que cada país deveria contribuir estava diretamente relacionada à sua participação no comércio internacional e à magnitude das oscilações no saldo do seu balanço de pagamentos. Ocorre, pois, que, para as economias primário-exportadoras, a participação do comércio internacional na composição de seu produto era inquestionavelmente alta em comparação com os países industrializados. Enquanto suas importações perfaziam parte significativa da oferta agregada, suas exportações constituíam o elemento dinamizador da economia. É precisamente nesse ponto que residia uma das dimensões da própria fragilidade desses países, pois, dadas tais características, economias desse tipo encontravam-se muito mais sujeitas a oscilações abruptas em suas contas externas. Desta forma, a operacionalidade do padrão ouro-libra demandava um esforço muito maior — expresso na forma de estoque de moedas conversíveis — por parte dos países periféricos, como o Brasil.⁶

A fragilidade externa latente da economia brasileira, e que por vezes desagava em severas crises no balanço de pagamentos, tinha origem bem delimitada na obra de Furtado. Para o autor, as assimetrias do padrão ouro refletiam em grande medida as relações de comércio desiguais, nas quais a pauta (limitada) de exportação e os coeficientes de elasticidade-renda das importações desempenhavam um papel fundamental. Esta forma de entender a operacionalidade desigual do sistema se apresentou como decorrência lógica de

5. Pesquisas feitas anos depois acrescentam alguns aspectos às posições críticas de Furtado a respeito do funcionamento do padrão-ouro, em que o autor postula que os ônus maiores dos chamados ajustamentos do padrão-ouro recaíam sobre os países periféricos. Triffin (1964), por exemplo, sem negar a essência da contribuição original de Furtado, destaca que nem mesmo nos países centrais o chamado padrão-ouro funcionou, na prática, conforme se apresentava nos livros-texto. O autor destaca, entre outros argumentos, que não se sustentava teoricamente a ideia de que a elasticidade-preço tivesse o poder “ajustador” postulado pela teoria; além disso, Triffin revela aspectos empíricos que derrubam as teses de ajustamento automático do padrão-ouro. Sugere-se também leitura de Cecco (1979).

6. No caso de países como o Brasil, o problema se acentuava pelo fato dos preços das *commodities* serem muito oscilantes, o que tendia — junto a outros fatores estruturais — a contribuir para os recorrentes problemas de balanço de pagamentos brasileiro.

7. Deve-se ressaltar que a inclusão da conta capital se deu de forma completamente subordinada ao fluxo de comércio internacional. Na análise de Furtado, as reversões cíclicas tinham início no processo de queda das inversões nos países centrais. A retração no nível de investimento tendia de imediato a levar o adiamento ou mesmo cancelamento das importações de insumos primários e, em um segundo momento, a uma maior contração das importações em vista dos efeitos dinâmicos da queda no nível das inversões produtivas sobre a renda agregada. O contágio do circuito industrial para o financeiro, elo fundamental da subordinação acima mencionada, emergia da decisão das firmas em liquidar seus ativos. Isto é, ao invés de reinvestirem na periferia os lucros ali auferidos, nos momentos de crise, quando a incerteza aumentava substancialmente, as matrizes optavam pela repatriação desses recursos. Para os países centrais, as reversões de ciclos estavam, por isso, associadas à melhora nos termos de troca e das contas de capital do balanço de pagamento. Por sua vez, na periferia esses momentos eram marcados por uma piora nos termos de intercâmbio e por um comportamento adverso do fluxo internacional de capitais. Para mais detalhes, ver Bastos (2008; 2009), inclusive no que se refere ao fato, segundo Bastos (2008; 2009) subestimado por Furtado, de que os fluxos financeiros tinham papel fundamental na reversão dos ciclos e em seus efeitos sobre a taxa de câmbio.

8. Ou seja, no mundo real, e não naquela situação descrita nos livros-texto sobre o suposto funcionamento do padrão ouro-libra.

9. Furtado (1978), também em outra obra, deixa clara a sua posição sobre a assimetria dos ônus que as crises internacionais

uma obra que se prendia à estilização do esquema centro-periferia dividido entre países com crescimento econômico voltado para dentro (*hacia adentro*) e países cuja principal engrenagem do crescimento econômico se localizava no setor externo (*crecimiento hacia fora*).

Embora afeito a uma estilização que priorizava os fluxos de comércio internacional para explicar a repartição desigual do ônus do padrão ouro-libra, Furtado (1959) alçou sua obra a outro patamar ao atentar para a importância do comportamento perverso dos fluxos de capital durante as reversões cíclicas da economia global.⁷ Para o autor, não apenas a deterioração dos termos de troca se asseverava como fonte real de dificuldades para os países periféricos nos períodos de crise, mas os próprios fluxos de capitais, que se portavam no sentido de aprofundar os desajustes no balanço de pagamentos. Nesse sentido, as repatriações de capital por parte de empresas desejosas em manter-se líquidas em moeda forte questionavam de forma mais veemente as possibilidades de se equilibrar as contas externas, amplificando os dissabores das políticas econômicas de caráter corretivo (BASTOS, 2008; 2009; 2010).

Em tese, a correção dos (nem tão) eventuais desequilíbrios externos no padrão ouro-libra dar-se-ia de forma automática, na qual o vetor de preços relativo se portaria solidariamente. Caso o valor das importações de um país excedesse o valor de suas exportações em um dado período, e daí sucedesse um desequilíbrio em seu balanço de pagamentos, esse país ver-se-ia obrigado a transferir reservas metálicas ou moeda conversível para o resto do mundo. Ante esta perda, as reservas conversíveis experimentaríamos a elevação de seu preço *vis-à-vis* aos preços das demais mercadorias. Este processo deflacionário que se desenrolaria na economia doméstica promoveria uma desvalorização da taxa de câmbio real — embora a taxa nominal permanecesse fixa —, sendo, portanto, funcional para aumentar as exportações (FURTADO, 1959).

A rigor, na prática⁸ os ajustes eram bem mais traumáticos do que se supunha, pelo menos para o caso da economia brasileira.⁹ Como dito acima, as reservas internacionais necessárias para financiar os déficits no balanço de pagamento eram, em termos relativos, substancialmente maiores. Deste modo, quando se deflagrava qualquer crise externa, a perda de reservas no Brasil era quase sempre expressiva, de modo que a contração dos meios circulantes em decorrência do câmbio fixo gerava graves fissuras sobre a disponibilidade de crédito no país.¹⁰ Assim sendo, além das variações no vetor de preço, na periferia o ajuste também se dava pela contração da renda, tendo em consideração seus efeitos sobre a queda das importações.

Tão relevante quanto o tamanho da contração dos meios circulantes era a tendência ao comportamento crítico das contas externas brasileiras. Essa tendência teria origem, segundo a abordagem de Furtado (1959), em um desajuste temporal que se revelava no momento de eclosões de crises nas economias

centrais. Os processos recessivos com origem externa contagiavam invariavelmente a economia brasileira, seja pelo lado real ou pelo circuito financeiro.¹¹ O contágio, segundo Furtado (1959), embora certo, não era imediato, dada a defasagem a que se refere o autor, em passagens de FEB. Em razão do multiplicador de gastos autônomos, era comum que a economia brasileira no início das crises externas¹² ainda se encontrasse sob algum efeito multiplicativo da renda, cuja origem remetia ao crescimento do *quantum* exportado¹³ nos idos do já póstumo período de expansão da economia global anterior.

Fato é que, ainda segundo a abordagem de Furtado em FEB, uma vez deflagrada a crise nos países centrais, os preços das *commodities* iniciavam logo sua trajetória de queda, enquanto os efeitos recessivos demoravam algum tempo para se materializar internamente, e com ele o processo de ajustamento do balanço de pagamentos também tardava a acontecer. O resultado desse descasamento temporal era fatal para as contas externas, tal qual revelou Furtado (1959):

Existia, portanto, uma etapa intermediária em que a procura de importações continuava crescendo se bem que a oferta de divisas já se houvesse reduzido drasticamente. Nessa etapa é que caberia mobilizar as reservas metálicas. Estas, entretanto, teriam de ser de grandes proporções para que funcionasse o mecanismo do padrão-ouro, não somente porque a participação das importações no dispêndio total da coletividade era muito elevada e as flutuações da capacidade de importar muito grandes, mas também porque numa economia desse tipo a conta de capital da balança de pagamentos se comportava adversamente nas etapas de depressão. (*Ibid.*, p. 158)

Nas economias industrializadas, o processo de ajustamento não seguia dessa maneira, de acordo com a interpretação de Furtado em FEB. As crises, segundo Furtado, eram resultado da contração das inversões produtivas, que tinha por efeito a redução imediata da demanda agregada, além de uma série de efeitos recessivos secundários. Uma vez instaurada a crise, os importadores (dos países centrais), munidos da expectativa de queda na procura por seus produtos, procediam prontamente à suspensão de suas encomendas, por bens primários produzidos na periferia do capitalismo. Não é difícil entender o motivo pelo qual os preços desses produtos (*commodities*) despencavam ao menor sinal de contração da atividade econômica nos países centrais.¹⁴ Ademais, é sempre importante notar que, nos momentos de crise, o comportamento do fluxo de capital era benéfico às nações industrializadas,¹⁵ que em sua condição credora tinham débitos a receber, e não a pagar, conforme lembra Bastos (2008).¹⁶

Por fim, outra característica marcante do ajuste do padrão ouro-libra ficava a cargo da tendência à piora nos termos de troca da periferia. Isto porque, no esquema centro-periferia, o alto grau de essencialidade que as importações possuíam na composição da oferta agregada para os países periféricos não

faziam recair sobre os países, de acordo com a posição por eles ocupada na divisão internacional do trabalho, em virtude das diferenças existentes entre as respectivas estruturas produtivas. Ademais, o próprio fato de ter uma estrutura produtiva especializada em um produto primário voltado à exportação condenava países como o Brasil a ter sobre si os maiores ônus diante de uma crise internacional, conforme fica claro na passagem abaixo:

*Nas economias de estrutura produtiva diversificada, caracterizadas por certa substituíbilidade entre importações e produção de origem interna, uma brusca redução das exportações causada por fatores exógenos poderia, até certo ponto, ser compensada por um aumento da oferta interna. Um manejo adequado das reservas monetárias e de linhas de crédito no exterior, bem como uma política criteriosa de expansão interna, podiam ser suficientes para orientar a atividade produtiva no sentido de abrir novas linhas de exportação e atender aos setores não satisfeitos da demanda interna. Em outras palavras, os automatismos do Gold Exchange Standard podiam ser corrigidos, a fim de evitar os seus efeitos depressivos internos mais graves, sem que fossem totalmente abandonadas as suas regras. Ora, nas economias especializadas na exportação de matérias-primas, o problema se apresentava de forma diversa, em razão da rigidez da oferta do setor exportador e da incompressibilidade das importações. (*Ibid.*, p. 105-106).*

10. Para mais, vide Alvarenga Jr. & Mattos (2013).

11. Tal qual ressaltou Bastos (2008), o padrão ouro-libra “foi essencial para vincular periferias devedoras e exportadoras de bens primários aos centros financeiros e industriais”. Nesse esquema centro-periferia, a economia brasileira se inseriu como receptora de empréstimos

internacionais, que serviam para cobrir déficit estrutural em transações correntes. Deste modo, o contágio poderia ocorrer ou pelo circuito real, via retração do *quantum* exportado, bem como pela deterioração dos termos de troca, ou pelo circuito financeiro, em razão do estancamento da liquidez internacional que impedia o refinanciamento da dívida externa. O processo de equilíbrio no balanço de pagamentos tornava-se ainda mais desafiador quando das crises internacionais irrompiam abruptas e massivas fugas de capitais.

12. No início das crises, os efeitos, em termos de redução do preço internacional das *commodities*, eram imediatos.

13. As exportações do período anterior à eclosão da crise ainda se refletem em efeitos multiplicadores sobre a renda interna em períodos seguintes, gerando, por sua vez, efeitos positivos em termos de importações, segundo a abordagem de Furtado em FEB.

14. Ou, para ser mais preciso: por diversas razões, entre as quais se inclui a diferença existente entre as respectivas estruturas sindicais do centro e da periferia, os preços das *commodities* caíam mais do que os preços dos produtos industrializados quando havia uma reversão do ciclo econômico internacional.

15. E adverso para as economias periféricas, segundo Furtado, conforme se depreende da citação destacada acima.

16. Olhando pela perspectiva da periferia, tem-se que nos momentos de crise tanto as transações correntes quanto a conta capital apontavam para a direção da deterioração do saldo no balanço de pagamento.

encontrava reciprocidade nos países centrais. Deste modo, nos momentos de crise internacional, a evasão de reservas era invariavelmente maior em termos relativos para as economias primário-exportadoras, que, além de sofrerem com a queda da atividade econômica, puxada pela redução do *quantum* exportado, não conseguiam, senão a duras penas, cortar gastos com artigos importados.

A conjunção desses elementos é fundamental para entender as sucessivas crises no balanço de pagamentos ocorridas na economia primário-exportadora baseada no café. A recorrência dessas crises sugere que a restrição externa era uma realidade indissolúvel da economia brasileira, cuja raiz do problema se manifestava no fato de que a estrutura produtiva do país era especializada (ou seja, havia precário desenvolvimento das forças produtivas e pequena diversificação da estrutura produtiva) bem como (e por isso mesmo) pelo fato de que as condições de sua inserção no mercado internacional eram adversas, dado que a mudança de preços relativos normalmente se dava contra os preços dos produtos importados, comparados aos preços dos manufaturados a serem importados. Assim sendo, mesmo nos momentos em que essa condição não se expressava no encolhimento do estoque de reservas metálicas e de moedas conversíveis, a situação externa justificava cuidados, pois possuía uma atração incontrolável por situações críticas. Isto é, mesmo nos momentos de pujança do comércio e da liquidez internacionais, a bonança nas contas externas tendia invariavelmente para a tempestade. Em outros termos, Alvarenga Jr. e Mattos (2013) expressam esse mesmo raciocínio:

[...] sua sustentação [a do padrão ouro-libra] em países periféricos, mesmo em momentos de expansão do fluxo de comércio e capitais internacional, era potencialmente crítica e invariavelmente assimétrica. Isto porque havia no padrão ouro-libra um enganoso e efêmero sentimento de equilíbrio externo curto-prazista na periferia nos ciclos de expansão mundial, dado tanto pelo próprio descasamento do balanço comercial — haja vista a sujeição da periferia em importar produtos com maior valor agregado do que aqueles que figuravam em sua pauta de exportações, ou, ainda, pela maior elasticidade renda das importações dos países subdesenvolvidos em relação aos países industriais nas transações comerciais entre centro e periferia — ou por fim, pelos efeitos dinâmicos sobre as transações correntes da contratação de novas dívidas via conta de capitais. Ainda que países como o Brasil conseguissem conquistar superávits comerciais em alguns anos, o caráter estruturalmente deficitário nas contas de serviços e renda tendia a preservar tais países no ranking das nações tomadoras de empréstimos externos. Neste sentido, cabe ressaltar a existência de uma inconsistência temporal no equilíbrio externo pautado em financiamentos sucessivos via conta capital de déficits estruturais nas transações correntes. Se, por um lado, a obtenção de capital externo em igual montante para cobrir o valor do déficit em transações correntes poderia se mostrar suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos em um dado período, a necessidade de pagamento dos serviços da dívida contraída tendia a aumentar, por outro lado, [...], o déficit na conta de serviços e rendas nos períodos subsequentes e, logo em seguida, a piorar a situação nas transações correntes. (*Ibid.*, p. 8-9)

Em suma, seja pela assimetria constitutiva do regime monetário internacional, pela tendência ao acima aludido distúrbio no balanço de pagamentos ou ainda pelo tempo necessário para que, segundo a visão de Furtado, as alterações no vetor de preços e na absorção interna operassem sua “mágica reequilibrada”, o fato é que o sistema baseado no padrão ouro-libra, não em raras ocasiões, notadamente nos momentos de crise econômica global, esticava as contas externas de países periféricos para além da capacidade de sustentação do câmbio fixo. O ponto central das dificuldades residia no fato de que, na periferia, a estrutura produtiva era especializada, de tal maneira que esta pouca diversificação do parque produtivo gerava,¹⁷ entre outros problemas, uma tendência (salvas raras exceções, em momentos específicos) à deterioração dos termos de troca contra a periferia.

2. As crises na economia cafeeira e a “socialização das perdas”

A questão distributiva na economia cafeeira deve ser analisada distinguindo-se os momentos de sístole e diástole da economia global, haja vista que as peculiaridades de cada um desses períodos determinavam, em grande medida, os mecanismos de transmissão da variação do produto para a distribuição de renda. Enquanto nos momentos de expansão do ciclo da economia global a problemática da distribuição passava fundamentalmente em explicar como os lucros extraordinários da economia cafeeira eram distribuídos entre as classes e setores da sociedade, nos de contração cabia determinar como eram repartidas suas perdas.

Segundo Furtado (1959), a economia cafeeira encontrava, no romper do século XIX, condições que a condenavam a uma forma específica de expansão. Existia no país uma grande disponibilidade de terras, uma vez que uma vasta parcela do território nacional não havia sido, ainda, alocada ao uso público ou revertido ao patrimônio privado. Isto é, havia uma enorme possibilidade de apropriação privada — e sem custo, tal qual a história mostra¹⁸ — das terras devolutas. Paralelamente, a já enorme quantidade de trabalhadores recém-libertos foi acrescida pelo massivo fluxo migratório vindo da Europa para o Brasil, o que diluía ao extremo as pressões para aumentos de salário nessa economia, mesmo nos momentos de auge do ciclo econômico. Dada a elevada disponibilidade de terras e de mão de obra, as estratégias dos empresários fluíam invariavelmente para expansão da produção cafeeira baseada no aumento da área plantada.

Ademais, como o capital era escasso,¹⁹ segundo os termos da formulação de Furtado (1959), e a terra e a mão de obra se apresentavam de forma abundante, havia uma tendência incontrolável à manutenção da relação capital-trabalho e capital-produto em níveis extremamente baixos. Isto porque, dadas essas características, a busca pela maximização do lucro do empresário

17. A restrição externa dos países periféricos relacionava-se ao fato de que esses países possuíam uma pauta exportadora baseada em um único produto de fato importante (no caso do Brasil; ou dois ou três produtos de exportação, no máximo, em outros países, como a Argentina, por exemplo), o que, ao lado das restrições financeiras (dependência de financiamento externo), tornava esses países incapazes de crescer continuamente de forma consistente e expressiva por longos períodos, dado que, a qualquer movimento do ciclo internacional (por definição, bastante volátil), a deterioração dos termos de troca jogava a favor do desequilíbrio nas contas externas. De todo modo, tal qual revela Tavares (1963), ainda que o país completasse a fase de substituição de importações “fácil”, ou seja, mesmo depois que uma razoável diversificação da estrutura produtiva via industrialização tivesse ocorrido, isso não lhe livraria de problemas com o balanço de pagamentos, mas apenas alteraria a natureza dessa restrição. Embora a discussão seja de fundamental importância para a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro, uma análise mais profunda foge aos objetivos deste ensaio.

18. Sobre o processo de apropriações indébitas de terra, ver Holston (1993), Silva (1996), Motta (2008) e Alvarenga Jr. (2014).

19. Notar que Furtado exclui a terra de sua conceituação de capital.

passava quase que de forma inevitável pela estratégia de produzir o máximo de produto com o mínimo do fator escasso, ou seja, poupando capital. Sobre esse aspecto, o autor acentua:

As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra seja da mão de obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam desocupadas ou subocupadas terra e mão de obra, e onde era escasso o capital. (FURTADO, 1959, p. 162)

Não por acaso, a produtividade da economia brasileira se apresentava em patamares muito baixos, e assim persistiria enquanto a agricultura coexistisse com as condições produtivas supracitadas.

Ora, se a estrutura produtiva brasileira desconvidava os empresários a intensificar a produção, é de se supor que a economia cafeeira avançou ao longo do tempo sem economias de custos de produção relevantes. Em outros termos, se inexistiam ganhos relevantes de produtividade, tal qual assume Furtado (1959), então as reduções dos custos seriam raras e, quando existentes, se originariam de variações no preço do capital. A implicação deste fato é que as alterações da rentabilidade do setor cafeeiro estavam umbilicalmente ligadas aos ciclos da economia global, acompanhando as variações nos preços que deles decorriam, segundo a abordagem de Furtado.

A abundância de mão de obra, que contribuía para não intensificação da produção, também determinava que a maior parte, ou mesmo a totalidade, da renda extra gerada pela variação dos preços internacionais do café fosse apropriada sob a forma de lucros, pois os momentos de auge do ciclo econômico não pressionavam os salários para cima.

Analogamente, quando o ciclo se invertia, dada a manutenção dos salários em patamares já extremamente deprimidos, seria de se esperar que a redução dos preços do café concentrasse seus efeitos sobre o lucro dos cafeicultores. Isto se verificaria caso os desajustes no balanço de pagamentos fossem remediados dentro da lógica do padrão ouro-libra, ou seja, mantendo-se o câmbio fixo e deixando os preços variarem solidariamente às variações no estoque de reservas internacionais.²⁰

Entretanto, conforme foi dito no tópico anterior, o custo de financiar o “bom funcionamento” do padrão ouro-libra estava, comumente, além da capacidade da periferia em sustentar a paridade cambial estabelecida. Deste modo, quando a crise se instaurava nos países centrais, e os preços dos bens primários despencavam, a desvalorização cambial tornava-se uma questão de tempo.²¹ A conseqüente redução do valor externo da moeda tinha dois efeitos imediatos de fundamental interesse para a problemática da distribuição de renda.

20. Esse ajuste ocorreria fundamentalmente pela queda nos lucros do setor cafeeiro, cujos efeitos seriam amplos sobre a atividade econômica e corretivos para o balanço de pagamentos. A queda nos lucros geraria de imediato a redução das importações de artigos não essenciais da classe não assalariada (empresários ligados ao ramo das exportações). Posteriormente, dada a relevância desse setor para o país, a depressão dos lucros geraria efeitos multiplicadores recessivos profundos sobre a renda da coletividade, induzindo um novo ciclo de queda nas importações.

21. Lembrando que a extensão da desvalorização cambial dependia, sobremaneira, da magnitude da fuga de capitais que também acompanhava a retração do ciclo no centro da economia mundial.

De início, atenuava os efeitos da queda do preço internacional do café sobre o lucro (em moeda local) do setor cafeeiro. Ou seja, era um cabo de guerra entre duas forças que atuavam em sentido contrário na determinação do lucro do setor. De um lado, o preço do café despencava em libra, correndo a margem de lucro dos produtores do grão. Na contramão desse fato, o mil-réis se desvalorizava perante a libra, aumentando o lucro monetário dos cafeicultores quando cotado em moeda doméstica.²²

Posteriormente, a própria desvalorização induzia mudanças sobre a distribuição de renda no país na medida em que alterava o preço relativo dos bens. O conseqüente encarecimento dos produtos importados impunha o grosso do ônus do ajuste àqueles que consumiam bens não produzidos domesticamente (com destaque para os que moravam nas áreas urbanas, especialmente nas grandes cidades),²³ ao passo que melhorava a condição do setor exportador. Tratava-se aqui de uma transferência de renda de todos os consumidores de produtos importados para o setor exportador, a qual Furtado (1959) conveniou chamar de “socialização das perdas”.²⁴

Embora seja tentador simplificar o problema afirmando meramente que durante a retração do ciclo econômico global a transferência de renda ocorria do setor importador para o setor exportador, esta simplificação pode induzir ao erro, caso não esteja clara a constituição deste primeiro setor. A rigor, essa dicotomia comporta maior complexidade. A própria classe exportadora via nas importações um meio de atender parte de seus anseios por consumo, havendo, portanto, uma transferência dentro deste próprio setor. De tal sorte que os reais efeitos distributivos da desvalorização cambial dependiam das cestas de consumo dos diferentes setores e de como o preço dessas cestas se comportavam ante o encarecimento das importações. Essa diferenciação deve ser aqui mencionada, por tratar-se de mais uma forma de manifestação da desigualdade dentro da economia brasileira naquele contexto. Sobre esse aspecto, Furtado (1959) foi taxativo ao dizer que a desvalorização destilou efeitos regressivos sobre a distribuição de renda no país. Nas palavras do autor:

Bastaria atentar na composição das importações brasileiras no fim do século passado e no começo deste, 50% das quais eram constituídas por alimentos e tecido, para dar-se conta do vulto dessa transferência. Durante a depressão, as importações que se contraíam menos — dada a baixa elasticidade-renda de sua procura — eram aquelas de produtos essenciais utilizados pela grande massa consumidora. Os produtos de consumo de importação exclusiva das classes não assalariadas apresentavam elevada elasticidade-renda, dado seu caráter de não essencialidade. (FURTADO, 1959, p. 165)

22. É natural supor que os efeitos da desvalorização serviam para amortecer os solavancos da crise internacional sobre a renda interna, uma vez que se mostrava funcional para ao menos atenuar a queda dos lucros do café. Ao assim fazê-lo, evitava também uma queda mais brusca nos níveis das inversões produtivas e seus potenciais efeitos secundários para a depressão da renda (e queda do nível de emprego) para o conjunto da economia.

23. Aureliano (1981, cap.1) mostra que somente a partir de 1915 o país tornar-se-ia autossuficiente no consumo de alimentos; de todo modo, mesmo depois disso a pauta de importações ainda incluía diversos bens de primeira necessidade.

24. Em Furtado (1964), o autor, discutindo a política de enfrentamento da crise do café dos anos 1930, retoma o conceito de socialização das perdas, tal qual definido em FEB: “O objetivo dessa política era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio na capacidade para importar. Assim, como subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores, criaram-se condições extremamente favoráveis aos investimentos ligados ao mercado interno. Parte daí o processo de industrialização que permitirá a definitiva superação da economia colonial em crise. Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise.” (*Ibid.*, p. 117)

25. Bastos (2008) alerta que tanto Rui Barbosa quanto Joaquim Murinho procuraram realizar algumas mudanças no sentido de introduzir pelo menos parte da tarifa com base em ouro (ou seja, acompanhando a taxa cambial), justamente para evitar perdas quando ocorressem episódios de desvalorização cambial. Mas essas medidas, de todo modo, ainda segundo Bastos (2008), exibiam pouca eficácia para a arrecadação de tributos, pois eram introduzidas de maneira parcial e/ou de forma temporária, além de encarecerem (e, portanto, desestimularem) as importações. Desta forma, episódios de desvalorização cambial tendiam a ser inevitavelmente prejudiciais à arrecadação do governo federal, implicando nos efeitos regressivos que foram mencionados acima.

26. Bastos (2009) destaca com precisão esse ponto.

27. Destaca-se aqui que a situação fiscal dos estados era impactada de forma heterogênea. A crise fiscal da União acarretava uma redução de suas transferências endereçada às diferentes unidades da federação. O impacto deste fato na saúde fiscal dos entes subnacionais tendia a ser invariavelmente pior para aqueles com pouca capacidade de geração de receita tributária própria, notadamente para os estados não produtores (ou de produção desprezível) de gêneros para exportação, sabendo que o imposto sobre os produtos exportados era, desde a promulgação da Constituição Federal de 1891, de competência exclusiva das unidades federativas (FAUSTO, 1997). Sobre os efeitos regionais de crises fiscais que inicialmente atingem o governo central e seus efeitos regressivos em termos de distribuição regional da renda, vale consultar, pelo menos, os trabalhos de Oliveira (2009) e de Araújo e Santos (2009).

Ademais, ao poder postergar — se quisesse — a importação de bens de consumo de luxo, as famílias de altas rendas podiam evitar os custos extraordinários decorrentes dos momentos de aguda desvalorização cambial, estratégia que estava vedada às camadas mais pobres da população. A alta essencialidade dos produtos que consumiam não permitia às classes de baixa renda qualquer possibilidade de postergação como estratégia de defesa em relação à alta dos preços dos artigos importados, que, dada a baixa diversificação da estrutura produtiva da economia brasileira, não encontravam substitutos no mercado doméstico.

Somado a isso, as próprias características institucionais relacionadas à política tributária ancorada no comércio exterior propagavam efeitos regressivos sobre a distribuição de renda nos momentos de crise econômica decorrente da desaceleração da economia global (e de seus efeitos sobre a taxa de câmbio). O imposto sobre importação, então a principal fonte de receita tributária do governo central, era cobrado em moeda nacional a uma taxa de câmbio fixa sobre o valor do produto importado. Quando o câmbio se desvalorizava, a parcela do imposto permanecia estável enquanto o preço da mercadoria em moeda nacional se elevava.²⁵ Ou seja, havia uma queda da participação do imposto no valor final da mercadoria, que tendia a ser tão mais expressiva quanto maior tivesse sido a desvalorização cambial. Da mesma forma, a magnitude do valor que se deixava de pagar, em função de o cálculo do imposto incidente sobre as importações ser feito com base em uma taxa fixa de câmbio, era tão maior quanto maior fosse o preço do produto em questão. Deste modo, não pesam dúvidas que essa forma de operar das finanças públicas desonerava de forma mais incisiva as classes de rendas mais elevadas, cujo consumo se voltava aos produtos importados mais caros — revelando-se mais uma dimensão regressiva do chamado processo de “socialização das perdas”.

Em paralelo, Furtado também identificou um processo regressivo que tinha origem na deterioração das contas públicas em momentos de crise econômica. Esse processo também se iniciava com a desvalorização cambial, que produzia um par de efeitos adversos sobre a saúde financeira do governo central. Em primeiro lugar porque a perda do valor externo da moeda doméstica, ao reduzir as importações, comprometia a principal fonte de receita tributária da União. Mais além, esse mesmo processo imprimia marcas no lado dos custos também, na medida em que encarecia a dívida externa pública, quando aquilatada em termos da moeda nacional.²⁶ Quando a desvalorização ocorria, o próprio funcionamento das finanças públicas procedia em favor do contágio das contas do governo, fazendo eclodir da crise externa uma crise de natureza fiscal.²⁷

Nessas ocasiões, não eram raras as vezes em que o governo se valia do

financiamento de seus déficits por meio do recurso às emissões monetárias;²⁸ tratava-se de uma tentativa de driblar o acometimento do orçamento fiscal de modo a continuar provendo os serviços públicos mais básicos. Essa estratégia, segundo Furtado (1959), tinha por resultado pressionar o nível geral de preços, onerando toda a sociedade, embora — e isso é fundamental dizer — de forma desigual entre as classes, setores e unidades da federação. Mais uma vez, a classe assalariada das zonas urbanas arcava com a maior parte do ônus da crise externa que se transmitia para o mercado interno.

Todo esse fenômeno de socialização das perdas em que a taxa de câmbio constituía o mecanismo de contágio do balanço de pagamentos para o nível de preços, e deste para a distribuição de renda, passou a figurar como fonte de querelas entre grupos sociais (e regionais)²⁹ de interesses distintos. Nesse sentido, desde o último decênio do século XIX, a intranquilidade social que esse processo gerava era significativa a ponto de não mais poder ser ignorada nos cálculos políticos. A forte desvalorização cambial experimentada após a política de expansão creditícia sem precedentes ocorrida após a deflagração da Crise de 1929 parece ter escancarado a necessidade de defender concomitantemente a renda do setor cafeeiro e evitar desvalorizações abruptas na taxa de câmbio, mantendo-a, sempre que possível, fixa em um patamar valorizado. Tratava-se, portanto, de buscar uma forma de conciliar a defesa dos lucros do setor exportador, em vista da sua importância sobre a atividade econômica, e a valorização cambial, necessária à saúde das contas públicas e ao poder de compra da coletividade, mas, acima de tudo, imposta pelos credores externos.³⁰

A seguir, alguns comentários finais a respeito do conceito de socialização das perdas e uma proposta de interpretação do mesmo sob um ponto de vista mais abrangente do que o originalmente proposto por Furtado (de todo modo, essa interpretação será feita com base, sempre, na análise da crise da economia cafeeira proposta por Furtado em FEB).

Considerações finais

Em FEB, Furtado não questiona a necessidade de um programa de defesa da renda do setor cafeeiro, porém apresenta importantes ponderações acerca de sua sustentabilidade em longo prazo. De imediato, o autor defendia que a sustentação do preço alto em um ambiente com mão de obra e terra abundantes e, sobretudo, com raras possibilidades de inversão produtiva em outros setores, tendia a levar a cenários de superprodução (BIELSCHOWSKY, 2009). Na medida em que os fatores de produção necessários eram abundantes, e, portanto, baratos, e que o lucro gerado no setor era bombeado de volta para as artérias da economia cafeeira, não haveria desestímulos ao aumento da produção. Por assim dizer, a compra de estoques, em

28. O que, para Furtado, seria um fator gerador de inflação. A apresentação desse comentário não significa, necessariamente, a concordância dos autores com a interpretação de Furtado acerca das causas da inflação (ele mesmo, em diversas outras passagens, mesmo em FEB, como também em outros livros que se seguiram à FEB, preferia destacar os aspectos estruturais relacionadas a gargalo na oferta como causa da inflação). A manutenção desse comentário, no texto acima, presta-se a manter uma continuidade nos argumentos centrais de Furtado acerca da assimetria do funcionamento do sistema internacional sob o padrão-ouro e seus efeitos socialmente disruptivos em uma sociedade como a brasileira.

29. Sobre os conflitos políticos por pelo menos as quatro décadas que precederam o Movimento de 1930, ver Fausto (1997), especialmente cap.1 do Livro Segundo. E, especificamente sobre diversos exemplos de conflitos regionais, consultar Fausto (org.) (1997), Livro Primeiro.

30. A insatisfação por parte de diversos setores (especialmente aqueles voltados à produção para o mercado interno) com os efeitos distributivos da política econômica, ao acumular-se por décadas, acabou desaguando em um processo de profundo descontentamento político que serviu de combustível ao processo revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao poder no final do ano de 1930. Um detalhamento sobre essas questões, porém, foge aos objetivos deste ensaio. Para uma discussão acerca da relação entre esses fatores todos e sua contribuição para a nova política econômica adotada a partir da coalizão de forças políticas que fizeram a Revolução de 1930, ver Alvarenga e Mattos (2013).

31. Um dos principais problemas desse adiamento traduz-se no aumento da fragilidade financeira do país, conforme se depreende também das interpretações de Bielschowsky (2009) e Bastos (2008). O financiamento externo de estoques crescentes de café gerava uma série de questionamentos quanto à solvência da dívida externa, cujo ritmo de expansão seguia os (des) compassos da economia cafeeira. A cada reversão externa de ciclo, porém, a confiança de que a economia brasileira proveria os recursos necessários para honrar os compromissos financeiros assumidos se deteriorava, e não apenas pela queda no preço das *commodities* agrícolas. De fato, as desvalorizações cambiais, que geralmente emergiam nos momentos de reversões cíclicas do capitalismo global, terminavam por impactar duplamente as contas públicas, no sentido claro de sua piora. Pelo lado dos gastos, a perda do valor externo do mil-réis encarecia os encargos da dívida externa. Paralelamente, pelo lado da receita, notava-se a piora na arrecadação do governo federal, então amplamente pautada no imposto sobre importações — conforme já mencionado. Assim sendo, nos momentos de crise, os títulos públicos passavam a contar com a enorme desconfiança dos credores internacionais, de modo que as aplicações externas em dívida pública tendiam a experimentar um significativo encolhimento. Se se tem por convicção que os investimentos diretos estrangeiros também tendiam a arrefecer nesses períodos, a queda nas aplicações em carteira tornava ainda mais dramático o ajuste externo na economia cafeeira.

32. Delfim Netto (2009), um cético dos mecanismos de

um dado período, só transferia o problema para os períodos subsequentes.³¹

As razões para essa tendência à crise não estavam somente no lado da oferta, embora esta fosse determinante para a sua agudização e catalisação. No lado da demanda, a possibilidade de realizar no futuro os estoques retidos de café era muito restrita, e diminuía na medida em que os estoques se avolumavam. Isto se deve ao fato de que a procura pelo produto possuía uma baixíssima elasticidade-renda, de modo que a demanda crescia pouco por ocasião da elevação da renda dos países importadores. Ao que revela Furtado, o consumo do café estava muito mais condicionado ao crescimento da população e da urbanização nos centros industriais,³² que ocorria em ritmo contínuo, porém lento.

Vale dizer que a tendência à superprodução, pelas razões acima expostas, gerava uma pressão depressiva sobre o preço do café. Os estoques que se acumulavam, e que em 1929 alcançaram em valor a décima parte do PIB daquele ano, tornavam cada vez mais custosa a política de sustentação da renda cafeeira. Mais além:

Mesmo que se lograsse evitar a superprodução [...], não seria possível evitar que a política de defesa dos preços do café fomentasse a produção desse artigo naqueles outros países que dispusessem de terras e mão de obra em condições semelhantes às do Brasil, ainda que menos vantajosas. A manutenção dos preços a baixos níveis era condição indispensável para que os produtores brasileiros retivessem sua situação de semimonopólio. Ao se prevalecerem dessa situação semimonopolística para defenderem os preços, estavam eles destruindo as bases em que se assentara o seu privilégio. Desta forma, por mais bem concebida que tivesse sido a política de defesa dos preços do café, a longo prazo ela surtiria certos efeitos negativos. (FURTADO, 1959, p. 183)

Por assim dizer, especialmente tendo ciência da capacidade que o preço do café tinha de impactar o câmbio pela alteração do *quantum* exportado, aquilo que foi gestado como remédio não tardou para reproduzir os sintomas da doença. Isto é, ironicamente, a própria política de defesa do preço do café tinha como subproduto a tendência à queda do preço do grão no longo prazo. Não por acaso, Furtado (1959) conclui que “ela precipitou e aprofundou a crise da economia cafeeira no Brasil” (*Ibid.*, p. 183).

Sobre os efeitos distributivos da política de valorização dos preços do café, o autor defendia que os empréstimos contratados junto aos bancos estrangeiros — sob o argumento de que se deveria manter o equilíbrio no balanço de pagamentos — induziam pressões inflacionárias, cujos efeitos recaiam mais pesadamente sobre a classe assalariada urbana. Isso ocorria porque ao comprar os estoques com empréstimos externos, multiplicavam-se os meios de pagamento internamente. Por sua vez, conforme considera Furtado (1959), a abrupta elevação dos meios circulantes, ao encarar uma oferta agregada inelástica no curto prazo, gerava pressões inflacionárias.³³

Essa intrincada relação entre valorização dos preços do café, desequilíbrio externo e alteração da taxa de câmbio se perpetuou ao longo de um quarto de século, seguindo fundamentalmente as mesmas características. Porém, com a eclosão da Crise de 1929, tornou-se claro de que não era mais possível financiar o acúmulo de estoques por meio da contratação de crédito externo. O regime monetário internacional se encontrava à beira do precipício e, como se não bastasse, o comércio entre países se contraía em ritmo acelerado — sem contar que, mesmo que a crise internacional não tivesse acontecido, teria ocorrido significativo acúmulo de estoques de café, dada a então inédita sequência de boas safras na segunda metade dos anos 1920, o que exigiria recursos de maior magnitude para isolar do mercado uma oferta excedente cada vez maior.³⁴

A adoção de políticas anticíclicas pós-Crise de 1929 (ALVARENGA e MATOS, 2013) e pós-mudança de poder político coloca outros elementos em discussão, caso se deseje discutir os efeitos da política econômica sobre o perfil distributivo. O contexto do “deslocamento do centro dinâmico” — que significou a mudança de cenário internacional e macroeconômico interno da economia brasileira, robustecendo o processo de industrialização — demandaria analisar outros fatores além dos que Furtado leva em consideração ao cunhar o conceito de “socialização das perdas”, mencionado inicialmente no capítulo XXVIII, no qual o autor ainda se debruçava na discussão acerca dos efeitos da transição para o trabalho assalariado.

No conjunto da análise do autor, fica muito difícil determinar com precisão os efeitos líquidos dessas políticas, bem como das demais levadas a cabo antes da Crise de 1929 sobre o perfil distributivo, dada a inexistência de dados sobre distribuição de renda para o período analisado. Sem embargo, é possível concluir, segundo a lógica da análise furtadiana, que eram evidentes os efeitos regressivos impostos pelas sucessivas crises da economia cafeeira à economia brasileira,³⁵ eventos sobre os quais o sistema econômico fornecia escassos mecanismos de defesa. De todo modo, essa discussão específica sobre a evolução do perfil distributivo brasileiro não representava o objetivo central da exposição de Furtado, cujo foco estava nas restrições externas, e não na distribuição de renda — que, conforme mencionado acima, surgia como um subproduto da discussão central colocada por ele.

Assim sendo, a maior contribuição que Furtado (1959) forneceu sobre a distribuição de renda no apogeu da economia cafeeira foi identificar a existência de seus condicionantes estruturais. O câmbio sempre foi o elemento-chave para entender a distribuição de renda na análise de Furtado sobre o período. Como as desvalorizações cambiais estavam no cerne da questão, e eram resultantes da estrutura produtiva especializada e da inserção internacional da economia brasileira, tem-se por resultado que os processos inflacionários e as consequentes transferências de renda daí decorrentes também ramificavam raízes em causas estruturais, estando, portanto, umbilicalmente ligadas à condição do Brasil como nação primário-exportadora e dependente de financiamento externo.

defesa do café, também ressalta esse ponto, a respeito dos movimentos tendenciais de demanda por café nos mercados consumidores externos.

33. Embora o argumento da inflação de demanda esteja exposto em várias passagens de FEB, os autores deste ensaio não compactuam com relação à causalidade entre aumento na oferta de moeda e elevação no índice de preços. Como contraponto à tese furtadiana, o período entre 1926 e 1928 foi pródigo na entrada de recursos externos e na (consequente) expansão da oferta de moeda em razão da emissão de notas conversíveis pela Caixa de Estabilização, sem que com isso tenham sido geradas pressões inflacionárias na economia brasileira. Ao que tudo indica, as pressões inflacionárias eram muito mais responsivas às variações na taxa de câmbio em vista dos efeitos que essas alterações imprimiam sobre o nível de preços da economia. Para mais, vide Bezerra (2015). Deve-se registrar, porém, que, em muitas passagens de FEB, Furtado também relaciona a inflação a fatores estruturais relacionados a pontos de estrangulamento na oferta. Em obras subsequentes do autor, a explicação da inflação pelas emissões monetárias vai perdendo espaço para aspectos relacionados a estrangulamentos de infraestrutura ou de oferta de insumos e/ou alimentos, por exemplo.

34. Sobre esse aspecto específico, ver também Delfim Netto (2009).

35. Não nos referimos, aqui, apenas à Crise de 1929, que foi a mais expressiva de todas.

O que a leitura proposta neste artigo permite afirmar é que o conceito de socialização das perdas pode ser interpretado de uma forma mais ampla do que aquelas mais evidentes embutidas na mudança de preços relativos promovida pela desvalorização cambial, quando renda das classes assalariadas urbanas são distribuídas em favor do setor exportador. De fato, a grande contribuição de Furtado ao tema não foi apontar um efeito redistributivo associado aos processos de desvalorização cambial, mas sim relacionar tais desvalorizações a condicionantes estruturais e a assimetrias do sistema monetário internacional. É nesse sentido que o conceito furtadiano de “socialização das perdas” pode ser visto de uma forma mais ampla do que normalmente é analisado, ou seja, segundo uma redistribuição da renda entre diferentes classes sociais.³⁶ O conceito de “socialização das perdas” pode ser também interpretado pelo seu efeito explicativo a respeito da natureza da estrutura produtiva brasileira, por um lado, e, adicionalmente, segundo as características da inserção da economia em uma ordem internacional específica e fortemente hierarquizada.

A riqueza teórica presente no estruturalismo (BIELSHOWSKY, 2010) de Furtado em FEB permite perceber como, especialmente em um cenário de crise (que se expressa pela desvalorização da taxa cambial), as dimensões e características das desigualdades (setoriais, regionais, pessoais etc.) já existentes na economia brasileira desde aquele período são amplificadas. A ampliação das múltiplas desigualdades existentes na sociedade brasileira está relacionada a diversos aspectos estruturais da economia primário-exportadora, como, por exemplo, os relacionados à forma (e limitações) da inserção periférica do país na ordem econômica internacional — e sua conseqüente dependência de financiamento externo —, ao papel do complexo cafeeiro na geração de renda e de divisas para a industrialização brasileira, à estrutura produtiva pouco diversificada, às características do acesso à posse da terra e de sua regulação histórica no Brasil, à maneira pela qual foi constituído o mercado de trabalho, às disputas políticas entre facções de classe e elites regionais e à forma como foram desenhadas as estruturas tributária (o que inclui seu relacionamento com o comércio exterior e seus efeitos regionais) e fiscal conduzidas pelo Estado brasileiro, tanto antes quanto depois de 1929 — quando a economia deixou de ser primário-exportadora e passou a ter no mercado interno a fonte principal de seu dinamismo.

Portanto, o que a leitura de FEB ensina é que uma análise mais ampla, como a proposta neste artigo, do contexto em que ocorre a situação que foi descrita por Furtado como “socialização das perdas” permite interpretar os movimentos de diversas formas de desigualdade existentes na dinâmica do funcionamento da economia cafeeira, abrindo espaço para a compreensão da concentração da renda, em todas as suas dimensões, que marcaram a constituição da sociedade salarial no Brasil e que marcariam o processo de industrialização que tomaria definitivo impulso a partir das exitosas políticas anticíclicas adotadas nos anos 1930.

§

36. E também, conforme procuramos argumentar aqui, tendo por base a própria formulação de Furtado em FEB, pelos seus efeitos também setoriais e regionais relacionados ao desenho da política tributária e ao perfil da dívida externa brasileira.

Referências

- ABREU, M.P. (Org.) (1990 a). *A ordem do progresso — Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. São Paulo: Ed. Campus, 1990.
- _____. (1990b). *Crise, crescimento e modernização autoritária:1930-1945*. In: _____. (Org). *A ordem do progresso — Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Cap. 3, São Paulo: Ed. Campus, 1990.
- ALVARENGA JR., M. *Decisões sobre o uso da terra em uma economia monetária da produção: uma abordagem pós-keynesiana do efeito indireto sobre o desmatamento na Amazônia Legal no período 2002-2011*. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF. Niterói, RJ, 2014.
- _____.; MATTOS, F.A.M. (2013). A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente. In: Anais do Encontro da Anpec, 2013; *Revista Análise Econômica* (UFRGS), ano 33, n. 64, set. 2015.
- ARAÚJO, T.B.; SANTOS, V.M. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- AURELIANO, L *No limiar da industrialização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- BASTOS, P.P.Z. *Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira?* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2008 (Texto para Discussão n. 138).
- _____. *Centro e periferia no padrão-ouro: qual a contribuição de Formação Econômica do Brasil?* In: ARAÚJO, T. P. et al. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- _____. *Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: Contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2010 (Texto para Discussão n. 179).
- BEZERRA, L. M. A crise do encilhamento: uma abordagem heterodoxa. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF. Niterói, RJ, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. In: *Revista de la Cepal* (edição especial em português), n. 109, 2010.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1995.
- _____. *Formação Econômica do Brasil: uma obra prima do estruturalismo cepalino*. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- CECCO, M. Origins of the post-war payment system. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n. 1, March 1979.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.
- FONSECA, P.C.D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da grande depressão no Brasil. In: *Revista Economia — Selecta*, Brasília, vol. 10, n. 4, dez. 2009.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. [1959]. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- _____. *A Economia Latino-Americana*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 8, n. 21, São Paulo, fev. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07
- MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2008.
- OLIVEIRA, F. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TRIFFIN, R. The myth and the reality of the so-called Gold Standard. Cap. I. In: *The evolution of the international monetary system: Historical reappraisal and future perspectives*. Princeton: Princeton University Press, 1964.

Recebido em 03/06/2015
e aceito em 09/11/2015

Mercado interno y modernización de pautas de consumo en Celso Furtado. Un debate más allá de la imitación²

RESUMEN

La modernización de los patrones de consumo con restringido acceso al progreso tecnológico (modernización vía indirecta), es, para Celso Furtado, causa fundamental para el tipo de subdesarrollo que sufrió América Latina. ¿Será que es posible entender este proceso asociado a la difusión del progreso tecnológico como un simple proceso de imitación? Recuperando en su obra elementos que dan cuenta de la maduración de la perspectiva cultural en su análisis del subdesarrollo, nos proponemos en un primer momento reconstruir la trayectoria recorrida por América Latina en el proceso de difusión de la civilización industrial, para posteriormente recuperar algunos elementos (teoría de la dependencia, colonialismo y mimetización cultural y efecto de demostración de Ragnar Nurkse) para argumentar el no rotundo que sirve como respuesta a la pregunta planteada.

Palabras clave

Subdesarrollo; Modernización dependiente; Colonialismo cultural; Mimetización cultural; Celso Furtado.

ABSTRACT

The modernization of consumption standards with restricted access to technological evolution (indirect modernization) is, in Celso Furtado's view the main reason for the kind of underdevelopment suffered in Latin America. Thus, one might pose the following question: can one see this process as being associated with the diffusion of technological progress through a simple process of imitation? By drawing upon certain elements of Furtado's work, based on the maturity of the cultural perspective of his analysis of underdevelopment, we initially reconstruct Latin America's trajectory within the process of the diffusion of industrial civilization. We then recover certain elements – the theory of dependence, colonialism and cultural mimicry and the Ragnar Nurkse demonstration effect – to argue that the process is much more complex.

Keywords

Underdevelopment; Dependent modernization; Cultural colonialism; Cultural mimicry; Celso Furtado.

1. Doutorando em história econômica da FFLCH - USP. E-mail: mauricio.herrera@gmail.com

2. Quisiera agradecer a los profesores Alexandre Saes, FEA-USP, y Cesar Bolaño, Cepos-UFS, por sus contribuciones para mejorar este trabajo. Sin embargo, es responsabilidad absoluta mía el desarrollo de este artículo.

3. Es importante aclarar que aquí hacemos referencia al estudio de la obra de Furtado en el procesos de formación de economistas y científicos sociales en Brasil y América Latina, pues es bien sabido que los libros del autor tuvieron amplia difusión, siendo traducidos en algunos casos a más de 20 idiomas.

4. Otros autores que proponen una reconstrucción de la obra de Celso Furtado por etapas son: MALLORQUIN, 2005; BORGES, 2007; OLIVEIRA, 2003.

5. El Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (www.centrocelsofurtado.org.br) desde su creación, en 2005, ha propendido por recuperar el concepto de cultura en la obra de Furtado. Se pueden destacar tres actividades en el tema: La mesa redonda Celso Furtado: a dimensão cultural do desenvolvimento, en 2011, y los libros *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (2012) y *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento* (2013).

6. Para Rosa Freire d'Aguiar Furtado la trayectoria seguida por Celso Furtado sobre el tema de la cultura puede dividirse en cuatro momentos: "O primeiro teve início em fins dos anos 1970, quando Celso se concentrou em leituras de filosofia, psicanálise, história, mitologia, ciências, artes e cultura." (FURTADO, R. F. d'A, 2012, p.7). "Esse texto seminal *Que somos?* foi também o início da segunda fase em que Celso muito refletiu sobre a cultura brasileira: os anos 1986 a 1988,

Introducción

Celso Furtado (1920-2004) aparece como uno de los grandes economistas e intérpretes de Brasil. Paradójicamente para el común de los economistas y científicos sociales de Brasil y América Latina, pareciera que su obra se reduce a *Formación Económica de Brasil* (1959) y en el mejor de los casos se extiende hasta *Desarrollo y subdesarrollo* (1961).³ Una muestra de su extensión es la sugerencia realizada por algunos de sus estudiosos para dividirla en etapas conforme a las transformaciones que tuvo el autor fruto de la incidencia del contexto histórico en que desarrolló su trabajo. Tal es el caso de Vera Cepêda, quien propone organizarla en tres fases: la fase optimista, el pesimismo espartado y la crítica obstinada:

O primeiro bloco representa os trabalhos e a participação política compreendida desde o início da carreira de Furtado até o golpe de 1964 [...] A segunda fase inicia-se com a cassação política e vai até os anos 1970, e tem um sabor de amargura [...] [e a terceira fase corresponde ao] trabalhos posteriores à década de 1970 [que] avaliam que o crescimento da economia brasileira, durante o regime militar, conduziu à *modernização do subdesenvolvimento*. (CEPÊDA, 2003, p. 2)

Esta última fase, en palabras de Mendes e Teixeira (2004, p. 8), sería una fase de "transição para a problemática do subdesenvolvimento no plano cultural"⁴

Una pregunta general que surge respecto a esta tercera etapa es ¿por qué la introducción del tema cultural en los análisis del desarrollo y el subdesarrollo, y por qué en esta época y no en otra? Al respecto, pueden surgir muchas alternativas de respuesta y habrá quienes hagan mención que al tener una amplia obra autobiográfica del autor, es tarea improductiva intentar responder a preguntas como esta. Sin embargo, mi interés particular por el tema, la lectura de diferentes documentos del propio Celso Furtado y de algunos autores que se han profundizado en su obras, así como la actualidad que en los últimos años ha ganado a raíz de la motivación generada desde el Centro Internacional Celso Furtado,⁵ me llevan a destacar algunos elementos que considero influyeron para que un tema que el mismo Furtado mencionó siempre lo inquietó a lo largo de su vida intelectual sólo tenga un protagonismo evidente hasta la década del 70.⁶

Un primer elemento se desprende de su visita durante 1951 a diferentes universidades norteamericanas, donde buscaría por gestión propia entrevistarse con personajes como Vassily Leontief, Walt Rostow, Bert Hoselitz

y Theodore Schultz para socializar los trabajos que se venían desarrollando desde la Cepal. Una de las entrevistas que destacaría Furtado fue la sostenida con el antropólogo Melville Herskovits, de North Western University de Chicago, estudioso de los procesos de cambio social, idea que él venía explorando en la medida que empezaba a entender el subdesarrollo como una manifestación cultural.⁷

Desde el pensamiento de Prebisch, decía Furtado:

[...] estava a ideia de que o desenvolvimento da periferia tinha como motor a difusão do progresso técnico. Por trás dessa tese havia dois problemas a elucidar: o da emergência de um foco de criatividade tecnológica, em determinada cultura, e o da natureza do processo de difusão de valores. As ideias mais aceitas na época eram as de Schumpeter sobre o papel do empresário inovador [...] mas pouco se havia pensando sobre a lógica da difusão. (FURTADO, 1985, p. 92)

Es sobre este último punto que el diálogo con el profesor Herskovits será valioso. Apoyado en Ralph Linton, Herskovits planteaba que las culturas tienen un área de preocupación dominante, un *área focal*, cuyo estudio es esencial para la comprensión de su dinámica. A manera de ejemplo, diría Herskovits que los pueblos de África Occidental tendrían su área focal en la vida religiosa. Es a partir de esta reflexión que Furtado expresará que esta entrevista lo hizo pensar en que:

[...] a criatividade religiosa das populações brasileiras de origem africana, estimulada em luta secular pela sobrevivência, constitui elemento fundamental na formação de nossa cultura. Por outro lado, a corrente dominante da cultura brasileira teve sua área focal crescentemente deslocada para a inovação tecnológica, principalmente através de empréstimos de outras culturas. Essa dicotomia de orientação na área de percepção mais aguda da cultura não podia ser ignorada. Para pensar o Brasil era necessário começar pela antropologia. (FURTADO, 1985, p. 93)

Será sobre esta reflexión que Furtado colocará las bases de aquello que más adelante definiría como dualidad cultural, así como algunos elementos preliminares frente a la manera diferencial en que el progreso tecnológico se difunde a los países del tercer mundo y al interior de ellos, donde la modernización de los valores y los patrones de consumo son causas estructurales del subdesarrollo.

Un segundo elemento se definiría también a inicios de la década del 50, cuando, fruto de una invitación hecha por Hélio Jaguaribe para ofrecer una serie de conferencias en el recién creado Instituto de Estudos Brasileiros (futuro Iseb), el autor se propondrá organizar sus ideas entorno al desarrollo desde un punto de vista histórico. Sentaría así las bases de un *enfoque metodológico*

quando esteve à frente do Ministério da Cultura.” (Idem, p. 10). “O terceiro momento em que Celso se consagrou à temática da cultura foi de 1992 a 1995, quando integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.” (Idem, p. 16). “O quarto momento, enfim, em que Celso se debruçou sobre aspectos da cultura brasileira foi ao entrar para a Academia Brasileira de Letras. Eleito em 1997, para a cadeira número 11, que fora ocupada por seu grande amigo Darcy Ribeiro.” (Idem, p. 18).

7. En esta línea de influencia antropológica, no se puede dejar de lado la incidencia, a través de Gilberto Freyre, con su obra *Casa grande e senzala*, de la antropología cultural norteamericana.

para pensarse la historia de Brasil,⁸ que a la postre contribuiría a reformular su visión del proceso de desarrollo.

Básicamente la reflexión fue la siguiente: Partiendo de la idea de que el fenómeno del desarrollo era un proceso de cambio cultural, su estudio exigía un enfoque más amplio al simple análisis económico. De esta manera, el autor propondrá la idea de una teoría del excedente social para explicar cómo la capacidad creativa (inventiva) de las comunidades es la base de las transformaciones sociales en una sociedad. Asimismo, evidenciará que la creación de dicho excedente, así como su utilización, estará en función de la organización social y de la producción que tenga la sociedad que lo produce. De allí la apuesta del autor por realizar una trayectoria en perspectiva histórica considerando la relación entre las formas de organización social, las estructuras de producción, las relaciones de poder o de dominación social, la producción de excedente, y la forma como este es canalizado hacia la acumulación.

Un tercer elemento es fruto de las reflexiones de sus años de acción política y de labores administrativas al interior del gobierno brasileño, en la operación Nordeste, la Sudene y el Plan Trienal. Su “testamento intelectual”⁹ quedaría consignado en su obra *Dialéctica do desenvolvimento* (1964). Allí Furtado formulará la existencia de un *sistema cultural* donde actúan de manera interdependiente una serie de elementos asociados al progreso tecnológico, es decir, a las técnicas de producción y la diversificación del consumo. El énfasis allí será colocado sobre esta interacción, en la medida que, para el autor, inmersos en la dinámica de la industrialización, las dinámicas de cambios (procesos creativos) se daban de manera prioritaria del lado tecnológico, desencadenando transformaciones en los demás elementos del sistema. Considerando las reflexiones hechas con Herskovits, a Furtado lo inquietaría que las transformaciones en el ámbito de la cultura fruto de estos cambios tecnológicos no se correspondieran con las primeras y con las prácticas tradicionales de la cultura local. Es decir, la idea de una dualidad cultural tomaba mayor fuerza en este momento.

Un cuarto elemento fue fruto del encuentro en Santiago de Chile con intelectuales brasileños y latinoamericanos en el Ilpes en un momento en que un aire de aparente saturación del modelo de sustitución de importaciones era respirado en círculos académicos y políticos de América Latina, motivando que se conformara un grupo de estudios que se propuso la idea de hacer una nueva lectura de los textos clásicos de la Cepal.¹⁰

Para Furtado fue el momento de poner en discusión algunas de las reflexiones que después de más de una década había realizado. Tal vez una de las principales estaba asociada con las características del proceso de difusión del progreso tecnológico a la periferia y su papel en la pérdida de dinámica de las economías latinoamericanas. Para él, este proceso no podía seguir siendo entendido como algo espontáneo, propio de la teoría; por el contrario, había toda una “novedosa

8. “Preocupava-me, então, encontrar fórmulas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da História e da análise. Sem haver tomado conhecimento dos trabalhos da *École des Annales*, eu buscava na mesma época o entrosamento da História com as Ciências Sociais, partindo destas últimas, enquanto os membros dessa escola partiam da primeira.” (FURTADO, 1985:167)

9. Este fue el nombre dado a la sección que forma parte del VII capítulo del segundo volumen de su obra autobiográfica *A fantasia desfeita* (1989). Allí Furtado dirá que fueron 6 los puntos esenciales de *Dialéctica do desenvolvimento*: 1) Reencuentro de la dialéctica, 2) El desarrollo económico en el proceso de cambio cultural, 3) Las luchas de clases y el desarrollo de las instituciones políticas, 4) Las ideologías de clase en la lucha por el poder, 5) Dialéctica del desarrollo capitalista y 6) Proyecciones políticas del subdesarrollo. (FURTADO, 1989)

10. Una descripción más detallada de la gestación y el desarrollo de este proceso se puede encontrar en *Os ares do mundo* (1992), parte I, A retirada. Sin embargo, es importante destacar el encuentro de economistas y sociólogos en este espacio para debatir la problemática del desarrollo/subdesarrollo.

teoría del imperialismo”¹¹ que permitía evidenciar como el proceso de difusión del progreso tecnológico por la vía indirecta¹² era un proceso desigual y excluyente, pues mientras favorecía la concentración de los frutos del progreso en favor de los países del centro, en el caso de la periferia, generando una brecha tecnológica del lado productivo, hacía de la adopción de los patrones de consumo a semejanza de las élites del centro un obstáculo para su desarrollo. Con ello, al analizar la controvertida relación demanda y distribución de la renta en estos países tras años de tránsito por el desarrollo, era posible evidenciar como el crecimiento y la profundización del consumo podían lograrse sin necesidad de realizar un proceso de distribución de la renta, privilegiando a un reducido grupo de la población en detrimento de las mayorías que asumían los costos sociales de esta dinámica. En palabras de Furtado:

O produtor de açúcar ou de café de começos de século XX podia continuar adotando técnicas produtivas similares às da época de seus avós, mas seus padrões de consumo eram os da época do automóvel e do telégrafo sem fio.

Esse processo de modernização engendrava uma *dependência cultural* que condicionava a estrutura econômico-social. A industrialização tardia se realizava no quadro dessa dependência. (Furtado, 1991, p.35)

Un quinto elemento puede ser identificado en su retorno a la Universidad de Paris – Sorbonne a partir de 1965. Allí entró en contacto con la revolución social que se gestaba y con ello vivió el inconformismo social frente al destino que iba tomando la Francia de aquella época. Analizando el caso de Francia, Furtado se hizo aún más consciente del impacto que tuvo el proceso de modernización sobre la herencia cultural en términos de “destrucción creativa” de nuestras sociedades.

Fue entonces el momento de ratificar aquello que años atrás habría denominado como una “novedosa teoría del imperialismo”, es decir, de percibir como el mundo, y en particular América Latina, estaba en medio del poder de dos gigantes antagónicos, donde la marginación y la subordinación a algunos de los dos bandos era irremediable

Finalmente, es importante destacar la influencia que tuvo la publicación del libro *Los límites del crecimiento* (1972), del Club de Roma. En un primer momento, evidenciando como la promoción de la idea de un “desarrollo económico inclusivo y para todos” era un mito, dado que el acceso a recursos era limitado. Asimismo, reafirmará su idea frente a las particularidades que el proceso de difusión del progreso tecnológico tendría para América Latina, en la medida que si esta no llevaría al desarrollo, entonces su idea de un subdesarrollo vía dependencia cultural y tecnológica con una minoría privilegiada y una mayoría excluida a través de la diversificación de las pautas de consumo (siguiendo los patrones de consumo del centro) era ahora reafirmada.

11. Esta idea sería reforzada años después tras su paso por Estados Unidos y las vivencias del día a día tras su retorno a París a partir de 1965. Es importante tener presente que durante su doctorado, bajo la orientación de Perroux, Furtado incorporaría la idea de poder, de relaciones de poder, a sus trabajos sobre el desarrollo. Referencias al respecto pueden ser encontradas al menos en 3 fuentes: 1) Segunda Parte. *El proceso de desarrollo: enfoque analítico*. Capítulo 7. Los conjuntos económicos complejos y sus transformaciones. FURTADO, 1977, p. 103-106; 2) *Estructuras, hierarquías e poderes*: Furtado e o retorno à visão global de Prebisch e Perroux. BRANDÃO, 2012, p. 305-309; y 3) Capítulo III. *A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores*. FURTADO, 2000.

12. Como difusión por la vía indirecta, Celso Furtado extiende el proceso que se dio hacia los territorios colonizados que ya estaban poblados, en este caso América Latina. Em este caso, este proceso implicó la diversificación “das pautas de consumo na ausência quase total da evolução das técnicas produtivas [...] [de modo que] se modernizavam certas pautas de consumo e se acumulava de preferência fora do sistema produtivo: em infraestrutura urbana e em bens duráveis de consumo importados.” (FURTADO, 1978, p. 52)

1. La difusión del progreso tecnológico a América Latina

Con este bagaje de conocimientos acumulados y el escenario académico-político abierto en París desde 1965, Furtado empezará a caracterizar la relación dialéctica subdesarrollo/modernización desde una perspectiva histórico-estructural.¹³ Una de las principales tareas emprendidas fue la de la reconstrucción del proceso de difusión del progreso tecnológico propio de la civilización industrial (en ocasiones será referenciado en su obra como difusión de la civilización industrial). Al respecto, si bien en *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, (1961) el proceso difusivo ya empieza a ser reconstruido con énfasis en las técnicas de producción y en *Análise do modelo brasileiro* (1972) el autor integra por primera vez con un fuerte énfasis la idea de la dimensión cultural, será en *Teoría e política do desenvolvimento econômico*, en su versión revisada y ampliada de 1975, donde aparecerá la versión más elaborada del proceso difusivo, por más que en *Criatividade e dependência* (1978) el autor la retome y adicione algunos elementos más de tipo conceptual.¹⁴ A continuación, valiéndonos de las fuentes ya citadas, hacemos una elaboración propia, intentando resaltar elementos útiles para los intereses finales de este artículo.

La búsqueda, casi que obsesiva durante la última mitad del siglo XIX, por integrarse al mercado internacional, llevó a los países de América Latina a la explotación desorganizada de los recursos naturales, en la mayoría de los casos favoreciendo que los terratenientes y poseedores de capitales nacionales o extranjeros accederían a la explotación de estos recursos y a las mejores tierras. Productos como el tabaco, la quina, el añil, el caucho, el cacao, entre otros, se convierten en las alternativas productivas y de exportación de los países de América del Sur.

En este sentido, el recorrido por el siglo XIX, más allá de consolidar los procesos de independencia de las naciones latinoamericanas, favoreció la conformación de unas élites que concentraron la riqueza, la tierra y los recursos naturales en general en detrimento de las grandes mayorías, que pasaron de ser sometidos por la corona a ser sometidos por las élites, en la mayoría de los casos en asocio con élites externas. Bajo este marco, el tránsito hacia el siglo XX se daba bajo la consolidación de un modelo de especialización productiva donde países como Colombia y Brasil se concentrarán en la producción de café.¹⁵

Este modelo determinó una serie de transformaciones importantes en las sociedades latinoamericanas. La demanda de una integración territorial para el intercambio de productos dinamizó la construcción de vías férreas y carreteras y el transporte a vapor, lo que a su vez desencadenó movimientos migratorios hacia los focos de este desarrollo y consecuentemente la creación de una demanda creciente del acceso a energía, agua, transporte y otros servicios que empezaron a demandar estas comunidades. Asimismo, esta especialización requería la creación de un moderno mercado de trabajo asalariado, que

13. La idea de estructura y el análisis de las modificaciones de ellas en el tiempo, dice Furtado, son la materia central de la teoría del desarrollo. Este concepto fue tomado de su profesor François Perroux. Para profundizar en esta idea ver Furtado (1977, p. 79-83)

14. En estos libros, Furtado (1961, p.178-180; 1974, p. 169-170 y 1978, p. 42-47) hace explícito el análisis de esta trayectoria de difusión del sistema capitalista. En todos los casos hace explícita que esta difusión de la civilización industrial condicionó el desarrollo de las demás regiones del planeta en tres direcciones. La primera dentro de la misma Europa Occidental, la segunda a aquellos territorios más allá de sus fronteras que aún no estuvieran ocupados, y la tercera hacia las regiones ya ocupadas, como el caso de América Latina.

15. Algunos ejemplos adicionales son los de Argentina, cuyas exportaciones para inicio del siglo XX se concentraban en maíz y trigo, el de México, que se concentraba para el mismo periodo en plata y cobre, y Chile, en nitratos y cobre.

dejara atrás el modelo esclavista y todas aquellas formas de trabajo hasta aquel momento tradicionales, como la hacienda, las *plantations* de tipo comercial y las pequeñas parcelas de subsistencia basadas en trabajo familiar.

Estas transformaciones favorecerían con el tiempo la conformación de un incipiente mercado interno, orientado principalmente por las demandas de las élites locales pero también por las de aquellos asalariados urbanos y rurales que veían transformadas sus necesidades e incrementados sus satisfactores teniendo como reflejo el consumo de las élites y el prometido progreso de las “naciones latinoamericanas”. En términos de Furtado:

Un aspecto fundamental que, en general, no es aclarado, consiste en que los países “periféricos”, al especializarse, se transformaban en importadores de *nuevos bienes de consumo*, fruto del progreso tecnológico en los países “centrales” [...] Así, el desarrollo (o, mejor dicho, el *progreso* en la concepción vulgar) vino a confundirse con importación de ciertos patrones culturales, o sea, con la *modernización* de los estilos de vida. (FURTADO, 1977, p. 219)

Es a partir de la generación de estas condiciones que Furtado podrá caracterizar el subdesarrollo como ligado a la expansión del mercado interno, en la medida que, para el caso latinoamericano, el aumento de la productividad, principio básico de la revolución industrial, tuvo como base la ampliación de los mercados y sólo secundariamente la transformación en las formas de producir (FURTADO, 1972). Así, el origen de una estructura dual del lado cultural tiene origen también en este periodo.¹⁶

Posteriormente, la aparición de los conflictos internacionales que desencadenarían las dos guerras mundiales irrumpió, desestabilizando aquel “equilibrio” en la división internacional del trabajo. El decrecimiento en las exportaciones de materias primas y la imposibilidad de continuar con las importaciones de bienes facturados producidos por los países del centro chocaron con la creciente demanda interna de los mercados latinoamericanos, haciendo paradójicamente de aquel mercado interno, que en la mayoría de los análisis económicos es subvalorado por su “estreches”, uno de los motores para una incipiente industrialización en estos países, y contradictoriamente, a su vez, uno de los factores claves para que esta industrialización ocurriese de manera dependiente.

De este modo, la entrada al siglo XX, principalmente las décadas del 20 y 30, marcaron el inicio de dinámicas de industrialización orientadas a la producción de bienes no durables (bebidas, textiles, alimentos), en buena parte con capitales nacionales. Décadas después gobiernos con principios nacionalistas, como el brasileño y el argentino, promoverían procesos de industrialización dirigidas por el Estado. Posteriormente, tras el fin de la II Guerra Mundial y con el surgimiento de la Cepal, se consolidaría en América Latina un modelo de industrialización por sustitución de importaciones.

16. Cuando el autor hace referencia al término dualidad cultural, intenta dar cuenta de la manera cómo hay una apropiación diferenciada, principio básico del capital (la exclusión), de la modernización de los patrones de consumo, pues mientras las élites entran en contacto directo con las pautas de consumo del centro, el pueblo, el resto marginado, no tiene contacto con dichas dinámicas.

Para Furtado, al tenerse que pasar a producir parte de los artículos antes importados, el coeficiente de capital deberá ser incrementado, complejizando la estructura dual en los países de la periferia, pues ahora, adicional al plano cultural, esta se proyectará a la estructura del sistema productivo, provocando nuevos procesos de desestructuración social. Se profundizará así un proceso de *modernización dependiente*, pues más allá de una transformación en el aparato productivo en los países periféricos, desde una perspectiva global, lo que se da es “un trasplante, del “centro” a la “periferia”,¹⁷ de actividades productivas ligadas a una clientela [las élites locales] perfectamente condicionada y bajo control” (FURTADO, 1977, p. 222).

Así, paralelo al proceso de expansión industrial, dinámicas asociadas a los procesos de urbanización, a los procesos de integración territorial nacional (por ejemplo, relaciones entre ciudades y entre estas con los puertos destinados para la exportación), y a los procesos de mejoramiento del bienestar de las poblaciones (infraestructura de vías, salud, educación, energía, saneamiento, etc.), hicieron con que un número creciente de la población, adicional a las élites tradicionales, tuvieran acceso a las dinámicas de consumo y contribuyeran a la expansión del mercado interno, así como a la demanda de nuevos patrones de consumo que claramente serían satisfechos a la usanza de los países centrales.

Una tercera etapa en la modernización de las sociedades de la “periferia” tiene lugar cuando el modelo sustitutivo alcanza su punto de saturación:

[...] la simple utilización plena de las reservas de depreciación de las empresas, que implica la elevación del producto real, requiere para concretarse cierta diversificación de la demanda, la cual tiende a hacerse efectiva mediante la introducción de nuevos artículos (o nuevos diseños) destinados a los grupos de elevados ingresos, lo que por su lado provoca elevación del coeficiente de capital, mayor concentración del ingreso, etc. [...] El desarrollo periférico pasa a ser, por lo tanto, la diversificación (*y la ampliación*) del consumo de una minoría, cuyo estilo de vida está dictado por la evolución cultural de los países de alta productividad en los cuales el desarrollo se apoyó, desde el inicio, en el progreso tecnológico. (FURTADO, 1977, p. 220)

En esta tercera fase, el factor que permitirá la elevación de la productividad será la intensificación en la diversificación de los patrones de consumo de las élites locales (que incluyen aquellos sectores que, por diversos motivos (urbanización, crecimiento de infraestructura etc.), han logrado integrarse a las dinámicas sociales de estas élites, independiente de que estas no estén acompañadas por procesos de acumulación de conocimiento, de innovaciones internas, de nuevas técnicas de producción, y, por el contrario, tengan repercusiones negativas sobre las condiciones de vida de las mayorías.

Reconstruida de manera rápida la trayectoria de la difusión del progreso tecnológico a América Latina, esta nos lleva a reflexionar sobre el papel y la

17. Oswaldo Sunkel definiría como un proceso simultáneo de integración internacional y desintegración nacional (SUNKEL, 1971), o, en palabras de Cardoso y Faletto, se genera un proceso de internacionalización del mercado interno (CARDOSO y FALETTO, 1969).

importancia del mercado interno en la difusión de la civilización industrial y la profundización del subdesarrollo. Al menos dos elementos pueden ser preliminarmente destacados. Primero, que más allá que el mercado interno brasileño fuese desigual, heterogéneo y estrecho, como se planteaba en los debates de los 50's, su crecimiento y expansión tuvo un papel importante en la consolidación histórica del subdesarrollo en América Latina, esto en la medida que, por un lado, contribuirá a generar de manera creciente nichos o espacios para el proceso de adopción de nuevas pautas de consumo, y, por el otro, intensificará el contacto entre las élites que acompañan el consumo propio de la expansión del sistema capitalista y la gran masa de población marginada de él, siendo ambos casos resultado de la intensificación del proceso de dependencia cultural. Segundo, que la expansión del mercado interno tiene una estrecha relación con la idea de modernización de los patrones de consumo, fruto del proceso de difusión de la civilización industrial a nuestros pueblos.

En este marco nos surge la siguiente pregunta: ¿será que es posible entender este proceso de modernización de las pautas de consumo asociado a la difusión del progreso tecnológico como un simple proceso de imitación de las pautas de consumo de las élites de los países del centro?

2. ¿Modernización de pautas de consumo = Imitación?

Nuestra respuesta es un no rotundo, por lo cual, apoyados en la obra de Furtado, buscamos contribuir a la sustentación de esta respuesta, al considerarla un punto de partida básico para el entendimiento del énfasis de lo cultural al interior de la teoría general del subdesarrollo/desarrollo.

2.1 La teoría de la dependencia en Furtado

Un primero argumento puede ser construido apoyado en la teoría de la dependencia desarrollada por el autor, que presenta de manera más organizada en su libro *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar* (1980), más tarde traducido para *Breve introducción al desarrollo: un enfoque interdisciplinario* (1987). Tradicionalmente, los análisis asociados al subdesarrollo se han centrado en la dicotomía atrasado-moderno con énfasis en las desigualdades tecnológicas; sin embargo, lo que se propone Furtado es mostrar que del lado de la demanda, del lado del consumo, también se generan desigualdades, caracterizadas más del lado cultural con fuerte incidencia en la transformación de las estructuras sociales y en la modernización (dependiente) de los estilos o modos de vida.

Así, a pesar de que el progreso tecnológico no contribuyó a un mejoramiento profundo de las técnicas productivas y reprodujo más un proceso de dependencia tecnológica, esta dinámica profundizó la destrucción total o

parcial de las formas tradicionales de producción tanto artesanales como agropecuarias que hacían parte de los modos de vida tradicionales de las comunidades que habitaban estos territorios. De esta manera, se profundizaría aquello que Marx llamó de *acumulación primitiva de capital*, pues, con el avance de la técnica, se iba liberando mano de obra y recursos naturales, los cuales iban siendo privatizados. Paralelamente, los aumentos de la productividad fruto de estas apropiaciones permitieron que aquellos grupos sociales privilegiados acompañaran de una manera condicionada la diversificación de los patrones de consumo fruto de la revolución industrial.

Por lo tanto, como lo menciona el autor, para entender la persistencia del subdesarrollo “es necesario observarlo como parte que es de un todo en movimiento, como expresión de la dinámica del sistema económico mundial generado por el capitalismo industrial” (FURTADO, 1980, p. 35-36), pues es sólo desde esta perspectiva que es posible entender las dinámicas bajo las cuales se reproduce el subdesarrollo. En este sentido, es necesario superar el análisis de tipo dicotómico de esta dualidad y trascender a un análisis dialéctico, donde dependencia tecnológica y dependencia cultural juegan papeles protagónicos y donde subdesarrollo y modernización son dos caras de una misma moneda y frutos de un único proceso, el de la difusión del progreso tecnológico.

Es en este sentido que hablamos que más que una teoría del subdesarrollo, la de Furtado es una teoría de la dependencia, una visión construida dialógicamente del proceso de desarrollo-subdesarrollo¹⁸. Es así como para el autor, esta teoría internamente está sustentada en tres teorías más: 1) Una teoría de la acumulación que “permite captar la diversidad en el tiempo y en el espacio del proceso de acumulación y las proyecciones de esa diversidad en el comportamiento de los segmentos periféricos” (Furtado, 1987, p.37), 2) una teoría de la estratificación social que permite profundizar “el análisis de las vinculaciones entre las relaciones externas y las formas internas de dominación social en los países que se instalaron en el desarrollo” (Ibid) y 3) una teoría del poder, que permite visualizar otros temas como la naturaleza del Estado y el papel de las empresas transnacionales en estos países.

2.2 Colonialismo cultural, mimetización cultural y modernización dependiente en Furtado

Retomando la idea de la creación y ampliación de un mercado interno para la difusión de nuevos productos, el autor evidenciará el establecimiento de conexiones entre las élites sociales del centro y la periferia, donde el interés principal de las del centro “[...] não [foi] o controle do sistema de produção local [...] e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional” (FURTADO, 1974, p. 84) para, una vez establecidas estas conexiones, abrir “o caminho para a introdução de todas as formas de

18. Al respecto, el mismo Celso Furtado en su artículo “Dependencia Externa y Teoría Económica” de 1971, planteará: “Habiendo adoptado este enfoque, la teoría del subdesarrollo resulta ser esencialmente una teoría de la dependencia” (FURTADO, 1971, p. 336)

‘intercâmbio desigual’, que historicamente caracterizam as relações entre centro e a periferia do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 35).

Este proceso hará de la búsqueda del desarrollo en estos países una dinámica “irracional”, pues en esta carrera por la modernización vía indirecta hará que la necesidad de incrementar la productividad y aumentar la acumulación de capital se soporten en la sobreexplotación de los recursos naturales y los trabajadores. Como plantearía Furtado:

Em síntese: se está configurando uma situação que permita à grande empresa utilizar técnica e capitais do centro e mão de obra (e capital) da periferia, aumentando consideravelmente o seu poder de manobra, o que reforça a tendência já anteriormente referenciada à “internacionalização” das atividades econômicas dentro do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p. 51)

En este proceso, el Estado jugará un papel importante como mediador en las conexiones entre grupos internos y externos, por ejemplo, garantizando la estabilidad de estas al interior de los sistemas nacionales:

A situação corrente hoje em dia é de aliança entre grandes empresas com os governos respectivos para obter vantagens internas e externas. Mas também se observa a ação conjunta de empresas originárias de países distintos visando a fazer pressão sobre os governos, inclusive o próprio. (FURTADO, 1974, p. 56-57)

De esta manera, la canalización del excedente económico y social generado en los países de América Latina para adoptar las pautas de consumo propias de la civilización industrial acontece bajo un proceso de *modernización dependiente*. Así, de acuerdo con Furtado, esta radica:

[...] na persistente disparidade entre o nível de consumo (inclusive, eventualmente, parte do consumo da classe trabalhadora) e a acumulação de capital no aparelho produtivo, porquanto a elevação da produtividade, que dá origem ao excedente, resulta da utilização extensiva de recursos naturais no quadro das vantagens comparativas internacionais. (FURTADO, 1974, p. 86)

Al proceso que dinamizará esta carrera por la modernización (dependiente) soportada en la sobreexplotación de los recursos y el trabajo y que será facilitado por el Estado en favor de las empresas trasnacionales del centro y sus élites, será lo que Furtado denominará *Colonialismo Cultural*, y el efecto de la modernización dependiente fruto de este proceso será lo que él denomina *Mimetización Cultural*.¹⁹

Desarrollados a lo largo de la trayectoria descrita durante un periodo de más de un siglo, será esta estrecha relación empresa-Estado-élites locales

19. Este concepto aparece por primera vez en la obra de Furtado en el capítulo I de su libro *O mito do desenvolvimento econômico* en 1974, al referirse a las diferencias en los procesos de industrialización entre los países del centro y la periferia (FURTADO, 1974, p. 45).

quien reforzará la condición de dependencia de nuestros países. A partir de esta reflexión, Furtado hará un aporte valioso a la pregunta que intentamos responder, al expresar que “a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraiza no sistema produtivo” (FURTADO, 1974, p. 89)

Una serie de investigadores han profundizado sobre el concepto de *Mimetismo Cultural*.²⁰ Para Plinio de Arruda Sampaio Jr. (2013), la emergencia de las relaciones centro-periferia y la falta de voluntad política se constituyen en las razones que hicieron del proceso de asimilación del progreso tecnológico una dinámica profundizadora del subdesarrollo. El primero, restringiendo el acceso a ciertas tecnologías e impidiendo la generación de unas bases materiales que sustentaran dicho proceso. El segundo, soportado en una “élites aculturadas” que, al desconocer su identidad cultural, favorecen el Mimetismo Cultural. Agregará un elemento adicional a los ya planteados, al evidenciar que en las apuestas por el desarrollo en América Latina existe, en la mayoría de los casos, una asimilación acrítica de las doctrinas económicas irradiadas desde el centro como dogmas, que contribuirían igualmente al condicionamiento de la autonomía para pensarse el desarrollo. En este sentido, va a definir la segregación social, el colonialismo cultural y el economicismo “como condicionantes do mimetismo cultural responsável pela modernização dos padrões de consumo” (SAMPAIO JR., 2013, p. 77)

Carlos Brandão (2013) parte de reflexiones muy próximas a las hechas por Sampaio Jr. sobre la idea de la voluntad política como problema clave para entender y superar el subdesarrollo. Para él, una de las tareas urgentes de los estudios del desarrollo es identificar la naturaleza del sistema de dominación sobre el que se soporta este problema, en la medida que define el proceso de fragmentación social y posterior aculturación²¹ intensa de nuestras élites como los elementos que facilitan la exacerbación de un proceso de modernización dependiente que progresivamente va socavando nuestras raíces culturales, nuestro sistema de valores, nuestras representatividades simbólicas, en favor de una idea de progreso y posteriormente de desarrollo que propende por una aparente homogenización social del lado del consumo, pero es totalmente excluyente en términos de la marginación a los beneficios del desarrollo.

En esta medida, la idea del mimetismo cultural expuesta por Sampaio Jr. vuelve a tomar protagonismo como manifestación clara del subdesarrollo, pues, como plantea Brandão:

O mimetismo das elites e a assimilação passiva da cultura material exógena conspiram contra a afirmação da soberania cultural e da riqueza cultural, do sistema de valores, do povo brasileiro. O sistema de forças produtivas não é posto a serviço do enriquecimento cultural e social de seus cidadãos. (BRANDÃO, 2013, p. 251)

20. Una de las primeras referencias aparecería en 2001, en un texto de Clovis Cavalcanti titulado *Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico*, y que posteriormente retomaría en 2002 en *Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia*

21. El diccionario de ciencias humanas de Jean-François Dortier (2010) asocia el término de aculturación a la época marcada por el colonialismo y por las transformaciones operadas en el seno de las sociedades tradicionales por la modernidad, donde este concepto fue utilizado para describir como, cuando una cultura dominada entra en contacto con una cultura dominante, sufre fuertemente su influencia, perdiendo su propia esencia. Sin embargo, la antropología moderna, que tiene una visión menos homogénea de las culturas, hace énfasis en la diversidad de procesos de transformación emergente de estos contactos y propone hablar mejor de sincretismo, es decir, entender el contacto entre estas dos culturas como un proceso de síntesis culturales.

El entendimiento de las ideas de Colonización Cultural y el Mimetismo Cultural en este proceso da cuenta, una vez más, que la idea de la modernización de las pautas de consumo va más allá de un simple proceso de imitación.

2.3 Ragnar Nurkse y el Efecto de Demostración (ED)

Finalmente, una de las ideas recuperadas de Furtado al inicio del texto, asociadas a su análisis de la relación entre la demanda y la distribución de la renta en un escenario de creciente diversificación del consumo, nos remete a un debate sostenido a inicios de la década del 50, en parte como resultado de la publicación del primer informe de la Cepal (1949) y que tuvo como escenario la Fundación Getulio Vargas (FGV) y particularmente su *Revista Brasileira de Economia* (RBE).²² Éste se dio en torno al análisis de los obstáculos para la formación de capitales en los países subdesarrollados, teniendo como importante referente las conferencias ofrecidas por el profesor Ragnar Nurkse, de la Universidad de Columbia, en Río de Janeiro en 1951.²³

Desde su primera conferencia, el objetivo del profesor Nurkse fue hacer evidente que el problema de la formación de capital no era sólo cuestión de disponibilidad de recursos monetarios, es decir, que los obstáculos al desarrollo no sólo estaban del lado de la oferta de capital, que habían otros factores del lado de la demanda que podrían contribuir de manera favorable o adversa a dicha formación. En este sentido, después de hacer evidente la interrelación entre el tamaño del mercado y el incentivo para invertir (a mayor tamaño, mayor incentivo para invertir), en su segunda conferencia se introduce en el estudio de la desigualdad en la distribución de la renta como otro problema en la formación de capitales.

Para ello toma mano de la *teoría del comportamiento del consumidor* planteada por James Duesenberry en su libro *Income, saving and the theory of consumer behavior* (1949) e intenta extrapolarla a la desigualdad entre los países en el contexto internacional.

Conforme a esta teoría, las funciones de consumo individual son inter-relacionadas y no independientes, lo cual puede ser explicado por dos razones principales. Primero, por lo que él denomina la “Teoría de la disparidad”, que tiene como base el deseo de emulación o de consumo ostentoso, observación realizada a finales del siglo pasado por el institucionalista norteamericano Thorsten Veblen, y, en segundo lugar, por lo que él denominaría el “Efecto de demostración” (ED), según el cual:

Quando indivíduos estabelecem contato com bens superiores ou padrões superiores de consumo, com artigos novos, ou novos meios de satisfazer velhas necessidades, ficam depois de algum tempo sujeitos a certa inquietação e insatisfação; a sua imaginação é estimulada, seus desejos aumentados, suas propensões de consumo deslocam-se para um nível superior. (NURKSE, 1951, p. 50)

22. Tanto la FGV como la RBE, en la década del 1950, se convirtieron en epicentros de debates entre académicos de universidades norteamericanas (Jacob Viner, Gottfried Haberler, Ragnar Nurkse, entre otros) e intelectuales latinoamericanos (Raúl Prebisch y Celso Furtado principalmente). Todos estos debates pueden ser encontrados en el sitio web de la revista.

23. Ragnar Nurkse estuvo entre julio y agosto de 1951 en Brasil por invitación de Eugênio Gudín, quien en ese momento presidía el Instituto Brasileiro de Economia en Río de Janeiro, para presentar una serie de seis conferencias, las cuales posteriormente serían publicadas en la RBE en el número correspondiente al último trimestre de 1951. Estas 6 conferencias también fueron publicadas en 1951 en inglés por Basil Blackwell, Oxford, bajo el título *Problems of capital formation in underdevelopment countries*, y posteriormente en 1955 en español por el Fondo de Cultura Económica como *Problemas de formación de capital*.

De esta manera, plantea Nurkse que este fenómeno de inter-dependencia puede influenciar de manera significativa la decisión entre consumir o ahorrar. En sus palabras:

O montante da poupança realizada por um indivíduo depende não somente, e talvez nem mesmo principalmente, do nível de sua renda real, mas também, e talvez predominantemente, da relação entre sua renda real e o nível superior de renda de outras pessoas com as quais possa vir a ter contacto. (NURKSE, 1951, p. 52)

Y agrega a continuación:

Quando se leva em conta a interdependência das preferências do consumidor, compreendemos que uma distribuição mais desigual da renda pode reduzir a proporção média da poupança, em vez de aumentá-la como frequentemente se supõe. (NURKSE, 1951, p. 52)

Es a partir de estas ideas que Nurkse plantea el efecto demostración como hipótesis explicativa para el problema de la formación de capital, pues dicho efecto explicaría que si el 75% de la población norteamericana no ahorra nada no es por ser pobres o porque no desean ahorrar, sino porque los patrones de consumo mantenidos por el restante 25% de la población estimulan sus deseos de gastar a tal nivel que nada les sobra para ahorrar.

Hecho este análisis, Nurkse busca extrapolar esta hipótesis para las relaciones económicas internacionales. Para él, la dinámica del progreso tecnológico implica una secuencia lógica de generación de nuevos productos, modificación de modos de vida (patrón de vida)²⁴ y generación de nuevas necesidades, que, en el caso de países subdesarrollados, terminan siendo suplidas vía importaciones, haciendo “muito mais fácil adotar hábitos de consumo²⁵ do que melhores métodos de produção” (NURKSE, 1951, p. 54), es decir, para las clases de rentas altas en los países subdesarrollados, es más fácil acceder a la modernización y el desarrollo vía patrones de consumo que vía adopción de patrones tecnológicos.

De esta manera, Nurkse llamará la atención sobre dos elementos que podrían ser útiles para nuestra discusión. Uno de carácter externo, que tiene relación con la intensidad con que se da el ED, y otro de carácter interno, asociado a las particularidades del territorio y sociedad donde se da el ED y al grado de consciencia que la sociedad tiene de las desigualdades que implica este proceso, lo cual estará relacionado directamente, por ejemplo, con acceso a nuevos medios de comunicación, que serían no sólo los medios masivos de comunicación, como la radio, la televisión, los periódicos, sino también otros canales, como la educación.

Algunos autores retomarían el trabajo de Nurkse intentando otorgarle una capacidad explicativa mayor a este concepto. En *The “Demonstration Effect” in a dual economy* (1959), Alpha Chiang, partiendo del supuesto de que en un país

24. Para Nurkse, el patrón de vida tiene dos significados: el primero, en el sentido de la aspiración, y el segundo, en el sentido de aquello que un país o un pueblo puede costear. Para entender mejor, él coloca un ejemplo: “Cadillacs e televisão podem constituir parte do padrão de vida de um país no primeiro sentido, mas não no segundo” (NURKSE, 1951b, p. 53)

25. De esta manera no sólo está haciendo referencia a la adopción de nuevos patrones de consumo, no sólo está refiriéndose al consumo conspicuo o de lujo, sino también en los términos de nuevos modos de vida, a nuevas medicinas, nuevos medios de transporte, acceso a servicios como electricidad, acueducto, gas, agua potable, entre otros.

típico subdesarrollado es posible identificar la existencia de dos sectores con fuertes implicaciones culturales, los *contact-points* y los *hinterland*,²⁶ le permitirán desarrollar la hipótesis de que el ED debe analizarse de manera diferencial, propondrá entonces un “Efecto de Demostración Inter-sectorial”, donde el análisis de la relación cultura-consumo le permitirá dimensionar el tipo y la magnitud de tal impacto en la modernización de las pautas de consumo.

Posteriormente, en texto publicado en la revista *Trimestre Económico* en 1963 bajo el título *El efecto “demostración” y las economías subdesarrolladas*, Armando Baltra avanzará en la idea propuesta por Nurkse sobre el papel de los medios de comunicación y la educación sobre el ED y argumentará que este puede tornarse motor de respuestas sociales, de movimientos sociales que contrario a la lógica de la imitación, desde una perspectiva cultural, de arraigo a sus culturas y tradiciones, promuevan apuestas por una resistencia a adoptar dichos referentes socio-culturales. En palabras del autor:

Estos medios permiten al sujeto comparar, directa y objetivamente, su estándar de vida con el de otras personas. La comparación, por cierto, puede ser favorable o desfavorable. Es desfavorable cuando el sujeto se pone en contacto con bienes de calidad superior a los que él consume de ordinario. Cada uno de estos contactos amenaza la estabilidad y persistencia de los consumos habituales ya que el sujeto reconoce la superioridad de patrones de consumo distinto al suyo. El contacto estimula su imaginación, despierta deseos, provoca insatisfacción, genera desagrado. En suma, da origen a una necesidad: la necesidad de mejorar el estándar de vida, de elevar la propensión a consumir. (BALTRA, 1963, p. 269)

Y más adelante adiciona:

El consumo ostentoso produce, entonces, un efecto individual único: la insatisfacción con el actual estándar de vida. Pero, como el fenómeno afecta, por igual, a grandes masas, se traslada de lo individual a lo colectivo, se unifica en una aspiración común, y genera un proceso social. [Generando] un descontento activo que representa, tal vez, el acontecimiento humano más trascendental del siglo XX. Basta pensar “sólo un instante en las ansias, los anhelos, las inquietudes, que los empleados, los obreros y los profesionales, de ingresos medios y bajos, deben experimentar necesariamente ante las ostentaciones de las clases con altas rentas y frente a las imágenes que les muestran el cine o la publicidad”. Todas estas son potentísimas fuerzas psicológicas y sociales que, de continuo, suscitan y vigorizan los anhelos de mejores condiciones de vida. Millones y millones de personas reclaman una existencia decente y digna. En todos los países con economías subdesarrolladas hay una fuerte demanda social de progreso y bienestar. La acción, unida y articulada, de esta demanda con el extraordinario crecimiento demográfico de las áreas subdesarrolladas es la fuente donde se nutren los estímulos motores de los movimientos sociales y políticos que están conmoviendo, removiendo y transformando el mundo. (BALTRA, 1963, p. 269)

26. Alpha Chiang los define así: “The contact-points are the commercial centers, ports, and other areas where there has been extended exposure to Western cultural influence; where a substantial number of foreigners reside as government or business representatives; and where a sizable portion of the population speak English or another western language, induced to do so by the frequent contact with Westerners. Moreover, such places usually can boast of highly developed financial institutions as well as commercial and industrial establishments. Consequently, there prevails in these areas an economic mentality distinctly oriented toward capitalism. The hinterland sector, on the other hand, has been largely isolated from the influence of Western culture, and consists mainly of rural areas. The populace of this area not only lack personal contact with Western culture, but may even have been sheltered from such indirect contacts as are provided by movies or magazines from Western nations, either because of the language obstacle, or because of the general poverty.” (CHIANG, 1959, p. 250)

Así entonces, para Baltra, es posible identificar una doble dinámica social como consecuencia del ED — por un lado, la de intensificación del consumo conspicuo y la imitación socio-cultural de ciertos sectores sociales, donde los medios masivos de comunicación se convierten en intensificadores de este consumo (difusores y fortalecedores del efecto de demostración), y, por el otro, la motivación de procesos de resistencia, de movilización social, como respuesta a los procesos de marginación y estigmatización de aquellos sectores sociales que no asumen la homogenización del lado del consumo deseada por el capital.

Finalmente, Luis Ramiro Beltrán, en su libro *La revolución verde y el desarrollo rural latinoamericano* (1971), habla de la conexión entre los elementos expuestos anteriormente: ED, medios de comunicación y frustración, al plantear que:

Ese proceso imitativo [el ED] no puede darse a menos que haya contacto suficiente entre los que tienen ingresos menores y los que disfrutan de ingresos harto mayores. Y es ahí que algunos ven los medios masivos de comunicación como culpables de facilitar desaprensivamente el “efecto demostración”. Forzados por el ansia mercantil de sus anunciadores a “ampliar el mercado”, diarios, radios y televisores estimulan a las clases de bajos ingresos a adoptar costumbres sociales y modos de compra equivalentes a los de las clases de altos ingresos. Incitan, esto es, a los pobres a conducirse como si fueran ricos; [...] Ofrecen al pueblo, en suma, un mundo maravilloso que no está a su alcance. (BELTRAN, 1971, p. 26)

De esta manera, se hace evidente que el Efecto de Demostración va más allá de la idea simple de un proceso de imitación, como lo permite ver Nurkse y los demás autores citados. Relaciones de poder y dominación, así como identidades culturales y relaciones territoriales, complejizan el análisis asociado a la modernización de los patrones de consumo, en la medida que no sólo el proceso de consumo se relaciona con la cultura, sino también los procesos de producción. Es decir, la generación de nuevos satisfactores para las necesidades de las personas y las comunidades no responde simplemente a los intereses de las comunidades, pues su relación con otras comunidades y el papel de las élites externas y locales guiados por el principio de la acumulación hacen de los procesos productivos dinámicas con cargas ideológicas y económicas que trascienden la simple imitación.

Consideraciones finales

Sin duda la idea de la modernización de los patrones de consumo, en el caso de América Latina, no puede ser entendida como un simple proceso imitativo. Como vimos, este proceso se enmarca en una problemática que en lo económico va más allá del subdesarrollo para tomar lugar en el concepto más

amplio de dependencia y trasciende esta dimensión al expandirse de manera eficiente al todo social, generando importantes transformaciones en medio de las grandes diferencias culturales que recogen los territorios nacionales, otorgándoles características de un problema estructural.

Sin duda, la posibilidad de enriquecer los análisis actuales sobre los problemas del subdesarrollo/desarrollo requiere integrar esta lectura. Las trayectorias descritas, las categorías de análisis propuestas y las propuestas metodológicas que ahondan en el papel de lo cultural en el subdesarrollo y la modernización dependiente de nuestros países aportadas por Furtado así lo exigen. Seguir restando importancia a la expansión del mercado interno y su papel en la difusión de los valores y patrones de consumo asociados a la civilización de Occidente en los análisis sobre las naciones de América Latina implica reproducir en sí mismo el colonialismo cultural, en esta ocasión del lado del conocimiento. Paradójicamente, revisando el caso de Furtado, dejar de lado sus análisis sobre el tema cultural implica marginar el conocimiento de un no marginado al interior de la heterodoxia latinoamericana, la cual a su vez en su momento fue marginada.

Con estas ideas en mente y recogiendo los elementos planteados anteriormente, cerramos este trabajo resaltando algunos elementos que refuerzan el no como respuesta a la pregunta guía:

- Un primer elemento es que, bajo la histórica dinámica de expansión del capital, *la modernización de los patrones de consumo* no es un proceso autónomo; por el contrario, su materialización y formas de incidencia dan cuenta de ser un proceso planeado. Como dijera Furtado, es un proceso de dominación política.

Esta idea nos permite avanzar en la línea de la teoría de la dependencia de Furtado, pues en el caso de América Latina es posible identificar como hubo todo un contexto geopolítico e ideológico que marcó y orientó la expansión del capital. La Gran Depresión, y, posteriormente, los acontecimientos que desataron la II Guerra Mundial (amenaza del comunismo, el hambre, entre otros), marcaron profundas transformaciones en las relaciones internacionales de Estados Unidos con los países de América Latina, pasando de unas relaciones de dominación fundamentadas en la violencia, la invasión y la intervención directa a una aparentemente más amigable a través de la Política de Buen Vecino del presidente Roosevelt y sus posteriores modificaciones, donde más allá del interés y necesidad local de la promoción de un proceso de industrialización y el crecimiento económico, estará fundamentada en los pilares de la penetración cultural y la 'difusión' de la ciencia, con fuerte incidencia en las orientaciones sociales, económicas y políticas de estos países en esos años y a futuro. Todo esto sustentado

en un aparato institucional comandado por el Office of the Coordinator of Interamerican Affairs (OCIAA), guiada por Nelson Rockefeller.

Posteriormente, con el inminente final de la II Guerra Mundial, Harry Truman presentó al mundo el llamado “Punto IV”, cuyo objetivo era ofrecer a las regiones atrasadas los avances científicos y el progreso industrial con el propósito de superar la condición de miseria, atraso, hambre, insalubridad y de economía primitiva mantenida por los países subdesarrollados. Ese programa priorizaría la asistencia técnica a los países subdesarrollados y dejaba claro que el gobierno de los Estados Unidos no invertiría directamente en los países subdesarrollados.²⁷

Es así como Truman se apoya en la experiencia de Nelson Rockefeller²⁸ para construir la estrategia de materialización del Punto IV²⁹, fundada en el establecimiento de programas tanto de asistencia técnica y financiera como de extensión rural. Para ello, también es aprovechada la experiencia y participación del IICA como institución en los países de América Latina, y se le encomienda, a través de contratos, la ejecución de proyectos como el 39, “Enseñanza técnica para el mejoramiento de la agricultura y la vida rural”, el Servicio de Intercambio Científico, y posteriormente, en la década del 1960, los proyectos 201 y 206, relacionados con el crédito agrícola y la reforma agraria respectivamente.

27. Gerson Moura afirma que la embajada de Brasil en Washington informó al Itamaraty que no era para esperar el “Punto IV” como un Plan Marshall para la periferia (MOURA, 1990, p. 97).

28. Para Colby (1998, p. 19), Rockefeller montó, a lo largo de 30 años, un sistema de ayuda gradual para América Latina, “comenzando como coordinador de Asuntos Americanos de Roosevelt, durante la II Guerra Mundial, y a continuación como arquitecto de la ayuda externa de Truman”, es decir, el Punto IV.

29. “Nesse sentido, os fundadores da AIA [entre eles Nelson Rockefeller] tiveram papel direto na definição da agenda de Harry Truman, nela incorporando o programa de assistência técnica e financeira para auxílio aos países considerados subdesenvolvidos. Este item ficou conhecido como “Ponto Quatro”. (SILVA, 2009, p. 16-17)

- Otorgarle la condición de problema estructural es fundamental. En esa medida, será posible entender que la denominada *Mimetización Cultural* tendrá que analizarse bajo una compleja relación cultura-producción-consumo. Es así como, al revisar las formas de desarrollo y materialización del Punto IV mencionadas anteriormente, encontramos la participación del capital privado norteamericano y sus fundaciones (Rockefeller y Ford eran algunos de los que defendían estos intereses), de importantes centros académicos norteamericanos como el MIT o Harvard, de instituciones multilaterales como la Unesco y la utilización de medios masivos de comunicación (radio, cine, televisión, prensa) como parte de la producción y difusión de las estrategias para su implementación y donde las industrias culturales norteamericanas sobresalen.
- Finalmente, recuperando la discusión sobre el ED de Nurkse, es necesario entender que el *Colonialismo Cultural* y el *Mimetismo Cultural* no se difunden y materializan de manera homogénea, es decir, no todos los sectores de una sociedad que entra en contacto con otra sociedad con patrones de vida (tecnológicos, culturales y consumo) “superiores” asimilará de la misma manera tales estándares de vida. Por un lado porque, si entendemos al capitalismo como un sistema de privilegios, no todos

podrán adoptar tales patrones, y por el otro porque, destacando las diferencias culturales, no todos los grupos sociales querrán entrar en dicha lógica. Así, no es posible pensar que la *modernización de patrones de consumo* tenga el mismo impacto entre pequeñas comunidades cercanas a los principales centros urbanos que sobre aquellas que están más alejadas de estos, o entre estos mismos grandes centros urbanos y comunidades indígenas o negras al interior del mismo país.

Por lo tanto, su estudio tendrá que tener en cuenta una aproximación diferencial, siendo allí, donde la identidad cultural y la capacidad creativa, o, por el contrario, el condicionamiento creativo, emergen como variables claves para pensarse procesos alternativos que permitan superar las condiciones del subdesarrollo. Tal como lo expresó Baltra, es posible que la asimilación del progreso tecnológico también promueva procesos de movilización social y resistencia a las dinámicas capitalistas, es decir, generen una explosión creativa al interior de las comunidades.

§

Referencias

- BALTRA, A. El efecto “demostración” y las economías subdesarrolladas. In: *El trimestre económico*, abr. – jun., 1963.
- BELTRAN, L. R. La revolución verde y el desarrollo rural Latinoamericano. In: *Publicación Miscelánea 1126*. Bogotá: Centro Interamericano de Desarrollo Rural y Reforma Agraria, 1971.
- BOLAÑO, C. *O conceito de cultura em Celso Furtado*. Aracaju: Obscom/UFS. Mimeografado.
- BORGES, P. P. *O pensamento político na obra de Celso Furtado*. São Paulo: PUC-SP, 2007.
- BRANDÃO, C. *Estruturas, hierarquias e poderes: Furtado e o retorno à visão global de Prebisch e Perroux*. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 7, n. 10, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, p. 305-309, jan. – jun. 2012.
- _____. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers/Centro Internacional Celso Furtado, p. 235-254, 2013.
- CARDOSO, F. C.; FALETTTO, E. Dependencia y Desarrollo en América Latina, Argentina: Buenos Aires, Siglo XXI, 1969.
- CEPÉDA, V. *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia*, 2003. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA_O_pensamento_pol%C3%ADtico_de_CFPdf
- CHIANG, A. C. The “Demonstration Effect” in a dual economy. In: *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 18, n. 3, p. 249-258, Apr., 1959.
- COLBY, G. *Seja feita a Vossa Vontade. Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- DORTIER, J.F. *Dicionário de ciências humanas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: *Revista Brasileira de Economia*, vol. 6, n. 3, 1952.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. Dependencia externa y teoría económica. In: *El Trimestre Económico*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, vol.38, n.150, p. 335-349, 1971.
- _____. *Análise do modelo brasileiro*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.
- _____. *Teoria y política del desarrollo económico*. 7ª Ed. México: Siglo XXI Editores S.A., 1977.
- _____. *Teoria y política del desarrollo económico*. Segunda Parte. *El proceso de desarrollo: enfoque analítico* 7ª Ed. México: Siglo XXI Editores S.A. 1977.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Breve introducción al desarrollo: un enfoque interdisciplinario*. Tradução: Stella Mastrangelo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores*. In: *Introdução ao desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Cap. 3.
- FURTADO, R. F. d'A. (Org.) *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Arquivos Celso Furtado. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Centro Celso Furtado, 2012.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Contraponto, 2005.
- MOURA, G. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.
- MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília: Ipea, 2004 (Texto para Discussão n. 1051). Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1051.pdf
- NURKSE, R. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. II. Disparidades internacionais de renda e a capacidade de poupar. In: *Revista Brasileira de Economia*, vol. 5, n. 4, 1951.
- OLIVEIRA, F. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RODRIGUEZ, O. *El estructuralismo latinoamericano*. Cepal – Siglo XXI. México, 2006.
- SAMPAIO JR., P. A. A atualidade da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. In: D'AGUIAR, R. F.(Org.) *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, p. 69-85, 2013.
- SILVA, C. M. *Agricultura e cooperação internacional: A atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os Programas de Modernização no Brasil (1946-1961)*, 2009. Tese (Doutorado) — Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- SUNKEL, O. Capitalismo transnacional y desintegración nacional en la América Latina. In: *El trimestre Económico*, n. 150, abril-junho, 1971.

Recebido em 29/05/2015
e aceito em 13/09/2015

Lays de Araujo Rocha¹
 Cristina Fróes de Borja Reis²
 Fernanda Graziella Cardoso³

Problemas cruciais do subdesenvolvimento brasileiro: uma análise kaleckiana do período desenvolvimentista (1956 a 1980)

RESUMO

Kalecki (1968) aponta alguns problemas cruciais que países subdesenvolvidos precisam superar para enfim atingir o desenvolvimento econômico. Este trabalho visa revisitar o ponto de vista de Kalecki e confrontar suas “soluções difíceis” do subdesenvolvimento com as diretrizes e resultados de políticas econômicas no Brasil entre 1956 e 1980, refletindo se, sob a ótica kaleckiana, o país alcançou um resultado de desenvolvimento no período.

Palavras-chave

Kalecki; Economia brasileira; Subdesenvolvimento; Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

Kalecki (1968) singled out certain crucial problems that underdeveloped countries need to overcome in order to achieve their much sought-after economic development. This work aims to revisit Kalecki's point of view and compare his “difficult solutions” to underdevelopment with the directives and results of economic policies adopted in Brazil between 1956 and 1980, the idea being to see whether, from a Kaleckian perspective, the country did in fact achieve some level of development in this period.

Keywords

Kalecki; Brazilian economy; Underdevelopment; Economic development.

1. Bacharel em ciências econômicas e em humanidades pela Universidade Federal do ABC – UFABC. Email: araujolays7@gmail.com

2. Professora dos bacharelados em economia (BCE) e em relações internacionais (BRI). Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo (2003), mestrado e doutorado em economia da indústria e da tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008 e 2013), doutorado-sanduíche no Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Cambridge (Inglaterra, 2010-2011). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da UFABC e coordenadora do grupo de pesquisa sobre cadeias globais de valor da UFABC. Email: cristina.reis@ufabc.edu.br

3. Professora dos bacharelados em economia (BCE) e em relações internacionais (BRI). Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado em economia da indústria e da tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e doutorado em economia do desenvolvimento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2012). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS) da UFABC e co-coordenadora do grupo de pesquisa sobre cadeias globais de valor da UFABC. Email: fernanda.cardoso@ufabc.edu.br

Introdução

Ao olhar-se pela janela, observam-se diferentes realidades coexistindo no mesmo ambiente social, econômico ou político, redundando em amplas desigualdades. Certamente, os interesses divergem e atravancam a superação delas. Seja a respeito de classes, regiões ou de países, como superar essas desigualdades e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das pessoas?

É difícil pensar em igualdade quando o contexto é desigual, mesmo ciente de que o motor da história seja a luta de classes, como bem explicaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848). Por outro lado, pode ser que não necessariamente todos os países estejam condenados ao subdesenvolvimento, mas se fazem necessárias diversas rupturas estruturais e institucionais para tanto.

Uma das reflexões mais relevantes sobre o tema adveio de Michael Kalecki, o polonês autodidata em economia que se baseou nos estudos de Marx para elaborar sua teoria no campo da economia do desenvolvimento. Desde o seu nascimento, Kalecki vivenciou movimentos históricos como as revoluções de 1905-1907 em seu país, a Guerra Mundial de 1914-1918 e a Revolução Russa em 1917. Enquanto funcionário de diversos institutos de pesquisa (Institute of Research on Business Cycles and Prices, em Varsóvia, Polônia; Oxford Institute of Statistics, em Oxford, Inglaterra; International Labour Organization, em Montreal, Canadá; United Nations Organization, em Nova Iorque), suas ideias surgiram a partir das observações da vida econômica. Também foi convidado por alguns países subdesenvolvidos, como Índia, Israel e Cuba, para assessorar os governos em busca de desenvolvimento e planejamento. Estas experiências contribuíram para que elaborasse sua tese sobre economia do desenvolvimento, considerando além da economia tradicional, aspectos sobre política e distribuição de renda e riqueza. Nas palavras de Ghosh (2011):

Sua teoria sempre foi fundamentada em fatos relevantes, e procurou examinar questões referentes a toda economia, conforme o processo político referente a ele. Isso destaca outra característica essencial de sua análise: sua avaliação fundamental de que a economia é, em última instância, sobre política; que qualquer análise de uma economia que vise se dissociar dos determinantes sociopolíticos e implicações de fenômenos econômicos seria além de inadequado, totalmente errado. Em particular, as questões distributivas de estratégias econômicas foram de grande preocupação. E continuam a ser extremamente importantes,

servem como um antídoto para a despolitização do trabalho sobre economia do desenvolvimento, que tenta ignorar essa realidade, ou a subordinar todos os aspectos políticos e de distribuição com a denominação enganosa de “governança”. (GHOSH, 2011, p. 3)

Kalecki faz uma leitura sobre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, discutindo alguns dos seus principais problemas e possíveis soluções no artigo *A diferença entre os problemas cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas*, de 1968. Considerando que o Brasil a essa altura estava vivendo exatamente o ciclo desenvolvimentista que o tornou um país urbano e industrializado, o objetivo deste artigo é aplicar a análise kaleckiana ao caso brasileiro no período de 1956 até 1980, verificando como as medidas políticas e econômicas impactaram o processo de desenvolvimento do país. Pretende-se também examinar se o Brasil teria saído da condição de país subdesenvolvido e, em caso afirmativo, se o caminho pode ser compreendido, em alguma medida, a partir das propostas teóricas de Kalecki, que apontam para a necessidade de promoção de profundas mudanças que impactem não somente a complexidade da estrutura produtiva, mas especialmente o padrão de distribuição de renda e riqueza.

A preocupação teórica de Kalecki com relação à crucialidade de se promover reformas estruturais, tal como a reforma agrária, o aproxima da concepção teórica de autores estruturalistas da tradição latino-americana, como Prebisch e Furtado. Sob essa concepção, se mudanças na estrutura produtiva — no sentido especialmente da industrialização — não forem acompanhadas por reformas estruturais — destacadamente aquelas que impactam a distribuição de renda e riqueza —, os efeitos positivos da maior complexidade da estrutura produtiva não seriam suficientes para superar o subdesenvolvimento.

Apesar da sua perspectiva pautada pelo princípio da demanda efetiva e pela centralidade dinâmica do investimento, no contexto dos países subdesenvolvidos, Kalecki destaca o que seria o problema crucial que antecede a insuficiência de demanda efetiva: a insuficiência de capacidade produtiva, especialmente no que se referia à produção de bens primários. Para promover as mudanças necessárias, embora não suficientes, para o rompimento da condição de subdesenvolvimento, fazia-se necessária uma grande atuação do Estado, seja para planejar, incentivar ou complementar o investimento privado. Nesse sentido, se e em que medida teria o Brasil no seu período desenvolvimentista enfrentado os problemas cruciais apontados por Kalecki e rompido com a “armadilha do subdesenvolvimento”? (FURTADO, 1992).

O trabalho divide-se em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresentará a tese kaleckiana sobre o subdesenvolvimento, comentando suas principais influências e aderências às abordagens da economia do desenvolvimento dos anos 1950 a 1980. A segunda seção

descreve a trajetória político-econômica brasileira de 1956 até 1980; e a terceira examina em que medida o Brasil naquele período seguiu ou não as prescrições normativas da política de desenvolvimento de Kalecki.

1. Perspectiva kaleckiana sobre países subdesenvolvidos

Antes de discorrer sobre desenvolvimento econômico, é essencial discutir o conceito. Segundo Cardoso (2012), desenvolvimento é necessariamente um tema multidisciplinar e foi por muito tempo confundido com crescimento. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o termo crescimento se aplicava a países centrais, enquanto o tema desenvolvimento destinava-se a países periféricos, e seu ramo de estudo recém-formado foi alcunhado de economia do desenvolvimento. Após o final da Segunda Guerra Mundial, recuperaram-se as teorias intervencionistas que repercutiram na economia do desenvolvimento, isto é, que admitiram que o Estado, ao intervir na economia, poderia impulsionar o desenvolvimento por intermédio de planejamento. Sendo assim, para esta corrente de pensamento, em geral, o desenvolvimento econômico dependeria de três pilares: mudança estrutural, crescimento econômico e distribuição de renda. A abordagem, além de estrutural, é institucional, pois as instituições contribuem para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que outras resultam dele, moldando-se aos ciclos de crescimento, e sendo que podem também breçar o desenvolvimento. Vale lembrar que o Estado pode intervir e mudar o sentido das instituições, ou seja, tem e teria a capacidade de construir instituições anticíclicas.

O processo de desenvolvimento na visão kaleckiana guarda relação fundamental com as flutuações do investimento. De acordo com a sua *Teoria da dinâmica econômica* (1954), o investimento é determinado, em linhas gerais, pela poupança bruta interna das firmas, pela variação dos lucros e pela variação do volume de capital líquido. Estas três variáveis constituem a função investimento descrita abaixo:

$$F_{t+\tau} = \overset{\text{I}}{aS_t} + \overset{\text{II}}{b\frac{\Delta P_t}{\Delta t}} - \overset{\text{III}}{c\frac{\Delta K_t}{\Delta t}} + d$$

O termo I representa poupança das empresas (S_t) considerada como lucro retido. Não se trata, portanto, de poupança total, e o parâmetro deve ser $0 < a < 1$ para que o modelo apresente ciclos. Conforme Possas (1999), seu valor positivo se deve ao princípio do risco crescente: o grau de endividamento das empresas

afeta negativamente a decisão de investir por causa do aumento da percepção do risco do emprestador (que aumenta o *spread*) e também porque o tomador de crédito para de investir (e de se endividar) quando sente que o risco dele tornar-se inadimplente é crescente. Ainda segundo Possas, a *St* exprime a capacidade de autofinanciamento do investidor, mas deveria ser não linear, pois, especificada como está, parece que existe uma tendência automática ao reinvestimento.

Assim, a poupança das empresas deve impactar positivamente o investimento, porque representa uma maior disponibilidade de recursos para investir diretamente. Caso o investimento seja financiado por crédito bancário, os lucros serão os mesmos, pois se acumulam sob a forma de depósitos bancários, suscetíveis a juros. O investidor pode optar pela aplicação da poupança em investimento, visto que os lucros em determinado período constituem o resultado direto do consumo dos capitalistas e investimento naquele período; logo o investimento forneceria a própria poupança para financiá-lo (KALECKI, 1954).

O termo II compõe as variáveis que mais oscilam dentro do investimento, quais sejam, lucros brutos (P) e estoques de capital líquido (K) instigados pela demanda. A elevação da taxa de lucro influencia positivamente novos investimentos, pois o investimento é cíclico. Com o cenário favorável, os capitalistas investem e, portanto, aumentam sua capacidade de produção. Em seguida ocorre um excesso de capacidade produtiva, motivada pela fase de expansão. Quando o ciclo estaciona na fase de recessão, visto que a demanda pelos produtos diminuem, obriga as empresas a desestruturarem sua produção, ou por meio de aumento de capacidade ociosa e formação de estoques ou por falência, até que o ciclo recomece. A taxa de elevação do volume de capital líquido repercute no investimento negativamente na medida em que o incremento da capacidade produtiva eleva o estoque de capital líquido. O estoque é proporcional à taxa de produção e ao nível de vendas. Uma parte do estoque serve de reserva, sendo possível aumentar a renovação dos estoques. Quando a produção diminui, o nível de estoques se reduz depois de certo tempo. De forma que o aumento de investimento implica um aumento da produção, o que faz com que os estoques aumentem também (POSSAS, 1999).

O termo III, a constante d genericamente chamada por Kalecki de “fatores do desenvolvimento”, representa os outros elementos causadores do investimento, como crescimento populacional, juros de longo prazo e, principalmente, as inovações. As inovações tornam mais atraentes os novos projetos de investimento, de forma que a sua influência ao modelo é positiva e análoga ao crescimento do montante de lucros.⁴ Supostamente, a constante d seria uma “homenagem” a tudo que explica o lucro que não foi tratado no restante da equação. Seria esse termo que incluiria os distúrbios das flutuações cíclicas, constituindo uma análise dinâmica. Desta forma, o termo d é exógeno ao modelo, e é através dele que o sistema pode sair do estado estacionário (REIS, 2008).

4. [O]s “fatores do desenvolvimento”, tais como as inovações, não permitem que o sistema se assente numa posição estática, gerando uma tendência ascendente a longo prazo. A acumulação de capital, que resulta do fato de que o investimento a longo prazo se encontra acima do nível de depreciação, por sua vez aumenta a amplitude da influência dos “fatores do desenvolvimento”, contribuindo dessa maneira para a manutenção da tendência a longo prazo. A elevação dos lucros e da produção que resulta do movimento ascendente do investimento provoca uma taxa de crescimento mais elevada. (KALECKI, 1954, p. 128).

A partir dessa dinâmica do investimento, Kalecki investiga as questões distributivas. Em seu já mencionado texto de 1968 explica que o desemprego, nos países desenvolvidos, é ocasionado pela insuficiência de demanda efetiva, enquanto que, em países subdesenvolvidos, é estrutural, centralizado na questão de carência da capacidade produtiva. Como os países periféricos têm excesso de mão de obra disponível, não é possível empregá-la totalmente, mesmo que toda a capacidade produtiva estivesse ocupada. Por sua vez, nos países desenvolvidos, a quantidade de mão de obra se iguala à quantidade de recursos, logo, poder-se-ia empregar toda a população, gerando renda, e não deixar capacidade ociosa — mas não é isso que acontece, por conta da ocorrência de insuficiência de demanda efetiva. Como resultado, observa-se desemprego de fatores, inclusive de trabalho, mesmo no contexto dos países desenvolvidos.

A insuficiência de capacidade produtiva que constitui problema crucial dos países subdesenvolvidos apresenta consequências dinâmicas importantes, tais como pressões inflacionárias, especialmente na oferta de bens primários. Sobre o tratamento teórico de Kalecki a respeito dessa questão, destaca Cardoso (2012):

O autor aponta para o gargalo na oferta de bens de primeira necessidade que dependem da elasticidade (ou inelasticidade) da produção agrícola nessas nações. O resultado de qualquer crescimento no emprego implicaria, caso a produção agrícola não respondesse prontamente ao incremento da demanda, uma resposta inflacionária dos preços dos bens de primeira necessidade. Desse modo, para evitar a pressão inflacionária e não agravar a questão do desemprego e do subemprego no contexto dos países subdesenvolvidos, far-se-ia necessária a expansão da produção agrícola. (CARDOSO, 2012, p. 34)

A insuficiência de capacidade produtiva seria solucionada à medida que o aumento do investimento ampliasse a capacidade produtiva, elevando, assim, a renda nacional. Porém, existiriam três barreiras básicas para o aumento da capacidade produtiva, conforme aponta Kalecki. Primeiramente, pode ser que não haja investidores privados o bastante. Neste caso, o governo poderia intervir e complementar o nível de investimento esperado. O segundo obstáculo seria a escassez de recursos para a produção de bens de capital, de modo que, se a capacidade produtiva fosse totalmente utilizada, não seria possível expandir a produção. Como solução, poderia diminuir a importação de bens não essenciais e aumentar as exportações, para ter meios de promover importações para a produção e, conseqüentemente, aumentar o nível de investimento. E, por fim, mesmo que as primeiras duas questões estivessem resolvidas, restaria o problema de garantir uma oferta adequada de bens de primeira necessidade.

No caso de o governo investir para complementar o insuficiente investimento privado, pode ser que haja pressão inflacionária, principalmente sobre

os bens-salário. A fim de evitar a redução do consumo, Kalecki propõe que a inflação seja contida pela tributação das classes mais ricas da população, por meio de tributos sobre bens não essenciais, de forma a diminuir o consumo desses bens e aumentar a oferta de bens essenciais. Nos países desenvolvidos os recursos são mobilizados, diferentemente dos países subdesenvolvidos, nos quais os recursos precisam ser construídos. Como a estrutura precisa ser modificada, são necessárias mudanças revolucionárias para que o desenvolvimento redunde em redistribuição.

Dito de outro modo, assim como indicavam os estruturalistas latino-americanos, para Kalecki, sem reformas de base que implicassem mudanças estruturais e/ou institucionais profundas — as quais necessariamente iriam de encontro a interesses de classe arraigados e secularmente garantidos por relações assimétricas de poder —, alterações na estrutura produtiva no sentido da industrialização poderiam acabar resultando em mais concentração de renda e riqueza. Como consequência, ao invés de incrementar o bem-estar ou melhorar o padrão de vida da maior parte da população, especialmente dos mais pobres, os ganhos de produtividade seriam apropriados por uma parcela diminuta da população, bloqueando os efeitos multiplicadores dinâmicos que geram desenvolvimento socioeconômico de fato — e não apenas crescimento sustentado.

Nesse sentido, Kalecki propôs a reforma agrária, o aumento de taxaçoão aos ricos, a limitação de remessas de lucro de firmas internacionais, o aumento dos investimentos no setor público e o maior controle do Estado perante empresas privadas.⁵ Essas medidas provocariam “mais mudanças do que a Revolução Francesa do século XVIII”, portanto, esbarrariam em oposições políticas e seriam bem difíceis de implementar (KALECKI, 1968, p. 136).

Logo, aqui se interpreta que, para Kalecki, o desenvolvimento econômico é um processo de crescimento sustentado acompanhado de mudanças significativas na estrutura produtiva e com crescimento da produtividade, aumento dos salários, redução das desigualdades de renda e riqueza, bem como do nível de desemprego. Além disso, tais mudanças não poderiam ser promovidas adequadamente sem a intervenção do Estado, por meio de planejamento e investimento. A partir dessa definição, retoma-se a discussão sobre o desenvolvimento (ou não) econômico brasileiro entre 1956 e 1980 na seção a seguir.

5. Kalecki reconhece que o avanço em reforma agrária seria importante para aumentar a oferta de bens essenciais para reduzir a inflação, porém de difícil concretização, uma vez que, no campo, em países subdesenvolvidos, prevalecem relações arcaicas, que perpetuam a manutenção do sistema. O autor reconhece também que o recolhimento de impostos em países periféricos é um problema complicado, já que existe desvio de recursos. Talvez essa proposta seja a mais difícil, pois muitos são a favor de barrar essa medida, principalmente a classe mais abastada.

2. Política econômica no Brasil: de Kubitschek à redemocratização

A retomada da trajetória da economia brasileira no período 1956-1980 se dá em duas subseções: na subseção 2.1, discute-se o período que abarca desde o governo de Juscelino Kubitschek até o golpe de Estado sofrido pelo presidente João Goulart; e, na subseção 2.2, discorre-se a respeito do período militar.

2.1. De Juscelino Kubitschek a João Goulart

O período entre 1956 até 1961 — governo de Juscelino Kubitschek — caracterizou-se pelo desenvolvimentismo do Plano de Metas, que visou impulsionar a industrialização e o desenvolvimento do Brasil. O Plano de Metas consistia em um programa de industrialização e modernização e pretendia, dentre outras questões, o aumento na renda *per capita* e a diminuição do preço do café, bem como trazer investimento internacional, atrair indústrias automobilísticas, mudar a capital para o interior e investir nos setores de energia, transporte, alimentação, educação, urbanização e indústria de base.

Em linhas gerais, o Plano foi um sucesso em relação ao que se propôs. Contudo, diversas dificuldades se fizeram presente: como a economia cresceu em nível acelerado, ocorreu um rápido aumento da demanda por matérias-primas, máquinas e equipamentos importados, gerando consequentemente um estrangulamento externo por falta de divisas e inflação. Houve rápidas mudanças na modernização do país e desenvolvimento de diversos setores. De acordo com Abreu (1990), os principais investimentos desse período ocorreram em rodovias, energia elétrica, carros e caminhões — respectivamente, 138%, 82% e 78% do que foi prometido foi realizado.

Após o rápido governo de Jânio Quadros, João Goulart assumiu em 1961, enfrentando adversidades políticas e econômicas. Recorre ao brilhante Celso Furtado para escrever um plano que controlasse a inflação e, ao mesmo tempo, vencesse a recessão na direção do desenvolvimento com redistribuição de renda. Furtado elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, divulgado em dezembro de 1962, que visava uma série de conquistas, tais como a substituição de importações, a ampliação do mercado interno, o aumento da renda nacional de forma compatível com as expectativas de melhoria de condição de vida, a diminuição da pressão inflacionária, a redução de disparidades regionais e até mesmo a modificação da estrutura agrária no Brasil — o que o coloca em alinhamento teórico com Kalecki, conforme apresentado na seção anterior.

O Plano Trienal não obteve sucesso e acabou sendo implementado apenas em sua primeira fase, que previa especialmente o controle da inflação. O Plano sofreu críticas de diversos setores da sociedade, de modo que as chamadas Reformas de Base — cruciais para levar ao desenvolvimento socioeconômico

segundo a perspectiva estruturalista, da qual, em grande medida, compartilha Kalecki — pretendidas não tiveram tempo de ser implementadas. Em consequência das dificuldades econômicas e políticas, o governo buscou apoio da população para permanecer no poder por meio de reformas políticas urbanas e rurais, prometendo, entre outras medidas, aumentar a parcela da população eleitora e a reforma agrária. Tais tentativas de reformas colidiram com os interesses da elite e dos investidores estrangeiros, o que envolveu o governo estadunidense, culminando no golpe militar de 1964.

2.2. O período militar

No dia 31 de março de 1964 ocorreu o golpe militar, uma farsa jurídica que instaurou um governo comandado por Castelo Branco até 1967, caracterizado por atos institucionais e repressão política, paralelamente a um regime econômico de arrocho salarial, isenções fiscais para setores exportadores, minidesvalorizações cambiais, emissão de dívida pública conforme implementado pelo Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG).

Segundo Resende (1990), sob a liderança dos ministros Roberto Campos e Octavio Bulhões, o PAEG intencionava a estabilização econômica, acelerar o ritmo econômico, manter o nível de emprego e corrigir o déficit na balança de pagamentos. Suas medidas incluíram a reforma do sistema financeiro com a reformulação das atribuições do Banco do Brasil, a criação do Banco Central e também de instituições de financiamento importantes, como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A principal diferença teórica sobre a inflação entre o PAEG e o Plano Trienal era o diagnóstico: para Celso Furtado — assim como para Kalecki — a inflação era resultado da oferta, pois se produzia pouco e demandava-se muito, ocasionando um hiato em virtude da insuficiência de capacidade produtiva. Para Roberto Campos, a causa da inflação era a demanda, devido ao déficit público, à expansão de crédito às empresas e à elevação dos salários maior do que o nível de produtividade.

Entre 1967 e 1969, período do governo de Costa e Silva, a economia cresceu a partir de endividamento, controle de preços e aumento de crédito, desenvolvimento da agricultura para exportação, êxodo rural e urbanização sem planejamento e estrutura. Em 1968, ocorreram greves, manifestações e conflitos sociais. Neste cenário, o controle autoritário se agravou com o Ato Institucional nº 5. Após o falecimento do presidente, Médici governou intensificando a repressão ao mesmo tempo em que o país vivia o “milagre econômico”. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) levou ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), diminuindo a capacidade ociosa das indústrias, incentivando o investimento em

capacidade produtiva, investindo em infraestrutura, induzindo a produção via demanda de bens duráveis, promovendo as exportações e a diversificação da matriz industrial (LAGO, 1990).

O governo de Geisel iniciou-se em 1974 com a preocupação, no campo da economia, de contornar a crise do petróleo e controlar a inflação que voltava a subir. Escolheu manter o desenvolvimentismo via Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cujas medidas principais foram aumentar o crédito e o investimento de longo prazo, desenvolver os setores petroquímico e químico por meio de empresas públicas. A partir de 1977, as dificuldades de financiar a expansão implicaram a contração de empréstimos para empresas privadas, diminuição dos meios de pagamentos e aumento da taxa de juros real para o mercado financeiro (CARNEIRO, 1990).

Em 1979 começou o último governo da ditadura militar, presidido por Figueiredo, marcado pela crise da dívida e a desmoralização total do regime militar, já que também no campo econômico fracassara. A política econômica do ministro do planejamento Delfim Netto deu continuidade ao processo de endividamento externo, o que teve de ser revisto tão logo os efeitos do choque do petróleo se exacerbaram, notadamente o estrangulamento externo. Por isso fez-se necessário um saldo comercial positivo, baseado na promoção de exportações. O superávit nos anos seguintes na balança de pagamentos afinal é conquistado como resultado dos “trancos” na economia, fruto da redução do poder de compra dos salários e consequente queda do crescimento da demanda, a ponto do crescimento do PIB em 1983 ter sido negativo. Assim, as pressões de diversos segmentos sociais se acirraram, inclusive trabalhistas, dada a recessão e a queda no emprego.

Do ponto de vista econômico, ainda que no final do período o ritmo tenha desacelerado, o crescimento entre 1956 e 1985 é notável, puxado pelo investimento industrial. Tal como se analisa na seção seguinte, a formação bruta de capital fixo, o produto da indústria de transformação e o produto interno bruto estiveram bastante associados durante o período, tendo o governo participação importante no crescimento econômico, em especial por intermédio das empresas estatais.⁶ A mudança estrutural foi marcante nesse período, com diversificação expressiva do investimento nos setores industriais e de infraestrutura. Contudo, a redução das desigualdades de renda e de riqueza não esteve em pauta e não se concretizou, de forma que é complicado afirmar que o país alcançou desenvolvimento econômico no sentido mais amplo apresentado na seção 1, conforme se discute a seguir.

6. Sobre o tema, explica Reis (2008): “Conforme visto, no Brasil entre 1950 e 1979, as decisões políticas e jurídicas facilitaram o aumento do investimento público, por isso houve enorme expansão das empresas estatais e a construção de mecanismos variados para o seu financiamento, destacando-se a vinculação de tributos às suas receitas. Paralelamente, na maior parte do período, o regime macroeconômico operava políticas pró-expansão da FBCF doméstica, como a política de câmbio seletiva, a política fiscal expansionista e a política monetária com juros baixos e pró-crédito. [...] A atuação do governo foi, destarte, fundamental para iniciar a superação do problema típico da economia retardatária sob restrição externa, o do atraso tecnológico.” (REIS, 2008, p. 51)

3. O desenvolvimento brasileiro sob a perspectiva kaleckiana

Realizado um breve histórico do desempenho econômico brasileiro no período de 1956-1980, a presente seção retoma a perspectiva kaleckiana a fim de aplicá-la analiticamente à análise do período desenvolvimentista brasileiro.

São duas subseções: em 3.1 apresentam-se alguns dados relativos ao crescimento, industrialização e distribuição de renda, dados estes considerados centrais para compor a análise de Kalecki; e, em 3.2, constrói-se uma interpretação kaleckiana a respeito do desenvolvimento econômico a partir dessa dinâmica e das mudanças institucionais adjacentes.

3.1. Trajetória do crescimento econômico, industrialização e distribuição de renda

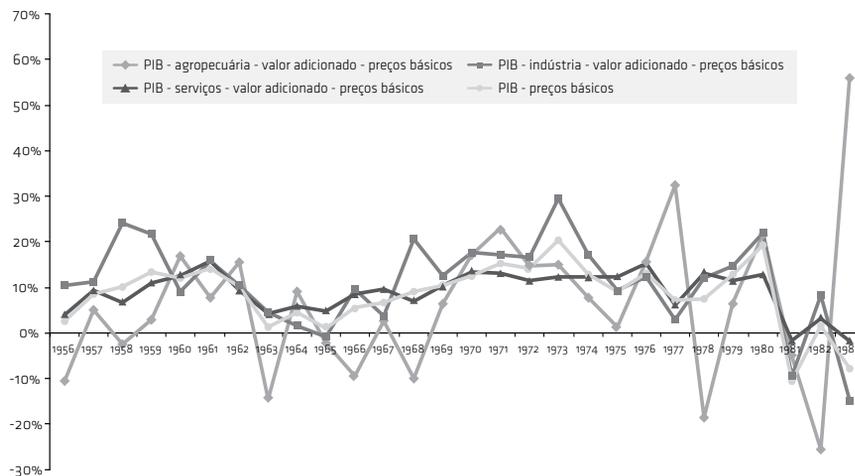
Os fatores principais do desenvolvimento brasileiro a serem analisados à luz da teoria kaleckiana são: crescimento econômico, industrialização e desigualdade social, a partir de variáveis como PIB, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), PIB dos setores industriais e índice de Gini.

De acordo com Kalecki (1954), os ciclos econômicos envolvem flutuações de renda, juntamente com oscilações da remuneração dos fatores de renda, da produção e dos níveis de emprego. Portanto, os ciclos estão atrelados aos investimentos públicos e privados. No Brasil, identificam-se em geral cinco ciclos, segundo as variações no nível de expansão do produto interno bruto e da produção industrial durante o período analisado neste trabalho, conforme se observa no Gráfico 1, e assim dividido:

A primeira fase, de 1947 a 1961, foi de expansão com altas taxas de crescimento do PIB. A segunda fase vai de 1962 a 1967, com a desaceleração do ritmo de crescimento da economia: a taxa média do PIB foi de 3,2%. A terceira fase foi a de milagre econômico, entre 1968 e 1973, com taxa média de crescimento do PIB de 11,2%. A quarta fase foi de 1974 a 1980, com a desaceleração. (SILVA, 1986, p. 110)

Depreende-se do Gráfico 1 que as variações do PIB agropecuário em geral não acompanham as do PIB, principalmente porque o preço das *commodities* é estabelecido no mercado internacional e o desempenho das exportações depende, assim, mais de fatores exógenos relativamente aos outros setores. Nota-se, em contrapartida, que os PIB da indústria, de serviços e totais têm os níveis de variação parecidos (no período em que há dados disponíveis, de 1970 em diante). A partir de 1973, a tendência de queda generalizou-se na variação de todos os setores do PIB, ocasionada pela crise do petróleo e pela desaceleração da economia brasileira, que somente se recupera em 1984.

Gráfico 1. Evolução das taxas de variação reais anuais do PIB a preços básicos, do valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços, 1956-1983. Em percentuais, valores atualizados através do deflator implícito do PIB em R\$ 1980



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ipea e IBGE, 1984 e 1985.

Tabela 1. Participação dos setores de atividades no valor adicionado total, em percentual, dados correntes a preços básicos, 1956-1985

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1956	21,8	28,23	53,34
1957	21,2	28,86	53,72
1958	19,01	32,15	52,16
1959	17,66	33,94	51,3
1960	18,28	33,19	51,48
1961	17,48	33,53	52,05
1962	18,05	33,57	51,74
1963	16,47	34,18	52,63
1964	16,86	33,68	53,04
1965	16,5	33,24	54,28
1966	14,77	34,21	55,44
1967	14,32	33,45	56,65
1968	12,32	36,34	55,86
1969	11,92	36,88	55,84
1970	12,35	38,3	56,22
1971	13,05	38,83	55,33
1972	13,08	39,51	54,2
1973	12,63	41,92	51,35
1974	12,19	43,16	51,24
1975	11,52	43,27	52,4

1976	11,71	43,03	53,09
1977	13,63	41,78	52,72
1978	11,19	43,08	54,8
1979	10,78	43,57	54,44
1980	10,89	44,09	52,73
1981	11,19	44,31	55,16
1982	9,69	45,77	55,61
1983	12,47	44,35	57,11
1984	13,79	46,2	53,46
1985	12,61	47,97	52,89

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Tabela 2. Composição do valor da transformação industrial, dados correntes nas datas do censo industrial, 1949 a 1985, em percentual

Indústria	1949	1959	1970	1975	1980	1985
Indústria Geral	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indústrias extrativas	2%	2%	3%	2%	2%	9%
Indústrias de transformação	98%	98%	97%	98%	98%	91%
Produtos de minerais não metálicos	7%	6%	6%	6%	6%	4%
Metalúrgica	9%	12%	11%	12%	11%	11%
Mecânica	2%	3%	7%	10%	10%	8%
Material elétrico e de comunicações	2%	4%	5%	6%	6%	7%
Material de transporte	2%	7%	8%	6%	7%	6%
Madeira	4%	3%	2%	3%	3%	1%
Mobiliário	2%	2%	2%	2%	2%	1%
Papel e papelão	2%	3%	2%	2%	3%	3%
Borracha	2%	3%	2%	2%	1%	2%
Couros e peles e produtos similares	1%	1%	1%	1%	0%	1%
Química	5%	8%	10%	12%	14%	16%
Produtos farmacêuticos	3%	2%	3%	2%	2%	2%
Perfumaria, sabões e velas	2%	1%	2%	1%	1%	1%
Produtos de matérias plásticas	0%	1%	2%	2%	2%	2%
Têxtil	19%	12%	9%	6%	6%	5%
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4%	3%	3%	4%	5%	5%
Produtos alimentares	20%	16%	13%	11%	10%	11%
Bebidas	4%	3%	2%	2%	1%	1%
Fumo	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Editorial e gráfica	4%	3%	4%	4%	3%	2%
Diversas	2%	2%	2%	2%	2%	2%

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Analisando a industrialização, sabe-se que a partir do Plano de Metas houve considerável aumento do montante e diversificação do investimento nas atividades econômicas. Tal como se verifica na Tabela 1 sobre a participação de diferentes indústrias no PIB, de 1956 até 1985 a indústria partiu de 28% do valor adicionado total e chegou a responder por quase a metade da produção nacional de bens e serviços ao final do período, sendo que a participação da indústria de transformação correspondia a mais de três quartos desse montante.

Em termos setoriais, a mudança estrutural visando à diversificação industrial — especialmente a partir de 1974, quando do lançamento do II PND — é expressiva (ver Tabela 2). A indústria de transformação manteve-se responsável por quase a totalidade do valor da transformação industrial de 1949 a 1980, tendo nos cinco últimos anos do período passado a representar 9% do total. A despeito disso, houve generalizado crescimento de todos os setores. Em termos relativos, destaca-se a maior participação da indústria química, que saltou de 5% em 1949 para 16% em 1985, mecânica — de 2% para 8% —, de material elétrico e de comunicações — de 2% para 7% —, e de material de transportes — de 2% para 6%, enquanto a indústria de alimentos passou de 20% para 11% e a têxtil de 19% para 5%, entre 1948 e 1985. Assim, setores de maior intensidade tecnológica ganharam relevância em detrimento de setores tradicionais e mais trabalho-intensivos relacionados a bens de consumo não duráveis.

No que concerne especificamente aos setores de infraestrutura, atividade majoritariamente pública naquele período, houve um vigoroso crescimento dos investimentos partindo de 0,15% (somando comunicação, energia, serviços públicos, mineração e transporte) do PIB até atingir mais de 4% em 1976 (Tabela 3). Nos anos 1980 a taxa de investimento em infraestrutura reduz-se novamente, mas mesmo assim sua parcela foi significativa. Vale notar também a importante participação da indústria de transformação nos investimentos públicos, já que as empresas estatais no período desenvolvimentista incluíam também outros setores além da infraestrutura, como a indústria química.

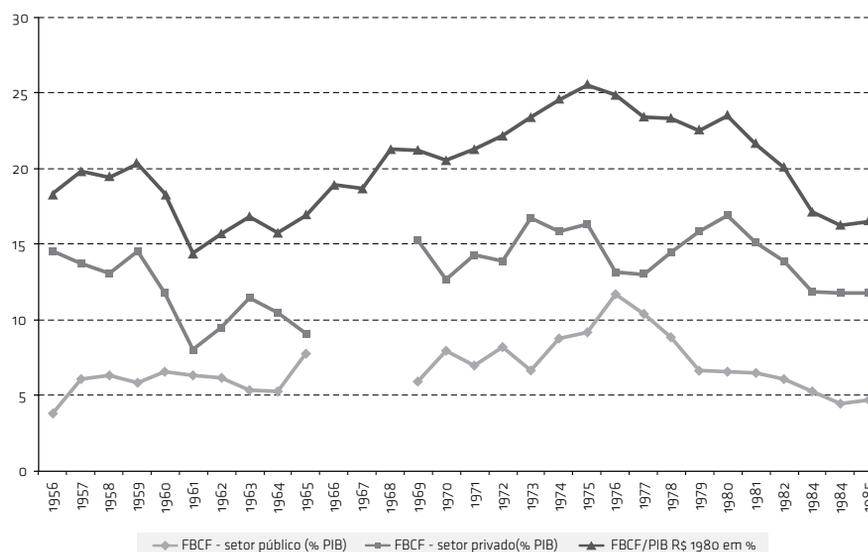
Tabela 3. Formação bruta de capital fixo do governo federal (em % PIB), dados correntes, 1956-1985

	Agricultura e Abastecimento	Comunicações	Energia	Financeiro	Indústria de transformação	Mineração	Serviços públicos	Transportes	Comércio	Diversos	TOTAL
1956	-	0.01	0.02	0.04	0.27	0.03	-	0.05	-	0.01	0.43
1957	-	0.04	0.04	0.05	0.41	0.03	-	0.13	-	0.11	0.82
1958	-	0.01	0.11	0.07	0.37	0.03	-	0.55	-	0.00	1.15
1959	-	0.02	0.23	0.08	0.58	0.04	-	0.54	-	0.00	1.50
1960	-	0.02	0.22	0.13	0.91	0.11	-	0.22	-	0.05	1.67
1961	-	0.01	0.19	0.12	1.28	0.07	-	0.35	-	0.04	2.07
1962	-	0.01	0.20	0.05	1.37	0.08	-	0.35	-	0.03	2.09
1963	0.00	0.02	0.38	0.05	0.84	0.09	-	0.34	-	0.02	1.75
1964	0.01	0.02	0.32	0.05	0.67	0.06	-	0.18	-	0.04	1.37
1965	0.00	0.03	0.26	0.08	1.37	0.12	-	0.19	-	0.01	2.06
1966	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1968	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	0.00	0.45	0.51	0.08	0.71	0.00	0.00	0.15	0.00	0.00	1.90
1970	0.01	0.48	0.67	0.10	0.67	0.00	0.00	0.90	0.00	0.01	2.85
1971	0.02	0.15	0.78	0.14	0.73	0.16	0.00	0.26	0.00	0.02	2.26
1972	0.05	0.19	0.80	0.10	1.89	0.28	0.00	0.25	0.04	0.07	3.67
1973	0.03	0.15	0.60	0.11	0.90	0.14	0.00	0.11	0.01	0.02	2.08
1974	0.05	0.86	0.60	0.11	1.41	0.26	0.01	0.61	0.03	0.02	3.94
1975	0.05	0.33	0.83	0.28	1.98	0.21	0.00	0.76	0.01	0.01	4.47
1976	0.04	2.12	1.00	0.11	2.07	0.07	0.00	1.09	0.01	0.03	6.54
1977	0.04	0.95	1.88	0.42	1.69	0.45	0.01	0.68	0.04	0.05	6.20
1978	0.08	0.85	0.77	0.17	1.39	0.23	0.00	1.75	0.02	0.04	5.30
1979	0.04	0.51	0.78	0.04	1.12	0.06	0.00	1.86	0.02	0.02	4.46
1980	0.04	0.49	1.14	0.08	1.62	0.19	0.00	0.64	0.01	0.02	4.25
1981	0.04	0.54	0.96	0.12	1.87	0.38	0.01	0.74	0.01	0.01	4.67
1982	0.03	0.58	1.36	0.14	1.39	0.49	0.00	0.53	0.02	0.01	4.57
1983	0.04	0.52	1.48	0.14	1.05	0.33	0.00	0.56	0.02	0.02	4.14
1984	0.07	0.47	0.95	0.10	0.48	0.48	0.00	0.53	0.01	0.02	3.10
1985	0.02	0.44	0.76	0.14	0.45	0.45	0.00	0.39	0.01	0.01	2.68

Fonte: REIS, 2008, a partir de dados do Ipea e IBGE.

Aliás, o investimento público foi um determinante importante do investimento privado no período (REIS, 2008), ficando evidente o protagonismo do governo na formação bruta de capital fixo total. No Gráfico 2 se constata a sincronicidade dos movimentos das duas variáveis tomadas em média móvel de cinco anos (por conta da defasagem de resposta do investimento privado em relação ao público progressivo). É possível constatar, também, como a soma dos investimentos da administração pública e das estatais foi responsável por boa parte do investimento do país, até mais do que o empresariado privado em alguns anos entre 1956 e 1985.

Gráfico 2. Investimento dos setores público (administração pública e estatais federais) e privado. Em percentual do PIB real 1980, sendo o PIB deflacionado pelo deflator implícito do PIB e a FBCF, pelo deflator implícito da FBCF



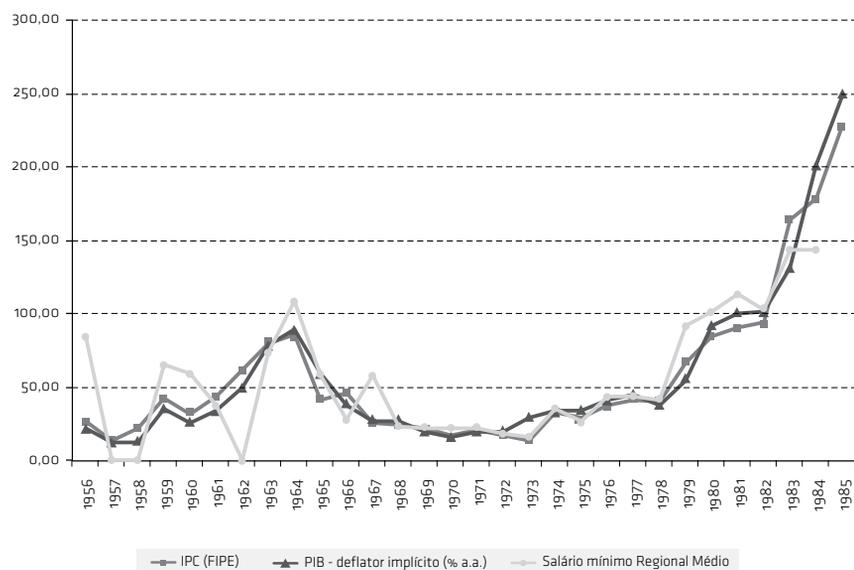
Fonte: REIS, 2008, a partir de dados do Ipea e IBGE. Dados de FBCF dos setores dos anos de 1966 a 1968 não estão disponíveis.

Como bem enfatizam de Castro e Souza (1985), essa mudança estrutural para setores mais intensivos em tecnologia, principalmente indústrias de bens intermediários e de capital, era essencial para superar o subdesenvolvimento econômico e aliviar a restrição externa.

No entanto, os autores se equivocam ao enfatizar demasiadamente a infalibilidade e suficiência desta estratégia, o que se evidencia pela pouca importância que direcionam às consequências e aos efeitos negativos, de curto ou de longo prazo, tanto da natureza da ISI (*industrialização por substituição de importações*) promovida pelo II PND quanto do financiamento em que se baseou. (CARDOSO, 2009, p. 22)

Ao longo de todo o período, ainda que a política industrial tenha colaborado para a urbanização, a maior alocação do emprego na indústria e nos serviços, e elevado a proporção da população ocupada, não engendrou mecanismos de redução significativa das desigualdades — em parte por sua lógica seletiva (e financiadora de grandes corporações) e em parte porque o regime macroeconômico não estava orientado para a distribuição. Ao contrário, a inflação acirrava o conflito distributivo, ainda que boa parte tenha sido compensada pelos ajustes do valor do salário mínimo, conforme se vê no Gráfico 3. Mas a maior parte da população estava no setor informal da economia e o mínimo era ajustado *a posteriori*, o que causava um arrocho temporário, e que em alguns anos da série não foi recompensado. De todo modo, do gráfico segue-se que, em termos reais, o salário mínimo médio não se elevou.

Gráfico 3. Taxa de variação do Índice de Preços ao Consumidor medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), do Deflator Implícito do PIB e do Salário Mínimo Regional Médio, 1956-1985, em percentual ao ano



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE, Estatísticas do Século XX. Os dados do salário mínimo representam uma média das regiões apresentadas no estudo de Saboia (1984), conforme reprodução do IBGE. Utilizou-se o valor médio do salário em dezembro de cada ano para se calcular a variação anual em R\$.

Nesse sentido, Dedecca (2005) argumenta que, apesar do desemprego ter sido reduzido ao longo do processo de industrialização, o mercado de trabalho na prática assinalava fraca proteção social, pois ao final da década de 1970, aproximadamente metade da população ocupada não acessava o sistema construído na Era Vargas. Segundo o autor, a explicação para tal

reside no fato do emprego ter sido alavancado pela atividade econômica, mas sob um regime autoritário que tolheu os sindicatos e os esforços de se estabelecer uma regulação social mais ampla para o mercado e as relações de trabalho no Brasil. Além disso, o crescimento populacional relativamente alto incrementava o poder de barganha dos empregadores, garantindo baixos salários para a industrialização. Para complicar a história, na primeira década dos anos 1980 a economia brasileira estagnou, desacelerando o crescimento industrial consideravelmente e levando a altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas — na Grande São Paulo, chegou a cerca de 20% da População Economicamente Ativa (DEDECCA, 2005, p. 102 *apud* SABOIA, 1989).

Quanto à distribuição de renda, para efeitos de simplificação e disponibilidade de dados, utiliza-se o índice de Gini⁷ como parâmetro. Os dados começam em 1960 e demonstram que a concentração de renda aumentou até 1991 (Tabela 4).

Analogamente, as diferenças entre rendas pessoais da população se ampliam, de forma que a razão da renda dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres passou de 34 em 1960 para 47 em 1980 (e cresce para 78 em 1990 — ver Tabela 5). Dados da Pesquisa Nacional de Domicílios do IBGE mostram ainda que durante o II PND, em 1977, 39,6% da população (40,7 milhões de pessoas) estava abaixo da linha de pobreza, tendo crescido para 51,06% em 1983, voltando a cair para 43,6% em 1985 (cerca de 57 milhões de pessoas).

Tabela 4. Índice de Gini por década – 1960, 1970, 1980, 1991

Data	Índice de Gini PNAD – Ipea
1960	0,497
1970	0,565
1980	0,592
1991	0,637

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX a partir de Barros e Mendonça (1993).

Tabela 5. Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos

Brasil	10+ /10-
1960	34
1970	40
1980	47
1990	78

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX a partir de Barros e Mendonça (1993).

7. O índice de Gini mostra a concentração de renda, em determinado país: quanto mais perto de 0 indica uma sociedade igualitária, enquanto um índice perto de 1 apresenta enorme desigualdade social.

O processo de concentração de renda avançou na década de 1960, essencialmente por conta, na argumentação de Tavares (1972), do fortalecimento dos grupos oligopolistas nos setores dinâmicos da economia, em contraposição a uma crescente e grande massa populacional apartada do núcleo do processo de acumulação de capital, que não se apropria dos frutos do progresso técnico. O fato de o emprego ter aumentado, mas em um contexto de informalidade severa e de baixa proteção social efetiva, conforme o argumento de Dedecca (2005), é uma das causas principais do salário não ter se elevado significativamente em termos reais, tampouco os rendimentos domiciliares da população mais pobre. Logo, o crescimento econômico acelerado ocorreu com um desenvolvimento social quase ausente, uma vez que também não se ampliou satisfatoriamente a oferta de bens públicos relacionados à educação, saúde e bem-estar social.

3.2. Análise da trajetória brasileira sob uma perspectiva kaleckiana

A partir do panorama da subseção anterior sobre a trajetória econômica e do contexto de política econômica apresentado na seção 2, o intuito desta subseção é analisar o período desenvolvimentista brasileiro e os seus resultados em termos de desenvolvimento, retomando as ideias de Kalecki expostas na seção 1.

Como visto, de acordo com Kalecki, o problema crucial das economias subdesenvolvidas é a sua incapacidade de absorver toda a mão de obra disponível no mercado, em virtude de uma insuficiência de capacidade produtiva. Assim, como consequência, a geração de excedente permitida por ganhos de produtividade a partir do estabelecimento de uma matriz industrial acabaria sendo concentrada por uma parcela diminuta da população, bloqueando o potencial transformador do incremento de renda em termos de geração de desenvolvimento.

Em linhas gerais, o período desenvolvimentista no Brasil, de 1956 a 1980, conseguiu alcançar baixos níveis de desemprego e significativa expansão da capacidade produtiva. Para tal, a economia encontrou meios, ainda que com ressalvas, para começar a contornar em algum grau principalmente os primeiros dois dos três obstáculos ao desenvolvimento sugeridos por Kalecki (1968): ausência do investimento privado necessário, escassez de recursos disponíveis para produzir mais bens de capital e oferta adequada de bens de primeira necessidade.

Conforme apontou Kalecki, a intervenção do Estado seria necessária para ajudar a solucionar os três itens, o que de fato aconteceu no Brasil do período desenvolvimentista, mas sem representação popular efetiva e sob ditadura na maior parte desses anos. O investimento privado foi incentivado por meio do investimento público e da criação de demanda por meio das políticas de crédito, além do próprio crescimento do produto e do emprego,

que levaram à ascensão cíclica do investimento. O Estado defendeu o tripé de interesses industrial, composto pelo capital estatal, capital privado nacional e capital privado internacional, porém sacrificou a democracia e não se preocupou com a distribuição de renda.

A intervenção do governo, planejando volume e estrutura dos investimentos, foi cumprida em boa medida, bem como a criação de formas de financiamento: seja por meio da emissão de dívida pública a partir do PAEG e da modernização do sistema financeiro, de forma mais genérica; seja via endividamento externo, sobretudo no período de maior liquidez internacional associada aos petrodólares nos anos 1970. Mas o desenvolvimento dos meios de financiamento não se sofisticou tanto e a recorrência à dívida externa foi justamente o expediente que degringolou o fim daquele período de crescimento. Além disso, restou equacionar a questão do suprimento de bens de primeira necessidade. Conforme Kalecki advertiu, o crescimento da produção e do emprego desde o Plano de Metas até o fim da ditadura implicou inflação dos preços, notadamente desses bens. Sem mudanças institucionais substanciais, relacionadas à posse de terra — como a reforma agrária — não seria possível aumentar a produtividade agrícola. A única vez que o Estado acenou nessa direção, durante o governo de João Goulart, a interferência nas relações de poder foi tanta que gestou o golpe militar. Portanto, nesse ponto pouco se avançou e a inflação passou a ser a principal preocupação da política econômica que, juntamente com a crise da dívida, levou a uma estagnação econômica de quase uma década após a redemocratização. Além disso, como afirmado anteriormente, não se ampliou satisfatoriamente a oferta de bens públicos relacionados à educação, saúde e bem-estar social, o que traduz e assevera os obstáculos para redistribuição funcional de poder e riqueza.

Os pilares estudados do desenvolvimento econômico — quais sejam, diversificação da indústria, crescimento da economia e distribuição de renda — foram construídos alcançando diferentes progressos. O crescimento econômico e a mudança estrutural são incontestes, ainda que não se tenha desenvolvido os setores de alta tecnologia que mais tarde imprimiriam a dinâmica dos fluxos comerciais e de capitais, como os de eletrônicos, equipamentos médicos e hospitalares, e farmacêutica fina. Mas o atraso não foi plenamente superado, tanto que o país enfrentou sucessivos estrangulamentos externos até a crise da dívida, que interrompeu por longo tempo o processo de substituição de importações. De todo modo, o processo de urbanização foi tremendo e a população passou a estar ocupada primordialmente nos setores de serviços e da indústria.

Em relação à distribuição de renda, não se constatou a “Teoria do Bolo” — expressão do ministro Delfim Netto, durante o milagre econômico. Embora o “bolo” tenha crescido, não foi dividido. Ou seja, houve crescimento

econômico, mas o excedente gerado não foi socializado; ao contrário, concentrou-se renda no topo da pirâmide social e até tornou-se maior a quantidade de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza.

O Estado não interveio nessa questão. Como dito, não seguiu a sugestão kaleckiana de reforma agrária, nem tampouco de tributação dos mais ricos. Em oposição, embora alguns esforços localizados tenham tentado dirimir o problema da tributação regressiva, esse caráter se manteve. Do mesmo modo, ainda que alguns projetos de desconcentração regional tenham sido implementados, principalmente no II PND (Transamazônica, Itaipu etc.) e com a construção de Brasília, tampouco o planejamento estatal foi capaz de diminuir a concentração regional no Sudeste do Brasil. Esta foi extremamente reforçada pela urbanização e industrialização, que levou a êxodos rurais de um grande contingente populacional para as regiões metropolitanas das grandes cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, notadamente. Contudo, ainda que ao final dos anos 1970 essa população estivesse empregada, o mercado de trabalho ainda encontrava-se com grau altíssimo de informalidade, baixa proteção social efetiva e, sempre pressionados pelo crescimento da população, com salários reais que não se erguiam. Sob essas condições, não havia nem por parte do “mercado” nem por parte da ação do Estado mecanismos de transferência de renda e combate às suas desigualdades pessoal e funcional.

Teria então o Brasil resultado em desenvolvimento em seu período desenvolvimentista? Seguindo a perspectiva de Kalecki, podemos afirmar que, apesar dos avanços na matriz produtiva e das altas taxas de crescimento alcançadas, estas não foram suficientes para libertar o país da armadilha do subdesenvolvimento. Essa insuficiência guardaria boa parte de sua explicação, especialmente, na ausência de reformas estruturais e institucionais ressaltadas por Kalecki no artigo de 1968, tais como a reforma agrária e tributária na direção de uma distribuição mais equitativa de renda e riqueza.

Considerações finais

Na primeira seção deste trabalho apresentou-se a questão do desenvolvimento e dinâmicas do investimento — para então apresentar a perspectiva kaleckiana sobre o desenvolvimento econômico e as “difíceis soluções” para promovê-lo. De acordo com Kalecki (1968), o obstáculo a ser superado nas economias subdesenvolvidas é empregar integralmente a farta mão de obra, necessitando, para tal, superar os gargalos de oferta. A superação dos gargalos de oferta, por sua vez, necessariamente implicaria a importância de se promoverem mudanças estruturais profundas — e difíceis de serem implementadas, especialmente na medida em que confrontam os interesses das classes econômica e

politicamente dominantes — requerendo também, para tal, uma grande atuação do Estado, como planejador ou como investidor.

Na segunda seção percorreu-se o cenário político brasileiro desde o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek até a redemocratização. Explorou-se a gestão confusa de Jânio Quadros, a instabilidade da política na época de João Goulart, o golpe militar e o período ditatorial que assolou o Brasil de 1964 até 1985, demonstrando-se que o período desenvolvimentista foi em parte liderado por uma democracia frágil até 1964, que então sucumbiu ao autoritarismo da ditadura militar com apoio dos grupos de poder do tripé desenvolvimentista.

Por fim, na última seção buscou-se analisar conjuntamente o pensamento de Kalecki sobre o desenvolvimento e o período brasileiro de 1956 até 1980, a fim de tirar conclusões sobre a persistência ou não da condição de subdesenvolvimento brasileiro. Foram avaliados dados econômicos relativos ao nível de produtividade do país, desigualdades sociais e modificação da estrutura dos setores industriais.

Em linhas gerais, nesse período desenvolvimentista do país, os três obstáculos ao desenvolvimento sugeridos por Kalecki (1968) foram em alguma medida contornados: ausência do investimento privado necessário, escassez de recursos disponíveis para produzir mais bens de capital e oferta adequada de bens de primeira necessidade. Assim como apontou Kalecki, o Estado foi decisivo para esses avanços. O investimento privado foi incentivado por meio do investimento público e da criação de demanda por meio das políticas de crédito e endividamento, além do próprio crescimento do produto e do emprego, que levaram à ascensão cíclica do investimento.

Contudo nenhum desses obstáculos foi totalmente superado e nem se construíram as bases sociais, políticas e econômicas para serem levados a cabo. De um lado, o Brasil apresentou mudanças estruturais relevantes no período desenvolvimentista — ainda que não a ponto de tornar a matriz industrial comparável à dos países desenvolvidos —, com elevado crescimento da produção e do emprego; mas, por outro lado, não houve redistribuição de renda funcional significativa. Conclui-se que o país cresceu economicamente, diversificou setores de sua economia, porém com um desenvolvimento social quase ausente, já que também não se ampliou satisfatoriamente a oferta de bens públicos relacionados à educação, saúde e bem-estar social, pouco avançando na redistribuição funcional da renda. Em outras palavras, o país se libertou de alguns aspectos do subdesenvolvimento, porém a persistência da concentração de renda e da desigualdade social permaneceram como obstáculos que barraram o desenvolvimento socioeconômico em sua totalidade.

§

Referências

- ABREU, M. P. Inflação, estagnação e ruptura. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 197-212.
- BANDEIRA, L. A. V. M. A democracia burguesa. In: *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de História)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- CARDOSO, F. G. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.
- _____. Oferta de mão de obra, dualidade estrutural e os problemas cruciais do subdesenvolvimento: Retomando as contribuições teóricas de Lewis e Kalecki. In: *Boletim de Informações da Fipe*, n. 384, 2012b, p. 31-37.
- _____. A economia brasileira em marcha forçada: uma apreciação sobre a interpretação clássica do II PND. In: *Boletim de Informações Fipe*, n. 349, 2009, p. 20-23.
- CARNEIRO, D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 295-322.
- CARNEIRO, R. Parte II: Crise. In: *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- CASTRO, A.B.; SOUZA, F. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. In: *Revista de Economia Política*, vol. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan.-mar./ 2005.
- FURTADO, C. O modelo brasileiro de subdesenvolvimento (Capítulo III). In: *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GOSH, J. *Michal Kalecki and the economics of development*, 2011. Disponível em: <http://www.ideaswebsite.org/articles.php?aid=825>. Acessado em setembro de 2014.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Nacionais, Estatísticas do século XX*. Estatísticas das empresas públicas e Estatísticas da administração pública. www.ibge.gov.br
- IPEADATA. — Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Séries de produto, séries de formação bruta de capital fixo, deflatores, dívida externa e interna*. www.ipeadata.gov.br
- KALECKI, M. [1954] *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
- _____. [1968] A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: MIGLIOLI, J. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Kalecki*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, [1968] 1980.
- LAGO, L. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 233-294.
- ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. Democracia com desenvolvimento. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 171-195.
- POSSAS, M. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para teoria macroeconômica. In: *Revista de Economia Contemporânea*, 3(2), 1999.
- REIS, C. F. B. Os efeitos do investimento público sobre o desenvolvimento econômico brasileiro: análise aplicada para a economia brasileira entre 1950 e 2006. In: *XIII Prêmio do Tesouro Nacional — Homenagem a Machado de Assis*. Tema: qualidade do investimento público. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- _____. Para entender os movimentos do sistema capitalista — um ponto de partida a partir de Marx, Keynes e Kalecki. In: *Boletim de Informações Fipe*, jan. 2008.
- RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (Org.), *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- SERRANO, F.; MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 2, 2004.
- SILVA, T. Uma síntese das teses centrais de interpretação do ciclo na economia brasileira. In: *Revista de Economia Política*, vol. 6, n. 4, 1986.
- SILVA, D. R. A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico. 2005. 88f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- TAVARES, M. C. (Org.). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil (1964). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; Cepal, 2000.
- _____.; SERRA, J. Além da estagnação. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Recebido em 23/05/2015
e aceito em 14/09/2015

Priscila Michelle Rodrigues Freitas¹
 Marcos Tostes Lamonica²

Estratégias bancárias e oferta de crédito no nordeste e sudeste brasileiro: uma avaliação por meio de indicadores de balanço no período 2000-2014

RESUMO

Com a hipótese de não neutralidade da moeda, a teoria pós-keynesiana atribui aos bancos papel fundamental na transformação de estruturas produtivas, pois são responsáveis pela oferta de crédito necessário para implementação de novos investimentos. Dow (1982), em trabalho pioneiro, mostrou que a atuação dos bancos difere regionalmente e tende a acentuar as desigualdades regionais, enriquecendo assim o debate estruturalista sobre o desenvolvimento de regiões periféricas. A hipótese básica da teoria pós-keynesiana é que a preferência pela liquidez dos agentes é mais elevada nas regiões periféricas, pois é afetada pelo seu nível de dinamismo, considerado inferior ao das regiões mais desenvolvidas. Tendo como pano de fundo a discussão teórica sobre a atuação diferenciada dos bancos por regiões, o objetivo deste artigo é avaliar as estratégias dos bancos localizados nas regiões Nordeste e Sudeste entre 2000 e 2014, a partir de indicadores de desempenho bancário desenvolvidos por Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010). Os resultados mostram que, apesar da persistência das disparidades regionais na oferta de crédito, nesse período houve uma tendência a desconcentração do crédito e redução da preferência pela liquidez no Nordeste.

Palavras-chave

Economia regional; Teoria pós-keynesiana; Preferência pela liquidez; Bancos.

ABSTRACT

Based on the idea of the non-neutrality of money, Post-Keynesian theory attributed the vital role of transforming productive structures to the banks, since they are responsible for supplying the necessary credit for implementing new investment. Dow (1982), in a groundbreaking work, showed that the activities of banks differ from region to region and tend to accentuate regional inequalities, thereby enriching the structuralist debate regarding the development of peripheral regions. The basic hypothesis of the Post-Keynesian theory is that these agents' preference for liquidity is higher in peripheral regions where it is influenced by their level of dynamism, considered inferior to that of more developed regions. Using as its backdrop the theoretical debate on the differentiated activities of banks according to region, the purpose of this article is to evaluate the strategies adopted by banks located in the Northeast and Southeast of Brazil between 2000 and 2014, using bank performance indicators developed by Crocco & Santos (2006) and Crocco (2010). The results show that, despite the persistence of regional disparities in terms of the supply of credit, during this period there was in fact a trend towards the de-concentration of credit and a reduction in liquidity preference in the Northeast.

Keywords

Regional economy; Post-Keynesian theory; Liquidity preference; Banks.

1. Professora Assistente de Economia da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da UFRPE.
2. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFF.

Introdução

Quando se trata de crescimento regional poucos trabalhos dão ênfase a sua relação com questões financeiras. Em geral enfatizam que, na raiz da desigualdade regional estão, entre outros fatores, as diferenças no estoque de capital humano, ou o nível de industrialização, ou ambos. De fato, não se pode negar a relevância dessas variáveis, mas tampouco se pode ignorar o papel de variáveis monetárias que explicam tanto a presença da desigualdade econômica, quanto sua conservação nos moldes atuais.

Pesquisas recente de vertente pós-keynesiana têm posto luz nesta discussão ao considerar os efeitos do sistema bancário sobre o crescimento e desenvolvimento econômico desigual entre regiões. Sheila Dow aparece como uma precursora na teoria da economia regional sob a ótica pós-keynesiana. Ela desenvolveu um arcabouço para explicar como a evolução do sistema financeiro, conjuntamente às variáveis reais, afetaria o crescimento regional de forma desigual (DOW, 1982). Esse arcabouço tomou para sua estrutura teórica as teorias da dependência do estruturalismo cepalino e da causação circular de Myrdal. Seguindo Dow, Amado (1997) analisou como os agentes e variáveis financeiras determinaram de forma desigual o crescimento brasileiro entre os anos de 1960 e 1990.

Seguindo essa abordagem da economia regional pós-keynesiana, o objeto deste artigo é mostrar que a diferença na preferência pela liquidez do sistema bancário entre as regiões pode causar um desenvolvimento econômico desigual. Para este fim, exploramos empiricamente o comportamento diferenciado das agências bancárias nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, evidenciando suas estratégias de atuação na oferta de crédito, entre os anos de 2000 a 2014.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta uma breve revisão da teoria pós-keynesiana, relacionando a preferência pela liquidez com o desenvolvimento econômico regional desigual. Na seção seguinte são apresentados os indicadores de desempenho bancário. A terceira seção discute os resultados e a quarta seção conclui o texto.

1. Abordagem da economia regional pós-keynesiana

O crescimento desigual das regiões tem sido tema recorrente no debate acadêmico a partir da constatação de que regiões crescem a ritmos diferentes,

e, mais ainda, regiões mais pobres não tendem a convergir ao nível de renda das mais ricas. A maior parte da literatura em economia regional pauta suas hipóteses e modelos sobre a base da teoria clássica, dando às variáveis reais o papel-chave para explicar as divergências nas taxas de crescimento entre regiões ao longo do tempo. Não há como discordar: regiões com uma estrutura produtiva com baixo nível tecnológico e mão de obra pouco qualificada, ou sem qualquer qualificação, apresentam níveis de renda inferiores às regiões mais dinâmicas e, conseqüentemente, perdura um processo de estagnação. Este processo é conhecido como a dinâmica do círculo vicioso da pobreza, encontrada em Nurkse [1957] (2010).

Dow e Rodríguez-Fuentes (2006) assinalam que a falta de interesse por variáveis financeiras no contexto da economia regional levou a literatura clássica a não considerar o papel da moeda na explicação da desigualdade regional, assumindo o pressuposto de neutralidade da moeda. Mesmo supondo que há perfeita mobilidade de capital entre regiões, ressaltam o caráter exógeno da moeda tornando-a sem efeito sobre variáveis reais dado que os fluxos monetários inter-regionais são reflexos das diferenças regionais em termos reais.

Dessa forma, segundo Cavalcante, Crocco e Brito (2007), a teoria pós-keynesiana joga luz a essa discussão ao suprir essa carência quanto ao papel da moeda e dos agentes financeiros no crescimento e desenvolvimento econômico regional. Na teoria monetária pós-keynesiana não há distinção entre o lado real e o lado monetário, posto que a moeda é parte integrante do processo de decisão econômica, em economias com sistema financeiro razoavelmente desenvolvido. Assim, a moeda é endógena, pois sua oferta não depende apenas da autoridade monetária, mas da capacidade e disposição dos bancos em criar moeda-crédito.

Na visão keynesiana da economia regional, a moeda interfere na criação, manutenção e ampliação dos desequilíbrios regionais conforme o grau de preferência pela liquidez presente, isto é, pelo desejo dos agentes em reter moeda. Em seu estudo empírico, Crocco (2010) observou que o grau de preferência pela liquidez pode variar de região para região, pois seu principal condicionante é o estado de confiança dos agentes sobre o desempenho econômico da região. Desse modo, regiões de maior dinamismo econômico possuem menor preferência pela liquidez quando comparada a regiões menos desenvolvidas.

Na teoria keynesiana, a preferência pela liquidez tem uma relação inversa ao investimento, na direção de quanto maior a preferência pela liquidez menor a taxa de investimento. Entretanto, o investimento em ativo de capital é a variável propulsora do crescimento econômico, mas a fonte dos recursos necessários para viabilizá-lo diverge conforme abordagem teórica empregada. Na visão dos clássicos, o investimento depende da renda não consumida acumulada pelos agentes, ou seja, prega-se o pressuposto de que a poupança

precede o investimento. Na visão keynesiana, o investimento precede a poupança, sendo ele financiado pela concessão de crédito.

Keynes [1936] (1982) rejeita o postulado clássico e define um processo de financiamento do investimento conhecido como circuito *finance-investimen-to-poupança-funding*. A fase de *finance* diz respeito à provisão de moeda (não confundir com poupança prévia) tendo como contrapartida a emissão de uma dívida em curto prazo, que serve ao propósito de financiar o início do projeto de investimento. Como resultado da implantação do projeto do investimento, o nível de renda se expande, via multiplicador, levando ao aumento da poupança (não consumo). A alocação da nova poupança em títulos de prazo mais longo consolida a fase de *funding*, ou seja, a etapa na qual ocorre a emissão de títulos cuja maturidade é longa o suficiente para que os retornos do investimento paguem os encargos da dívida.

Portanto, na teoria de Keynes, o crédito funciona como alavanca para o investimento, não sendo este último limitado pelo volume de poupança disponível. É nesse contexto que os bancos passam a integrar de forma ativa o processo econômico por meio da oferta de crédito, abandonando o papel de mero intermediador alocativo entre poupadores e investidores.

Amado (1997) destaca que o comportamento do sistema bancário, especialmente o comportamento de bancos privados, tem a capacidade de perpetuar e acentuar a situação de desigualdade regional, uma vez que a eficiência microeconômica dos bancos não garante a eficiência macroeconômica quanto à alocação dos recursos. Para Crocco (2010) a eficiência microeconômica é uma maximização de lucro da instituição bancária por meio de estratégias de atuação em seus mercados. Elas são desenhadas com o objetivo de otimizar a relação rentabilidade/liquidez dos portfólios dos bancos, que, por sua vez, é norteadada pelo seu grau de preferência pela liquidez, dada suas expectativas quanto ao futuro.

Face ao comportamento dos bancos quanto à percepção³ do cenário econômico e diante do objetivo de maximização de lucros, os recursos financeiros destinados ao circuito produtivo podem ser racionados, reduzindo a funcionalidade do sistema bancário.⁴ Ou seja, reduzem a capacidade dos bancos em expandir a oferta de crédito para financiar o setor produtivo local.

Do ponto de vista keynesiano, o principal papel dos bancos é criar a liquidez que permite a mobilização de recursos para o investimento, promovendo o crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, a busca por investimentos que ofereçam maiores retornos leva a um redirecionamento desses recursos. Este redirecionamento ocorre entre regiões na direção das menos desenvolvidas para mais desenvolvidas, onde a atividade produtiva é mais dinâmica e o sistema financeiro mais complexo e sofisticado.

Qualquer que seja a condição, para ampliar seus ganhos, os bancos passam a drenar recursos financeiros alocados nas agências instaladas em regiões

3. É muito importante observar que o sentido da percepção bancária no contexto da teoria pós-keynesiana vai muito além da quantidade de informação disponível – envolve também o grau de confiança nas expectativas sobre o desempenho dos negócios. Para a teoria pós-keynesiana a informação sobre o futuro não existe para todos os agentes econômicos e esta é a premissa básica para assumir que o processo de decisão dos agentes é feita sob incerteza não probabilística. Esta hipótese de comportamento leva a que se coloque ênfase no estado de confiança e na forma como agentes percebem as oportunidades de retorno futuro.

4. Ver Studart (1999) para uma abordagem sobre funcionalidade bancária.

de baixo dinamismo em prol de regiões mais dinâmicas. Nesse sentido, há uma menor disposição a ofertar crédito nessa primeira região e, conseqüentemente, uma menor quantidade de recursos destinados a financiar projetos de produtores locais. Portanto, o baixo crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas está relacionado ao fato do sistema bancário ser pouco funcional.

Dentro dessa perspectiva, Sheila Dow deu grande importância da moeda na promoção do desenvolvimento regional, a partir de elementos da teoria da causação circular cumulativa de Myrdal e da teoria da dependência.⁵ Dow (1982) desenvolveu um modelo de análise teórico onde, admitindo livre mercado, fatores financeiros e reais estão interligados e criam processos dinâmicos que tendem a manter ou ampliar as desigualdades quanto ao desenvolvimento das regiões. Já Dow (1987) discutiu a importância do financiamento como fator restritivo ao investimento nas regiões com elevado grau de incerteza, o que amplia a desigualdade regional. Em suas análises ela utilizou o conceito de centro-periferia desenvolvido por Raúl Prebisch.⁶

Seguindo essa análise, uma região é considerada centro quando apresenta uma trajetória de crescimento mais estável, autogerada e retroalimentada, com mercado financeiro mais desenvolvido e baixa propensão a importar. Por outro lado, uma região periférica tem como característica baixo nível de renda, trajetória de crescimento instável guiada, basicamente, pelas exportações derivadas de uma atividade produtiva concentrada em setores primários e com um sistema financeiro pouco desenvolvido. Dow avalia que as regiões centrais apresentam um menor grau de incerteza e, por isso, uma menor preferência pela liquidez por parte dos agentes econômicos, enquanto os agentes das regiões periféricas menos dinâmicas apresentam uma maior preferência por reter moeda.

A partir dos trabalhos de Chick (1986), Chick e Dow (1988) e Dow (1990 e 1998), essas autoras desenvolveram argumentos teóricos mostrando que o desenvolvimento regional é afetado pelos diferentes estágios de desenvolvimento bancário. A hipótese é que o sistema financeiro está concentrado nas regiões mais desenvolvidas, onde o maior grau de confiança dos agentes (firmas, famílias e governo) sobre os bancos associada ao elevado volume de atividades comerciais estabelece um ambiente propício ao aumento dos lucros em atividades financeiras. O resultado da competição de firmas bancárias nessas regiões reflete uma maior disponibilidade de financiamento para investimentos locais. O resultado da concentração bancária é uma maior concentração industrial nas regiões mais desenvolvidas, em detrimento da periferia. Por meio de políticas monetária, fiscal e industrial que gerem fluxo de finanças das regiões centrais para as periféricas, esse processo circular cumulativo e vicioso pode ser rompido pela intervenção do Estado.

Nessa linha, Amado (1997) mostra um aprofundamento das disparidades entre as regiões brasileiras por meio da dinâmica monetária vigente. Para

5. Para a teoria da dependência – dividida entre as três vertentes marxista, cepalina e weberiana –, a partir da tradição estruturalista, dentro do sistema econômico, o desenvolvimento de alguns países/regiões é resultado do subdesenvolvimento de outros (Cf: BONENTE, 2009). Este artigo se baseia na teoria estruturalista cepalina, a qual se baseia nos trabalhos de Prebisch e Furtado. Ver Prebisch (2000) e Furtado [1952](2010).

6. Esse termo aparece pela primeira vez em *Memoria de la Primera Reunión de Técnicos sobre Problemas de Banca Central del Continente Americano*, de 1946 (Cf: COUTO, 2007). Posteriormente, Prebisch retoma a hipótese centro-periferia em vários trabalhos, tais como Prebisch (1949), Prebisch (1950), Prebisch (1951) e Prebisch (1963). Para uma revisão das principais teorias e contribuições de Raúl Prebisch ver Dosman (2011).

Amado, independente do nível de desenvolvimento do sistema bancário brasileiro, os bancos instalados nas regiões periféricas — que, de acordo com a autora, seria o Norte, Nordeste e Centro-Oeste — apresentam limitações tanto no volume de crédito disponível quanto nos pacotes de serviços oferecidos ao público. Isso porque a decisão quanto à carteira de portfólio fica restrita à matriz do banco, localizada nas regiões centrais (Sudeste e Sul), e as agências da periferia tornam-se apenas intermediárias dos fluxos financeiros.

Sendo assim, a menor disponibilidade de crédito da região periférica comparativamente a central seria um resultado do vazamento de *finance* — ou seja, de recursos — da primeira para a última. A maior propensão a importar por parte da periferia — devido ao seu baixo desenvolvimento econômico, sobretudo industrial — faz com que haja uma exportação de depósitos para a região central, isto é, uma menor retenção de depósitos relacionada aos círculos viciosos, reduzindo a circulação de recursos financeiros na periferia. Além disso, uma pequena variação negativa no estado de confiança sobre a economia periférica pode provocar uma elevação relativamente maior na preferência pela liquidez do que na região central. Essa maior preferência pela liquidez leva os bancos a preferir manter um alto nível de reserva na periferia, racionando o crédito local. Adicionalmente, a maior preferência pela liquidez do público impacta no volume de depósitos à vista frente depósitos a prazo, o que obriga os bancos a reduzir o prazo dos empréstimos para ajustar ao menor prazo dos depósitos, proporcionando menos recursos de prazos maiores para uma região menos desenvolvida.

Amado (1997) acrescenta que o problema não está apenas na capacidade do sistema financeiro em expandir crédito além do nível de depósito, nem no vazamento de *finance* entre regiões, “mas também na incapacidade de uma região particular manter o crédito que é criado lá na forma de novos depósitos” (p. 142), o que tende a reduzir a oferta de crédito nessa região, desestimulando o crescimento econômico.

Seguindo a hipótese de que a oferta de moeda afeta o desenvolvimento regional, Crocco *et al* (2003) testaram o impacto do acesso bancário e da preferência pela liquidez do público sobre o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. Como resultado, as regiões mineiras mais pobres em termos de bens e serviços apresentaram maior restrição ao crédito devido ao menor acesso aos bancos e maior preferência pela liquidez, o que dificultava, portanto, o seu desenvolvimento. Esses autores observaram ainda que as variáveis financeiras também influenciaram a centralidade regional. O argumento da centralidade se desenvolve da seguinte forma. As regiões com maior diversificação nos setores secundário e terciário possibilitariam a diversificação das carteiras de portfólio dos bancos. A diversificação das carteiras ampliaria alternativas de investimento e, portanto, a disposição dos bancos em conceder

crédito. Assim, como bancos e empresários apresentam menor preferência pela liquidez nas regiões centrais, estas tenderiam a se desenvolver mais rápido, ampliando a desigualdade regional.

Em suma, o arcabouço do desenvolvimento econômico regional pós-keynesiano caminha em direção oposta aos modelos do *maistream* que alegam que o excedente de capital financeiro de uma região é direcionado para a região deficitária, promovendo a redução, e eventual eliminação, das disparidades regionais por meio de um crescimento equilibrado. Para os pós-keynesianos, o racionamento de crédito regional não é resultado da assimetria de informação, como argumentam autores do *mainstream*, mas sim de um estado de confiança menor nas oportunidades de desenvolvimento de economias periféricas, dependentes e menos dinâmicas do que regiões mais desenvolvidas. O menor grau de confiança nas expectativas de retorno nas regiões periféricas tem como resultado um nível relativamente mais elevado de preferência pela liquidez em relação às regiões mais desenvolvidas. Portanto, os diferentes níveis de preferência pela liquidez são um indicador relevante para explicar o processo de desenvolvimento regional desigual.

2. Metodologia

Assumindo que o grau de desenvolvimento bancário define o comportamento dos bancos quanto ao gerenciamento de seus passivos e ativos, a orientação de uma estratégia operacional pode ou não alterar a dinâmica econômica. Direcionando para uma análise regional, isso implica que as estratégias adotadas pelos bancos definem o nível de crédito regional e, por consequência, influenciam o volume de investimento por região.

Se o banco opta por uma estratégia mais expansiva, maior será o volume de crédito disponível no mercado, estimulando o investimento e, assim, o crescimento da produção local. No entanto, os bancos podem alterar seu portfólio, reduzindo os recursos destinados ao crédito, em especial o financiamento produtivo, em detrimento de ativos financeiros considerados mais rentáveis e até menos arriscados. Esse tipo de comportamento pode provocar um vazamento de recursos, desviando a captação de recursos de regiões periféricas para regiões centrais que apresentam maior diversidade de ativos financeiros, aumentando o nível de liquidez desta em detrimento da primeira, reforçando a desigualdade econômica regional.

Sendo assim, os efeitos da preferência pela liquidez sobre o desenvolvimento desigual das regiões do Nordeste e Sudeste brasileiro serão avaliados por meio de indicadores de desempenho de atuação dos bancos. Para o cálculo dos indicadores que apresentaremos a seguir utilizaremos as informações

contidas no balanço consolidado das agências bancárias, mensalmente declarados ao Banco Central do Brasil, disponível no banco de dados Estatística Bancária por município (Estban). A descrição dos dados e de sua base se encontra no apêndice.

2.1. Os indicadores de desempenho da atuação dos bancos

A análise da atuação estratégica dos bancos pode ser feita através de sete indicadores de desempenho.⁷ O primeiro indicador apresentado é a proporção da população residente⁸ por agência bancária instalada nas regiões (PB_i). Quanto maior esse indicador menor a quantidade de bancos à disposição da sociedade local. Por suposto, as agências bancárias são instaladas em regiões que oferecem rentabilidade. Assim, quanto mais dinâmica a região mais atrativa será a instalação de novas agências. Isso tem um impacto positivo na oferta de crédito bancário local.

$$PB_i = \frac{\text{População}}{\text{número}_\text{agências}_\text{bancárias}}$$

Os demais indicadores foram subtraídos de Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010). O segundo indicador mede o grau de aprofundamento do sistema bancário na economia (AP_i). Ele é calculado como a razão do total de ativo das agências bancárias pelo total da população residente.

$$AP_i = \frac{\text{Total}_\text{de}_\text{Ativos}_\text{bancários}}{\text{População}}$$

De acordo com Crocco (2010), esse indicador é muito utilizado, principalmente pelos novo-keynesianos, como medida de desenvolvimento do sistema bancário. Contudo, na perspectiva da teoria pós-keynesiana, essa medida não é suficiente, pois um elevado volume de ativo bancário pode não estar direcionado para o setor produtivo e sim para o financeiro, que oferece maiores retornos com baixo risco. O desenvolvimento do sistema bancário, na perspectiva pós-keynesiana, está relacionado à sua funcionalidade. Isto é, sua capacidade de oferta crédito ao setor produtivo, mantidas as margens de segurança. Assim, esse indicador é visto como *proxy* do aprofundamento do sistema bancário, ou seja, quanto maior o AP_i , maior é o aprofundamento bancário, o que pode ou não indicar uma maior disponibilidade de recursos para crédito.

Os dois primeiros indicadores PB e AP correspondem à presença dos bancos na economia local. Os quatro indicadores seguintes medem, mais

7. Em todos os indicadores de desempenho aparecerá o subscrito i , o qual refere-se à região.

8. O dado de população residente utilizado é o da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), do IBGE.

especificamente, o grau de comprometimento dos bancos com a atividade de crédito. Conforme a abordagem pós-keynesiana, um sistema bancário desenvolvido se caracteriza pelo baixo nível de preferência pela liquidez, e, portanto, um menor racionamento de crédito, dada uma maior disposição a emprestar ao setor produtivo sem fragilizar o sistema. Portanto, maior a disponibilidade de crédito com baixo nível de inadimplência.

A preferência pela liquidez dos bancos (PLB_i) é apresentada pela razão abaixo:

$$PLB_i = \frac{\text{Total_de_Depósitos_à_vista}}{\text{Total_de_Crédito}}$$

O total de depósitos à vista é encontrado a partir do somatório dos depósitos à vista do governo e do setor privado, enquanto o total de crédito refere-se à soma do saldo em empréstimos e títulos descontados e financiamentos. Este é o principal indicador para caracterizar as diferenças em relação à disposição dos bancos em emprestar em regiões periféricas e centrais. De acordo com Crocco e Santos (2006), esse indicador não capta apenas o comportamento dos bancos quanto à liquidez, mas também dos seus clientes, posto que o numerador representa a disponibilidade dos indivíduos em ter seus ativos na forma mais líquida possível, enquanto o denominador revela a intenção do banco em reduzir o nível de liquidez dos seus ativos. Quanto maior o PLB, maior a preferência pela liquidez dos bancos, consequentemente, menor a oferta de crédito.

A Relação Crédito Total por Ativo Total (CTAT), o quarto indicador, é uma forma alternativa de medir a preferência pela liquidez dos bancos. Essa razão mede a quantidade de crédito disponibilizado pelos bancos dado seu nível de ativo total.

$$CTAT_i = \frac{\text{Total de Crédito}}{\text{Total de Ativos}}$$

Ele guarda correlação negativa com a preferência pela liquidez (PLB), de modo que, uma maior preferência pela liquidez dos bancos pode ser representada por uma menor disposição a emprestar por parte dos bancos.

Os próximos indicadores de desempenho dizem respeito especificamente à gestão de passivos pelos bancos. A gestão do passivo dos bancos também é uma forma de expressar a sua preferência pela liquidez e de acordo com Chick (2010),⁹ também oferece uma indicação do grau de desenvolvimento bancário.

9. Segundo Chick (2010), no estágio mais avançado de desenvolvimento do sistema bancário, os bancos desenvolvem o gerenciamento de passivos. De acordo com Crocco (2010), isso tem como característica a oferta de produtos e serviços financeiros mais sofisticados, visando manter ou mesmo aumentar o volume de reservas. Nesse sentido, alega Amado (1997), a expansão de crédito, ao promover o financiamento dos gastos, dentre eles os investimentos em ativo de capital, expande a renda e, com isso, a criação de novos depósitos.

O quinto indicador é a razão depósitos à vista passivo (DVP). Quanto maior o DVP observa-se uma maior dependência dos bancos em expandir o crédito local, pois revela um compromisso de curto prazo com os clientes.

$$DVP_i = \frac{\text{Total de Depósitos à Vista}}{\text{Passivo Total}}$$

No caso dos depósitos à prazo (DPP), a obrigação dos bancos junto aos clientes não é imediata, o que representa um grau de liquidez menor e, portanto, uma menor necessidade do banco manter um maior volume de reservas para atender possíveis retiradas de depósito. Assim, quanto maior o DPP, menor a preferência pela liquidez.

$$DPP_i = \frac{\text{Total de Depósitos à Prazo}}{\text{Passivo Total}}$$

E por fim, quanto maior a participação da poupança no total de passivo do banco (PouP) menos líquido será o banco, pois conforme Crocco (2010), a poupança representa uma exigência imediata a qual o banco deve atender, ou seja, é uma aplicação de elevada liquidez. De fato, o público emprega depósitos em poupança tanto como reserva precaucional — utilizada para consumo imediato e não planejado — quanto para uso futuro — aquisição de algum bem ou serviço planejado.

$$PouP_i = \frac{\text{Poupança}}{\text{Passivo Total}}$$

10. Nas palavras de Keynes:
“The demand for liquidity can be divided between what we may call the active demand which depends on the actual and planned scales of activity, and the inactive demand which depends on the state of confidence of the inactive holder of claims and assets; whilst the supply depends on the terms on which the banks are prepared to become more or less liquid. In a given state of expectation both the active and the passive demands depend on the rate of interest. So sometimes does the supply; but not necessarily, for the banking system may aim at the quantitative regulation of money without much regard to the rate”. (KEYNES, 1973, vol. 14, p. 221-222.)

3. O desempenho dos bancos no Nordeste e Sudeste no período 2000-2014

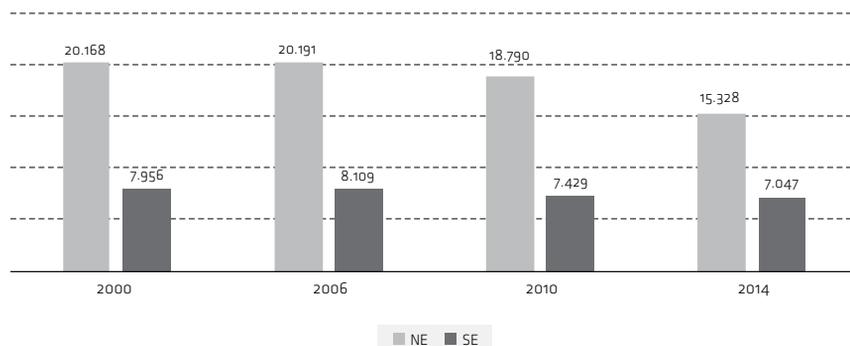
Para a teoria pós-keynesiana, moeda e crédito são endógenos ao sistema econômico e, assim, capazes de determinar o padrão de crescimento e desenvolvimento econômico de uma região. Neste contexto, bancos têm papel chave para determinar o ritmo da atividade econômica, pois eles criam meios de pagamento, via multiplicador bancário, e são responsáveis pela oferta de crédito no mercado, dando início ao circuito *finance*-investimento-poupança-*funding* apresentado por Keynes.¹⁰

Partindo do pressuposto que os bancos adotam estratégias diferentes nas regiões Nordeste e Sudeste avaliaremos o resultado dos indicadores de desempenho apresentados na seção anterior. O cerne da questão é que a oferta de crédito apresenta uma relação inversa com a preferência pela liquidez. Desta feita, a região Nordeste como uma região periférica apresentaria uma menor disposição a conceder crédito, ao passo que o Sudeste, o centro, teria uma maior disposição a emprestar, o que explicaria, de acordo com o princípio da causalção circular cumulativa, o desenvolvimento desigual entre as duas regiões.

Antes de discutir as diferenças na preferência pela liquidez dos bancos entre as regiões, observaremos os indicadores PB e AP, concernentes a diferença no tamanho do sistema bancário dessas regiões. Os gráficos 1 e 2 apresentam os resultados desses indicadores.

O Gráfico 1, que mostra a presença do sistema bancário na economia de cada região, dá uma indicação clara da desigualdade no desenvolvimento do sistema bancário do ponto de vista regional. No Sudeste, para todos os anos da série, a proporção da população atendida por agências bancárias é mais de duas vezes do que na região Nordeste. No entanto, houve no período analisado um decréscimo do indicador na região Nordeste, ou seja, houve um aumento no número de agências bancárias na região. Este resultado pode ser atribuído, em parte, às políticas de investimento no âmbito do PAC1 e PAC2, iniciados a partir de 2007, que propiciaram o aumento de agências na região Nordeste em ritmo superior ao Sudeste a partir de 2007.

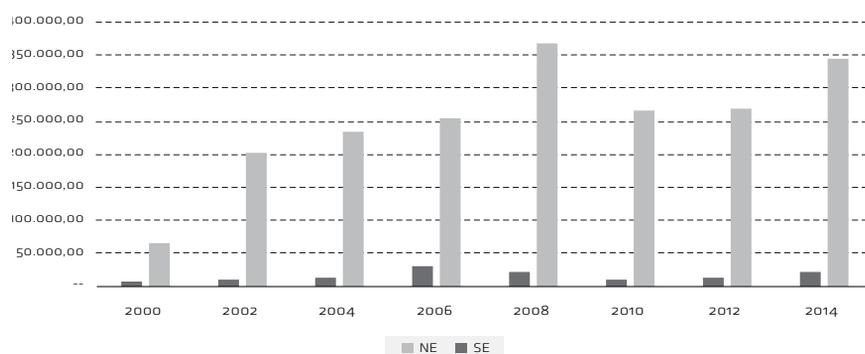
Gráfico 1. Número de habitantes por agência bancária (PB) do Nordeste e Sudeste (anos selecionados)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD, do IBGE, e BCB-Estban.

No entanto, a ampliação do sistema bancário no Nordeste não foi acompanhada pelo indicador AP (Gráfico 2). Entre 2000 e 2014, a proporção de ativos por habitantes no Sudeste cresceu 405%, contra 179% do Nordeste. Os indicadores PB e AP em conjunto mostram que apesar da tendência de maior aprofundamento do sistema bancário na região Nordeste — pela diminuição da relação de habitantes por agência ao longo dos anos 2000 e início da presente década — grande parte dos ativos, ou seja, parte da riqueza financeira do país, continua largamente concentrada na região Sudeste.

Gráfico 2. Total de ativos bancários por habitantes (AP) do Nordeste e Sudeste (anos selecionados) em R\$ mil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNAD, do IBGE, e BCB-Estban.

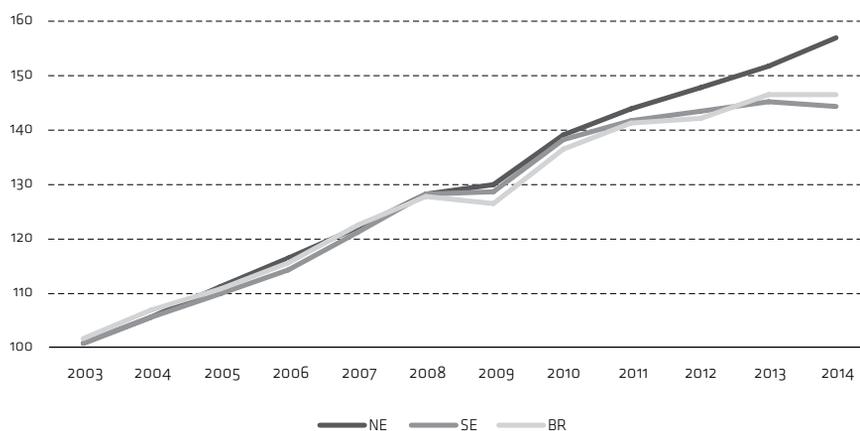
Fato relevante a ser destacado é que a grande diferença no indicador AP ainda persiste, mesmo com o melhor desempenho econômico do Nordeste no período em relação à região Sudeste (Gráfico 3). Apesar da expansão da economia nordestina a partir de meados dos anos 2000, o AP cresceu mais lentamente no Nordeste comparativamente ao Sudeste. Isto permite presumir que os bancos, de acordo com sua percepção de retorno sobre a aplicação de recursos, adotam a estratégia de transferência de recursos das agências de regiões menos desenvolvidas para as localizadas em regiões economicamente dinâmicas, neste caso o Sudeste brasileiro.¹¹

O Gráfico 3 mostra o índice de atividade econômica¹² para o Nordeste e Sudeste. Até a crise financeira internacional de 2008, as atividades produtivas da região Nordeste evoluíram no mesmo ritmo que o Sudeste. Mas, diante da crise financeira internacional de 2008, a região Sudeste passou a apresentar uma taxa de crescimento inferior à nordestina, que continuou em sua trajetória de expansão. Esta diferenciação na dinâmica de desempenho entre as regiões deve aumentar o interesse dos bancos em atuar na região Nordeste. De fato, como veremos mais a frente, a partir da crise de 2008 há uma mudança na postura dos bancos em relação à região Nordeste.

11. Ver Ferreira Jr. e Sorgato (2007) e Sorgato e Ferreira Jr. (2014).

12. Ver Apêndice.

Gráfico 3. Índice de atividade econômica regional – Regiões Nordeste e Sudeste – com ajuste sazonal – 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB-Depec.

Uma razão adicional para justificar porque os bancos podem ter mudado suas estratégias de atuação em relação à região Nordeste pode ser identificada nos gastos do PAC que não englobam apenas as áreas de infraestrutura, mas também saúde e educação, com a construção e ampliação de unidades básicas de saúde (UBS), creches e pré-escolas. O ponto a ressaltar é que, em conjunto, esses empreendimentos alteram o dinamismo econômico da região e, neste sentido, podem alterar positivamente a percepção dos bancos em relação às oportunidades de crescimento da região.¹³ Assim, mesmo com a crise financeira internacional de 2008, a dinâmica nordestina torna-se um pouco mais independente do contexto em que se dão as atividades do Sudeste, o que pode induzir mudanças nas estratégias bancárias para a região Nordeste. No entanto, dado o pouco tempo de observação, os dados ainda não permitem revelar se essa maior expansão relativa irá persistir e se terá força suficiente para mudar a trajetória produtiva nacional, reduzindo a desigualdade, uma vez que o Sudeste ainda responde pela maior parcela de tudo que é produzido no país.

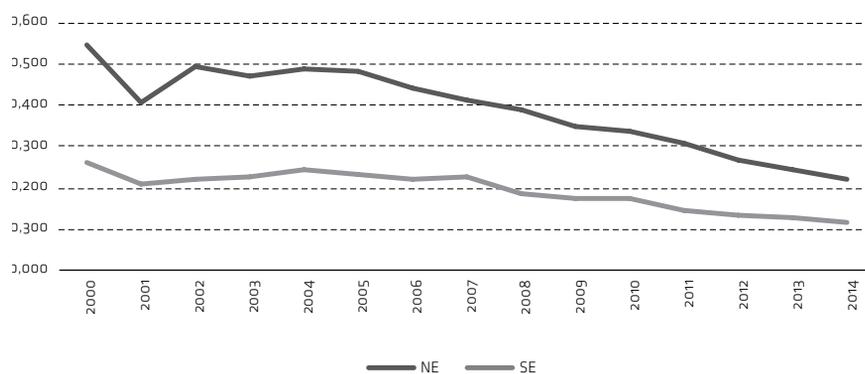
No tocante à preferência pela liquidez e o gerenciamento de ativos e passivos bancários, Dow (1999) defende a hipótese de quanto mais inconstante o ambiente econômico, maior será a preferência pela liquidez dos agentes. Segundo Silva *et al* (2010), a consequência de uma maior preferência pela liquidez por parte dos bancos é o racionamento de crédito local, inviabilizando a implantação de projetos de investimento que promovem o crescimento econômico.

O Gráfico 4 mostra o resultado do PLB para as regiões Nordeste e Sudeste. O PLB apresentou uma tendência de redução nas duas regiões. Porém, a região

13. Aliado aos projetos públicos, no PAC (1 e 2) algumas medidas institucionais foram implantadas focadas na desoneração tributária, estímulo ao crédito e financiamento, melhoria do ambiente de investimento, além de medidas de gestão e fiscais de longo prazo. O objetivo é criar um ambiente economicamente favorável não apenas aos investimentos públicos, mas também estimular o investimento privado.

Nordeste permaneceu com uma preferência pela liquidez maior relativamente ao Sudeste. Este resultado, conforme a teoria pós-keynesiana, sugere que os bancos localizados nas regiões desenvolvidas apresentem menor preferência pela liquidez. Contudo, a partir de 2005, o PLB do Nordeste inicia uma trajetória de declínio mais acelerada, quando comparado ao Sudeste. De acordo com Carvalho (2008), essa evolução do PLB no Nordeste estaria mostrando uma mudança na percepção dos bancos quanto ao ambiente econômico local, imprimindo maior confiança no desempenho produtivo. E é essa mudança de expectativa que leva os bancos a aumentar a oferta de crédito.

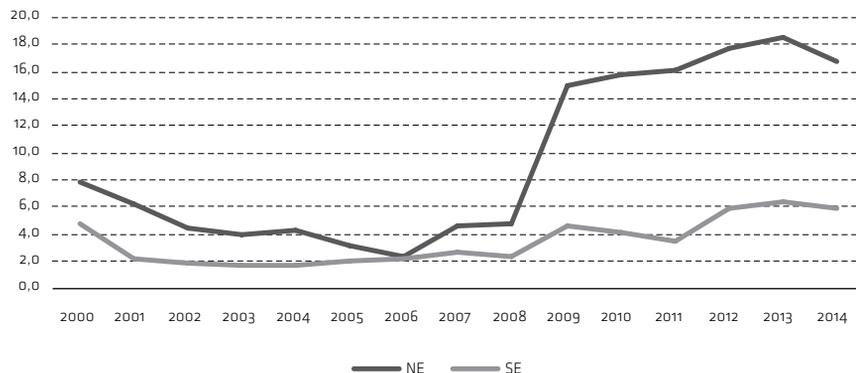
Gráfico 4. Indicador de preferência pela liquidez das agências bancárias (PLB) do Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

O Gráfico 5 mostra que o indicador de CTAT é crescente em ambas as regiões a partir de 2006, o que evidencia que os bancos estão aumentando o volume de seus ativos destinados às operações de crédito, levando a uma maior disponibilidade de recursos destinados à produção e ao consumo em detrimento de investimentos no setor financeiro. Adicionalmente, é notável o salto que o indicador de CTAT apresenta na região Nordeste a partir de 2009. Atribuímos esse comportamento a um reflexo das políticas anticíclicas do governo que expandiu o crédito por meio dos bancos públicos após a crise financeira de 2008, o que, em conjunto com o impacto estruturante das obras do PAC, pode explicar o comportamento bastante diferenciado na região Nordeste. Em contrapartida, de 2008 a 2011, esse indicador foi decrescente na região Sudeste. Deve-se observar, contudo, que a partir de 2014, acompanhando a desaceleração da economia brasileira, a tendência é de queda tanto no Nordeste como no Sudeste.

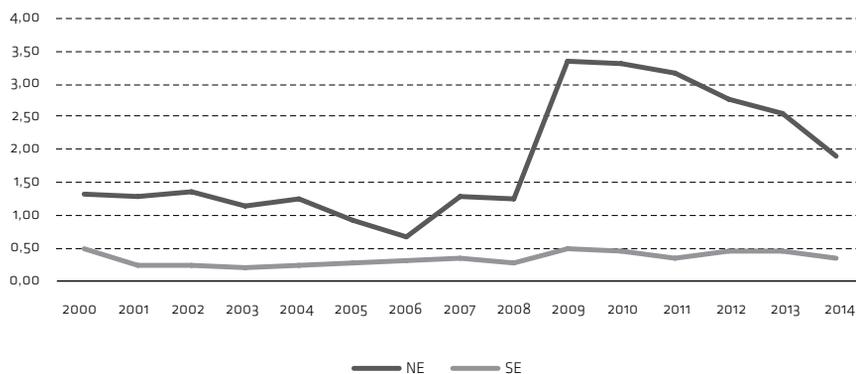
Gráfico 5. Participação no crédito total (CTAT) no Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

O gerenciamento de passivo pode ser acompanhado pelos indicadores DVP, DPP e PouP, respectivamente nos gráficos 6, 7 e 8. Uma primeira observação a ser feita é que a partir de 2009 o nível da razão de depósitos à vista (Gráfico 6), a prazo (Gráfico 7) e de poupança (Gráfico 8) sobre o passivo total no Nordeste muda de patamar, ou seja, há uma mudança clara de atuação da estratégia bancária na região a partir da crise financeira internacional. Outra observação é que, seguindo Crocco (2010), observamos que as agências bancárias tanto no Nordeste como no Sudeste podem ser classificadas como de *alto gerenciamento do passivo*. Segundo Crocco, quanto menor for o DVP e maior o DPP e o PouP, bancos podem ser classificados como de alto gerenciamento de passivo. Isto implica dizer que bancos dependem menos de depósitos à vista para ofertar crédito.¹⁴

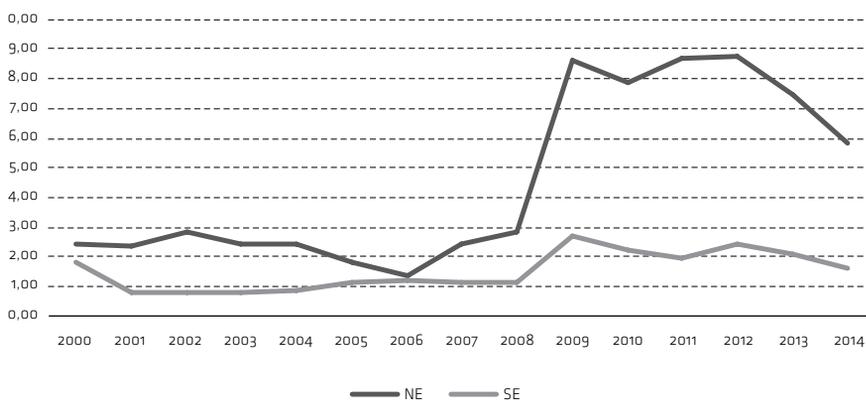
Gráfico 6. Participação dos depósitos à vista no passivo total dos bancos (DVP) no Nordeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

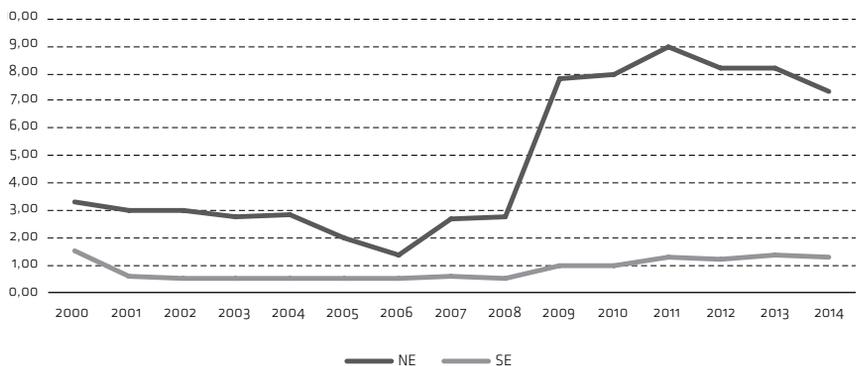
14. Semelhante a análise de Crocco (2010), que avaliou as regiões do estado de Minas Gerais entre 1994 e 2008, os bancos nas regiões Nordeste e Sudeste no período de 2000 a 2014 praticaram um alto gerenciamento de passivo. Portanto, assim como na região central — o Sudeste — os bancos da periferia — Nordeste — não tiveram grandes problemas em captar recursos necessários para a disponibilização de crédito.

Gráfico 7. Participação dos depósitos a prazo no passivo total dos bancos (DPP), no Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

Gráfico 8. Participação dos depósitos em poupança no passivo total dos bancos (PouP), no Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

Pelo Gráfico 6, vemos que o (DVP) é decrescente no Nordeste a partir de 2009. Isto sugere que a expansão do crédito na região tendeu a depender menos da expansão dos depósitos à vista, o que é compatível com a queda na preferência pela liquidez. Na região Sudeste não há uma variação considerável nesse mesmo espaço temporal.

Quanto ao desempenho do (DPP), Gráfico 7, a tendência à queda na razão é observada a partir de 2012 em ambas as regiões. A avaliação do (PouP), Gráfico 8, entre as regiões mostrou como o peso dos depósitos de poupança, típicos de população de mais baixa renda, é maior nas agências bancárias do Nordeste em relação ao Sudeste.

4. Considerações finais

Este artigo analisou as estratégias bancárias entre as regiões Nordeste e Sudeste no período de 2000 a 2014, partindo da premissa que a atuação dos bancos pode possibilitar um maior dinamismo econômico das regiões, mas que as ações bancárias dependem da percepção sobre a dinâmica econômica local. A análise baseou-se em indicadores de desempenho bancário desenvolvidos por Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010), os quais evidenciam a funcionalidade dos bancos, ou seja, sua disposição de ofertar crédito de acordo com sua preferência pela liquidez.

Tomando os dados do Estban, do Banco Central do Brasil, verificou-se que a preferência pela liquidez dos bancos localizados no Nordeste é maior que a dos bancos no Sudeste. Porém, ela apresentou uma tendência decrescente no Nordeste, reduzindo a diferença na preferência pela liquidez entre as duas regiões. Também se verificou um aumento na oferta de crédito nessa região relativamente maior que no Sudeste. Quanto ao gerenciamento dos ativos bancários verificou-se que a participação do crédito no total de ativos é maior no Nordeste. Um resultado esperado, pois sendo a região de menor dinamismo, as opções de aplicação dos recursos captados são menores do que no Sudeste.

Quanto ao gerenciamento do passivo das agências, verificou-se a manutenção de um mesmo padrão entre as regiões, com baixo indicador de depósito à vista por passivo e indicadores mais elevados de depósitos em poupança e a prazo por total de passivo. Assim, podemos classificar a estratégia de gerenciamento de passivo em ambas as regiões como sendo de alto gerenciamento de passivo. A avaliação desse padrão é que as agências dependem menos das reservas precaucionais para fazer frente à retirada de montantes do público, proporcionando maior disponibilidade de recursos para ofertar no mercado na forma de crédito.

Tendo em vista a persistência de elevadas disparidades regionais na oferta de crédito, observou-se uma tendência à desconcentração do crédito, uma vez que o desempenho econômico do Nordeste a partir das obras do PAC, dentre outros fatores, foi relativamente melhor que do Sudeste. Assim, podemos concluir que a intervenção, por intermédio de políticas públicas, é fundamental para a reversão de um quadro de elevada desigualdade em termos de desenvolvimento econômico, refletido em menor oferta de recursos para investimento nas regiões mais carentes. Apesar de não termos distinguido neste artigo o comportamento de bancos públicos e privados, certamente a atuação dos bancos públicos, mais comprometidos com o desenvolvimento econômico das regiões, devem ter tido um papel de destaque para o combate da desigualdade na oferta regional de crédito.

§

Referências

- AMADO, A. *Disparate regional development in Brazil: a monetary production approach*. Aldershot-England: Ashgate Publishing Ltd., 1997.
- _____. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: uma perspectiva pós-keynesiana. *In: Revista de Economia Política*, vol. 18, n.1 (69), jan-mar, 1998.
- BONENTE, B.I. Realismo e emancipação: crítica explanatória à teoria do desenvolvimento. *In: XII Annual Conference Internacional da International Association for Critical Realism (IACR)*. Niterói, RJ, 2009.
- BRASIL. BCB — Banco Central do Brasil. *Estatísticas bancárias por municípios (Estban)*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acessado em 21/03/2015
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.pac.gov.br/> Acesso em: 14/02/2015.
- CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). *In: XXXVI Encontro Nacional de Economia — Anpec*. Salvador, BA, 2008.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. G. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. *In: GONZAGA, F.; CROCCO, M. (Org.) Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 295-315, 2006.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; BRITO, M. Impactos macroeconômicos na variação regional da oferta de crédito. *In: Análise Econômica (UFRGS)*, vol. 40, p. 142-178, 2007.
- CHICK, V. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. *In: Economic et societies*. Cahiers de l'Ismea. Série Monnaie et production, n. 3, 1986.
- _____. *Sobre moeda, método e Keynes: ensaios escolhidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CHICK, V.; DOW, S.A. Post-keynesian perspective on the relation between banking and regional development. *In: ARESTIS, P. (Ed.) Post-keynesian monetary economics: new approaches to financial modeling*. Aldershot: Edward Elgar Publishing, 1988.
- COUTO, J.M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *In: Economia e Sociedade*, vol. 16, n. 1 (29), p. 45-64. Campinas, abr. 2007.
- CROCCO, M. *Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro*. Tese (Doutorado) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/ UFMG), 2010.
- _____.; CASTRO, C.B.; CAVALCANTE, A.; VAL, V.C. Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo de caso das mesorregiões de Minas Gerais. *In: Análise Econômica (UFRGS)*, vol. 21, n. 40, p. 39-64, mar. 2003.
- _____.; SANTOS, F. Financiamento e desenvolvimento sob novas óticas. *In: Observatório da Cidadania: Arquitetura da Exclusão*, vol. 10, p. 48-58, 2006.
- DOSMAN, E. J. *Raúl Prebisch (1901-1986) — A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- DOW, S. The regional composition of the bank multiplier process. *In: Scottish Journal of Political Economy*, vol. 29, n. 1, p. 22-44, 1982.
- _____. *Financial markets and regional economic development: the canadian experience*. Aldershot: Avebury, 1990.
- _____. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. *In: MARTIN, R. (Ed.), Money and the space economy*. New York: John Wiley and Sons, 1999.
- DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. Um “survey” da literatura de finanças regionais. *In: GONZAGA, F.; CROCCO, M. (Org.) Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERREIRA JR.; SORGATO, L. A. A. Vazamento do crédito no Nordeste e uma proposta do sistema de financiamento legal: o caso de Alagoas. *In: Revista Economia Política do Desenvolvimento*, vol. 1, n.1, p. 33-63, 2007.
- FURTADO, C. [1952]. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. P.A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 25/03/2015.
- IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acessado em 05/04/2015.
- KEYNES, J. M. [1936]. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- NURKSE, R [1957]. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. P. (Org.) A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- PREBISCH, R. [1949] El desarrollo económico de La América Latina y algunos de sus principales problemas. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- _____. [1950] Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- _____. [1951] Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- _____. Dinâmica do desenvolvimento Latino-americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- _____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. *In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, F. F.; CROCCO, M.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. *Limitações teóricas da literatura convencional sobre impactos regionais de política monetária*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010 (Texto para discussão n. 381).
- SORGATO, L. A. A.; FERREIRA JR., R. R. Desigualdade financeira regional: vazamento de depósitos no nordeste brasileiro. *In: Revista Econômica do Nordeste*, vol. 45, n. 2, p. 17-31, 2014.
- STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do Crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. *In: LIMA G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*.Campus, 1999.

Recebido em 22/09/2015
e aceito em 14/11/2015

Apêndice – Descrição da base de dados dos bancos

Para o cálculo dos indicadores de desempenho de atuação dos bancos foram utilizadas informações contidas no balanço consolidado das agências bancárias, mensalmente declarado ao Banco Central do Brasil e disponível no banco de dados Estatística Bancária por município (Estban).

Como medida do total de crédito ofertado pelos bancos utilizou-se o saldo Operações de Crédito (cod.160) que englobam empréstimos, títulos descontados, financiamentos para pessoa física, jurídica e para o setores agropecuário e agroindustriais. O saldo em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (cód. 130) indica o montante de recursos que o banco aplicou no mercado financeiro na aquisição de letras e notas do Tesouro Nacional — títulos da dívida externa brasileira, por exemplo. A variável crédito em liquidação é obtida pelo montante de provisão para crédito em liquidação duvidosa (cód. 173). Esta variável representa perdas prováveis na efetivação de crédito, em outras palavras, esta provisão está relacionada à inadimplência. O Total de Ativo (cód. 399) representa a receita total dos bancos, isto é, o volume que eles têm a disposição para transacionar, seja no mercado real ou no financeiro.

Também foram utilizadas as contas de Depósitos à Vista do Governo (cód.400) e do Setor Privado (cód. 410) e Total de Depósitos a Prazo (cód. 430). Entende-se por depósitos à vista o montante de recursos que os bancos detêm do público que não auferem rendimento e com resgate imediato, em contrapartida, os depósitos a prazo representam

o volume de recursos que os bancos captam do público por um período pré-estipulado em acordo, que oferece rendimento ao cliente. Além dessas, foi empregado os Depósitos em Poupança, que contabilizam as aplicações de poupança física e jurídica (cód.420). As obrigações dos bancos estão computadas na conta do Passivo Total (cód. 899)

Para medir o grau de presença bancária em nível regional, será empregado o total da população residente por estado e região, de acordo com a contagem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a análise regional estes indicadores foram calculados para os estados da região Nordeste, contrapondo com os resultados do Sudeste, representados pelo subscrito *i* presente nos indicadores (ver abaixo), entre os anos de 2008 a 2014.

Além desses foi considerado o Índice de Atividade Econômica (IBC), calculado pelo Banco Central do Brasil, para as regiões Nordeste (IBCR-NE) e Sudeste (IBCR-SE) e também para o Brasil (IBCR-BR). A razão do uso de tal indicador está no fato deste apresentar dados mais recentes compatíveis com o período que a pesquisa está trabalhando. Não apenas isso, esse indicador é considerado uma *proxy* para o Produto Interno Bruto (PIB), pois capta a evolução da atividade produtiva nacional e regional. Por outro lado, não há disponibilidade do IBC em âmbito estadual, o que impede uma análise menos agregada em termos territoriais.

PIERRE SALAMA

|| POR **AFRÂNIO GARCIA JR, CARMEM FEIJÓ, JOSÉ SERGIO LEITE LOPES, LENA LAVINAS,**
MARCOS COSTA LIMA E ROSA FREIRE D'AGUIAR

Pierre Salama veio ao Brasil pela primeira vez em 1979. Vontade de ter vindo antes não lhe faltava, desde que, nos anos 1960, ele descobrira, em Paris, a América Latina, a Revolução Cubana, as guerrilhas, os exilados. E as aulas de Celso Furtado na Sorbonne, sobre economia do desenvolvimento e economia latino-americana. Salama foi aluno de Furtado e, mais tarde, seu assistente. Nascido no Egito em 1942, mudou-se para a França em criança. A mãe queria vê-lo engenheiro, mas ele acabou cursando economia, na época uma disciplina pouco contaminada pela modelização e vista como uma ferramenta para se compreender a sociedade. Entenda-se: para fazer militância política — à qual Salama não se furtou, primeiro na juventude comunista, depois no trotskismo. Justamente, foi a ativíssima militância que alimentou um fornido dossiê a seu respeito nos arquivos dos regimes militares do Brasil e da Argentina, dificultando sua vinda para cá.

Celso Furtado chegara à universidade francesa com uma proposta didática diferente, conta Salama. Na época, os professores de economia do desenvolvimento tinham uma experiência limitada às colônias francesas na África, e não imaginavam ser possível coexistir industrialização e subdesenvolvimento. Furtado, que vinha da equipe fundadora da Cepal e trabalhara em vários países da América Latina, comprovava o contrário. Levou para as aulas da Sorbonne o enfoque científico que faltava aos alunos, introduziu-os ao sistema centro-periferia.

Desde então Salama se tornou um latino-americano de adoção. Sua tese de doutorado, defendida em 1970, foi sobre *O processo de “subdesenvolvimento”: o caso da América Latina*, logo traduzida em espanhol, italiano, português (Vozes, 1976). Professor de economia de Paris-13, universidade da qual hoje é emérito, seus temas de pesquisa abarcam o desenvolvimento das economias semi-industrializadas, o Estado na América Latina, os estudos sobre pobreza e riqueza e a consequente desigualdade da renda. Mais recentemente, Salama vem se dedicando à análise comparativa entre as economias latino-americanas e as asiáticas, a começar pela chinesa, interessado em deslindar como umas e outras convivem com a globalização comercial e financeira. Sua pauta também inclui um *hobby*: o estudo das drogas e da violência nas economias emergentes. Entre seus vários livros, quase todos publicados em português, os mais recentes são *Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique latine/Asie* (La Découverte, 2006; Manaus, Perspectiva, 2011) e *Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis* (Armand Colin, 2012). Foi numa vinda ao Rio de Janeiro, em agosto de 2015, que Pierre Salama falou a *Cadernos do Desenvolvimento* sobre seu percurso de vida e acadêmico, seu convívio com Celso Furtado e sua forte ligação com o Brasil.



|| FOTO SÉRGIO CARA

ROSA FREIRE D’AGUIAR: Começemos por seu percurso: como e por que você escolheu as ciências econômicas?

PIERRE SALAMA: Porque, justamente, minha história começa fora da França. Nasci no Egito e cheguei à França com 7 anos...

AFRÂNIO GARCIA JR: Sua família era francesa?

No Egito não era tão simples. Escolhia-se a nacionalidade dependendo de quanto dinheiro se tinha. Os mais pobres eram egípcios, e tinham muito orgulho de sê-lo. Depois havia os italianos e os ingleses, que tinham mais dinheiro. Do lado do meu pai, a família era de tunisianos, sem dinheiro suficiente para ser francesa. Foram os turcos que levaram esse sistema para alguns grandes portos, como Alexandria, Tânger. Isso acontecia em vários países. Naquela época, e até o fim dos anos 1940, dependíamos do tribunal de nossa nacionalidade. Para ser mais claro, se você fosse árabe e matasse um árabe, era fuzilado. Se fosse inglês, tinha direito a pagar uma multa de 5 mil libras. É o colonialismo na sua forma mais perfeita.

LENA LAVINAS: Conte-nos um pouco de seu percurso quando chegou à França.

Meu pai morreu quando eu tinha sete meses. Minha mãe era engajada politicamente e feminista, ao modo da época. Uma pioneira. Casou-se com um rapaz, meu padrasto, e depois decidiu se separar. Mas no Egito uma mulher divorciada devia voltar para a casa dos pais. E ela tinha dois filhos. Pôs todo mundo debaixo do braço e foi para a Europa. Acabou ficando em situação difícil, porque não tinha uma profissão: casara-se com meu pai aos 16 anos e meio. Fez o *baccalauréat*, era tudo o que tinha. Mas era feminista e comunista, e se recusou a ir morar com os pais e ficar jogando cartas: era o que as mulheres faziam, esperando o próximo marido.

LENA: Como a vida universitária entrou na sua vida?

Eu estava fadado a me tornar engenheiro, era o que minha mãe queria. Fiz o curso preparatório para entrar nas grandes *écoles*, mas sofri um acidente na guerra da Argélia, para a qual fui convocado. Já tinha sofrido antes,

e as surras de cassetete da polícia o agravaram. Precisei ser operado e tive a sorte de ir para uma casa de repouso para estudantes, em Sainte-Maxime. Como eu não tinha um tostão, resolvi ficar o mais tempo possível nessa casa, onde conheci umas pessoas que estudavam história, outras, russo. E pude escapar daquele destino a que estava condenado, pois foi aí que escolhi a economia. Isso se passou durante os Acordos de Évian, em 1962. Eu estava na UEC [União dos Estudantes Comunistas] onde havia grupos desertores da guerra da Argélia. De certa forma fui salvo pelos Acordos de Évian. Um tio meu, que eu considerava como pai, foi me visitar e disse que não era possível que eu estudasse economia, pois a economia era a ciência dos exploradores, dos patrões. Ao passo que para mim – estávamos no fim da guerra da Argélia, com a radicalização – era o meio de entendermos como o capitalismo funcionava. A economia não era vista como hoje, com os modelos e tudo mais. Ao contrário, era vista como uma ferramenta para entendermos a sociedade e, portanto, fazer militância. Nessa época minha inclinação era comunista, depois será trotskista.

AFRÂNIO: Na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, ninguém além de Henri Denis era marxista. Nessa época, já era no Panthéon?

O primeiro ano foi numa faculdade recém-construída, Assas, e depois foi no Panthéon. Henri Denis foi uma pessoa muito importante para mim, assim como Raymond Barre, paradoxalmente. Porque Barre era um professor excelente, e Henri Denis era uma pessoa excepcional, que nos fazia refletir. No terceiro ano, tive como professor Jean Weiller, especializado em economia internacional, também excepcional. Eu me envolvi muito com economia. Além disso, tinha muito pouca gente radical de esquerda na economia e no direito – naquela época os dois primeiros anos dos dois cursos eram juntos. No terceiro ainda estudávamos bastante direito, mas ficávamos separados. Os que viriam a se tornar trotskistas, os que viriam a se tornar maoístas, os que se tornariam “italianos”, isto é, os eurocomunistas, todos esses da UEC estavam começando a sair do casulo.

Celso Furtado chegou como uma pessoa muito diferente, porque na época quem lecionava nos cursos de desenvolvimento eram professores de economia que conheciam muito pouco, e quando conheciam, era só a África. Não imaginavam ser possível existir industrialização junto com subdesenvolvimento. Por outro lado, para os que eram de esquerda a única razão do subdesenvolvimento era o saque dos países do Terceiro Mundo. Não havia uma abordagem científica. E então chega Furtado e nos explica. Foi estrondoso, e Furtado fez muito sucesso.

ROSA: Quando você virou trotskista?

Em 1963 ou 1964, eu já tinha saído da UEC, conheci uma mulher... começa sempre assim... Ela não me disse que era trotskista, porque temia que eu pensasse que trotskista era fascista. Mas me fez sentir culpado porque quis me levar para uma manifestação contra a guerra do Vietnã, e aí fiquei envolvido, e demorei algum tempo para entender o que era o trotskismo. Na época ela estava no PCI, um minipartido, o qual eu pude entender lendo, por acaso, uma circular interna que dizia que eles precisavam de determinada quantia para uma nova sede e o quanto isso representava para cada um. Então, fiz as contas e percebi que eram apenas 200 pessoas. Mas foi esse grupo de estudantes formado pelo PCI que deu origem ao JCR [*Jeunesses Communistes Révolutionnaires*].

AFRÂNIO: Lia-se Ernest Mandel?

Eu não tive oportunidade de ler Mandel nessa época. A geração depois de mim é que leu. Mas li Marx diretamente, graças a Henri Denis. Tive, assim, uma formação marxista desde o começo, o que depois foi muito importante, quando precisei discutir com os maoístas, porque eles não liam Marx, mas conheciam Louis Althusser. E isso foi certamente uma enorme vantagem. A partir de 1968, fizemos militância como loucos. Mas antes, tivemos muito mais tempo para ler, discutir. Na mesma época conheci Jacques Valier, que era assistente de Denis. Mas ain-

da éramos muito poucos na faculdade: os maoístas, os anarquistas, os trotskistas ficavam todos juntos.

AFRÂNIO: Como foi a sua história com Henri Guitton?

É muito interessante. Fui nomeado assistente graças ao Guitton, em 1967. Eu tinha terminado o que, na época, se chamava DES [*diplôme d'études supérieures*], e ele me chamou para ser seu assistente por causa de minha formação em matemática e econometria. Estávamos indo para Nanterre, que era parte da faculdade de Panthéon-Sorbonne. Eu era um de seus três assistentes. Tínhamos de fazer um resumo do curso dele dado no anfiteatro. No início, ele gostava muito de mim. Foi ele que levou a matemática e a econometria para a faculdade. Mas quando me viu – para completar, em Nanterre – numa linha muito diferente da dele, começou a me detestar. De início, cordialmente, depois com bastante raiva. E um dia me disse: “Você, Salama, nunca vai ser professor, nunca vai passar no concurso da *agrégation*”. E me lembro bem de quando passei, houve uma recepção e brinquei, na frente dele: “Eu nunca ia passar? Passei!” Tinha muitos lados positivos, mas era um filho da mãe. Tenho péssima lembrança dele, era o perfeito ideólogo. Coordenou um concurso que foi anulado porque ele eliminou todos os radicais de esquerda. Isso dá um pouco a ideia do personagem. São pessoas que têm medo. Havia outro, o Coulbois, em Nanterre,

que me dizia: “Os esquerdistas? Pá-pá-pá-pá-pá”, e imitava uma metralhadora. É estranho ver essas pessoas que têm medo. E como eu era militante, imaginavam que eu tivesse sempre o movimento estudantil comigo. Mas o movimento estudantil foi desaparecendo, estávamos cada vez mais fracos, embora eles nos vissem como pessoas que tinham o poder de perturbar as aulas, de organizar greves. Sem entenderem que, na verdade, nossa força vinha principalmente do movimento estudantil. E no dia em que o movimento estudantil acabasse...

ROSA: Você escreveu no seu Percurso de vida de um pesquisador de economia que uma de suas sortes foi ter Celso Furtado como “*maître à penser*”. Como se conheceram?

Conheci Furtado quando eu estava no quarto ano. Portanto, foi meu professor por dois anos. Quando ele chegou, não sabíamos quem era. E logo se deu uma ruptura. Tínhamos conhecido, no terceiro ano, o Weiller, o Denis. No quarto ano, havia ele e Henri Bartoli. Celso Furtado chegou como uma pessoa muito diferente, porque na época quem lecionava nos cursos de desenvolvimento na França eram professores de economia que conheciam muito pouca coisa. E quando conheciam algo do desen-

rifera, um pouco como o de Furtado. Os outros professores não sabiam nos explicar isso. E então chega Furtado e nos explica. Foi estrondoso, e Furtado fez muito sucesso. Falava francês como eu falo português, pelo menos no início. Nunca vou esquecer que ele dizia “*les istructures*”, em vez de “*les structures*”. Um dia, estava chovendo, era o primeiro ano dele na França. Estávamos em sala de aula, ele se vira para nós e diz: “*Ça drop dehors!*”

ROSA: Sim, ele tinha acabado de passar um ano nos Estados Unidos!

Estava vindo de Yale. O curso que ele nos dava era muito estruturado e interessante. Era 1966, época da Revolução Cubana, das guerrilhas se desenvolvendo, e Furtado era quem nos trazia respostas a respeito da radicalização na América Latina, o que nos interessava muito – enquanto outros professores permaneciam na mediocridade. Um deles se chamava Leduc. Ele era péssimo. Eles eram péssimos.

LENA: Na faculdade de economia não se lia Gunnar Myrdal? Nem Samir Amin?

Lemos Myrdal graças a Furtado. Samir Amin escreveu bem depois. Foi no início dos anos 1970 que ele

Estudei Joan Robinson, Marx e Furtado. Três grandes autores. Com os três, fiz uma boa tese. Li vários livros de história sobre Argentina, Brasil, México. Parava de ler quando chegava aos índios e me dizia: “essa área é um pouco complicada, precisa ser antropólogo”.

volvimento, era só a África. Eram uns ignorantes, não imaginavam ser possível existir industrialização junto com subdesenvolvimento, por exemplo. Por outro lado, para os que eram de esquerda a única razão do subdesenvolvimento era o saque dos países do Terceiro Mundo. Não havia uma abordagem científica e nem um entendimento do que, por exemplo, havia acontecido no Egito no início do século XIX. Rosa Luxemburgo estava sendo descoberta. O enfoque dela era no sentido do centro-pe-

escreveu *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Não era conhecido. Aos poucos fomos conhecendo outros nomes, como Gunder Frank.

ROSA: Uma vez você me disse que Celso mudou o método de ensino de economia, em especial de desenvolvimento econômico, a partir das duas disciplinas que ele lecionava no Panthéon-Sorbonne: desenvolvimento econômico e economia latino-americana.

Só fiz o curso dele sobre América Latina. No Mestrado 2, no DES, também era sobre a América Latina. Talvez o primeiro fosse um pouco mais geral. Furtado foi um pouco rejeitado pelo corpo docente, exceto por Bartoli e pelos professores que o conheciam e logo gostaram dele. Por quê? É muito simples: a mediocridade é odiosa. Furtado era uma pessoa brilhante demais para eles, portanto os ameaçava. E isso foi longe, porque por muito tempo ele não podia orientar dissertações de pesquisa de final de mestrado, e muito menos teses de doutorado! Minha dissertação foi orientada por Leduc! Mas Furtado estava na banca da minha tese, é claro.

LENA: Com quem você fez tese?

No início, com André Marchal, que morreu três meses depois. Depois, passei para René Passet, que nunca tinha sido meu professor e acabava de entrar para a universidade. Assim como Bartoli, Passet era uma pessoa muito bacana, um humanista, que estudara a história dos fatos econômicos, e também ecologia, e um pouco de sistemas e estruturas. Foi o primeiro diretor científico da Attac.

MARCOS COSTA LIMA: Como apareceram o Brasil e a América Latina em sua trajetória intelectual e em seus estudos?

A América Latina veio por uma combinação de três fatores. Primeiro, por causa da radicalização política, sobre a qual falei acima. O engajamento político passava cada vez mais pelo Vietnã, pela defesa de Cuba, por todos esses acontecimentos internacionais, que eram muito importantes para nós. O segundo fator foi eu ter estudado com Furtado, o que pode não parecer, mas foi importantíssimo. Em terceiro lugar, o fato de que eu tinha família no Brasil, e uma parte na Argentina. Uma tia veio para o Brasil em 1936, outra, em 1947. Visitei as duas, e até encontrei meu primo. No Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social, o IEDES, havia um grande interesse pelos latino-americanos, um grande número de alunos brasileiros. Mas na época eu não podia vir ao Brasil, era impossível, por causa do regime militar. Vim pela primeira vez em 1979. Várias embaixadas tinham a

sua polícia, a do Brasil também. Eu era mais ou menos conhecido dos brasileiros e argentinos, principalmente como militante político, pois falava com frequência para os jornais e, de vez em quando, também para as organizações políticas. Havia um dossiê bastante completo sobre mim. Eu não podia vir, era impossível.

AFRÂNIO: Voltando à sua tese, quando você decidiu estudar a industrialização do Brasil e da Argentina?

De início, foi por causa de Furtado: decidi estudar o que se chamava de escolha das técnicas. Eu tinha lido Kalecki, a pedido de Furtado. Portanto, estava interessado no tema. Depois a tese evoluiu. A dissertação que eu tinha escrito era sobre as substituições das importações na Argentina. A substituição de importações era uma das teses de Celso Furtado que me marcou muito. Ele dizia o que ninguém dizia, a saber, que nos países periféricos industrializados o que se observava não era uma alocação ótima de recursos – utilizando muita mão de obra e pouco capital, já que ele é escasso –, mas, ao contrário, utilizando muito capital, pois há um enorme desperdício de capital. É essa tese que vai levar à seguinte, a tese da estagnação, ou seja, de um quadro de grande capacidade ociosa de produção. Foi assim que acabei optando pela escolha das técnicas, para, simplesmente, entender esse paradoxo: por que se utilizava muito capital e pouco trabalho, enquanto, de acordo com a tese disseminada na época, era o contrário? Essa escolha das técnicas se tornou o primeiro capítulo da minha tese, que depois evoluiu. A tese foi considerada boa, o que foi uma sorte porque me esforcei como um louco, mas não tinha tempo para dedicar a ela. O fato de conhecer brasileiros me permitiu chegar à essência da questão. Eu não conhecia a América Latina, que era para mim o que seria para um historiador estudar o século XV... Também tive sorte de conhecer Mandel, e não Marx por intermédio de Mandel ou de Althusser. Fui dos primeiros, junto com Carlo Benetti, com quem estudei e que gostava muito de Furtado, a conhecer a escola de Cambridge, principalmente Joan Robinson, que pouquíssima gente conhecia. A França era muito fechada...

AFRÂNIO: E os keynesianos de esquerda também.

Sim, pode-se dizer isso, eram pessoas que na França não conhecíamos. Então, estudei *A acumulação de capital* de Joan Robinson, e Marx e Furtado. Três grandes autores. Com os três, fiz uma boa tese! Li vários livros de história sobre Argentina, Brasil, México. Parava de ler quando chegava aos índios e me dizia: “essa área é um pouco complicada, precisa ser antropólogo”. Mas tive sorte de ter ido direto ao essencial, porque em geral os estudantes tendem a se perder entre mil coisas.

Foi a razão do sucesso dessa tese, traduzida logo em espanhol, italiano, português e, depois, em outras línguas. Aqui, foi publicada pela Vozes.

LENA: E logo depois você ingressou na carreira acadêmica, como algo natural?

Assim que tive meu DEA [*diplôme d'études approfondies*], que na época se chamava DES, me tornei, em 1967, assistente do Guitton. Mais tarde, em 1970-1971, fui também *assistant de séance* [monitor]. Na época, para passar na *agrégation* [concurso para professor universitário] tínhamos que fazer duas teses, a grande, digamos, e uma complementar. A minha complementar foi sobre a Escola de Cambridge, e em 1972 prestei o concurso. Passei na primeira prova, mas nas aulas desmorenei, e não passei. Quando fui conversar com o presidente do júri, ele me disse: “Prefiro você a Jean Bailly”. Sim, porque a partir de minha tese eu tinha escrito um artigo para o número 3 da revista *Critique de l'économie politique*, publicado como se tivesse sido escrito por “Jean Bailly”. Era a minha tese. Quando ele me disse isso, vi que não poderia mais usar esse pseudônimo. Na mesma revista, também assinei com o de Christian Merlin. Concluí que aquilo era uma idiotice, era melhor me chamar Salama!

AFRÂNIO: Jacques Valier era professor e orientava teses na Faculdade de Economia da Universidade de Paris?

Jacques Valier já tinha passado na *agrégation*, então não estava ligando muito. E junto com ele, e Jean-Luc Dallemagne, fundamos a *Critique de l'économie politique*. Éramos três malucos. Em 1970 ou 1971 fomos conversar

com o editor François Maspéro para propormos publicar uma revista. Durante a conversa, tivemos a impressão de que ele nos julgava uns idiotas. Ficou brincando o tempo todo com um elástico, enquanto conversávamos a sério. No final, disse: “Quando sairá o primeiro número?”. E os primeiros números são nossas teses: a inflação, de Jacques Valier; depois, a tese complementar de Jean-Luc Dallemagne; em seguida, a minha. Vendia muito, era uma loucura.

ROSA: Uma pergunta de praxe aos entrevistados de *Cadernos do Desenvolvimento* é a seguinte: a seu ver, o que é desenvolvimento? Qual seria sua melhor definição desse conceito tão amplo?

Há várias palavras míticas para definir o fenômeno: países subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento, economias emergentes. Não sabemos muito bem como definir. Na época, a única definição que eu tinha encontrado era a de que esse fenômeno resultava do modo de penetração das relações de mercado e capitalistas, um modo de penetração extremamente rápido e, portanto, extremamente violento. E isso gera resultados específicos, principalmente em relação aos salários. É sempre o mesmo capitalismo, mas podemos dizer que o assalariado... Gilberto Mathias, com quem estudei muito, tinha uma definição muito interessante. Ele mostrava que se tratava de um assalariado incompleto. Dizia que o salário era, ao mesmo tempo, o valor da reprodução da força de trabalho, mas também o favor. E insistia muito nessa relação paternalista.

LENA: Se o desenvolvimento é o crescimento das relações de mercado, e capitalistas na sua plenitude, então hoje em dia não há mais desenvolvimento, uma vez que tudo vai se tornando mercadoria.

Nem tudo se tornou mercadoria. Isto é que é interessante. Há o que chamamos de recursos comuns. E há os bens públicos. A fronteira do capital é algo que se desloca continuamente, e que também produz o seu oposto. É muito interessante ver a articulação das relações de produção puramente capitalistas com as outras, e suas tentativas

de relações não comerciais ou pouco comerciais, como serviços públicos, controladas por relações comerciais, mas com capacidade de cumprir seu papel. Isso exige a análise do Estado. Todos os países precisam de serviços públicos, de relações que não sejam puramente comerciais.

LENA: Mas você não acha que há uma mercantilização, uma “comodificação”? Como diz Nancy Fraser: “commodification all the way down”? E mesmo que não haja a “comodificação”, há uma lógica de “comodificação”?

Não acho. Talvez eu tenha uma definição diferente de mercadoria. Na análise de Marx começamos sempre pela mercadoria para chegar ao capital. Não começamos pelo valor e, sim, pela mercadoria. O que entendo por isso é algo que se transforma em um lucro maior. Mas na vida

Hoje, é claro, tem de ser levado em conta. E o meio ambiente evoca aquilo que tentei dizer há pouco, o famoso “sem fins lucrativos”. Para mim, porém, o desenvolvimento continua a ser a penetração mercantil extremamente violenta. Digamos que cada país tem um desenvolvimento específico. Eu me interesso pelas diferentes formas de desenvolvimento dos países periféricos, sobretudo os da América Latina. De modo geral, desenvolvimento remete aos países desenvolvidos. Na verdade, trata-se de outros tipos de desenvolvimento, e mesmo os países desenvolvidos passaram por formas diferentes de desenvolvimento, comparando-se um com os outros. Os Estados Unidos passaram por um processo totalmente diverso da Alemanha ou da França. Além disso, há as rupturas qualitativas. E foi aí que Rosa Lu-

Na vida não existe só o lucro. Existe o serviço público, por exemplo. Mesmo que haja tentativas de mercantilizá-lo, e é claro que há, não é algo que se defina dizendo “isto é um bem público, isto não é um bem público”. O bom desenvolvimento da mercadoria é aquele que também produz o seu contrário. E isso ocorre frequentemente por meio de lutas.

não existe só o lucro. Existe o serviço público, por exemplo. Mesmo que haja tentativas de mercantilizá-lo, e é claro que há, não é algo que se defina dizendo “isto é um bem público, isto não é um bem público”. Creio que o bom desenvolvimento da mercadoria é aquele que também produz o seu contrário. E isso ocorre frequentemente por meio de lutas.

ROSA: Pensando numa definição do desenvolvimento um pouco mais multidisciplinar, como era a concepção de Celso, considerando a questão do meio ambiente, a questão cultural, a questão dos valores, o que você diria?

Tudo isso entra no conceito, mas, na época em que estudei, ignorávamos completamente o meio ambiente.

xemburgo nos influenciou, mostrando que havia os aspectos qualitativos. O fato de essas relações comerciais terem penetrado com tanta força, tanta brutalidade, e tão rapidamente, gera consequências de toda ordem, inclusive culturais e ambientais. E nas relações sociais também, o que explica aquilo que chamávamos de autoritarismo, de paternalismo. Ainda que eu concorde plenamente que as relações assistencialistas também existam nos países desenvolvidos, elas não tiveram a mesma relevância. Hoje, as relações assistencialistas perdem importância diante da relevância das grandes empresas em países como o Brasil. Mas não podemos resumir o Brasil à Ford ou à General Motors. Há, ainda assim, grande parte da população que permanece na informalidade – não estou falando dos que estão no setor

informal, mas na informalidade, o que não é a mesma coisa! E também considero importante o fato de a informalidade não ser a mesma de 20, 30, 40 anos atrás.

CARMEM FEIJÓ: As teses desenvolvimentistas no Brasil ganham novo fôlego a partir dos anos 1990, contrapondo-se ao avanço do pensamento neoliberal. Atualmente, pelo menos duas agendas desenvolvimentistas estão presentes no debate acadêmico: o novo desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo. O que você acha desse debate? Ele é pertinente? Você se identifica mais com uma ou outra tendência?

Considero-me um pouco fora desse debate. Apoiei a agenda neodesenvolvimentista de Bresser-Pereira porque me parecia a mais keynesiana de todas. Mas ela tem pendências enormes, é assustador. Todo o aspecto social, e o próprio desenvolvimento, são deixados de lado. Mas quando o apoiei, foi uma forma de nos unirmos para lutar contra o neoliberalismo. Conversei com o Bresser, e creio que para ele tudo se resolve com a taxa de câmbio equilibrada, o que é um pouco preocupante. Pois os problemas da taxa de mais-valia, das pessoas que vivem, que trabalham etc., ficam fora da análise. Por outro lado, em relação ao antigo desenvolvimentismo Bresser disse algumas coisas interessantes. Mas sinceramente não sei o que é o desenvolvimentismo social. E não conheço nenhuma outra corrente. Conheço apenas algumas pessoas radicalizadas, que fazem uma análise diferente da proposta por Bresser.

AFRÂNIO: Voltando à sua tese: ela deu lugar a que tipo de discussão? E em relação a Furtado, havia um diálogo com ele?

Minha tese se chamava *Estudo sobre os limites da acumulação nacional do capital nas economias semi-industrializadas*. Com um título desses, ninguém compraria. Então achei um título bastante marxista: *O processo de “subdesenvolvimento”: o caso da América Latina*. Uma parte do sucesso dessa tese vem do fato de juristas terem pensado que se tratava de processo – *procès* – no sentido jurídico do termo. Por isso é que o título da pri-

meira e segunda edições não são exatamente os mesmos. O título da segunda é *Le processus*, e não mais *Le procès*. Acho que a minha tese me levou a ter uma relação um pouco mais próxima com Celso Furtado. Dei aula no IEDES, onde havia muitos latino-americanos. Celso Furtado era professor de lá. Eu representava, talvez, o lado esquerdista, ou marxista, de Celso Furtado. Era mais ou menos o mesmo público que fazia os dois cursos. E por isso nos víamos e conversávamos um pouco. Mas a época mais relevante de minha convivência com Furtado foi durante a preparação da tese. E havia a certa admiração de Carlo Benetti, que infelizmente abandonou o desenvolvimento. Quanto a mim, Furtado devia me ver um pouco como um pequeno-burguês, não sei, um radical. Pelo menos era minha impressão. E um dia ele soube – eu lhe disse por acaso – que eu tinha nascido no Egito. Acho que isso o seduziu, foi muito sensível a isso, não era aquele pequeno-burguês. Era muito natural que um refugiado político visse os jovens franceses que defendiam a guerrilha como irresponsáveis, pequenos-burgueses. Ele certamente devia ver com certa desconfiança aqueles radicais que não entendiam muito bem o que estava acontecendo. E quando soube que eu vinha da periferia, sua relação comigo mudou. Mas o conheci melhor depois, no final dos anos 1970, graças a uma amiga em comum, a socióloga Drosila Vasconcellos.

LENA: Os países da América Latina se beneficiaram recentemente da valorização do preço dos recursos naturais. Mas os problemas estruturais não foram superados, nem o da heterogeneidade produtiva e social. Assim, temos sempre períodos de retomada econômica, de crescimento, sem que sejamos verdadeiramente capazes de reverter a situação. E a questão da heterogeneidade estrutural é, sem dúvida, o principal aspecto do subdesenvolvimento. Por que nenhum país latino-americano conseguiu mudar essa situação, tornar-se uma sociedade mais homogênea, mais integrada, com dinâmicas de inovação sustentáveis, de longo prazo?

A meu ver, a razão é política. A maior parte dos países

latino-americanos, depois do pagamento da dívida, entrou em um período neoliberal, com as privatizações. O governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu conter a hiperinflação com métodos neoliberais, o que lhe trouxe certa legitimidade, principalmente entre as classes mais baixas, pois sem a hiperinflação o rendimento delas parou de cair. O contexto político é importante. Chegou Lula, e tanto o Brasil como outros países da América Latina tiveram, na minha opinião, o “azar” de conhecerem a bonança, com a alta do preço das matérias-primas. Isso lhes permitiu evitar conflitos, e satisfazer tanto aos pobres – com uma política redistributiva e aumento do salário mínimo – quanto aos bilionários, principalmente nos primeiros anos, com as taxas de juros elevadas. Lula conseguiu agradar a gregos e troianos. Mas uma ilusão se consolidou: a do preço das matérias-primas. Assim, já não estamos com o velho debate sobre a tendência de baixa das matérias-primas e sobre os termos de troca. Isso pareceu muito distante, era como se esse debate nunca tivesse existido. Os chefes de Estado passavam a impressão de que as coisas iam continuar assim, por muitos anos. Implantou-se uma política de facilidades. Há muitas coisas que as esquerdas não fizeram: não fizeram a reforma tributária, embora tenham aumentado os impostos, não se prepararam suficientemente para o futuro. Nesse ponto, Bresser tem razão: a apreciação da moeda, junto com taxas de juros altas, enriquece os mais ricos e enriquece os investidores estrangeiros quando eles repartem seus dividendos. Mas não favorece a indústria. E a gente assiste a um processo de reprimarização/desindustrialização. A heterogeneidade de que você fala vem do que não ocorreu, do que tenha talvez existido no início do desenvolvimentismo: essa tentativa de superar as famosas heterogeneidades estruturais. Não se deu muita atenção a esse ponto. A vida dos pobres melhorou, os ricos estavam satisfeitos. Depois, veio Dilma, que fez mais ou menos a mesma coisa, mas não tão bem. Teve uma política mais flutuante, e menos sorte, principalmente porque a pressão externa reapareceu. Apesar da alta dos preços das matérias-primas, sobrava cada vez menos dinheiro. E há também o déficit da balança

comercial, antes compensado não só por um saldo positivo da balança comercial, como também pela entrada de capital. Havia a ilusão – e contaram-se algumas mentiras – de que as reservas estavam aumentando. Essas reservas não eram do dinheiro daqui, mas dos investidores estrangeiros. É a grande diferença em relação à China. Então, essa política de facilidades foi progressivamente se esgotando. Paga-se porque, na época da bonança, não foram tomadas medidas importantes, e essa chegada ao fim da linha mostra uma economia muito mais frágil. Os jornalistas daqui falam de déficit primário (sem se levar em conta o pagamento da dívida pública) em termos de “meio por cento” aqui ou acolá. Isso não representa a realidade. Calculei que o déficit orçamentário do Brasil é entre 8 e 9 pontos percentuais do PIB!

LENA: Os governos da chamada nova esquerda latino-americana apoiaram-se no pensamento desenvolvimentista para justificar o extrativismo como motor do crescimento. Extrativismo agrícola e mineral, economias reprimarizadas, polarização social crescente, criminalização dos grupos que resistem ao neoextrativismo: como escapar disso?

Os conflitos nunca podem ser tratados em nível econômico. Há uma estrutura política que deverá tratar deles. Desse ponto de vista a Argentina é muito interessante, e também mais complexa. Houve na Argentina muitas políticas extrativistas, o que foi permitido pelo governo central, com as justificativas de que iriam permitir financiar políticas de saúde, de educação para os mais pobres. Os governos do Equador e da Bolívia também usaram esse argumento. Eles reconheceram que isso era um grande problema, mas que lhes permitia ter dinheiro para oferecer uma educação melhor, uma saúde melhor para os índios, por exemplo. Mas a Argentina é uma federação, e o governo central percebeu que, inversamente à justificativa, autorizar os diferentes estados a explorar seus recursos minerais levava a um crescimento significativo da corrupção. Ou seja, o peronismo e depois o kirchnerismo precisavam desse apoio das regiões andinas, e só o conseguiam autorizando o extrativismo.

A questão é bastante política, e ligada à corrupção e ao apoio buscado pelo governo central.

Quanto à questão do Estado, é um segundo problema, fascinante do ponto de vista teórico, e que ainda não foi resolvido. É a ideia de que pode haver um Estado plurinacional. O Estado plurinacional é um reconhecimento do índio que foi expulso no passado e que reaparece como cidadão. O que pensávamos com Rafael Correa, com Evo Morales – no início, eu insisto –, era que eles trariam um tipo de reconhecimento da vida do índio, que deixaria de ser excluído para ser incluído. Os índios constituíram uma nação, mas com o mesmo Estado central. A partir daí, quais são os limites? Porque com o plurinacional, se temos um único Estado e não vários Estados, quais são os limites das decisões que os grupos indígenas podem tomar, com suas próprias leis que não são a lei comum? São leis ancestrais, culturais. E aí veio o choque, muito forte, do poder central que se impôs com a extração de minérios, de petróleo, em detrimento da saúde dos índios. E houve a série de mobilizações que fragilizaram os governos. E estes se revelaram muito mais interessados nas riquezas do que nos índios. Tanto no Equador como no Peru, com a queda do preço das matérias-primas restaram apenas os danos, não se veem mais os benefícios. Do ponto de vista teórico, é um problema. Como se viu na Bolívia, quando houve a tentativa de separação feita pelos brancos – queriam ficar com os recursos naturais e expulsar os índios –, isso pode levar a políticas um pouco racistas.

ROSA: Você, que trabalhou sobre a economia da droga nos países emergentes, como vê o quadro da violência na América Latina, e a convergência de interesses entre o narcotráfico e a política, como no México?

Pesquisei, principalmente, a Colômbia e os países andinos. Em seguida, passei a estudar a violência. É claro que uma coisa leva à outra, mas elas não se confundem. No México, pesquisei, sobretudo, o norte. Eles produzem a heroína, para exportação, mas também a maconha e a anfetamina. Mas não produzem cocaína. O envolvimento do tráfico com a cocaína passa pelo transporte, ou seja,

pelo controle das rotas. É uma guerra aberta, entre diferentes cartéis. Nem sequer é pela distribuição, a guerra aberta é mesmo pelo transporte, com o qual se ganham fortunas. Ele precisa ser controlado, o que está começando a ser feito. Alguns cartéis mexicanos querem controlar desde a Guatemala, pois há um fenômeno de contágio. São somas gigantescas, e por isso geram tanta violência. E já não é de hoje, pois esse envolvimento com a política começou com o presidente Salinas de Gortari, nos anos 1980. No México, o sistema de partido único era extremamente clientelista e já não estava com tanto dinheiro como na época do petróleo. O Estado começou a fazer alianças sérias com os barões da droga. Portanto, transformou o Partido Revolucionário Institucional e o sindicalismo, utilizando o dinheiro da droga. Por isso ocorreram prisões e assassinatos dos que haviam sido apontados como candidatos. E o irmão de Salinas de Gortari foi preso por envolvimento com as drogas. Desde o início vimos isso tomar a dimensão do Estado. O Estado central estava envolvido, simplesmente porque não sobreviveria sem o clientelismo. Depois, quando houve uma “democratização” e vieram outros partidos, como o Partido da Ação Nacional, o Partido da Revolução Democrática, houve um rompimento por parte dos estados federados, dessa vez, no nível do que eles chamam de “municípios”. E aí a gente se dá conta de que cerca de três quartos dos eleitos o foram graças ao dinheiro das drogas. Ou seja, há implicações fortíssimas das máfias, porque elas também têm necessidade de controlar as rotas, portanto, precisam desse apoio “legal”. Hoje a situação é assustadora, e, um pouco como no Brasil, grande parte da população está cansada desses escândalos que se repetem, e que na maioria das vezes são ligados às drogas.

ROSA: No Brasil – e nem é tão recente assim – também começamos a ter políticos financiados pelos pequenos cartéis de drogas. A seu ver é possível uma resposta mundial dos governos para barrar essa promiscuidade? Mal ou bem, as contas secretas da Suíça já não são tão secretas assim...

Pessoalmente, sou muito pessimista do ponto de vis-

ta internacional. Sou mais otimista com a mobilização de pessoas, e com o papel das novas redes sociais. Do ponto de vista internacional, não vejo como isso pode ser feito. Ninguém vai propor um boicote ao México por causa das drogas. Curiosamente, grande parte do dinheiro das drogas é lavado de forma arcaica, via superfaturamento, subfaturamento, com o envio de notas em envelopes, com *clearing*. Você paga a alguém em um país e recebe o dinheiro em outro lugar, por exemplo. Portanto, o dinheiro não circula. Demorei a entender isso, quando estava pesquisando a Colômbia. O motivo é bem simples: a partir do momento em que a máfia dos traficantes confia o dinheiro a um especialista, para que ele seja lavado, precisa confiar cegamente nessa pessoa, porque os caminhos se tornam tão obscuros que o dinheiro acaba se perdendo no meio do caminho. E esse é o motivo pelo qual custa muito mais caro, percentualmente, passar por circuitos sofisticados do que pelos mais tradicionais, que são: o contrabando, o superfaturamento, o subfaturamento. O dinheiro pode passar a noite em um paraíso fiscal sem que se saiba de onde veio. Além disso, há muito *clearing*. Não sei se com a internet os métodos evoluíram. Acho que não, porque na verdade é uma questão de capacidade de controle, por parte das máfias, de seus especialistas em tributação e em tecnologia da informação. Isso não é tão parecido assim com evasão fiscal. A evasão fiscal é “fácil” para os indivíduos, mas para as empresas... O Google não paga impostos porque faz otimização fiscal. E pode-se fazer otimização fiscal também com as drogas!

CARMEM: A perda de importância da indústria manufatureira no Brasil tem levado à queda da produtividade, o que é apontado como a principal causa da perda de competitividade.

LENA: Completando o comentário da Carmem, eu queria voltar à desindustrialização. Há um ritmo de crescimento próximo de 1% da produtividade em vários países da América Latina, como o Brasil, o que é

consideravelmente inferior ao que se observa nos países asiáticos. Você diz que se tivéssemos um controle de capital e supervisionado a globalização financeira, talvez pudéssemos ter aumentado o nível de investimento a 19%, 20% do PIB. Penso que a globalização é, na verdade, uma ruptura no processo de industrialização, uma nova dinâmica de inovação. Ou ocorreu como nos países desenvolvidos, ou deu errado, como na periferia, porque a globalização financeira impede que haja interesse no investimento produtivo. Você concorda ou não?

Em primeiro lugar, sobre a evolução da produtividade do trabalho, um relatório da OCDE mostra que o nível de produtividade que calculamos para os países chamados periféricos é baixíssimo. Um quinto abaixo dos Estados Unidos, no caso do México, por exemplo. Mas se trata da média, o que significa pouca coisa – o desvio padrão, quer dizer, a dispersão dos dados em torno da média é muito maior do que nos países avançados. A análise da OCDE é a seguinte: se classificarmos as empresas por suas dimensões – a OCDE classificou as empresas em quatro categorias: as muito grandes, as grandes, as médias e as pequenas –, e considerando um índice de 100 para o nível da produtividade de cada categoria de empresas dos países da OCDE, percebemos que o nível de produtividade do trabalho de cada categoria de empresas nos países da América Latina é muito inferior: perto do índice 20 para as menores, diante de 100 para as que pertencem à mesma categoria nos países da OCDE, um pouco mais para as médias, e com exceção das grandes empresas, para as quais é de quase 90. É a heterogeneidade estrutural mencionada acima. É importante lembrar que é uma média, mas com um desvio padrão tão diferente do que observamos nos países desenvolvidos, que comparar um com o outro não é muito significativo. Quando éramos trotskistas, chamávamos a isso de desenvolvimento desigual e combinado. Hoje, temos dados para confirmar. O segundo ponto é que o crescimento da produtividade do trabalho é mais elevado para as grandes empresas do que para as pequenas. É preciso considerar dois tipos de globalização: a comercial e a financeira. As duas

Se pegarmos a China ou países asiáticos que em certos períodos decolaram, veremos que fizeram, como se dizia, uma “abertura com um porteiro”. O importante não é saber se a porta está aberta ou fechada, semiaberta ou semifechada, é saber se tem um porteiro que controle a abertura. Na América Latina em geral, e no Brasil também, deixaram as portas se abrirem ou se fecharem sozinhas, sem porteiro. Essa é a grande diferença.

juntas viram uma armadilha. A globalização comercial é competitividade selvagem. Há três fatores que intervêm nessa situação: o nível salarial e sua evolução, a produtividade do trabalho, e a taxa de câmbio. No Brasil, nos últimos anos os salários aumentaram mais que a produtividade, por conta do aumento do salário mínimo. A apreciação da moeda também foi relativamente importante, o que é um fator negativo. E a produtividade do trabalho foi muito baixa. Por quê? Porque houve pouco investimento. E por que houve pouco investimento, principalmente em tecnologia? Porque – e aí entra a globalização financeira – era mais rentável recorrer às matérias-primas ou ao mercado financeiro. A conjunção da globalização comercial com a financeira ou, mais precisamente, a forma como foram tratadas, trouxe a desindustrialização. Caímos na armadilha.

CARMEM: Como você avalia a perspectiva de crescimento em longo prazo da economia brasileira nesse mundo sino-cêntrico?

Se pegarmos a China ou países asiáticos que em certos períodos decolaram, como a Coreia do Sul, veremos que eles fizeram, como se dizia, uma “abertura com um porteiro”. O importante não é saber se a porta está aberta ou fechada, semiaberta ou semifechada, é saber se tem um porteiro que controla a abertura. Na América Latina em geral, e no Brasil também, deixaram as portas se abrirem ou se fecharem sozinhas, sem porteiro. Essa é a grande diferença. Na China não existe globalização financeira. Há um caos financeiro, há a “financeirização”, mas ainda há um controle. A Coreia do Sul, até entrar para a OCDE,

fazia controle do mercado financeiro internacional. As empresas não podiam contrair empréstimos no exterior, era o Estado que os contraía e emprestava às empresas. Se considerarmos também a globalização comercial, basta ver a quantidade de regras que existem nesses países asiáticos para perceber que é tudo extremamente controlado. O importante é a forma como essas portas são manipuladas. E esse controle não houve por aqui. Eu me lembro que quando Rubens Ricupero era secretário-geral da UNCTAD, ele fez uma conferência – acho que Furta do estava presente nesse dia – explicando que quando as regras para a globalização financeira eram propostas, eram sempre os asiáticos que propunham, enquanto os sul-americanos não diziam nada, deixavam passar todos os ditames dos favoráveis ao liberalismo.

CARMEM: Há espaço para um país como o Brasil se reindustrializar, dado o contexto competitivo internacional?

Eu não concordo com os que acreditam que as nações precisam de novo se fechar. Acredito justamente o contrário, ou seja, não podemos esquecer a globalização, principalmente a comercial e a financeira. Mas acho que ela pode ser muito mais controlada. É necessário pensar de outra maneira, pensá-la com um porteiro. Isso se chama política industrial. E há fortíssimos interesses contrários a isso. Não é que os governos sejam inteligentes ou estúpidos. Se Lula teve uma atitude *laissez-faire* foi porque, de todo modo, pouco importava para ele que uma frigideira fosse produzida no Brasil, contanto que os pobres tivessem suas frigideiras. É uma filosofia errada dizer “o pobre quer uma geladeira, vamos importar

já que não produzimos”, em vez de incentivar a produção de geladeiras. Desse ponto de vista, Lula tem uma responsabilidade bastante grande, porque usou o dinheiro de forma um pouco leviana.

LENA: É possível termos novamente uma taxa de investimento elevada e crescente em relação ao PIB, a seu ver?

Provavelmente sim. Hoje temos a crise, mas é por um tempo. Os únicos que têm essa percentagem um pouco mais alta no momento são os argentinos. Por alguns anos chegou a 24%. Os chilenos também tiveram, mas hoje ela está por volta de 18%, 20%. Não é muito, pois nessa situação não podemos ter um crescimento superior a 3%. Mas em longo prazo é possível. O Brasil mudou muito. Na primeira vez que vim, em 1979, para uma missão do UNDP, lembro que os médicos calculavam as consultas em termos de salário mínimo. Na época, era bem caro para mim... Eu ganhava o equivalente a 70 salários mínimos brasileiros por mês, mais 30 salários mínimos de per diem! Eu era bilionário! Tanto assim que trouxe minha mulher, mas ela ficou doente e tive de pagar uns salários mínimos pela consulta. Portanto, há evoluções. Não são suficientes, mas o que estou tentando dizer é que não concordo com essa ideia de que o Brasil ainda vai ficar muito tempo no subdesenvolvimento.

CARMEM: O sucesso mundial do livro de Thomas Piketty, trazendo à tona a discussão sobre a concentração da riqueza, em particular a financeira, contribuiu, na sua avaliação, para dar novo fôlego ao debate sobre a economia política?

Para mim, Piketty é um pouco como Joseph Stiglitz. Faz muito tempo que discuto com brasileiros – com latino-americanos em geral – a ideia de que as desigualdades estão diminuindo. Isso me chocava. Como era possível? Considerando que na Europa estão aumentando, nos Estados Unidos estão aumentando, e que os ricos estão cada vez mais ricos? Não havia nenhuma, ou muito pouca, reflexão por trás disso. Não estou falando dos pobres, que estão menos pobres, mas dos ricos, que, diziam-me, estão menos ricos. E isso era aceito sem nenhum ques-

tionamento. Até mesmo economistas da ONU, da Cepal, que deveriam ser bastante sérios, se baseavam nessas estatísticas... E chegou o Piketty, apresentando esse problema e suscitando outros tipos de pesquisa. Tive oportunidade de ler pesquisas que não se contentaram com as enquetes da PNAD para analisar as desigualdades de renda. E aí, grande surpresa, descobriram que as desigualdades eram ainda mais importantes do que as que estavam sendo apresentadas. E mais: os ricos estavam se tornando mais ricos. Tal como na Europa. Nesse sentido, Piketty foi quem sacudiu um pouco as coisas. Para mim, não é tão importante saber se ele está completamente certo do ponto de vista teórico. O que me importa é que, como Stiglitz, ele permitiu que questionamentos iconoclastas fossem reformulados.

LENA: O sucesso do livro dele deve-se também a todo esse problema de mudança das relações trabalhistas, com a flexibilização, a precarização. Todo mundo se sentiu um pouco representado: “Sim, é verdade, meu dinheiro acaba antes do fim do mês e, entretanto, há pessoas riquíssimas...”

Ele traduziu todos os problemas, cada vez mais graves, gerados pelas políticas neoliberais, isso é evidente. É a ideia de que a classe operária está muito mais fragmentada, de que os ricos estão cada vez mais ricos. Se ele tivesse publicado esse livro há 20 anos, não faria tanto sucesso. O livro é um trampolim para novas pesquisas, principalmente na América Latina, que foi o que tentei inserir no livro que vocês recém-publicaram, *Brasil, sociedade em movimento*. Esse assunto impulsiona discussões sobre toda uma série de bobagens que foram ditas. Eu me perguntava: “Será que esses especialistas saem de casa, de vez em quando?”. Fui a São Luís e procurei a classe média... Nós a vemos, em alguns lugares, mas não podemos exagerar. Diziam que o Brasil tinha se tornado um país com 57% de classe média, lembro bem desse número. Isso era aceito sem nenhum questionamento. Era uma maravilha, o governo tinha praticamente eliminado a pobreza, e o Brasil estava se tornando um país de classe média.

AFRÂNIO: Aconteceu algo diferente no Brasil, nos últimos 12 anos. Houve uma mudança de tendências, entre a base e o topo: a base estava sempre muito longe do topo, em termos de renda. Você e Furtado comparavam, desde o início, a visão de que o Estado é um ator no jogo econômico central. Mas não dá para reduzir o problema atual à taxa de investimento, porque há outras questões. Por exemplo, houve a inserção de um grupo que estava completamente excluído de todas as formas de participação, e que mal ou bem se inseriu nas estruturas políticas. Eu gostaria que você falasse sobre a relação entre Estado, sociedade e economia.

Se você está falando dos 5% mais ricos, a distância entre eles e a base aumentou. Lembro de algo que demonstra a responsabilidade do Estado no nível político, e não somente no econômico. É um pequeno livro que Furtado publicou, chamado *Não à recessão e ao desemprego*. Livrinho muito importante em que ele dizia que não devemos depender dos movimentos financeiros internacionais, os quais aplicam como política econômica formas de ajuste estrutural etc. Na época, a América Latina estava dividida demais para que essas ideias tivessem penetração. Depois disso, a situação na América Latina se agravou. O que importa é que o Estado não se resume a uma taxa de investimento, pois é também a relação com a sociedade civil, são os questionamentos que ela pode fazer sobre a política estatal.

Não resumo tudo à taxa de investimento, mas ela tem algo muito interessante, fora a modelização: é a manifestação do que uma economia e uma sociedade se tornam. Estamos vendo uma sociedade que se torna cada vez mais uma economia rentista. Isso é grave, porque significa que o enriquecimento não vem mais da exploração da força de trabalho, e sim de como as pessoas se posicionam no fluxo de renda. A partir daí, Estado e governos se tornam cada vez mais degenerados, porque a corrupção é também a forma como eu me insiro no fluxo de renda, e não como eu enriqueço por meio do trabalho. Em última análise, prefiro um capitalismo schumpeteriano a um rentista.

Para voltar à distância entre pobres e ricos, na América Latina e na maior parte dos países ditos “em vias de de-

envolvimento”, os pobres são calculados de forma absoluta, e não relativa. Ou seja, podemos eliminar a pobreza de modo absoluto: a Tailândia e a Coreia do Sul conseguiram. Mas de forma relativa, se considerarmos as definições de outros países, ela não foi eliminada. Aqui reduziram a pobreza, é verdade. Mas os 5%, mesmo os 2% mais ricos estão longe da renda média dos pobres, muito mais longe que há dez anos, ao contrário de todas as besteiras que são ditas. O sistema tributário para os 5% ou 10% mais ricos da população demonstra que a distância aumentou muito em relação à renda média dos pobres. Há algumas histórias malcontadas, e as desigualdades de renda entre os 10% mais ricos e os 30% mais pobres não diminuíram, e sim aumentaram. Não estou falando em nível mundial, mas no Brasil, na América Latina.

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES: Ontem à noite foi exibido na TV Brasil um programa com dois economistas. Tinham tido acesso a dados que o Piketty não teve, indicando que aumentou a distância dos 5% mais ricos e dos mais pobres. O fato é que a política fiscal, desde 1995, agravou esse quadro. Estamos piores que os Estados Unidos, que a política de Margaret Thatcher... E o que eu não sabia é que, com as privatizações, e as isenções, a partir de 1995, isso foi agravado...

Sim, é o que estou dizendo. Não houve desconcentração da renda.

JOSÉ SERGIO: Mas também acho que, apesar dessa ilusão criada sobre as classes médias, e apesar de tudo o que se possa dizer, houve forças mais favoráveis às classes populares. Houve, por parte do Estado, o estabelecimento de mecanismos de participação. As relações com o Estado geraram repercussões nos movimentos sociais. As classes populares podem ter se endividado por apelos ao consumo, mas se tornaram mais cidadãos.

Se prestarmos atenção, só uns poucos países – com população pequena – conseguiram diminuir a distância entre ricos e pobres. Lembro das Ilhas Maurício, da Coreia do Sul, de alguns países árabes. Se considerarmos o caso de China, as desigualdades de renda estão aproximada-

mente no mesmo nível daquelas da Argentina. Sabem como as pesquisas da PNAD funcionam? Perguntam a um rico: “Quanto você ganha?”. Como é anônimo, eles dizem quanto, não mentem muito, só um pouco. Mas, na verdade, se recebem juros e dividendos, não os consideram! Porque são automaticamente reinvestidos. Isso não é contado como uma renda que gera uma economia, um investimento. O que sempre me escandalizou é que, na América Latina, esse tipo de raciocínio é aceito inclusive pelas demais pessoas consideradas sérias.

MARCOS: Tendo nascido no Egito, a crise nos países do mundo árabe deve ter mexido muito com você. Mais ainda quanto ao drama das migrações para o continente europeu. O que significou todo esse movimento?

Significou muito. Tive a oportunidade de ir diversas vezes ao Egito depois de ter saído, mas percebi que havia perdido completamente minhas raízes. Não conhecia nem o idioma, fora os palavrões... O que a chamada Primavera Árabe – na Tunísia, e depois no Egito e outros países – demonstrou foram os limites das mobilizações feitas pelas redes sociais. Vimos nesses países que as forças organizadas se aproveitam desses momentos, ou seja, vivem como parasitas dessas revoluções. Depois, quando há eleições, apresentam-se de maneira organizada, enquanto as convocadas pelas redes sociais começam a se dividir. Aconteceu na Tunísia, infelizmente. E no Egito mostrou a força da Irmandade Muçulmana, que era uma estrutura antiga muito poderosa e tinha um trabalho social importante. Isso levou as revoltas populares a se transformarem um pouco no seu contrário: passamos de ditaduras militares ou paramilitares ao aumento do poder dos mais sectários, como a Irmandade Muçulmana, ou um pouco menos fundamentalista, como a Ennahda, na Tunísia. Os que pagam são os que fizeram a revolução árabe.

LENA: Você acha que o Estado-nação vai desaparecer nesses locais?

Em alguns países, como Egito e Tunísia, ele existia, mas em outros sequer existiu com força. Não vai desaparecer.

cer. Acho que vai acontecer um pouco como ocorreu com a FLN [Frente de Libertação Nacional, da Argélia], ou seja, um período de congelamento, e depois se estabilizará novamente, pelo menos no Egito. Mas isso ainda não está definido, porque temos agora a evolução do ISIS, o Estado Islâmico, que eclode por todo lado, e não só na Síria.

ROSA: Como você vê a questão do afluxo de migrantes chegando à Europa, e suas consequências para o futuro do mundo árabe?

Não estou muito otimista. Esse fluxo de migrantes é colossal. Para citar apenas um número, a Alemanha está recebendo o equivalente a 1% da sua população: 800 mil neste ano de 2015, 450 mil no ano passado. Eles já estavam nos 600 mil, e pensam que vão terminar o ano com 800 mil. Na França é um fenômeno menos relevante. Fala-se muito da cidade de Calais, que concentra migrantes que querem ir para a Grã-Bretanha, mas não são tantos assim. E se considerarmos o fluxo por habitante, como é mais interessante, são os países escandinavos que recebem o maior contingente. Estamos numa situação muito particular. Muitos desses migrantes estão fugindo das guerras, mas não são refugiados políticos no sentido clássico. Já pagaram o alto preço da guerra na Síria, no Iraque. E há ainda um número enorme de mortos. E há os refugiados econômicos, que tentam se fazer passar por refugiados políticos. O mundo árabe está cercado de problemas, mas a Europa também. O problema político decorrente desse fluxo se manifesta de forma diferente em cada país, porque alguns são de migração antiga, como a França, outros, como a Espanha, têm migração mais recente, embora bastante forte. Na Alemanha, havia uma migração principalmente turca. Cada país vive sua migração e seus problemas de integração de formas diferentes. Para alguns, são problemas conhecidos, para outros, não.

ROSA: São problemas que não surgem apenas por conta dos migrantes.

Claro que não. Eles se agravam devido ao contexto de estagnação econômica no qual a Europa se encontra.

Eu não concordo com os que acreditam que as nações precisam de novo se fechar. Acredito justamente no contrário, ou seja, não podemos esquecer a globalização, principalmente a comercial e a financeira. Mas ela pode ser muito mais controlada. É necessário pensar de outra maneira, pensá-la com um porteiro. Isso se chama política industrial.

Alguns países não estão com altas taxas de desemprego, mas com salários muito baixos, como a Inglaterra. As pessoas trabalham por empreitada, por diária, em certas categorias de serviços. A situação econômica da Europa não é simples. Não estamos com 5% de crescimento, como nos gloriosos 30 anos depois da Segunda Guerra Mundial. E é nesse contexto que chegam os migrantes. Isso pode ser uma sorte para a Europa, porque vários têm um nível de qualificação bastante alto. Afinal, na Síria e no Iraque, se havia algo que funcionava para todos era a educação. E mesmo se considerarmos os países africanos, como os senegaleses que chegam, cerca de metade não tem estudo, mas a outra metade, ao contrário, são pessoas que vêm com títulos de doutor, diplomas de técnicos. Não são mais os operários desqualificados do passado. Portanto, em certa medida esse afluxo pode ser uma sorte para a Alemanha do ponto de vista econômico, já que a população não se reproduz. Mas politicamente os migrantes são vistos na maior parte dos países como “esses estrangeiros a quem fazemos favores”, “que têm moradia imediatamente enquanto nós continuamos esperando”, “que vão ser sustentados pela seguridade social”. Tornam-se bodes expiatórios. E não podemos esquecer que esses movimentos contra os imigrantes não são recentes, embora não parem de crescer e gerem racismo. Na Alemanha estão ocorrendo manifestações de um gênero quase nazista. Na França, a discussão sobre controle da imigração vai aumentar. Estamos em uma situação em que, por um lado, é muito importante abrir as portas, por outro, devemos tratar a questão na esfera política. Se ficarmos só no nível da generosidade, o risco de pagar com o fortalecimento da extrema direita aumenta.

ROSA: Falemos dos outros problemas europeus: a Grécia, o euro...

Em geral, quando se fala da Grécia a discussão é superficial. As pessoas dizem: “É só eles pagarem”. Têm idiotas que pensam que o orçamento de um Estado é como o orçamento de uma família. Ou têm aqueles, como o governo finlandês e o português, que dizem: “Nós fizemos sacrifícios, por que eles não deveriam fazer?”. E têm os que dizem coisas ainda mais estúpidas, como o governo eslovaco: “Os salários deles são maiores que os nossos”. A Grécia está em situação de país que enfrentou uma guerra. Seu PIB se reduziu em 25%. Há uma explosão do desemprego, a maior parte da população está desempregada. Podemos nos ressentir por a Grécia não pagar direito seus impostos, por haver muita corrupção, mas o fato é que não vamos fazer a Grécia pagar mais do que já pagou. Quem conhece um pouco os mecanismos da dívida entende que o dinheiro emprestado aos gregos é para pagar os juros da dívida. E se a dívida aumentou, também foi porque houve um comportamento perverso dos bancos que emprestaram à Grécia, entre 2007 e 2009, a taxas de juros que, no final, equivaliam às dos empréstimos à Argentina. São taxas de juros surreais. E quando isso virou uma crise para os bancos, venderam seus títulos de forma inconsequente: os Estados recompraram esses títulos, pela metade do preço. Em suma, os bancos se saíram bem, os Estados os recuperaram e lhes emprestaram dinheiro para que pudessem continuar a fazer empréstimos, e não para diminuir a dívida, nem para fazer investimentos. Não estou tentando achar desculpas. Mas a crise grega revelou um fenômeno interessante: a Europa pensou que bastava fazer uma moeda comum para depois tudo acontecer naturalmente. Na verdade,

a moeda faz parte da soberania dos Estados. E a nação é a base da legitimidade desses Estados. Retirou-se do Estado sua moeda, que foi passada para as instituições de Frankfurt, para Bruxelas – que não são Estados, mas poderes, e sem legitimidade. Os eurocratas não foram eleitos, ou o foram indiretamente. Temos, portanto, um poder que não é um Estado, mas tem as características de um Estado. E, submetidos a ele, temos Estados com menores atribuições. É uma situação estranha, quando pensamos na construção dos Estados-nação. E tudo isso aconteceu muito rapidamente, em 10 ou 15 anos. A União Europeia é um poder que não precisa de legitimação, mas tem atribuições de um Estado, e temos Estados-nação com cada vez menos legitimidade e atribuições. E aconteceu algo incrível: um país ousou perguntar a seu povo o que ele pensava. Na época de Sarkozy, Papandreou já tinha ameaçado fazer um referendo, e Angela Merkel e Sarkozy disseram “não”. E agora Tsipras fez. E teve uma vitória de 60%. A situação era assustadora: ou assinavam o plano da UE ou saíam da Europa. E, como os gregos querem ficar na Europa, e perceberam que a zona do euro se tornou uma armadilha – entra-se, mas para sair se paga ainda mais caro –, engoliram esse sapo gigante.

ROSA: Por que Angela Merkel agiu assim?

Ela foi um pouco freada por François Hollande, mas muito pouco, o que é chocante. Por que ela fez isso? Simplesmente porque estava com medo de que o Podemos, da Espanha, ou os italianos fizessem o mesmo, os franceses fizessem o mesmo. É uma visão de muito curto prazo. E, com isso, ou a Europa modifica suas regras de funcionamento, ou continua onde está – e politicamente está à beira de uma implosão. Os movimentos separatistas se desenvolveram muito. E já temos Jacques Sapir, homem de esquerda, antigo regulacionista, que desenvolveu teses separatistas e faz um sucesso enorme com a extrema direita, com quem dá a entender que é possível fazer aliança. Estamos entrando numa fase de confusão, e se hoje fizermos um referendo perguntando a respeito da permanência do euro, há grandes chances de que a resposta seja não.

CARMEM: Qual é a sua avaliação sobre o ensino de economia nas faculdades da Europa?

Pergunto-me se não são os mesmos problemas daqui. Para começar, já não se fala de desenvolvimento. Nos Estados Unidos – e está começando a ser assim também na França – o crescimento é algo ligado à macroeconomia, e o desenvolvimento é “o que acontece na minha cidade”. A definição, nos Estados Unidos, é exatamente essa. Na França também não se dá importância às teorias de desenvolvimento. O crescimento sim, podemos discutir. Mas como não há crescimento... Então, faz-se nas faculdades, sobretudo, economia industrial. Quando falamos que o liberalismo se disseminou pelo ensino, não é verdade. O que acabou foram as teses globais: Keynes, Marx, mas também a teoria do equilíbrio geral. Tudo o que é ligado ao equilíbrio geral perdeu importância, e ganharam força os aspectos setoriais, com muita modelização. É a caricatura da caricatura, e não só na economia, mas na medicina também. É como se, devido à capacidade dos computadores, hoje em dia não precisássemos mais fazer investigações, basta pôr a população dentro de um computador e criar modelos: “Se fizermos isso, acontecerá aquilo”. E ninguém pergunta o porquê. Quem deu origem a isso, ainda que pareça paradoxal, foi Milton Friedman, que sempre disse que não é importante saber o porquê, e sim saber se algo ocorre.

LENA: No seu livro *Les économies émergentes en Amérique Latine* você escreve que houve uma forte progressão do gasto social, sem se interessar pela sua estrutura, a qual, evidentemente, é fundamental para explicar níveis maiores ou menores de redistribuição. Lembrei-me do balanço que Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, fazia sobre o comunismo e a Europa do Leste: “*globalement positif*”. Será?

Considerarei a estrutura das receitas, que são muito importantes. O sistema fiscal é particularmente regressivo, os impostos indiretos que todo mundo paga, inclusive os mais pobres, são muito importantes, mais importantes, de maneira relativa, do que nos países avançados. As transferências sociais não compensam

O que falta a muitos intelectuais da área de economia, hoje em dia, é esse espírito de contestação que Celso Furtado tinha. Falta ir além das aparências de certos fenômenos. Falta analisar, como ele fez na escola cepalina, uma determinada época, analisar as estruturas, como elas criam entraves.

a regressividade do sistema tributário: as desigualdades da distribuição da renda são mais ou menos as mesmas antes e depois do pagamento dos impostos e das transferências sociais. No nível das despesas públicas, o fato de que houve um aumento bastante forte do salário mínimo permitiu que os gastos com a aposentadoria tenham subido e que, de maneira indireta, a pobreza tenha caído. É verdade que houve um aumento insuficiente nos gastos públicos com a saúde e o ensino para dar aos pobres a possibilidade de mobilidade social. Dessa maneira, podemos dizer que houve, sobretudo, distribuição de dinheiro, o que é pouco para superar a pobreza de forma estrutural. Parece-me evidente que não podemos analisar os gastos sem analisar as receitas. Mas você tem razão, trabalhei muito mais com as receitas. Dito isso, o que é globalmente positivo? Creio que mesmo se a definição dos pobres é feita de forma absoluta, é sempre melhor que haja menos pobres do que antes. Isso para mim é muito importante. É a única coisa que considero globalmente positiva, para usar sua expressão, nos governos do Lula: ter eliminado pobreza. Não sei como dizer de outra forma. Também acho importante que os gastos com educação tenham aumentado, mas isso não foi suficiente, e, sobretudo, a qualidade da educação permanece fraca. Finalmente, cada vez mais reflito sobre o seguinte: quando analisamos as receitas, precisamos considerar os custos operacionais. Em que medida o aumento do salário mínimo afetou os salários dos funcionários dos ministérios? Não sei se me entendem. Já vi pesquisas mostrando que em certos momentos a receita dos ministérios aumentava, mas isso ia para os funcionários, e não para a construção de escolas etc.

LENA: O México é o único país onde a pobreza não diminuiu.

Exato. Nos gastos sociais de que estou falando – isso ao menos eu fiz –, em um caso há a repartição, no outro, a capitalização. Por isso é que precisamos medir as coisas com a mesma régua, comparar o que pode ser comparado. Se considerarmos apenas o México, diremos que quase não há gastos sociais. É claro, pois quase não há pagamentos, ou pouco, de aposentadorias. Comparando Brasil, Argentina e México, eu mostro que a educação é menos importante no México do que na Argentina, em porcentagem do PIB. Meu livro analisa comparativamente, considerando também os países asiáticos, para tentar compreender quais são os problemas dos diferentes países. Quando você diz que, na área da saúde, há 700 mil pessoas com contratos temporários, é claro que me parece um absurdo. Mas lhe direi também que houve um aumento nos gastos com saúde, seja real ou não, em porcentagem do PIB. Isso é importante.

LENA: Justamente, não aumentou muito. O gasto público com saúde é de 3,5% do PIB, e o gasto privado é de 5,5% do PIB. O que está aumentando é o gasto privado. O público está estagnado.

Não me surpreende. Assim como o ensino superior privado cresce mais rápido que o público. Não digo que isso é bom. Mas a política de aumento do salário mínimo não é liberal. E tento mostrar que, ao contrário, essa política, assim como o Bolsa Família, é muito pouco. Além do mais, custam quase nada. São 0,6% do PIB, não é nada, em comparação com a França, por exemplo. Isso diminuiu um pouco a intensidade da pobreza. Mas sem dúvida, foi o aumento do salá-

rio mínimo – e não o Bolsa Família – e, portanto, o funcionamento do mercado de trabalho, que permitiu reduzir a pobreza.

ROSA: Vamos encerrar?

Sim, retomando Celso Furtado. Acho que o que falta a muitos intelectuais da área de economia, hoje em dia, é esse espírito de contestação que ele tinha. Um pouco como a crítica que você, Lena, me fez sobre as despesas. Falta ir além das aparências de certos fenômenos. Falta analisar, como Furtado fazia com a escola cepalina, uma determinada época, ou seja: analisar as estruturas, como elas podem criar entraves; questionar as famosas médias que eram estabelecidas na época pelas instituições internacionais. Foi o que aprendi, essa abordagem questionadora, que tenta entender mais precisamente como uma sociedade evolui. Por exemplo, a análise que Furtado fez sobre a tendência à estagnação é, para mim, uma das coisas mais bonitas que já foram feitas até hoje, ainda que deva ser atualizada, por causa do mercado financeiro. O que me fez interessar-me por Furtado foi um pouco esse lado marginal, iconoclasta. Só que, diferentemente de Furtado, nunca fui um homem político. Ele fez política, concretamente. Eu fiz oposição política, mas não cheguei a criar grandes instituições, como ele fez. Furtado tinha essas duas vias de atuação, eu só tenho uma.

§

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

| *André Tosi Furtado*¹, *Diego Rafael de Moraes Silva*²,
*Altair Aparecido de Oliveira Filho*³ e *Edgar Barassa*⁴

Este dossiê comemorativo reúne os trabalhos que resultaram das apresentações feitas durante um evento organizado pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociência e pelo Instituto de Economia da Unicamp em homenagem a Celso Furtado por ocasião dos dez anos do seu falecimento. O objetivo do evento foi chamar a atenção para a grande atualidade das ideias desse pensador e economista do desenvolvimento, que continuam sendo extremamente pertinentes para entender os desafios colocados às sociedades contemporâneas pelos grandes problemas da atualidade.

O contexto

O pensamento sobre o desenvolvimento econômico surgiu como um promissor ramo da ciência econômica durante o pós-Segunda Guerra Mundial. Um conjunto de autores — principalmente norte-americanos e europeus, mas também latino-americanos e de outros continentes — passou a refletir sobre os problemas e desafios do desenvolvimento econômico e social de um vasto conjunto de países. Esses países, que tinham uma renda *per capita* muito inferior à dos países desenvolvidos ou industrializados — muitos deles haviam saído recentemente da colonização e/ou possuíam colossais problemas de pobreza —, foram denominados de subdesenvolvidos. Abordar os problemas sociais e econômicos que se colocavam a esses países exigiu que os autores dessa corrente, na maioria economistas, buscassem novas referências, que

foram logo além da tradicional teoria neoclássica. Os novos referenciais foram buscados pelo lado da teoria keynesiana, que previa um papel muito mais ativo ao Estado para que o sistema econômico não caísse em equilíbrio de subemprego.

O primeiro autor e pioneiro dessa corrente foi Rosentein-Rodan (1943), que não somente postulava a industrialização como caminho necessário para o desenvolvimento, mas também recomendava que ela seja planejada para tirar plenamente proveito das economias de escala e externas.

Portanto, no caso dos economistas do desenvolvimento, a presença do Estado se fazia necessária para que a economia saísse do círculo vicioso da pobreza (NURKSE, 1953) e para “promover a acumulação de capital, utilizar as reservas de trabalho excedentário, promover políticas de industrialização deliberada, reduzir o estrangulamento externo por meio da substituição de importações, e coordenar a alocação de recursos por meio da programação e do planejamento” (MEIER, p. 15, 2005).

Não cabe dúvida que tal avanço teórico somente ocorreu porque a teoria dominante ficara desguarnecida durante certo tempo, deixando que teses críticas à tão consolidada teoria das vantagens comparativas e favoráveis à industrialização deliberada prosperassem. Mas não tardou para que a teoria neoclássica voltasse a dominar a cena, conduzindo a chamada economia do desenvolvimento para um progressivo crepúsculo. Hirschman (1986) vê a teoria do desenvolvimento sofrendo crescente crítica por parte do pensamento único da teoria neoclássica, assim como da própria corrente marxista. A crítica mais demolidora veio pelo lado do *mainstream*, que, como coloca Sen (1983), ressurge com a própria crise do keynesianismo. Assim, a chamada segunda geração de economistas do desenvolvimento (MEIER, 2002) encontra-se quase completamente sob a influência da escola neoclássica.

A corrente estruturalista latino-americana, sem dúvida alguma, nunca mereceu muito destaque por aqueles que estudam a economia do desenvolvimento. Entretanto, esses autores trouxeram importantes e originais contribuições para pensar o desenvolvimento. R. Prebisch (1949) foi pioneiro em fazer, praticamente ao mesmo momento que H. Singer, uma demonstração cabal de que a especialização em setores de baixo dinamismo tecnológico (matérias-primas) constituía uma clara armadilha que aprisionava os países subdesenvolvidos em uma trajetória de menor dinamismo econômico. Contudo, um passo adicional é realizado por Celso Furtado (1963) quando ele especifica que essa dinâmica divergente do desenvolvimento econômico entre os distintos grupos de países era uma característica central do capitalismo desde a revolução industrial. De tal modo que o subdesenvolvimento constituía em um processo autônomo, distinto do desenvolvimento.

Nesse aspecto, Furtado rompe com o modelo “faseológico” que estava explicitamente ou implicitamente colocado quase em todas as versões da teoria do desenvolvimento, de acordo com o qual, o subdesenvolvimento deveria ser considerado como sinônimo de sociedade tradicional e pré-industrial, ou um estágio pelo qual teriam passado os países atualmente desenvolvidos.

1. Professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp.

2. Doutorando do programa de pós-graduação em Política Científica e Tecnológica da Unicamp.

3. Doutorando do programa de pós-graduação em Política Científica e Tecnológica da Unicamp.

4. Doutorando do programa de pós-graduação em Política Científica e Tecnológica da Unicamp.

Essa dinâmica divergente entre subdesenvolvimento e desenvolvimento atribuía-se à especialização dos primeiros na produção e exportação de matérias-primas, que moldou uma sociedade capitalista, porém sem industrialização, onde parcela principal do excedente, apropriado pela classe dominante, era destinada ao consumo suntuário. Essa característica do modelo de acumulação dos países subdesenvolvidos moldaria a própria trajetória do desenvolvimento mesmo na etapa posterior de industrialização. Não há como negar, a esse respeito, a paternidade dos pioneiros dos países desenvolvidos, como R. Nurkse, que acertadamente observara que uma ampla imitação dos padrões de consumo americanos por parte das elites dos países subdesenvolvidos levava a que, nesses países, se manifestasse uma forte propensão ao consumo e uma baixa taxa de poupança, constituindo-se em obstáculo importante ao desenvolvimento.

Essa tese do efeito demonstração do consumo será retomada por Furtado para definir a sua tese sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Graças à enorme força dos meios de propaganda e comunicações, os hábitos de consumo vão na frente, como o carro dos bois. Há em razão disso motivos para crer que o desenvolvimento espontâneo de países subdesenvolvidos atuais se realiza a um ritmo muito inferior ao que seria de esperar das potencialidades dessas economias e do progresso alcançado pela técnica. (FURTADO, 1954, p. 346)

Esses desdobramentos do efeito demonstração são tão mais deletérios quanto maiores os desníveis de renda entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O remédio para a superação de tais problemas não estaria apenas nas forças de mercado, que se revelariam insuficientes para dar conta da complexidade de problemas representada pelo subdesenvolvimento, mas em um maior grau de intervenção na economia por parte do Estado no sentido de otimizar seu potencial de crescimento.

O tipo de sistema econômico constituído nos países subdesenvolvidos era de uma estrutura híbrida em que conviviam partes que estavam inseridas no sistema capitalista enquanto outras se mantinham de acordo com a estrutura preexistente. O problema era que essa estrutura heterogênea tendia a se perpetuar e não a ser progressivamente eliminada como preconizava a tese do *trickle-down effect* postulada por autores do desenvolvimento tais como Lewis (1954).

Pior, o que distingue o subdesenvolvimento do desenvolvimento é que este último é um processo de transformação endógena motivada pelo investimento capitalista em inovação, enquanto o primeiro decorre de transformações

induzidas externamente por meio do comércio com os países desenvolvidos. Como coloca Furtado: “O equívoco da Ciência Econômica tradicional, e este respeito, deriva de não se levar em conta que o processo de desenvolvimento por indução externa é distinto do processo clássico de formação das economias capitalistas europeias” (FURTADO, 1963, p. 196).

A estrutura socioeconômica perpetua sua heterogeneidade, quando não a agrava com o processo de acumulação capitalista. Contudo, essa mesma estrutura social, por meio do mecanismo do consumo de demonstração, associaria distribuição desigual da renda com menor dinamismo econômico. Conquanto evidenciam-se, sob esse ângulo, que a estrutura de distribuição desigual da renda era uma razão para a perpetuação do subdesenvolvimento e não uma passagem necessária da acumulação capitalista, como adiantavam alguns dos autores clássicos do desenvolvimento tal como Kuznetz.

Essas ideias pioneiras do pensamento latino-americano acabaram sendo reencontradas em versões posteriores dos trabalhos sobre o desenvolvimento. Assim, Sen (1982) afirma que o pensamento sobre o desenvolvimento se concentrou demasiadamente sobre os aspectos econômicos, negligenciando os aspectos humanos. Outros autores, que criticaram o desenvolvimento, enfatizaram a falta do *trickle-down effect* e apontaram a forte concentração de renda associada à industrialização acelerada. Por outro lado, as correntes que vieram a partir dos anos 1980 enfatizaram a importância dos esforços tecnológicos e do capital humano para que os países avançassem no desenvolvimento econômico.

O próprio Banco Mundial e as demais instituições internacionais das Nações Unidas reconheceram que o conceito de desenvolvimento precisava ser ampliado. Assim surge uma preocupação crescente não apenas com o nível de renda *per capita*, mas com o padrão de desenvolvimento que define a forma como a renda é repartida no sistema econômico e como os segmentos mais pobres da população têm atendidas suas necessidades básicas (MEIER, 2002, p. 24). Nesse sentido, os autores latino-americanos — e entre eles Celso Furtado — sempre estiveram à frente de seu tempo, expressando sua preocupação com a necessidade de erradicação da pobreza como sendo o aspecto central do processo de desenvolvimento. Eles também enfatizaram, de forma ainda mais explícita, a necessidade de uma profunda mudança na estrutura de poder das sociedades capitalistas que se sedimentaram com a inserção dos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho, para que esse processo pudesse efetivamente se concretizar.

O pensamento latino-americano também postula que as transformações produtivas associadas à internalização da inovação nos sistemas produtivos dos

países menos desenvolvidos somente podem ocorrer quando forem acompanhadas por profundas modificações na forma como se distribui a riqueza nesses países (FAJNZYLBBER, 1989). Essas ideias estão sendo recuperadas por estudiosos que buscam entender o processo de *catching up* em países menos desenvolvidos (LUNDVALL *et al.* 2009; OYELERAN-OYEYINKA, B. & RASIAH, R., 2009). Portanto, o *catching up* e a industrialização retardatária somente logram ser bem-sucedidos quando precedidos por profundas transformações das sociedades dos países subdesenvolvidos, as quais potencializam o capital humano e o empreendedorismo tão fundamentais para a inovação.

A realidade da economia e das sociedades contemporâneas trouxe para o debate sobre o desenvolvimento questões cada vez mais complexas. A partir dos anos 1970, a questão ambiental e dos limites dos recursos naturais colocou novos desafios à temática do desenvolvimento. Questiona-se a viabilidade da universalização dos valores de bem-estar social do desenvolvimento econômico quando se determina mais precisamente os contornos dos limites ambientais. Nos anos 1990, surgiu com força o fenômeno da globalização que aumentou de forma acentuada a integração econômica e financeira entre os países. No presente século a transformação mais importante constitui a emergência da superpotência chinesa e com ela o deslocamento da produção e exportações industriais, que anteriormente era quase monopólio dos países desenvolvidos, para os países menos desenvolvidos.

O equacionamento do conjunto de desafios que a atualidade coloca à continuidade do desenvolvimento somente faz reforçar a centralidade da dimensão da questão sócio-redistributiva levantada pelo pensamento latino-americano e, em especial, por Celso Furtado. Essa questão possui uma dimensão internacional que foi percebida pelos economistas do desenvolvimento, mas também que é interna aos países subdesenvolvidos. O processo de globalização tem, entretanto, diminuído consideravelmente as diferenças sociais internas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, fazendo com que os primeiros adquiram estruturas sociais crescentemente desigualitárias. Desta forma a problemática do desenvolvimento, que, antes, se restringia apenas aos países subdesenvolvidos, se estende cada vez mais aos países industrializados, para não mencionar os países anteriormente socialistas. Esses elementos tornam universais as temáticas levantadas pelos estudiosos do desenvolvimento.

A organização do evento

Tendo em vista a centralidade do pensamento de Furtado para a continuidade da reflexão sobre o desenvolvimento socioeconômico e o fato de que em 2014 completaram-se dez anos de seu falecimento, os alunos de pós-graduação do Programa de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociência da Unicamp tomaram a iniciativa de organizar um evento sobre a atualidade do pensamento de Celso Furtado em homenagem a esse grande economista e intelectual brasileiro. O evento contou com o apoio da coordenação do Programa de pós-graduação e da chefia do Departamento de Política Científica e Tecnológica, que aportou recursos financeiros para sua realização. A Unicamp, por meio do Faepex (Fundo de Apoio à Educação, à Pesquisa e à Extensão), também apoiou financeiramente o evento.

O evento foi concebido e organizado em quatro partes, que buscaram refletir sobre a importância das contribuições multifacetadas do pensamento e da personalidade de Celso Furtado. Cada uma das mesas abordou uma faceta específica da personalidade e do seu pensamento. Assim, a primeira, que possuía uma clara perspectiva biográfica, buscou refletir sobre a trajetória singular desse intelectual brasileiro que transitou entre o mundo da ação política e o acadêmico. A segunda mesa buscou explorar a importância de Celso Furtado para os estudos de história econômica brasileira. A terceira mesa se debruçou sobre a relação de Celso Furtado com a Cepal e com o pensamento estruturalista latino-americano. Já a quarta explorou a junção entre o pensamento histórico estrutural de Celso Furtado com as correntes que tratam da mudança técnica e de seu impacto na dinâmica capitalista.

O evento logo contou com o claro apoio do Instituto de Economia da Unicamp, que ofereceu os seus locais para abrigá-lo, além de se engajar na execução do projeto por meio da colaboração direta de seus docentes. O seminário “A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado (1920- 2004)”, em memória aos dez anos de seu falecimento, foi realizado no dia 26/11/2014 no Auditório do Instituto de Economia da Unicamp como uma parceria entre essa unidade e o Instituto de Geociências da Unicamp.

Participaram do evento:

Mesa 1: A trajetória de Celso Furtado: da política para a academia

Luiz Felipe de Alencastro (Universidade de Paris-Sorbonne/FGV-EESP)

Rosa Freire d’Aguiar (Centro Celso Furtado)

Mediador: André Furtado (DPCT-Unicamp)

Mesa 2: História econômica brasileira e contribuições de Celso Furtado

Wilson Cano (Unicamp) | João Antônio de Paula (UFMG)

Mediador: Fernando Sarti (IE-Unicamp)

Mesa 3: Celso Furtado, Cepal e o pensamento estruturalista latino-americano

Ricardo Bielschowsky (UFRJ/Cepal) | Mauro Boianovsky (UnB)

Mediador: Paulo Sérgio Fracalanza (IE-Unicamp)

Mesa 4: A relevância do pensamento de Celso Furtado para o debate sobre a C&T e o desenvolvimento

Eduardo da Motta e Albuquerque (UFMG) | José Eduardo Cassiolato (UFRJ)

Mediador: Wilson Suzigan (DPCT-Unicamp)

A realização do evento foi um grande sucesso tanto pela larga audiência, que preencheu completamente o Auditório do Instituto de Economia, como pelo excelente nível das apresentações, muitas delas originais, e pela excelente qualidade dos debates que se seguiram.

Apresentação dos Artigos

As apresentações realizadas pelos palestrantes que participaram do evento resultaram em cinco artigos que formam parte desta edição especial em homenagem a Celso Furtado. Os artigos abordam aspectos complementares que permitem enfatizar a singularidade do pensamento desse grande intelectual brasileiro.

O artigo de Rosa Freire d'Aguiar — intitulado *Celso Furtado – um retrato intelectual* — realiza uma descrição da trajetória da vida intelectual e profissional de Celso Furtado. Este artigo fornece aos leitores uma oportunidade ímpar tanto para conhecer a trajetória de vida de Celso Furtado como para entender quais foram suas influências intelectuais e os enfoques de sua obra, a qual se destaca por sua discussão sobre desenvolvimento-subdesenvolvimento. Uma das grandes contribuições do artigo é analisar a vida profissional de Celso Furtado sob a ótica de três momentos distintos: a carreira na Cepal, a atuação política com o Nordeste e os anos de exílio de profícua produção teórica. No mais, após uma década do seu falecimento, a essência do pensamento furtadiano permanece com pujança na atualidade. Para a autora, as reflexões de Celso Furtado mantêm expressiva coerência no tratamento de temas que permanecem instigantes nos dias atuais, dos quais podemos citar: o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, a esfera da cultura no processo de desenvolvimento e as consequências para os países periféricos do enfraquecimento

dos Estados nacionais no quadro da globalização, dentre muitos outros temas tocados por Celso Furtado em sua vasta obra.

Já Wilson Cano recupera em seu artigo, como o próprio título já diz, as principais contribuições de Celso Furtado sobre a história econômica do Brasil e o período recente, evidenciando a articulação do método histórico-estrutural à análise precisa da realidade latino-americana e brasileira. O exercício realizado por Cano identifica elementos particulares e originais da interpretação de Celso Furtado, os quais inauguraram uma nova forma de interpretar a especificidade do processo de desenvolvimento da periferia do sistema capitalista. Para tal, Cano elege treze temas que contam com as decisivas influências dos trabalhos de Celso Furtado. As discussões percorrem diversas subáreas da ciência econômica, bem como estão inter-relacionadas com outras áreas do conhecimento como a Cultura, a Ecologia, a Geografia, a História, entre outras. Com isso, ilustra a abordagem interdisciplinar característica de Celso Furtado.

Em seu artigo *Celso Furtado, a história e a historiografia*, João Antônio de Paula, por sua vez, discute o papel da história na obra de Celso Furtado. A dimensão histórica dos fenômenos econômicos foi incorporada pelo estruturalismo latino-americano, e essa dimensão se faz presente de modo especial no pensamento de Celso Furtado. Para o autor, se Furtado se tornou um grande e renomado economista foi por ter entendido, na esteira de John Stuart Mill, que para ser bom economista, não se pode ser apenas economista. É notória a habilidade de Furtado de navegar nos mais diversos mares do conhecimento em ciências sociais, tais como a ciência política, a geografia, a sociologia, a filosofia e, sobretudo, a história. O grande “problema” da pesquisa furtadiana, delineado já na sua tese de doutoramento de 1948, toca diretamente ao desejo de compreender o atraso brasileiro e a especificidade do subdesenvolvimento. A compreensão do subdesenvolvimento envolvia a necessidade de se levar em conta a estrutura global do sistema econômico e social, algo com uma presença marcante no pensamento de Celso Furtado.

No artigo *O papel da periferia na atual transição para uma nova fase do capitalismo*, Leandro Costa Ribeiro e Eduardo da Motta e Albuquerque revisitam a discussão sobre centro-periferia à luz do contexto atual (pós-crise 2007/2008). Buscam compreender quais são as mudanças na periferia, os impactos sobre o centro e, ainda, objetivam incorporá-las analiticamente dentro da interpretação de metamorfoses do capitalismo desenvolvida por Celso Furtado. Esta dinâmica é a responsável por conformar um espaço global com diversas “variedades de capitalismo” e um intenso movimento geográfico do capital que proporciona a heterogeneidade da periferia. Os autores analisam, por meio de um exercício

empírico apoiado em patentes e artigos, a forte heterogeneidade entre as nações periféricas e os esforços das mesmas em direção à superação do subdesenvolvimento (*catch up*). Contudo, ponderam que é possível perceber alguns novos elementos nessa relação, apresentando fluxos inversos, onde a periferia passa a influenciar o centro. Mas como mostra o constructo teórico de Celso Furtado a superação do subdesenvolvimento é um alvo em movimento, aonde os países desenvolvidos com o domínio da C&T ampliam continuamente a lacuna entre o centro capitalista e “as periferias capitalistas”. Assim, essa interpretação aproxima os trabalhos de Celso Furtado à perspectiva neoschumpeteriana.

De maneira similar, o artigo de José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres, intitulado *Celso Furtado e os dilemas da indústria e inovação no Brasil*, empreende o esforço de discutir os desafios da endogeneização do progresso técnico na economia brasileira, a partir de uma releitura da obra de Celso Furtado e da literatura estruturalista latino-americana. O artigo se destaca por sua análise crítica e abrangente das principais transformações na estrutura produtiva brasileira, das quais podemos citar os aspectos referentes à desnacionalização, déficit estrutural na balança comercial e a baixa capacidade inovativa do país. Para esses autores existe uma convergência entre as formulações centrais de Furtado e dos neoschumpeterianos que remonta ao aspecto dual do sistema capitalista, qual seja: a ideia de que a evolução do sistema produz, por um lado, desenvolvimento sistêmico e virtuoso e, por outro, subdesenvolvimento. Assim, Cassiolato e Lastres retomam as reflexões de Celso Furtado sobre o desequilíbrio entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. O artigo incorpora os elementos furtadianos em prol do debate sobre progresso técnico e inovação, iluminando a compreensão do processo de desenvolvimento e das especificidades e dilemas das economias periféricas.

Em suma, os artigos que compõe esta edição, resultantes de um evento comemorativo organizado pela Unicamp para os dez anos do falecimento de Celso Furtado, foram muito felizes em trazer uma percepção multifacetada da personalidade e do pensamento desse grande pensador brasileiro. De um lado, enfatiza-se a singularidade da trajetória desse grande pensador do desenvolvimento que transcende o mundo acadêmico e se projeta na esfera da ação política. Por outro, permitem entender apropriadamente as imensas contribuições do pensamento de Furtado para história econômica no país e para a compreensão das atuais crises do capitalismo. Esses artigos comprovam a atualidade do pensamento de Celso Furtado colocando-o em diálogo com as correntes mais atuais do pensamento econômico sobre o desenvolvimento. Só nos resta desejar uma profícua leitura aos nossos queridos leitores.

§

Referências

- FAJNZYLBER, F. Industrialización en América Latina: de la “Caja Negra” al “Casillero Vacio”. In: *Cuadernos de la Cepal*, Santiago, n. 60, 1990.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- _____. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2010, p. 329-354. Primeira publicação em 1954.
- HIRSHMAN, A. *The rise and decline of development economics*. Development: Seeds of Change, Limits to Economics, 1986, p. 3-9.
- LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2010, p. 413-462. Primeira publicação em 1954.
- LUNDEVALL, B.A.; VANG, J.; JOSEPH, K.J.; CHAMINADE, C.; e VANG, J. (eds.). *Handbook of innovation systems and developing countries*. Building Domestic Capabilities in a Global Setting. Cheltenham, UK, and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2009.
- MEIER, G.M. The old generation of development economics and the new. In: MEIER, G.M. and STIGLITZ, J. (eds.) *Frontiers of development economics: the future in perspective*. 3ª Ed. New York: World Bank and Oxford University Press, 2002.
- NURKSE, R. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, Oxford: Blackwell, 1953.
- OYELERAN-OYEYINKA, B. & RASIAH, R. *Uneven paths of development*. Innovation and learning in Asia and Africa. Cheltenham, UK, and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2009.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Boletín Económico de América Latina*, vol. VII, n. 1, fevereiro 1962. Santiago de Chile: Cepal. Primeira publicação em 1949.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2010, p. 265-275. Primeira publicação em 1943.
- SEN, A., Development: Which way now? In: *Economic Journal*, vol. 93, Issue 372, December, 1983, p. 745-762.

CELSO FURTADO – UM RETRATO INTELECTUAL

| Rosa Freire d'Aguiar¹

Compor um retrato intelectual de Celso Furtado pressupõe retratar aspectos aparentemente distantes mas que, justapostos, se encaixam na visão global que marca sua obra, múltipla por excelência. Seus mais de trinta livros, traduzidos numa dúzia de línguas e adotados hoje não só em cursos de economia, mas de relações internacionais, ciências políticas, cultura e direito, reforçam o peso de suas formulações teóricas, o rigor de seu pensamento e a atualidade de grande parte dessa obra.

Primeiros anos

Celso passou os primeiros vinte anos de vida no Nordeste. Nascido em Pombal, sertão paraibano, em 26 de julho de 1920, em sua infância ainda eram frequentes as incursões de cangaceiros que encenavam histórias de violência envolvendo gente próxima de sua família: “violências que se referiam mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western*”, ele lembraria num texto autobiográfico escrito no exílio em Paris.² Quando tinha 7 anos, a família se mudou para a capital. O pai, dr. Maurício, era advogado e professor de português, e também maçom, o que então significava ser anticlerical e aberto a ideias novas. Graças a isso, bem jovem Celso teve em casa uma fornida biblioteca que lhe deu acesso a escritores como Swift e Defoe, e às primeiras leituras de ciências sociais, filosofia, história, e até mesmo psicanálise. Na biblioteca paterna ele cultivou desde a adolescência sua primeira paixão intelectual, a história. Se esta o acompanhou a vida toda, outra também seria duradoura e

decisiva: a literatura. Num caderno de 1940, quando aos 19 anos recém-chegara ao Rio de Janeiro, ele anotaria os livros lidos no mês: *O guarany* e *Diva*, de José de Alencar, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Memórias de Braz Cubas* e *Quincas Borba*, de Machado de Assis, *Joseph Fouché*, de Stefan Zweig. Nesse mesmo ano, também estão referidas no caderno leituras que fez de Confúcio, Platão, Graça Aranha, Kepler, Tennyson, Wilde, Bergson, Proudhon, Coulanges, Rousseau.

Não estranha se, por essa época, ele pensasse que sua forma de expressão seria a ficção literária. Há nos arquivos de Celso fragmentos e rascunhos de contos, esquemas e esboços de romances que indicam uma forte vertente literária. Aliás, seu primeiro livro

(publicado aos 25 anos) foi uma coleção de contos.³ Explica-se, assim, que tenha praticado por algum tempo o jornalismo, que, porém, não o atraía especialmente. Celso veio para o Rio de Janeiro, aos 19 anos, para cursar a faculdade de direito. Ganhou a vida, de início, como jornalista na *Revista da Semana*, publicação de prestígio à época, para a qual escreveu sobre a atualidade cultural da capital da República — a presença de Orson Welles no Rio de Janeiro, por exemplo —, assuntos nacionais e internacionais — o pan-americanismo, os combates de Gandhi contra o colonialismo inglês, a Segunda Guerra Mundial. Paralelamente, seguia o curso de direito, mas aos 22 anos abriria uma nova porta: a da *res publica*.

A função pública, a guerra, o doutorado

Foi no terceiro ano da faculdade que, motivado pelo que aprendia nas aulas de direito administrativo, Celso prestou o concurso para assistente de organização do Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp). Um ano depois, fez outro concurso, desta vez para técnico de administração do Departamento de Serviço Público do estado do Rio de Janeiro. Nos dois, passou em primeiro lugar. A partir daí, embora continuasse os estudos de direito, a temática da organização e da administração pública entrou em seu universo intelectual, e foi tema de seus primeiros textos acadêmicos. Até terminar o doutorado na França, em 1948, ele acumulou trabalhos sobre teoria da administração, Estado e democracia, organização e programação em empresas privadas e estatais, necessidade de criação e implementação do planejamento.⁴ Ideias que seriam o embrião de outras tantas aprofundadas adiante, quando chefiou a Divisão de Desenvolvimento da Cepal, em Santiago do Chile, e quando, ainda mais tarde, idealizou o Ministério do Planejamento do Brasil, do qual foi o primeiro titular.

Em 1942, no mesmo ano em que Celso iniciava sua carreira de servidor público, o Brasil declarava guerra às potências do Eixo. Ele seria convocado em dezembro de 1944, justamente quando terminava a faculdade. Partiu para a Itália como segundo tenente da Força Expedicionária Brasileira, e retornou, em setembro de 1945, com algumas certezas: não seria advogado nem seguiria a magistratura, iria prosseguir os estudos e se enfrontar em certos temas — política, administração, ciências sociais — para escrever sobre eles.

Quanto aos estudos, optou por seguir para a França. Ao chegar a Paris, nos primeiros dias de 1947, matriculou-se no Institut d'Études Politiques, a prestigiada Sciences Po, onde fez cursos de história do socialismo, de marxismo, de história das ideias políticas. Na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris inscreveu-se no doutorado e, sob a orientação de Maurice

1. Jornalista, tradutora, membro do Conselho Deliberativo do Centro Celso Furtado.

2. *Aventuras de um economista brasileiro* [1972]. In: FREIRE D'AGUIAR, R. (org). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

3. *De Nápoles a Paris. Contos da vida expedicionária*, Celso Furtado. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. Reed. *Obra autobiográfica*, Celso Furtado, 3 vol. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

4. Alguns desses textos, bem como outros escritos entre 1938 e 1948, quase todos inéditos, foram reunidos por mim no livro *Anos de formação 1938-1948. O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Org. Rosa Freire d'Aguiar, Coleção Arquivos Celso Furtado, vol. 6. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2014.

Byé, professor de economia que estivera no Brasil durante a Segunda Guerra, defendeu em 1948 a tese *A economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, que obteve a menção *très bien*.

Influências

No perfil autobiográfico escrito em 1972,⁵ Celso diz ter chegado aos estudos da economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques o levaram, necessariamente, a uma visão global, à macroeconomia. Nesse texto ele identifica três influências intelectuais já na adolescência e juventude. A primeira foi o positivismo, ou melhor, “a primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, e a ligação entre conhecimento e progresso”.⁶ Essa influência lentamente perderia peso. A segunda foi Marx, ou melhor, a busca de um sentido para a história. A terceira foi a sociologia americana, ou melhor, a teoria antropológica da cultura, então exposta em *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Retrospectivamente, porém, ele diria que Freyre “pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro.”⁷

Outras descobertas marcantes foram a sociologia alemã (Max Weber, Simmel) e historiadores como Henri Pirenne, Sombart e Antônio Sergio, que lhe permitiram avaliar a importância dos estudos de economia para melhor compreender a história. O fato é que quando começou a estudar economia de modo sistemático, aos 26 anos, sua visão do mundo, no fundamental, estava definida. “Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da História ou da vida dos homens em sociedade [...] Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*.”⁸

Cepal, Nordeste, exílio: os três momentos do economista

Seis meses depois de retornar de Paris, aos 28 anos, Celso se mudou para Santiago do Chile, indo trabalhar na recém-inaugurada Comissão Econômica para a América Latina, a Cepal. Aí se desenrolou o primeiro período de suas atividades como economista. Foram quase dez anos, entre 1949 e 1957, que lhe permitiram ter contato direto com os desafios dos países latino-americanos e mergulhar na problemática do subdesenvolvimento sobre a qual faria suas primeiras teorias. Essa geração dos fundadores da Cepal — a dos anos 1950 —, de que Celso

5. *Aventuras de um economista brasileiro*, art. cit.

6. *Ibid.*

7. *Ibid.*

8. *Ibid.*

foi um protagonista maior, soube transformar essa simples agência das Nações Unidas na primeira, e sem dúvida das mais proficuas e influentes, escola de pensamento econômico da América Latina, e mesmo do Terceiro Mundo. Ali, aqueles jovens economistas e cientistas sociais do continente fizeram teorizações pioneiras. Um exemplo: no extenso estudo que preparou para a Cepal, em 1957, sobre *O desenvolvimento recente da economia venezuelana*, Celso expôs, de forma inédita, o que muito mais tarde seria conhecido como “doença holandesa”, o mal que afeta países subdesenvolvidos inseridos no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas.⁹

Esse primeiro momento se concluiu em 1957, com a ida para Cambridge, UK, a convite do economista inglês Nicholas Kaldor. Depois de nove anos na Cepal, era para Celso a oportunidade sonhada para retomar seus estudos. Nos seminários do King's College, ele se dedicou em especial aos campos da dinâmica econômica, da análise comparativa dos processos históricos do desenvolvimento econômico, e do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. De Cambridge retornou com os originais de seu livro *Formação econômica do Brasil*, que, publicado no início de 1959, viria a ser sua obra mais conhecida. Traduzida para nove idiomas, saudada por historiadores como Fernand Braudel como obra pioneira na historiografia econômica, *Formação* despertou o interesse de inúmeros jovens pelo estudo de economia e deu origem a uma infinidade de trabalhos universitários.¹⁰

De volta ao Brasil, em meados de 1958, tem início o segundo período da atividade de Celso como economista. É quando o “saber” se torna “poder”. Como diretor do BNDE para questões do Nordeste, ele retorna à sua região natal. O Nordeste será o momento-síntese. Ali ele idealiza e dirige a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e implanta uma política de desenvolvimento para a região, durante três governos sucessivos, os de Kubitschek, Quadros e Goulart. Por alguns meses será o primeiro ministro do Planejamento do Brasil (1962-63), quando elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento.¹¹ Esses seis anos, encerrados com o Golpe Militar de abril de 1964, dão a Celso a rara oportunidade, como ele reconhecia, de conjugar teoria e prática, de conciliar pensamento e ação, de intervir diretamente na realidade antes só vislumbrada no plano teórico.

No longo exílio iniciado logo após o golpe que lhe cassou os direitos políticos, inicia-se então seu terceiro momento como economista: o da vida acadêmica. Primeiro na Universidade de Yale, depois, a partir de setembro de 1965, de volta à Sorbonne, ele é por 20 anos professor de economia do desenvolvimento e de economia latino-americana, estendendo sua atividade docente a várias outras universidades, como as de Cambridge, American e Columbia, ou à Universidade das Nações Unidas, em Tóquio. Os 20 anos de exílio foram os

9. Cf. “Celso Furtado et le développement à partir des ressources naturelles non renouvelables”, de Abdel Kader Sid Ahmed, in *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Org. Rosa Freire d'Aguiar, coleção Arquivos Celso Furtado, vol. 1. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2008. Nesse texto o autor, especialista em economias árabes petrolíferas, demonstra que coube a Celso Furtado, no estudo de 1957, a partir do caso da Venezuela, o pioneirismo da análise sobre a “doença holandesa” em suas múltiplas dimensões de industrialização periférica, origem do excedente social, comportamento dos grupos sociais que dele se apropriam.

10. Cf. *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado. Edição comemorativa dos 50 anos. Apresentação de Rosa Freire d'Aguiar, prefácio de Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

11. Cf. *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Org. Rosa Freire d'Aguiar, coleção Arquivos Celso Furtado, vol. 4. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2011.

mais fecundos de sua produção teórica: entre 1965 e 1978, Celso escreve dez livros, entre eles alguns de seus títulos mais relevantes, como *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, *Prefácio a Nova Economia Política*, e *Criatividade e dependência na civilização industrial*.

Em meados dos anos 1970, fazendo um balanço dessas três vertentes em que se desdobrou sua atuação como economista, Celso apontou três temas em que concentrou suas pesquisas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, a especificidade do subdesenvolvimento, e a formação histórica do Brasil de um ângulo econômico. A eles acrescentou, a partir do fim do decênio, as análises sobre a conjuntura internacional em plena mutação;¹² uma nova moldura conceitual que, a partir daí, se expandiu em direção às outras ciências sociais, cruzando as fronteiras das interdisciplinaridades;¹³ e uma reflexão constante sobre a metodologia das ciências econômicas.¹⁴

O retorno ao Brasil – a cultura, os balanços

Após a anistia política de 1979 Celso iniciou seu retorno paulatino ao Brasil. Engajou-se, ao lado de Ulysses Guimarães, na luta pela redemocratização, participando de diversas comissões no PMDB, da elaboração do programa econômico do futuro governo de Tancredo Neves, escrevendo livros em tom combativo sobre a política econômica, a crise da dívida externa, a recessão em que se debatia o país no fim do regime militar.¹⁵ Eleito Tancredo Neves pelo Congresso Nacional, na última eleição indireta do país, Celso foi nomeado embaixador junto à então Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas. Um ano depois, retornava a Brasília para assumir o Ministério da Cultura, pasta em que permaneceu quase três anos. Foi este outro riquíssimo momento. Celso não era um “estranho no ninho”; seu nome fora algum tempo antes proposto por mais de cem artistas e intelectuais de relevo, e sua reflexão sobre cultura vinha de longe. Mais exatamente, desde que reunira em *Criatividade e dependência na civilização industrial* ensaios seminais sobre o tema, o que lhe valeu, de resto, ser singularizado como o único pensador do estruturalismo a enfatizar o conceito de cultura e sua importância na teorização sobre o desenvolvimento.¹⁶

Além de dar rumo e prumo a um ministério que, em apenas nove meses de vida, já estava em seu terceiro titular, Celso soube enfrentar as costumeiras relações conflituosas (e não só no Brasil) entre cultura e Estado. Convencido de que a um Ministério da Cultura cabia não tanto produzir cultura, mas mediar e democratizar seu acesso, implementou a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura, a então chamada Lei Sarney, em muitos aspectos bem mais moderna e

12. Cf. em especial *O Mito do desenvolvimento econômico*, Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1974; e *Prefácio a Nova Economia Política*, Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

13. Cf. em especial *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Celso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1978].

14. Cf. em especial *Prefácio a Nova Economia Política*, op. cit.

15. Cf., de Celso Furtado: *O Brasil pós-“milagre”*. São Paulo: Paz e Terra, 1981; *Não à recessão e ao desemprego*. São Paulo: Paz e Terra, 1983; *A Nova dependência, dívida externa e monetarismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1982; *ABC da Dívida Externa*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

16. Cf. os trabalhos de Octávio Rodríguez, entre outros *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

descentralizadora que as sucedâneas. Por diversos mecanismos ela fazia um apelo à sociedade civil para que assumisse as propostas culturais da própria comunidade, ali onde as legislações posteriores focaram, basicamente, nas empresas privadas para que substituíssem o Estado no financiamento da cultura.¹⁷

Após uma trilogia de memórias escrita entre 1985 e 1991,¹⁸ ele retomou, em coletâneas de ensaios, os temas que lhe eram caros: o Brasil e sua inserção no mundo globalizado, o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.¹⁹ Entre a autobiografia e as reflexões sobre seu tempo, era chegada a hora dos balanços. Na virada do século Celso afirmou um dia que se tivesse de singularizar uma ideia sintetizadora de suas reflexões de economista, diria que foi a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, que, aliás, deu como título ao livro em que reuniu seus primeiros ensaios de teoria econômica.²⁰ A problemática do subdesenvolvimento foi, sem dúvida, o fulcro de suas teorias, de suas ações — de suas inquietações. Ao lado de Raúl Prebisch, ele foi um dos criadores da escola estruturalista de desenvolvimento econômico, de influência maior em todo o continente e além das fronteiras latino-americanas. Sua teoria do subdesenvolvimento foi pioneira ao formular que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram facetas do mesmo processo da expansão da economia capitalista internacional, e que o segundo não era uma etapa rumo ao primeiro — senão que, sendo um fenômeno específico, demandava esforço autônomo de teorização. Considerava, assim, sua teoria do subdesenvolvimento como sua contribuição mais relevante para a ciência econômica. Seu clássico *Formação econômica do Brasil* ampliou a visão estruturalista, levando o enfoque histórico para a economia e aprofundando o diálogo permanente entre as ciências sociais e a história; outras obras suas incorporaram à noção de desenvolvimento os valores maiores da vida, as necessidades espirituais e intelectuais, ensaiando assim um entendimento plural do subdesenvolvimento para buscar sua superação.

Dez anos depois de sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 2004, a essência de seu pensamento vigora com intensidade. A atualidade das reflexões de Celso resulta de que sua vasta obra mantém grande coerência no tratamento de temas que permanecem instigantes e na ordem do dia. Tais como: a especificidade do subdesenvolvimento num país como o nosso em que o problema ainda carece de solução, a dimensão cultural do processo de desenvolvimento, cada vez mais estudada, as consequências para os países periféricos do enfraquecimento dos Estados nacionais no quadro da globalização, a urgente necessidade do planejamento regional, não só em escala nacional como entre países e blocos de países.

§

17. Para a atuação de Celso Furtado como ministro da Cultura e suas reflexões sobre o tema, ver *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Org. Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, col. Arquivos Celso Furtado, vol. 5, 2012.

18. *Obra autobiográfica*. Celso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. [A fantasia organizada, 1985; A fantasia desfeita, 1989; Os ares do mundo, 1991]

19. *O capitalismo global*, Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1997; *O longo amanhecer*, Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1999; *Em busca de novo modelo*, Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra: 2002.

20. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Celso Furtado. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2008 [1961].

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL E O PERÍODO RECENTE¹

| Wilson Cano²

Na monumental obra de Celso Furtado, o uso do método histórico-estrutural, tanto em suas obras mais analíticas quanto nas mais teóricas, está sempre presente, com o que se pode entender porque seus trabalhos, além da dimensão econômica, também sempre contemplaram os planos político e social.

Embora formado em direito, desde cedo se dedicou ao estudo da administração e planejamento públicos,³ e posteriormente à economia, principalmente em seu doutoramento em Paris, em 1948, com a tese *A economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, a partir da qual escreveria, em 1957-1958, sua obra-prima *Formação econômica do Brasil*. Suas reflexões teóricas sobre o subdesenvolvimento tiveram como base principal os trabalhos iniciais na Cepal, a partir de 1949, de cuja equipe principal fez parte, sob a direção de Raúl Prebisch, cujos trabalhos ali iniciados constituíram a base sobre a qual frutificaram importantes desdobramentos realizados de forma coletiva ou individual.⁴

O esforço realizado por Furtado — notadamente o de situar historicamente suas análises de países latino-americanos — ampliou consideravelmente

as concepções iniciais das relações centro-periferia, da deterioração dos termos de intercâmbio, da distribuição da renda e dos desequilíbrios estruturais, construindo uma autêntica teoria do subdesenvolvimento, mostrando que este não podia ser entendido como uma “etapa” no processo de desenvolvimento, mas sim como resultado do processo histórico e da forma específica de como se deu nossa inserção no capitalismo.⁵

1. Texto apresentado no Seminário *A atualidade do pensamento de Celso Furtado (1920-2004)*, patrocinado pelo Instituto de Geociências da Unicamp: Campinas, 26/11/2014. Constitui versão modificada e ampliada de *Alguns temas relevantes sobre América Latina e Brasil tratados por Celso Furtado*, publicado in Saboia e Carvalho.

2. Prof. Titular do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.

3. Notadamente entre 1946-1948, quando era técnico de administração do famoso Dasp — que foi uma verdadeira *Universidade do Setor Público Brasileiro* —, onde conviveu com expressivos personagens que prestaram importantes serviços à reestruturação do Estado Nacional e no trato dos problemas da economia brasileira.

Foi precursor da problematização sobre a *economia ambiental*. Integrou a ecologia à análise econômica e em sua proposta de políticas de desenvolvimento regional, que deram base à formulação, em 1959, de nossa primeira Política de Desenvolvimento para o Nordeste brasileiro.⁶ Mais tarde, em 1972, voltaria ao tema, quando criticou as projeções do Clube de Roma, sobre os limites dos recursos naturais frente ao crescimento econômico mundial.⁷

São igualmente precursores seus esforços, em várias de suas obras, em integrar a *cultura* e a importância desta nas discussões sobre o subdesenvolvimento e a questão da *Dependência*, externa e interna.⁸ Mostra como o desenvolvimento das forças produtivas nos países desenvolvidos possibilitou o crescimento de suas contradições, impulsionando os vários grupos e instituições sociais — trabalhadores, empresários, classe média, Estado, intelectualidade, partidos políticos — a lutarem pela preservação e desenvolvimento de suas culturas. E isto se materializou não só nas conquistas de direitos políticos e sociais, mas também no desenvolvimento da tecnologia, da ciência e das artes. Mas Furtado nos adverte que aqui, no subdesenvolvimento, esse processo não só é truncado, parcial e incompleto, como sofre o controle permanente de suas elites e da forte presença do capital internacional.

Sobre a dependência, especificamente, suas precursoras obras são inequívocas, articulando esse tema, dentro da problemática geral do subdesenvolvimento, ao colocar como elemento central de sua reflexão teórica o problema da má distribuição da renda e da propriedade, herdada da colônia, do escravismo e do primário exportador, e agravado na industrialização. Esclarece, detalhadamente, como isto afetou e afeta o comportamento econômico de nossas elites, impregnadas por uma forte preferência, e até mesmo subserviência, pelos padrões culturais e de consumo externos.

É a partir dessas estruturas distributivas e de consumo que se configuram nossas estruturas de demanda, incompatíveis com nosso nível médio de renda: essa demanda, antes satisfeita por importações, após a Crise de 1929, teria, em grande medida, que ser atendida por produção interna, para a qual, entretanto, não podíamos contar com condições estruturais adequadas — notadamente de tecnologia e escalas de produção. Assim, tornamo-nos reféns de vários oligopólios internacionais que para aqui vieram produzir esses e outros bens mais complexos, ampliando sobremodo nossa dependência externa, entre outras, para com C&T, patentes, remessas, financiamento externo e balanço de pagamentos. E isto, em última instância, constitui o eixo central e cultural de nossa dependência externa e de nosso subdesenvolvimento econômico, social e cultural.

4. Os textos clássicos pioneiros da Cepal foram os coordenados e em parte escritos por Prebisch (1949 e 1951), lançando as bases das relações centro-periferia e dos desequilíbrios estruturais dos países periféricos. Os principais desdobramentos podem ser resumidos em termos da questão da *Inflação Estrutural* (com o clássico trabalho de Noyola); do desenvolvimento de importantes documentos sobre a *Importância do Estado e das Técnicas de Planejamento* (vários documentos coletivos e alguns de Furtado); sobre a *Heterogeneidade Estrutural*, (onde desponta o clássico de Pinto); e os pioneiros trabalhos de Furtado, alguns já publicados na primeira metade da década de 1950, e que resultaram na construção de uma *Teoria do Subdesenvolvimento Econômico*.

5. Ver, sobre esse tema, seus clássicos *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, *Formação econômica da América Latina*, e *Formação econômica do Brasil*.

6. Sobre a integração da ecologia, para o caso nordestino, seus textos de 1959 e 1967, e, para o caso dos países subdesenvolvidos como um todo, o de 1974 (*O mito do desenvolvimento econômico*).

7. Essa crítica encontra-se em *O mito do desenvolvimento econômico*.

8. Entre suas principais obras que trataram o tema: *Dialética do desenvolvimento*, *Criatividade e dependência na civilização industrial e Cultura e desenvolvimento*. Uma síntese das reflexões de Furtado sobre esse tema está em Burgueño e Rodrigues.

Embora sempre tivesse como referência as relações internacionais do sistema capitalista de produção, a maior parte de suas reflexões e análises teve por pauta a América Latina e Caribe, e mais profundamente o Brasil. Nesse sentido, seu esforço de síntese teve extraordinário êxito ao produzir dois textos clássicos sobre nossa história, que são *Formação econômica do Brasil*, de 1959, e *Formação econômica da América Latina*, de 1969.

Furtado sempre teve rigor no uso da história econômica, distinguindo as diferentes manifestações de determinados processos, como os que ocorreram durante a Colônia, ou na economia nacional, assim como os da escravidão, do primário exportador com trabalho livre, e os decorrentes da industrialização.

Entre as muitas contribuições de Furtado para o melhor entendimento da história econômica da América Latina e do Brasil, destaco algumas das principais, as quais trataram dos seguintes temas:

- i) distribuição de renda;
- ii) demanda efetiva, crise e crescimento;
- iii) estruturas produtivas e de emprego;
- iv) uso social do excedente;
- v) insuficiência de poupança e investimentos decorrentes do subdesenvolvimento e da distribuição de renda;
- vi) tendência ao desequilíbrio externo estrutural;
- vii) inflação estrutural;
- viii) integração regional latino-americana;
- ix) estruturas produtivas primário exportadoras;
- x) questão agrária e agrícola;
- xi) questão regional nacional
- xii) ecologia e subdesenvolvimento;
- xiii) cultura, dependência e subdesenvolvimento.

Sobre a maior parte dessas questões, tratadas ao longo das últimas cinco décadas em sua vasta obra, vários autores se debruçaram, produzindo também uma considerável literatura crítica. Os temas serão tratados de forma resumida, dada a limitação deste texto.

Entre as questões escolhidas, algumas podem ser generalizadas para toda a América Latina, como, por exemplo, a questão fundiária e a das estruturas produtivas primário exportadoras, enquanto outras se aplicam mais ao Brasil, como por exemplo a da agricultura itinerante.

1. Questão fundiária e agrícola

Embora este tema tenha sido tratado por Furtado em várias de suas obras, limito-me aqui aos problemas apresentados pelo autor em dois de seus livros, especificamente à questão do *excedente* e das condições de *acesso à terra*.⁹ Em texto originalmente escrito na década de 1960, mostra o autor que o emprego agrícola ainda era elevado (em média 40% da PEA), e que a agricultura de subsistência (*tradicional*) tinha a menor produtividade da economia, alta porcentagem de autoconsumo (mais de 50%), baixo grau de monetização, elevado subemprego e os mais baixos salários. A agricultura comercial (*moderna*), com mais de 75% de sua produção indo ao mercado, obtinha produtividade mais alta, mas os salários também eram baixos. Ainda, as condições sociais no campo faziam com que parte dos salários fosse em espécie, tornando ainda mais diminuto o grau de monetização.

Se da produção total agrícola deduzirmos a de subsistência, o resultado, aproximadamente, representaria o excedente do setor, cuja parte *in natura* era maior do que a monetizada, mas ainda ampliando a sustentação da demanda urbana em expansão. Isso era possível graças aos baixos salários, que condicionam a população rural a um baixo nível de consumo, ampliando assim o excedente. Este é apropriado por vários agentes: proprietários da terra, governo, finanças, transporte etc. A expansão e diversificação da estrutura produtiva dessa economia dependem, assim, de duas coisas: o volume do excedente e a forma de sua utilização. Esta, se voltada mais para a satisfação de consumo conspícuo ou outros gastos improdutivos, geralmente importados, não possibilitará o aumento do investimento e, portanto, da capacidade produtiva da economia e de sua diversificação.

A questão do acesso à terra é sinteticamente mostrada por meio da construção de uma matriz com duas colunas, referentes ao acesso à terra, se *difícil* (A) ou se *fácil* (B) e duas linhas, referentes à sua disponibilidade, se *abundantes* (C) ou *escassas* (D). Além disso, Furtado tece várias considerações sobre qualidade da terra, problemas ecológicos, condição de ocupação da terra etc. Na situação AC, podem existir problemas sérios de ecologia, infraestrutura, desmatamento e ocupação que provoca rápida exaustão da fertilidade natural, predominando uma agricultura familiar tradicional, de baixa produtividade, convivendo ao lado de uma capitalista, para a qual é reservada mão de obra barata.

Na BC, de rara ocorrência, predomina a agricultura familiar tradicional ou moderna, com possibilidades de melhor nível de vida para ambas. Na AD, a situação é a pior, predominando uma agricultura tradicional não capitalista, em situação de precária posse e ocupação, convivendo com o latifúndio tradicional. Na BD, a introjeção de progresso técnico é indispensável para que a

9. Sobre o tema ver Furtado (1969, cap. VII; 1972, cap. II; 2000 cap. 15; e parcialmente, em 1961, cap. 4.)

agricultura familiar possa aumentar sua eficiência e sobreviver, pois, em geral, nessa situação está presente o velho problema da divisão da pequena propriedade, e a proliferação do minifúndio, podendo haver reversão para uma agricultura de subsistência.

Da dinâmica dessas estruturas e do crescimento da população rural depende o grau de evolução desse setor, a geração de excedente e a melhoria ou piora das condições de vida de sua população. O exame de casos específicos, por meio dessa tipologia, permite o avanço para as reflexões sobre políticas de reforma agrária, distribuição da renda, emprego, concentração de poder econômico e político etc.

2. Inserção externa e estruturas produtivas primário exportadoras

A segunda questão que escolhi é a referente ao tratamento que Furtado deu à inserção externa latino-americana no início do século XIX, e as estruturas produtivas internas decorrentes dessa inserção primário exportadora.

Já em 1959 (e mesmo um pouco antes, em outros textos), sua *Formação econômica do Brasil* tratou desse tema, no que se refere a nosso país, a partir do século XVI. Em 1969 publica outro texto clássico — *Formação econômica da América Latina*, reeditado em 1975 como *Economia latino-americana* —, onde, nos capítulos 4 a 6, trata o tema em âmbito regional.

Embora não apresente sua discussão em forma matricial, uso esse instrumento (não em termos matemáticos), tentando colocar nessa forma os temas e problemas postos por Furtado. As três linhas dessa matriz apresentam as principais atividades resultantes daquela inserção: a mineração do século XIX, a agricultura temperada e a agricultura tropical. As linhas também contemplam a informação de em que países essas atividades ocorreram ou eram as proeminentes.

Nas colunas coloquei: *i*) o uso de terra, sua extensão e intensidade; *ii*) a forma do uso ou de propriedade dessa terra; *iii*) o emprego de trabalhadores; *iv*) o grau de intensidade de ciência e tecnologia que cada atividade utilizava; *v*) a capitalização, ou seja, a intensidade ou não de capital em cada uma delas; *vi*) a presença ou não do capital internacional como proprietário de terras; e *vii*) o tipo de fiscalidade que o Estado poderia obter em cada atividade e o âmbito maior ou menor em que poderia mover a política pública.

Dessas intersecções se deduzem as estruturas possíveis de mercado de trabalho, de distribuição de renda, nível de produtividade, de inserção no mercado externo,

vias possíveis da fiscalidade, e as estruturas de poder, ou seja, o espaço de ação do Estado *vis-à-vis* o poder do capital internacional e das oligarquias rurais.

Do movimento da economia e da manutenção dessas estruturas decorrem, em grande medida, as principais determinações ou possibilidades sobre o emprego, salários, sindicalização, estruturas de poder político, fiscalidade de governo, grau de progresso técnico, a concentração da propriedade da terra, do dinheiro e da renda.

3. A agricultura itinerante

O terceiro tema é mais específico ao Brasil, mas pode se manifestar também em outros países, notadamente nos de maior espaço territorial. Em suma, trata-se do fato de que, à medida que a agricultura moderna, basicamente a de exportação, se expande, aumenta sua necessidade de terra, resultando na expulsão, para o interior, de outras atividades rurais, seja a pecuária, o latifúndio improdutivo ou a agricultura tradicional, de pequena propriedade, parceria, ou de simples ocupação.

Ele trata esse fenômeno na *Formação econômica do Brasil*, principalmente nos capítulos 8 a 12 onde explica a formação do complexo nordestino, mas faz uma reflexão e teorização mais profunda no seu livro *Análise do modelo brasileiro* no capítulo II. Esta, sem dúvida, é uma de suas principais contribuições para o entendimento de nosso país. É, sem dúvida, uma contribuição que reputo brilhante.

Na *Formação econômica do Brasil*, Furtado examina o movimento da expansão açucareira entre os séculos XVI e XIX e, embora tenham se passado trezentos e tantos anos de ocupação e atividade, ele se dá conta da profunda e conservadora estabilidade econômica e social do Nordeste, com a manutenção do atraso, da baixa eficiência, da elevada concentração da propriedade e da renda, e a manutenção das estruturas tradicionais de poder.

Em *Análise do modelo brasileiro*, explica em maiores detalhes como é que se dá o fenômeno da *agricultura itinerante*, ou seja, de à medida que a estrutura da cana-de-açúcar se expandia, ela empurrava para o interior a pecuária e a agricultura do pequeno produtor, em geral do tipo familiar, resultando a esta, terras de qualidade inferior e mais distante dos mercados.

Mostra, assim, a contínua marginalização do pequeno e médio produtor, e a impossibilidade dessa pequena produção competir com aquela estrutura

escravista e latifundiária, e não raro transformar-se em mero reservatório de mão de obra, seja como trabalho barato na própria agricultura moderna, seja como *morador de condição* no latifúndio improdutivo ou na pecuária tradicional. O processo aumenta incessantemente o desmatamento, intensificando aquela interiorização, e gerando estruturalmente uma imensa fábrica de miséria social.

Na segunda obra mostra que o fenômeno não se deu exclusivamente no Nordeste, tendo ocorrido também na cafeicultura do Vale do Paraíba. Ali, o café produziu o mesmo movimento, ou seja, à medida que essa atividade se expandia, ia tomando novas terras e empurrando as antigas roças do pequeno produtor, do posseiro agrícola; empurrou esta gente para o interior e, portanto, a marginalizou.

Suas primeiras reflexões estão datadas. A primeira, em 1959; a segunda em 1972, quando nossa agricultura iniciava sua grande *modernização conservadora*, principalmente via intensificação do uso de equipamentos e de uso de produtos químicos. Certamente, em 1972 ainda não dispunha das informações sobre as transformações técnicas ocorridas após a primeira metade da década de 1960. Por isso, Furtado se atém ao período anterior a 1965, denunciando que, no açúcar e no café escravistas, o trabalho barato e as terras baratas compensavam amplamente a baixa eficiência e a pouca tecnologia empregada.

Em trabalho recente, tentei atualizar para as últimas décadas essas ideias tratadas por Furtado, constatando que o fenômeno da agricultura itinerante continua a se manifestar em todos os espaços nacionais penetrados pela agricultura moderna, notadamente a de exportação.¹⁰ A diferença fundamental, em relação às constatações de Furtado, é que agora (após a segunda metade da década de 1960) é grande a introjeção de progresso técnico. O trabalho escravo foi substituído pelo livre e continua a ser barato, e a terra continua a ter oferta elástica e preços também baratos, e a infraestrutura (e vários subsídios) concedida pelo Estado continua a rebaixar os custos de produção.

A outra novidade é que à expansão das culturas e pecuária de exportação, juntou-se a atividade extrativa de madeira, também de exportação, mas seus efeitos são tão ou mais cruéis do que antes: o desmatamento aumentou consideravelmente e a miséria social se ampliou nesses novos espaços da Amazônia, do Centro-Oeste e do próprio Nordeste.

10. Esse texto é o capítulo 5 de meu livro *Ensaio*, no qual também mostro como outros autores trataram essa questão sobre o Brasil.

4. A questão regional

Embora Furtado tenha estudado os diferentes espaços regionais do Brasil, sua principal contribuição neste tema se refere à *formação do complexo nordestino*, tema de forte presença na *Formação econômica do Brasil*, mas que seria tratado de forma mais profunda, detalhada e mais sistematizada em outros dois textos, haja vista que seu diagnóstico se destinava a embasar a formulação da proposta de uma política econômica para o desenvolvimento do Nordeste, em 1959, ao final do governo JK.

A matéria está tratada basicamente em dois textos antigos: um está assinado (*A operação Nordeste*) e o outro não — este é o famoso documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (documento que passaria a ser conhecido por GTDN), cuja autoria só foi confessada por ele recentemente, e até então se imaginava que o texto fosse produto de um grupo colegiado.¹¹

Em que consiste o diagnóstico que ele fez? É um diagnóstico fantástico, que mostra inclusive as contradições ecológicas do semiárido nordestino, *vis-à-vis* o tipo de uso que se dava para aquele solo. Seu diagnóstico e proposta mostram que a solução para esse espaço não se circunscrevia à questão da água, e sim à de transformar a ocupação e a economia da região: diminuir fortemente a área da agricultura produtora de alimentos — que não conseguia resistir às secas mais fortes —; reconcentrar a propriedade, ou seja, uma reforma agrária às avessas no semiárido, para que justamente o maior dimensão nos estabelecimentos pudesse dar guarida a uma atividade agrícola de exportação ou criação de gado com mais eficiência do que antes.

A proposta contemplava a retirada, daquele espaço, de cerca de um milhão de pessoas, que seriam reassentadas: parte, com a implantação de um grande programa de colonização no sul do Maranhão; parte, em outros projetos com irrigação, nas chamadas *manchas e vales úmidos*; e outra parte nas áreas propostas para reforma agrária na Zona da Mata. Esta última, aliás, era imaginada como de menor problema político, haja vista que as terras seriam as que se tornariam dispensáveis pela cultura da cana-de-açúcar, em função do programa de sua modernização, também proposto por Furtado, e financiada pelo Estado.

Esse assentamento da Zona da Mata tinha o intuito de não só dar sustentação social para aquela gente sofrida como também o de dar àquela terra uso mais produtivo, para aumentar a oferta de alimentos e com isso dar apoio logístico à industrialização programada, o componente mais dinâmico daquela política.

11. A questão da autoria está esclarecida em seu livro *A fantasia desfeita*. Em meu texto citado na nota anterior reproduzo e comento as ideias centrais contidas no importante documento GTDN.

Por outro lado, o programa combatia a velha e surrada “solução hidráulica”, que consistia basicamente na política de armazenamento de água, ferrenhamente defendida pelas elites nordestinas, e que, no fundo, consistia em um poderoso instrumento de dominação.

Furtado sempre lutou contra a “solução hidráulica” e propôs uma solução ecológica e social que deveria se concretizar após a implantação da Sudene, uma instituição que muito honrou este país e que nos seus primeiros anos teve um corpo técnico de alto nível, que realmente lutou pelas condições do Nordeste. Lamentavelmente, o golpe de 1964 derrotou a proposta de Furtado, e a onda de neoliberalismo que estamos vivendo encarregou-se de liquidar com mais essa instituição pública em 2001, recriando-a em 2007, mas com poder e orçamento reduzidos.

Embora a ideia da transposição de água do Rio São Francisco seja muito antiga, ela nunca foi proposta por Furtado, nem por quem lhe sucedeu na Sudene.

5. A mineração do ouro em Minas Gerais (século XVIII)

O quinto ponto que selecionei está contido nos capítulos 13 a 15 da *Formação econômica do Brasil*, em que Furtado examina a formação, auge e exaustão da economia da mineração do ouro em Minas Gerais no século XVIII. Furtado analisa essa economia utilizando uma metodologia de corte estrutural e em parte keynesiana, e a compara com a outra economia colonial e também escravista daquele momento, a açucareira nordestina.

Desse confronto consegue dissecar as duas estruturas, mostrando suas principais diferenças, notadamente quanto ao grau de capitalização, emprego humano, produtividade e rentabilidade, agregando ainda importantes considerações de ordem social. Ao analisá-la, realça e aprofunda três questões importantes:¹²

O ensaio precoce de integração no mercado nacional gerado pela economia da mineração, dadas as articulações inter-regionais que aquela atividade engendrou para o Nordeste, pela demanda de gado bovino; para a pecuária do Sul, com o gado muar e bovino; com o comércio de gado e a produção de alimentos em São Paulo; com o comércio e a administração pública do Rio de Janeiro; e com a criação dos primeiros caminhos de infraestrutura, ligando a região mineradora ao Nordeste, ao Rio de Janeiro, a São Paulo e ao extremo Sul.

12. Obviamente, o texto de Furtado não se limita às três questões acima destacadas.

Embora não desenvolva o tema, nos dá as pistas necessárias (notadamente no capítulo 20, de *Formação econômica do Brasil*) para que possamos entender

como, vinda a terrível depressão causada pela exaustão da mineração, o capital (na forma de ativos físicos), deixa de valorizar-se e retorna à forma de riqueza, para, no futuro, sofrer nova metamorfose, voltando à forma de capital. Este fenômeno ocorreu na gestação da economia cafeeira, que pode usar antigos ativos remanescentes da mineração, como escravos, ouro entesourado ou contrabandeado, tropas muars, fazendas produtoras de alimentos, e a infraestrutura, que hibernaram durante o final do século XVIII e o início do século XIX, mas *que vão renascer na forma de capital* para a cafeicultura.¹³

A terceira é sua conclusão sobre a impossibilidade de ocorrer a industrialização após a crise da mineração. Para tanto, enfatiza a exaustão das minas e, com isso, a inexorável regressão do mercado da região, além do *despreparo técnico da mão de obra* trazida por Portugal. Sua análise causou conhecida polêmica com outro autor, levando-me a confrontar as duas análises, em ensaio que fiz sobre essa economia, repondo o acerto de Furtado.¹⁴

6. Crise de 1929, a defesa da economia nacional e a industrialização

O sexto ponto constitui um modelo de análise macroeconômica keynesiana que é o estudo que Furtado fez sobre a Crise de 1929 no Brasil (capítulos 28 a 32 de *Formação econômica do Brasil*) e que posteriormente estenderia à América Latina em *Formação econômica da América Latina*.

Sua análise — que não contém nenhum erro teórico ou empírico, e é uma peça clássica na historiografia econômica brasileira — sofreu um ataque irresponsável por parte de um crítico impregnado de forte viés ideológico de direita que veio ao Brasil durante o regime militar, aparentemente com o esdrúxulo objetivo de tentar destruir política e ideologicamente a obra de Furtado.¹⁵ Fiz-lhe a crítica, restaurando a justeza da análise de Furtado, e mostrando alguns erros grosseiros cometidos pelo pretense crítico.¹⁶ A análise de Furtado é muito conhecida, razão pela qual não é necessário reproduzi-la.

Seu crítico — Peláez — tenta mostrar que Furtado é um equivocador, e que suas afirmações sobre a intervenção do Estado durante a crise, e os efeitos derivados dessa política econômica, foram muito reduzidos, e que, na verdade teria sido o saldo da balança comercial o responsável pela recuperação da economia brasileira.

Tenta negar que foram o financiamento e o gasto público os principais responsáveis pela retomada da demanda efetiva, ao mesmo tempo que afirma que esses

13. Sobre essa metamorfose riqueza-capital, ver Cano (2002, cap. 1)

14. A crítica foi feita por Castro (vol. 2, 1971), que tenta explicar a não industrialização por causa do Edito de 1785, hipótese descartada por Furtado, e negar os argumentos deste. Em meu texto *Ensaio* (cap. 1) reproduzo a controvérsia e a critico, repondo as razões apresentadas por Furtado e acrescentando outras questões que julgo pertinentes.

15. A crítica a Furtado está em Peláez (1968).

16. Minhas críticas estão em Cano (2002, cap. 4).

gastos teriam sido feitos para outros fins (as secas do Nordeste em 1931-1932 e a Revolução Paulista em 1932). Afirma que a política monetária do governo revolucionário era ortodoxa, porque ortodoxos eram os seus ministros e para provar, mostra a evolução nominal dos meios de pagamento, que caem. Diz, ainda, que Furtado afirmou que houve transferências de lucros da cafeicultura para a indústria, afirmação essa que na verdade inexistente.

Minha crítica a esse texto de Peláez foi precedida pela de Silber, que apontou alguns erros grosseiros, entre os quais o de Peláez analisar apenas a política feita para atender à safra de 1931-1932, quando a política de sustentação cafeeira foi até 1943, e os equívocos sobre a suposta ortodoxia da política monetária. Assim, detendo-se apenas naquele curto período, tentou ocultar as ações públicas desenroladas mais à frente, estudadas por Furtado.¹⁷

Minhas críticas aqui abarcarão os seguintes pontos: os efeitos dos saldos comerciais, a suposição de ortodoxia da política monetária e orçamentária, a suposta transferência de lucros da cafeicultura para a indústria e a questão da industrialização.

Para a questão dos saldos comerciais bastaria ler a obra de Kalecki, que nos ensina que em termos de dinâmica da demanda efetiva, não basta examinar os saldos, positivos ou negativos, mas sim examinar concretamente se tais saldos são frutos de uma expansão mais que proporcional das exportações que poderiam, com isso, ativar setores produtivos internos e não apenas gerar um saldo. Nós tivemos muitos saldos a partir de 1930, mas são saldos de depressão, resultados de quedas concomitantes de exportações e importações, e que, portanto, não seriam responsáveis por efeitos de recuperação da demanda efetiva.

Com relação à suposta ortodoxia, “percebida” na leitura de discursos de nossos ministros da Fazenda, lembraria que a *análise de discurso* é um instrumento complexo e que precisamos tomar cuidado para fazê-la. Aquele crítico parece não ter se dado conta de um fenômeno econômico pouco trivial quando nos defrontamos com uma depressão tão profunda como foi a de 1929. É que houve deflação. Portanto, ele teria de pegar a série de expansão de meios de pagamentos em termos nominais e usar índices de preços para ver se houve contração monetária ou não. E quando usamos os deflatores do período, resulta uma série em termos reais, crescente, mostrando uma política expansionista e nada ortodoxa.

No que tange à questão orçamentária, já em parte criticada por Silber, o exame da realidade mostra que, mesmo se retirarmos os gastos com as secas e com a

17. Esse texto é o de Silber (1977), que levanta os grosseiros “erros” de Peláez, principalmente os de tratar exclusivamente da safra 1931-1932 e à suposta ortodoxia fiscal e monetária do governo.

Revolução, os déficits públicos que ocorrem nos anos posteriores a 1930 são consideravelmente maiores que os déficits de 1928, o que mostra uma política também expansionista e não ortodoxa.

18. Ver, a esse respeito, os comentários críticos que Prebisch fez no Prólogo do livro de Rodriguez (1986, p. viii).

A questão da transferência de lucros para a indústria nunca foi escrita por Furtado em nenhuma versão ou tradução da *Formação econômica do Brasil*. A propósito, com a dimensão da depressão sofrida pela cafeicultura, é difícil imaginar como esses lucros poderiam existir, em quantidade apreciável. O que Pelaéz não conseguiu entender é que, numa crise brutal como a do café, alguns importantes recursos empregados pela cafeicultura poderiam, sim, ter sua *transferência física* para outras culturas da agricultura ou da pecuária, como terras, trabalhadores, máquinas, meios de transporte e de armazenagem. É o que de fato ocorreu, principalmente com a cotonicultura de São Paulo, cujo produto não sofreu queda de preços tão intensa como os do café, haja vista a proteção que o governo dos EUA deu a essa cultura naquele país.

Por último, vejamos algo sobre a industrialização. Primeiro, Furtado foi extremamente cuidadoso, ao lembrar que havia grande capacidade industrial ociosa, com o que, o investimento líquido, em curto prazo, não seria crucial. O necessário, e foi isso que Vargas fez, foi ativar os gastos típicos de uma política anticíclica, com o amparo dado à cafeicultura. Mas, deve-se registrar para evitar equívoco, isto não quer dizer que a industrialização que passa a se manifestar e, logo em seguida, dirigir o novo padrão de acumulação, fosse “espontânea”.¹⁸ Ao contrário, a visão progressista do governo revolucionário não demorou a enveredar por uma política deliberada de industrialização. Não instantânea e imediatamente deliberada, é claro.

Se não tivéssemos uma capacidade ociosa industrial como tínhamos durante a depressão, as políticas anticíclicas poderiam apenas restaurar o consumo. Mas isto seria uma quimera, pois não teríamos nem divisas para importar os bens de consumo, nem teríamos capacidade produtiva para produzi-los. Nossa capacidade ociosa, é preciso lembrar, não era apenas de bens de consumo, pois tínhamos acabado de montar dois compartimentos que iam ser extremamente importantes nesses primeiros anos da crise, que eram a primeira fábrica nacional de cimento e a primeira siderurgia não integrada, que cumpririam importante papel nesse período.

É bom também lembrar que nenhum dos velhos cepalinos, muito menos Furtado, falou em industrialização espontânea e tampouco no absurdo de uma suposta “teoria dos choques adversos”, como responsável por nossa industrialização.

7. Dependência, exacerbação financeira e crise: grandes obstáculos para governar, crescer e distribuir

Em dezembro de 2001 e em novembro de 2004 (cerca de um mês antes de falecer) foram publicadas duas importantes entrevistas concedidas por Furtado à revista *CartaCapital*,¹⁹ analisando aqueles respectivos momentos e fazendo alguns prognósticos sobre a situação política e econômica do país. Em ambas retoma suas reflexões sobre a desigualdade reinante no país, a fragilidade da cultura nacional e os reflexos que isso e mais a exacerbação financeira exerciam sobre as estruturas de poder, além dos constrangimentos que causam sobre o desenvolvimento da economia.

Na primeira, recolocou suas reflexões sobre a especificidade do subdesenvolvimento, em contraposição com o que dizia o governo de FHC, de que “éramos um país injusto, e não um país subdesenvolvido”, no sentido de que a palavra justiça era absolutamente insuficiente para explicar as razões e os processos cumulativos daquela desigualdade e da dependência. Fez então severas críticas às nossas elites — cosmopolitas, como pensam ser —, mostrando que seus desejos de reproduzir os elevados padrões de consumo dos países desenvolvidos implicavam, necessariamente, em exclusão social e aumento da dependência externa e interna. E afirmava: “ela sabe o que quer, ela quer ir para Miami viver como se vive lá”. Lembrou ainda que a globalização estava reproduzindo esse fenômeno no mundo inteiro, como já mostravam as estatísticas mundiais sobre a forte reconcentração da renda pessoal a partir da década de 1980. Já nessa entrevista, lamentou a alienação de grande parte dos economistas nacionais, que aceitaram acriticamente esses fatos e essas (e outras) “novas teorias”. Muitos deles, inclusive vários que se consideram *heterodoxos*, aceitaram tranquilamente a substituição da palavra *subdesenvolvido* pelos novos epítetos batizados pelo BIRD, como *emergentes*, ou ainda, *países em desenvolvimento*, negando, com isso, os ensinamentos de Furtado e a própria teoria do subdesenvolvimento econômico.

Enfatizou a necessidade de alterar profundamente a política econômica, reduzindo os juros e controlando o câmbio e os fluxos de capital, mas, para isso, seria preciso ter coragem política, como a que tiveram alguns homens públicos (notadamente Vargas) entre 1930 e 1960. Concluía que a “única explicação que tenho para que o Brasil não tome uma atitude mais firme em matéria de reajustamento internacional dos fluxos financeiros é medo, é medo de que os capitais fujam do Brasil”. Não é demais lembrar que naqueles oito anos de mandato (1995-2002), o déficit em transações correntes acumularia US\$ 200 bilhões, nossa dívida externa dobrou (US\$ 228 bilhões) e nossa *Posição*

19. Edições de 26/12/2001 (p. 72-77) e de 1/12/2004 (p. 46-50).

*Internacional de Investimento*²⁰ já era de US\$ 227 bilhões. Estávamos, então, no final de um mandato presidencial e próximos das eleições de 2002.

Furtado depositou grande esperança de que nesse ano ressurgiria com força o debate nacional sobre os novos rumos que a política econômica deveria tomar, diante de uma possível vitória da oposição. Como se sabe, amargaria mais três anos de dissabor, amenizados, em parte, por algumas decisões de políticas sociais implantadas pelo novo governo, pelos ventos de crescimento que emanavam do Oriente, e que nos deram um alento no crescimento a partir de 2003.²¹

No momento da segunda entrevista, Furtado sabia que as contas externas haviam tido pequena melhora, com saldos positivos em transações correntes, pequena diminuição da dívida externa e acentuada diminuição de ingresso líquido de capitais estrangeiros, em grande parte decorrente da crise cambial de 1999-2002.

Contudo, as pressões fiscais causadas pela dimensão das taxas de juros, de seu enorme peso nas contas públicas e a pressão resultante no câmbio, valorizando-o, exigia uma firme atitude do governo, talvez, como sugeriu, uma *mora-tória (negociada) programada* e uma indispensável reforma fiscal de caráter progressista. Previa que, ao longo da década de 2010, essa situação se tornaria insustentável, limitando ainda mais, e severamente, a já baixa autonomia do governo no exercício da política econômica, e da própria política.

Também previa, no cenário internacional, a eclosão de uma grave crise internacional, a menos que se fizesse profunda reestruturação do sistema financeiro internacional. “A crise já se instalou, ainda que não seja reconhecida”, disse.²² E concluía que, se assim continuasse, o país teria de se endividar permanentemente, desfazendo-se do restante de seu patrimônio público e abdicando do pouco de soberania que ainda lhe restava no manejo da política econômica. Suas corretas sugestões, contudo, não tiveram eco no cenário político nacional, inclusive no governo.

O que diria Furtado hoje, se constatasse que:

- i) a dívida externa bruta mais que dobrou, atingindo US\$ 556 bilhões em dezembro de 2014, quando nosso passivo externo líquido atingiu US\$ 786 bilhões;
- ii) o saldo em transações correntes acumulou US\$ 100 bilhões na crise 2008-2010 e US\$ 298 bilhões entre 2011 e dezembro de 2014;

20. É o novo termo técnico usado pelo BCB, em substituição ao antigo, o *Passivo Externo Líquido*.

21. Lembremos que no primeiro mandato (2003-2007) de Lula, a política econômica praticamente não teve alterações, e os poucos sinais progressistas se restringiam ao anúncio do crédito consignado ao trabalhador, em 12/2003, e ao pequeno aumento do crédito ao setor privado a partir de 2004, o qual aumentaria fortemente a partir de 2007

22. *CartaCapital* de 1/12/2004, p. 47.

iii) as maiores causas desse enorme rombo entre 2011 e dezembro de 2014 foram: a) a enorme sangria da remessa de rendas (-163 bilhões) gerada pela desregulamentação e descontrole do câmbio e do capital; b) as enormes importações de bens de consumo (- US\$ 103 bilhões); e c) os irresponsáveis gastos em turismo (- US\$ 75 bilhões).²³

Provavelmente, ficaria surpreso pela rapidez dessa deterioração, e talvez dissesse que sua hipótese negativa sobre a possibilidade de um governo de oposição, nessas condições, exercer seu mandato com certa autonomia, estaria ainda mais fortalecida.

Ainda mais desapontado ficaria ao saber que, dias depois da dura e estreita vitória eleitoral de 26/10/2014, a presidente anunciaria alguns nomes de seu novo ministério, escolhidos entre as preferências do setor financeiro e das oligarquias conservadoras.

23. Dados atualizados em 2/2015.

§

Referências

- BURGUENO, O.; RODRIGUEZ, O. Desenvolvimento e cultura. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARTACAPITAL. *Ideias para o país*. Entrevista de Celso Furtado. São Paulo, edição de 26/12/2001, p. 72-77.
- _____. *As profecias de Furtado*. Entrevista de Celso Furtado. São Paulo, edição de 1/12/2004, p. 46-50
- CANO, W. *A economia do ouro em Minas Gerais (século XVII)*. In: CANO (2002, capítulo 1).
- _____. “Crise de 1929”, *Soberania na política econômica e industrialização*. In: CANO (2002, capítulo 4).
- _____. *Furtado: A questão regional e a agricultura itinerante no Brasil*. In: CANO (2002, capítulo 5).
- _____. *Ensaio sobre a Formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp/Instituto de Economia-Fecamp, 2002.
- CASTRO, A. B. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- FURTADO, C. *A economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.
- _____. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961,
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: *GTDN — Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*. 2ª Ed. Recife: Ministério do Interior-Sudene, 1967 (texto não assinado pelo autor, mas de autoria confessa).
- _____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: LIA, Ed. 1969.
- _____. *Análise do modelo brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A economia latino-americana*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *A fantasia desfeita*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- NOYOLA VASQUEZ, J. F. Inflación y desarrollo económico en Chile y México. In: *Panorama Económico*, n. 170, nov. 1957, Santiago.
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. (Coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Cepal, 1949. In: Publicado in *Boletín Económico de América Latina*, vol. vii, n. 1, feb. 1962. Santiago. Mimeógrafo.
- _____. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. Cepal, 1951. In: *Naciones Unidas, serie conmemorativa Cepal*, 1973. Santiago. Mimeógrafo.
- RODRÍGUEZ, O. *La teoría del subdesarrollo de la Cepal*. 5ª Ed. México: Siglo XXI, 1986.
- SABOLA, J. e CARVALHO, F. C. (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. São Paulo: Ed. Manole, 2007.
- SILBER, S. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939. In: VERSIANI, F.R.; MENDONÇA DE BARROS, J.R. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

CELSO FURTADO, A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

| João Antonio de Paula¹

Introdução - história e economia

A história tem lugar importante na obra de Celso Furtado. É certo que não é sua exclusividade, que outros economistas, no Brasil e fora dele, frequentaram, com proficiência, a historiografia. Lembre-se a Escola Histórica Alemã, que — desacreditando das possibilidades de se fazer teoria econômica pela impossibilidade de se estabelecer regularidade dos fenômenos econômicos, que jamais poderiam ser enquadrados em leis, dedutíveis a partir de princípios gerais abstratos — acabou por criar a moderna história econômica, como história das economias nacionais, regionais, dos bancos, dos transportes, dos agricultores, das indústrias, dos preços etc. Fala-se da existência de três gerações da Escola Histórica: a **velha escola**, de Wilhelm Roscher, Hildebrand e Knies; a **nova escola**, liderada por Gustav Schmoller e uma **novíssima escola** cujos grandes nomes seriam Werner Sombart e Max Weber (IGLÉSIAS, 1959).

Com efeito, a história econômica faz parte do objeto da economia política desde a sua consolidação como campo específico do conhecimento com Adam Smith. Uma das cinco partes de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, é dedicada à história econômica, havendo ainda outra parte referente à história do pensamento econômico.

Que a história econômica tenha sido ou abandonada ou desnaturada pela hegemonia neoclássica que se impôs sobre o pensamento econômico fala muito sobre o processo de absolutização ideológica do pensamento econômico que, perfeitamente transformado em pura apologia do capitalismo, combina superlativas dosagens de irrelevância, irrealismo, exacerbação formalística e arrogância discursiva. Como se diz de certos personagens patéticos — o fracasso lhes subiu à cabeça — e quanto mais

grotescas e nefastas as consequências das políticas que recomendam e praticam, como se está amargando desde 2007, mais enfatuados e rebarbativos se mostram na autoatribuição de virtudes e méritos, que se resumem à defesa intransigente que fazem dos interesses do capital.

Fala-se que a hegemonia neoclássica, no relativo à história econômica, em parte a interditou e em parte a desnaturou, na medida em que a vê não como o resultado de contradições entre classes sociais — do embate de interesses materiais e simbólicos, individuais e coletivos contrastantes, de disputa política e cultural entre concepções de mundo discrepantes —, mas como conjunto de agregados econômicos redutíveis a variáveis quantificáveis de um modelo econômico, nem sempre explicitado, cujas determinações mais gerais convalidam a ordem neoliberal. No âmbito dessa matriz teórica, a história econômica acaba por se confundir com a história da política econômica e esta, na verdade, como um inventário dos desvios das políticas econômicas efetivamente praticadas da única e monopolística detentora da racionalidade econômica — a política econômica que nasce dos ditames do *mainstream* do pensamento econômico.

A dimensão histórica dos fenômenos econômicos foi incorporada por outras correntes do pensamento econômico como o institucionalismo e o estruturalismo latino-americano. Mas é no marxismo que a perspectiva histórica assume a condição de princípio heurístico fundamental, como bem viu Schumpeter:

Os economistas sempre realizaram trabalhos de história econômica ou utilizaram-se de trabalhos de outros, mas os fatos da história econômica foram colocados em compartimentos separados. Se entravam na teoria era simplesmente no papel de ilustrações, ou, possivelmente, de verificações de resultados. Eram empregados só mecanicamente. Marx, no entanto, combinou-os quimicamente, isto é, introduziu-os no próprio argumento que produz os resultados. Foi o primeiro economista de categoria que viu e ensinou, sistematicamente, como a teoria econômica pode ser transformada em análise econômica e como a narrativa histórica pode ser convertida em *histoire raisonnée*?. (SCHUMPETER *apud* IGLÉSIAS, 1959, p. 54-55)

Mais de uma vez, em registros memorialísticos, Celso Furtado disse da centralidade da história na formação de seu pensamento:

[...]considerava a economia como um instrumento para penetrar no social e no político e avançar na compreensão da história, particularmente quando esta ainda se exibia como presente aos nossos olhos. (FURTADO, 1985, p. 15)

[...]foi manuseando trabalhos já publicados que percebi que era possível montar um modelo com perspectiva histórica multissecular da economia brasileira. A novidade estava em

captar o evoluer histórico no quadro de relações estruturais, a começar pelas internacionais. O importante foi observar o Brasil, desde os seus primórdios, como ator relevante na cena econômica mundial. (FURTADO, 1998, p. 16)

[...]Tive muito cedo a intuição de que não é possível ser cientista social sem uma visão de conjunto dos processos, que é dado pela História. Apaixonei-me por esse tema, foi meu primeiro campo de estudo. Pensava ser historiador. A *Formação econômica do Brasil* revela essa vocação inicial. (FURTADO, 1999, p. 71)

E se Celso Furtado se tornou grande economista, amplamente reconhecido, é que ele entendeu, perfeitamente, a lição de John Stuart Mill quando disse que alguém, para ser bom economista, não pode ser apenas economista. Leitor de Karl Mannheim, de Max Weber, de Marx, leu também ciência política, geografia, antropologia, filosofia, história, além de teoria econômica, de história e de pensamento econômico e métodos quantitativos.

A história está entranhada no coração do seu modo de pensar, está presente em toda a sua obra, é componente essencial da visão de mundo de Celso Furtado. Em algumas de suas obras a exposição de matérias se dá pela rigorosa explicitação das transformações históricas da organização da vida econômica de certas regiões — isto pode ser visto nos livros *A economia brasileira*, de 1954; *Formação econômica do Brasil*, de 1959; e *Formação econômica da América Latina*, de 1969. Nos três casos o que se tem não é historiográfica econômica propriamente dita, como disse Furtado na Introdução de *Formação econômica do Brasil*: “Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise de processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos [...]” (FURTADO, 1970, p. 2).

O tema é complexo e está longe de ter encaminhamento único e consensual. A primeira providência nesse caso seria buscar um conceito de história que possa servir de balizador da discussão que importa fazer. Na verdade, trata-se de escolher conceito de história entre perspectivas discrepantes. Se de um lado há a ampla e compreensiva visão de Marc Bloch, que vê a história como a “ciência dos homens no tempo”, parte significativa da historiografia contemporânea também foi impactada pela voga pós-moderna em sua recusa de pensar questões estruturais, macroprocessos, totalidades. Com isso não se quer negar o valor de certas contribuições da “micro-história”, de “*nouvelle nouvelle histoire*” na compreensão de fenômenos que convocam a colaboração entre a história, a antropologia, a psicologia social, a sociologia.

A questão aqui é que a condenação cabal das “grandes narrativas” feita pelas correntes pós-modernas, condenação decorrente do incontornável comprometimento autoritário que as grandes narrativas carregariam, resultou tanto em uma radical objeção às tentativas de compreensão de processos estruturais, de totalidades, quanto em igualmente problemática valorização dos indícios, dos fragmentos, das particularidades tomadas como os únicos objetos-escalas legítimos do discurso historiográfico. Ora, há nesse caso uma clara operação da fetichização metodológica. Quando arqueólogos ou paleontólogos recorrem aos fragmentos e extraem deles conhecimentos válidos sobre realidades mais vastas, a partir de seus fragmentos, eles o fazem não porque considerem os fragmentos os instrumentos mais adequados para a compreensão dos seus objetos de pesquisa, mas porque eles são os únicos acessos possíveis, os únicos registros disponíveis das realidades em estudo. O fragmento, o resíduo, o resquício, um pedaço de cerâmica, um fragmento de osso, um resto de fogueira, uma pintura numa caverna são os acessos possíveis para as tentativas de compreender grupos humanos extintos, que deixaram esses sinais de sua presença no mundo. Para dizer numa palavra, recorre-se ao fragmento na ausência de registros mais amplos e abrangentes, porque o objeto da investigação é o todo do qual só restou o fragmento. Transformar o fragmento no único objeto legitimamente passível de investigação é, de fato, uma forma exacerbada de fetichismo teórico-metodológico de nenhum modo neutro em suas implicações político-ideológicas conformistas e alienantes.

A busca da interdisciplinaridade está na base do programa da *École des Annales*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Tratava-se, para a primeira geração dos Annales, de aproximar as diversas ciências sociais, fazê-las dialogar como condição para a compreensão “dos homens no tempo”, isto é, da totalidade da experiência humana, no tempo e no espaço, de suas formas de produção e reprodução material, de suas formas simbólicas, de seus valores e costumes, de suas ideias, de seus projetos, de suas instituições.

Com efeito, todo acontecer humano é objeto de história. Para dar conta dessa enormidade foram estabelecidos certos princípios, que os historiadores têm aceitado unanimemente. Um primeiro princípio diz respeito à centralidade do documento para a legitimidade do discurso historiográfico; outro princípio básico diz respeito à exigência de se evitar o anacronismo. Ao mesmo tempo sabe-se, com Benedetto Croce, que “toda história é história contemporânea”. Entre esses dois polos antitéticos — resistir ao anacronismo e reconhecer a inescapável intersubjetividade do fazer histórico — navega a historiografia imersa nessa tensão que não se resolve a não ser parcial e provisoriamente. Johan Huizinga, grande historiador holandês, disse: “A história distingue-se destas

outras formas do espírito (filosofia, literatura, direito, as ciências naturais) na medida em que se projeta sobre o passado e somente sobre o passado. Pretende compreender o mundo no passado e através dele” (HUIZINGA, 1980, p. 92). Não é preciso concordar inteiramente com Huizinga para reconhecer um ponto decisivo de sua tese: é que o que distingue, essencialmente, a história das outras disciplinas não é o fato dela buscar reconstituir o passado, mas de buscar fazê-lo considerando apenas o que o próprio passado produziu, suas mentalidades, “suas utensilagens mentais”, como disse Lucien Febvre, seus conceitos e símbolos, suas tecnologias e instituições, seus vocabulários e formas de representação.

É exatamente pela centralidade desse sentido forte de história, desse conceito de história, que, muito do que é feito pelos economistas que se dedicam aos estudos dos fenômenos econômicos no tempo, não seja, propriamente, história econômica, mas econometria retrospectiva, que atende também pelo nome de cliometria.

Para um dos corifeus dessa corrente, Robert William Fogel, a historiografia contemporânea estaria dividida em duas grandes tendências: a história “científica”, isto é, a cliometria, e a história tradicional. A maneira como Fogel descreve a história tradicional, sendo precisa, é quase um elogio que, no entanto, não o convence. Diz ele: “Os historiadores tradicionais aspiram a retratar o campo inteiro da experiência humana, a captar todos os traços essenciais da civilização que estão estudando, e a fazê-lo de forma que isso tenha aplicação para o presente” (FOGEL, 1989, p. 33). Está muito bem dito. É por isso que é surpreendente a adesão do autor à cliometria, à história “científica”, que ele caracteriza assim:

Ainda que os cliometristas sejam, às vezes, aludidos como pertencendo a uma “escola”, o termo é um tanto rigoroso já que a cliometria abraça matérias, pontos de vista e metodologias distintas. A característica comum dos cliometristas é que aplicam os métodos quantitativos e os modelos comportamentais das ciências sociais ao estudo da história. O enfoque cliométrico adquiriu desenvolvimento sistemático, pela primeira vez, na história econômica. Porém, por contágio, se difundiu rapidamente em campos tão diversos como a história demográfica e da família, como a história urbana e a história parlamentar, a história eleitoral e a história étnica.(FOGEL, 1989, p. 41)

Sobre a cliometria disse Hobsbawm:

Isso me remete à questão da cliometria, a escola que transforma a história econômica em econometria retrospectiva. Seria absurdo rejeitar como inadequados a um segmento da história a quantificação e aplicação de tais ferramentas estatísticas, matemáticas e outras. Quem não consegue quantificar, não consegue escrever história. Como já anunciava August Ludwig von Schlözer, esse ornamento de Göttingen do século XVIII: a estatística é história

estatística, a história é estatística em movimento. Devemos saudar a notável contribuição dos cliometristas à mensuração na história e, certamente no caso de Fogel, sua impressionante engenhosidade, originalidade na busca de fontes e técnicas matemáticas. Porém, a característica específica dos cliometristas não é essa, mas a de testar proposições da teoria econômica, na maioria, de inspiração neoclássica. (HOBSBAWM, 1998, p. 126)

Igualmente cômico das contribuições da cliometria e de seus limites, diz Josep Fontana:

Que a história econométrica não se tenha mostrado capaz de oferecer-nos uma visão global satisfatória da evolução social, não quer dizer que não tenha que se ter em conta as suas contribuições. No fundamental, trata-se de uma coleção de princípios metodológicos — não de um corpo de teoria — ou, se se quer dizer com palavras mais simples, de uma caixa de ferramentas. E não é certo que essa caixa tenha sido feita para funcionar exclusivamente num contexto de teoria econômica neoclássica. [...] O maior problema se apresenta, precisamente, quando o “cliômetro” não se resigna a investigar setores limitados da realidade, mas sim que pretende aplicar os seus métodos, sem mais equipamento que o da teoria evolucionista, a uma sociedade inteira, para oferecer-nos explicações globais. (FONTANA, 1998, p. 196-197)

De fato, não é preciso aceitar que a cliometria seja reduzida à disciplina auxiliar da teoria econômica, ou a uma forma de teoria neoclássica aplicada, como quer Peter Temin (FONTANA, 1998, p. 196). Num sentido mais amplo, a mobilização da história em estudos econômicos não é exclusividade de uma corrente ou escola de pensamento do mesmo modo que também não é exclusividade a sua busca de quantificação dos fenômenos econômicos. O que efetivamente distingue as correntes e escolas de pensamento econômico, que incorporam a história e a quantificação, é quão conscientes ou dispostas estão para considerarem o problema do anacronismo, de um lado, e de outro lado, para conceberem a história como processo, como possibilidade de surpresas, como possibilidade de emergência da diferença, da alteridade, como contradição em processo, como complexo de complexos, como conjunto de conjuntos.

Uma significativa compreensão do que está em jogo quando se fala da presença do anacronismo em história econômica é o livro de Ellen Meiksins Woods, *A origem do capitalismo*, quando considera as teses, de variadas correntes teóricas, metodológicas e ideológicas, sobre a gênese do capitalismo, e constata que autores tão diversos como Max Weber e Paul Sweezy compartilham a mesma visão sobre o nascimento do capitalismo, tomado como uma inevitabilidade, como algo que esteve sempre presente na história humana, como realização da racionalidade maximizadora e hedonista da natureza humana. A partir desse

ponto de vista, a história econômica mundial é transformada em inventário dos descaminhos da experiência humana até a plena constituição do capitalismo, que sempre esteve querendo nascer, desde a Antiguidade, tendo enfrentado obstáculos e bloqueios que, finalmente, foram vencidos na modernidade. Para Ellen Wood, uma das poucas perspectivas teóricas que não sucumbiram ao anacronismo é a de Karl Polanyi, que não vê o capitalismo como inscrito na ordem das coisas, como resultado da caminhada humana rumo ao progresso. Para Polanyi o capitalismo é uma entre várias possibilidades concretas de organização da vida socioeconômica, de organização da produção, reprodução e distribuição da riqueza, enfim, que o capitalismo poderia não ter acontecido, que outras formas de vida social existiram, existem e podem ser criadas, para além do modo de produção de mercadorias e do capital (WOOD, 2001).

Foi Marx quem apontou para a limitação básica da economia política clássica, em suas melhores versões, que é naturalização das relações econômicas que realizam, tornando estáticas e eternas relações, processos, realidades, que são, essencialmente, históricas, e dinâmicas, conflituosas, disruptivas. O substantivo da visão de Marx foi incorporado por outras correntes e escolas de pensamento econômico, diz Fontana:

Foi no final da Segunda Guerra Mundial, quando a preocupação pelos problemas do crescimento econômico levou a um novo casamento da história e teoria, que pode perceber-se nos estudiosos do subdesenvolvimento, como Gunnar Myrdal, que, no prefácio de seu *Asian Drama*, declara que o seu percurso pessoal levou-o, de uma preocupação exclusiva pela teoria econômica, à convicção de que os problemas econômicos devem ser estudados necessariamente “no seu contexto demográfico, social e político”, ou como Celso Furtado, que dedica ao “enfoque histórico” uma parte inteira de sua *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Em geral pode dizer-se que a maior parte da literatura sobre o desenvolvimento — em contraste com a que pretendia formular modelos abstratos de crescimento — mostrava uma declarada preocupação pela integração de dados extraeconômicos nos seus quadros explicativos, o que se traduziu numa atenção considerável à história. (FONTANA, 1998, p. 188)

De fato, a história em Celso Furtado é tanto um dado decisivo de sua teoria do desenvolvimento econômico, como é central em suas explícitas tentativas de estudar processos concretos de desenvolvimento econômico: o Brasil, a América Latina. Mas, a presença da história na obra de Celso Frutado vai além: seu livro *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* não é obra de economista que mobiliza a história, mas é obra especificamente de historiografia econômica, obra de historiador da economia (FURTADO, 2001).

Celso Furtado e a história econômica

Publicado apenas em 2001, a tese de doutorado de Celso Furtado, defendida na França em 1948, por iniciativa do professor Tamás Szmrecsányi, ficou por longo tempo desconhecida até mesmo de grandes estudiosos de sua obra, como é o caso de Francisco Iglésias (IGLÉSIAS, 1971). A publicação dessa obra permite que se avalie, com mais acuidade, o pensamento de Celso Furtado em suas várias dimensões. Iglésias, com a habitual lucidez, sublinhou, em 1971, três dimensões fundamentais da atuação de Furtado: o economista, o historiador, o homem público. Sua obra e sua ação posterior revelaram com mais força outras dimensões: o pensador da cultura, o ensaísta filosófico, enfim, confirmaram-no como o grande intelectual brasileiro da segunda metade do século XX.

Discuta-se aqui o historiador da economia e seu livro *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Trata-se de livro informado pelo mais avançado do estado da arte da historiografia de então, e por amplo conhecimento das fontes e historiografias do Brasil e de Portugal. Estão lá grandes nomes da historiografia europeia, como Werner Sombart e Henri Pirenne, grandes historiadores portugueses como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, António Sérgio, João Lúcio Azevedo, Jaime Cortesão. Destaque-se, também, no livro, a presença dos cronistas portugueses — Duarte Fernandes, Pêro Lopes de Souza, Gil Eanes, Pêro de Magalhães Gândavo, Gomes Eanes de Zurara, Gabriel Soares de Souza — e as primeiras marcantes tentativas de interpretação histórica da realidade brasileira: de 1618, de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brasil*; do Frei Vicente do Salvador, de 1627, *História do Brasil*; de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711; de 1802, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luis dos Santos Vilhena; além dos trabalhos efetivamente historiográficos de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Roberto Simonsen; das obras de sociologia e antropologia de Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Nestor Duarte.

As circunstâncias da escolha do tema da tese de 1948 foram relatadas por Celso Furtado em sua obra autobiográfica e remetem à extraordinária figura de Paulo Emílio Sales Gomes, então trabalhando no Museu do Homem, em Paris, dirigido por Paul Rivet. Foi Paulo Emílio quem informou Celso Furtado da excelente Coleção Brasileira do Museu. Conta Furtado:

Logo pude comprovar que se tratava de belíssima coleção de livros sobre o Brasil, provavelmente doação do governo brasileiro. Decidi-me de imediato. Estudaria a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente

no comércio internacional. Quando expus a ideia ao professor Byé, ele pensou um pouco e observou: “De acordo, sempre que você faça um paralelo com a economia açucareira da Antilha francesa, concorrente da brasileira.” (FURTADO, 1985, p. 28).

Seus professores na Universidade de Paris e no Instituto de Estudos Políticos, uma das chamadas *grandes écoles* da vida cultural francesa, a Sciences Po, estavam entre os mais prestigiados da academia francesa: Jean Baby, professor de história do socialismo; Auguste Cornu, professor de marxismo; Jean-Jacques Chevallier, história das ideias políticas; Charles Morazé, história dos fatos econômicos; Jacques Rueff, professor de princípios econômicos e políticos (D'AGUIAR, 2014, p. 23).

Seu professor de história econômica, Charles Morazé, é um dos expoentes da *École des Annales*. Sua *Introdução à história econômica* é um significativo exemplo do modo de pensar dos Annales ao situar a história econômica no âmbito de uma história humana, de uma totalidade que inclui as dimensões geográficas, demográficas, psicológicas, políticas, culturais dos fenômenos econômicos (MORAZÉ, 1959). Essa lição, apreendida com os mestres da *École des Annales*, terá decisiva influência tanto no projeto especificamente historiográfico de Celso Furtado, como marcará o conjunto de sua obra, sua visão de mundo, seu modo específico de considerar os problemas econômicos vistos sempre em perspectiva globalizante, em perspectiva efetivamente interdisciplinar. O grande livro de Morazé — *Os burgueses à conquista do mundo* — é uma história do capitalismo triunfante no século XIX a partir das experiências da Inglaterra, França e Alemanha. No prefácio que escreveu para o livro, Fernand Braudel acentuou algo que vale perfeitamente para a obra da história econômica de Celso Furtado. Diz Braudel:

Um livro caracteriza-se tanto pelo que recusa como pelo que aceita. Este recusa a história breve, precipitada, instantânea, vista no dia a dia, à qual os nossos mestres de ontem nos tinham habituado, essa história em que se acotovelam acontecimentos a todas as escalas, indivíduos de todas as estirpes, na sua suntuosa pretensão de serem decisivos... Aqui, os acontecimentos serão reduzidos ao mínimo. Apenas alguns foram incluídos: testemunhos de uma topografia antiga, balizam o terreno, marcam o espaço e distâncias segundo as medidas clássicas. (BRAUDEL, 1965, p. 11)

Como Morazé, Celso Furtado não fez de sua historiografia econômica um regurgitar de datas, nomes, eventos e mesmo quando os convoca são outros os nomes, não são os costumeiros, são outras as clivagens e os processos em destaque. Como viu Francisco Iglésias:

Um livro de história econômica (como qualquer outro de história, aliás) não será necessariamente reconstituição de fatos; pode ser de análise de processos. [...] Demais o simples fato (ou evento, como gosta de dizer Celso Furtado), sem a compreensão do processo, não é nada, reduzindo o trabalho a aumento de informações, ao que se tem chamado história narrativa [...] (IGLÉSIAS, 1971, p. 201)

Recusando a história narrativa, Celso Furtado confirmou a decisiva contribuição da *École des Annales*, no sentido posto por Lucien Febvre — como um interminável repórter de problemas, uma descoberta ou redescoberta perpétua (BRAUDEL, 1965, p. 12).

O que veio a constituir-se no “problema” central da pesquisa furtadiana, sua interrogação permanente, delineou-se a partir da tese de 1948. Diz ele:

O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar a especificidade do subdesenvolvimento. Que caminhos nos haviam trazido ao subdesenvolvimento? [...] Tratava-se, então, de um estágio evolutivo ou de uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se? Ao introduzir a dimensão histórica, fui levado também a colocar a questão metodológica: que contribuição podia dar as ciências sociais, em particular a economia, ao estudo da história? Pergunta similar vinha sendo feita pelos historiadores europeus da *École des Annales*. Eles buscaram ajuda nas ciências sociais, e nós partindo destas, buscávamos as respostas na história. Minha indagação partia da ideia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico. Convenci-me desde então de que o subdesenvolvimento era a resultante de um processo de dependência, e que para compreendê-lo era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. (FURTADO, 2002, p. 72-73)

A compreensão do subdesenvolvimento, a constatação de que isso não pode se dar senão levando em conta a estrutura global do sistema estão presentes na obra de Furtado desde a tese de 1948 e sintetizam o que se pode chamar o problema de Furtado, que ele próprio chamou de obsessão:

Fora tomado de obsessão de estudar a economia do nosso país, de deslindar as causas do seu singular atraso. Essas causas teriam de ser desentranhadas da história, das peculiaridades do processo formativo do país. Não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”. Havia que abarcar a realidade complexa com a imaginação e submetê-la em seguida a testamento analítico. (FURTADO, 1985, p. 67)

Nesse, como em outros momentos, Celso Furtado fez questão de marcar sua distância do marxismo. A menção à “camisa pré-fabricada dos ‘modos de produção’” remete a certo marxismo dogmático, que passou por ser a única forma

possível de marxismo, com consideráveis danos para o desenvolvimento do marxismo como teoria crítica. Contudo, a possível hegemonia do marxismo dogmático não impediu importantes contribuições da historiografia marxista como se viu na Grã-Bretanha, na França, na América Latina. Obras como as de José Carlos Mariátegui, Sérgio Bagu, Caio Prado Júnior, mostram que o marxismo não foi só falsa ortodoxia e dogmatismo. De todo modo, é significativa a presença de Marx na obra de Celso Furtado. Em sua tese de 1948, Celso Furtado incorporou o decisivo marco interpretativo cunhado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, que é o sentido da colonização. É este o bastidor no qual a trama da formação do Brasil no período colonial foi tecida. Perguntar sobre o sentido da colonização foi o modo como Caio Prado Júnior buscou enquadrar a formação da economia colonial no âmbito maior da constituição do capitalismo. Para falar mais concretamente, o “sentido da colonização”, categoria básica mobilizada por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, remete ao processo de acumulação primitiva do capital na qual teria lugar de destaque o sistema colonial.

Não há propósito em inventariar aqui a polêmica que se estabeleceu, a partir dos anos 1970, sobre a limitação do enfoque “circulacionista” de Caio Prado Júnior, que teria subestimado, ou em versões mais extremadas, ignorado, a existência de uma economia colonial capaz tanto de reter parte do excedente gerado, quanto de autonomia relativa de suas relações econômicas e sociais. De fato, a visão de Caio Prado Júnior ao enfatizar as relações de dominação metropolitanas, a existência de mecanismos de exploração colonial, não é incompatível com as teses que afirmam a existência de um modo de produção colonial (escravista) no Brasil. Com efeito, o fato de Caio Prado Júnior não ter usado o conceito de modo de produção colonial, de não ter analisado seus elementos constitutivos e sua dinâmica, não significou ignorar a vida econômica, política e social da colônia, que elas estão lá, em *Formação econômica do Brasil*, densamente reportadas. São, certamente, significativos avanços na compreensão da história do Brasil as contribuições de historiadores como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Santana Cardoso que identificaram e estabeleceram as conexões existentes entre as diversas dimensões da vida econômico e social da colônia brasileira conformadoras de um modo de produção específico, colonial, escravista (GORENDER, 1978; CARDOSO, 1980).

Ter apontado, como fez Caio Prado Júnior, as relações assimétricas entre colônias e metrópoles, ter insistido na centralidade dos superlucros coloniais como aportes decisivos para o processo de acumulação de haveres monetários — que foi um dos pilares básicos da acumulação primitiva de capital — não impediu que o historiador Fernando Novais, a partir da mesma matriz interpretativa de Caio Prado Júnior, tenha utilizado em pelo menos duas vezes, em *Portugal e Brasil na crise*

do antigo sistema colonial (1777-1808), expressões que são perfeitamente convergentes com o conceito de modo de produção: “E de fato, não só a concentração dos fatores produtivos no fabrico das mercadorias-chave, nem apenas o volume e o ritmo em que eram produzidas, mas também o próprio modo de sua produção define-se nos mecanismos do sistema colonial” (grifos de NOVAIS, 1979, p. 97). Ver ainda: “Não terminaram porém aqui as implicações do modo que assume a produção colonial.” (grifos de NOVAIS, 1979, p. 108).

Fernando Novais na introdução que escreveu para *Formação do Brasil contemporâneo* da coleção *Intérpretes do Brasil*, coordenada por Silvano Santiago, no âmbito das comemorações dos 500 anos das viagens cabralinas, chamou atenção para a articulação efetivamente dialética que Caio Prado Júnior estabeleceu a partir do conceito de “sentido de colonização”. Diz Fernando Novais:

[...] o “sentido”, isto é, a essência do fenômeno, explica suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por elas. A cada capítulo, a categoria inicial e básica vai se enriquecendo, ao mesmo tempo em que ilumina novos setores da realidade. Não se trata, portanto, na constante recorrência ao ponto inicial, de simples recursos de ênfase: uma vez fixada a essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para a reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida [...] E o livro de Caio Prado Júnior começa a aparecer como um exemplo bem-sucedido na prática da dialética. (NOVAIS, 2000, p. 1112)

Celso Furtado incorporou o “sentido de colonização” ao seu modo de ver a economia colonial brasileira. Para ele as características centrais da colonização brasileira teriam de tal forma se enraizado e conformado a formação da sociedade brasileira que algumas de suas manifestações e instituições teriam sobrevivido como atavismos bloqueadores da constituição de uma sociedade democrática e incluyente. Estes atavismos seriam: a concentração da renda e da riqueza; o atraso tecnológico; o patriarcalismo (FURTADO, 2001, 3ª parte). A busca da superação desses atavismos coloniais foi o programa fundamental da ação política e intelectual de Celso Furtado desde sua tese de 1948 até o final de sua vida.

Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII

Em seu doutorado Celso Furtado tomou conhecimento, com intérprete qualificado, Charles Morazé, da metodologia da *École des Annales*, de sua constante busca de diálogo entre a história e as ciências sociais. Entre as características-chave da historiografia dos Annales está a proposição de que a história deve ser história global, totalizante, interdisciplinar para oferecer explicações de

conjunto dos processos sociais no tempo. Esta compreensão dar-se-ia mediante a identificação de um problema, que, por sua centralidade, ao ser investigada revelaria o essencial do que se busca compreender. Para dizer como Lucien Febvre: “Historiador não é o que sabe, senão o que investiga [...] Quando se trata de fatos históricos, não teremos nunca convicções absolutas [...] investigamos, realizamos buscas, levando apenas a razão como guia e luz” (FEBVRE, *apud* BERR, 1959, p. VI).

Exemplifique-se o que a historiografia dos Annales chamou de “problema”. Em 1924, Marc Bloch publicou um extraordinário livro — *Os reis taumaturgos* —, cujo objeto era explicar o significado da longa permanência na crença no poder de cura da imposição das mãos dos reis da França e Inglaterra sobre doentes padecentes de escrófulas, uma inflamação dos gânglios linfáticos provocadas por bacilos de tuberculose (BLOCH, 1988, p. 35-36). Diz Bloch:

Os reis de França e Inglaterra, pelo simples contato de suas mãos, realizado segundo os ritos tradicionais, pretendiam curar os escrofulosos. Quando começaram a exercer este milagroso poder? Como foram levados a reivindicá-lo? Como seus povos chegaram a reconhecê-lo? São problemas delicados, que tratarei de resolver. (BLOCH, 1988, p. 36)

Resolver esses problemas significou, ao fim e ao cabo, deslindar as camadas de significados e interesses, que, incrustados nas mentalidades, nas práticas, nas instituições daqueles países, repercutiam, de fato, tanto a luta pela supremacia do poder temporal sobre o espiritual, quanto a própria consolidação de duas monarquias feudais em constantes disputas internas, com suas nobrezas rebeldes, e externas, sobretudo, depois da vitória do rei francês Filipe Augusto sobre o regente do trono inglês, João Sem Terra, em 1214.

Outro exemplo de postulação de um problema histórico capaz de iluminar toda uma época, uma cultura, é o que nos deu Lucien Febvre com seu livro *O problema da descrença no século XVI — A religião de Rabelais*, de 1942. Aqui o problema posto é se Rabelais, o grande escritor satírico francês do século XVI, poderia ser, de fato, um ateu, um homem descrente da existência de Deus, e assim autor de uma obra vigorosamente cética, libertina, racionalista, antecipadora da ilustração. A resposta de Febvre é pela negativa. Para ele, o século XVI não possuiu categorias mentais capazes de expressar um mundo sem Deus, de tal modo que o século XVI que Febvre revela é pleno de religiosidade, de fé. Vivendo o momento do grande cisma do cristianismo, contemporâneo de Erasmo, Lutero, Calvino, Rabelais manteve-se próximo da posição de Erasmo em sua condenação da intolerância, das fogueiras, em seu persistente carinho a um cristianismo humanizado que punha diante de um Deus paternal seres humanos livres “que

se dirigiam para Ele, sem ritos nem intermediários, o harmonioso canto de uma fé sossegada, serena e doce” (FEBVRE, 1959, p. 293).

Não será o século XVI o tempo da razão crítica. Ela terá de esperar. É isso que surpreendeu Paul Hazard em seu grande livro *A crise da consciência europeia (1685-1715)*, cujo problema é entender as determinações que levaram a uma mudança radical da cultura no sentido de:

A uma civilização fundada sobre a ideia de dever, os deveres para com Deus, os deveres para com o príncipe, os “novos filósofos” buscaram substituí-la por uma civilização fundada na ideia de direitos: os direitos da consciência individual, os direitos da crítica, os direitos da razão, os direitos do homem e do cidadão. (HAZARD, 1952, p. XIII)

Também Celso Furtado organizou sua obra, o fundamental de seu trabalho como economista, historiador e homem público a partir de um problema, que está posto desde a sua tese de doutorado e que ali aparece como a permanência dos “atavismos coloniais” do Brasil, um sistema econômico em que “o centro de gravidade da economia do país estará fora dele. Os interesses da terra não contarão para nada: o bem-estar da população jamais será tido em conta” (FURTADO, 2001, p. 142). Esses atavismos serão considerados depois como características do subdesenvolvimento, como características do capitalismo dependente, que se desenvolveu no Brasil, que se modifica sempre, urbanizando-se, modernizando-se, industrializando-se. Continuou periférico, nas palavras de Furtado:

Em minhas primeiras disquisições teóricas, o problema que mais me apaixonou foi o de encontrar explicação para o fato de que a elevação da renda da população brasileira e o avanço considerável de nossa industrialização não se traduziram em redução da heterogeneidade social do país, ao contrário do que ocorreu nas economias que chamamos desenvolvidas. Como explicar a persistência de nosso subdesenvolvimento se somos uma das economias que mais cresceram no correr do último meio século? Observando a realidade de outro ângulo: por que o assinalado crescimento da riqueza nacional somente beneficia uma parcela reduzida da população? (FURTADO, 1998, p. 58)

Cinquenta anos antes dessa formulação, na tese de 1948, o problema não podia aparecer desse modo. A industrialização brasileira ainda era incipiente, como incipientes eram a modernização e a urbanização brasileira naquele imediato pós-guerra. Contudo, o núcleo do problema, a grande questão a ser enfrentada já se manifestava ali inteira — como explicar o atraso brasileiro depois de cem anos de significativo processo de modernização? De fato, a partir de 1850, o Brasil experimentou considerável modernização de suas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais no sentido da imposição

da ordem social competitiva, como está em Florestan Fernandes: a constituição dos mercados de trabalho, terra e dinheiro; a constituição do Estado burguês, cujos marcos legais foram estabelecidos com a Abolição, em 1888, a República, em 1889, a Constituição Republicana, em 1891, e o Código Civil, de 1916 (SAES, 1985). Na base desse processo de modernização a dinâmica da economia cafeeira foi a alavanca decisiva da imposição de relações capitalistas de produção no Brasil, que, inicialmente, centradas em São Paulo, acabaram por condicionar ou subordinar outras regiões econômicas, sem que isso tenha significado homogeneização estrutural, senão que variados arranjos heteróclitos em que o velho e o novo, o moderno e o atraso se articularam dialeticamente, como bem viram Francisco de Oliveira e José de Souza Martins (OLIVEIRA, 2003; MARTINS, 1975 e 1979).

Em 1948, Celso Furtado formulou uma pergunta que o perseguiu por todo o tempo: como explicar o atraso brasileiro em meio a tantas e significativas potencialidades e recursos? Durante esse longo tempo, mais de 50 anos, tanto a pergunta foi sendo atualizada, como resultado das mudanças que o país e o mundo vivenciaram, como, em consequência, também as respostas tiveram de se adequar. Temas e questões postas em 1948 como o atraso tecnológico, os déficits democráticos da vida política brasileira se mantiveram centrais. Outras questões, como a monocultura, nos nossos dias, não têm a envergadura que tinham então, ainda que continue pesando muito sobre a estrutura agrária brasileira, o latifúndio, a concentração da renda e da riqueza. Seria de todo extravagante se os problemas brasileiros e mundiais, em suas peculiaridades empíricas, se mantivessem os mesmos, por mais de 50 anos, num mundo em estado de permanente turbulência.

Já foi dito que Celso Furtado em seu doutorado sintonizou-se ao estado da arte do melhor da historiografia europeia. Sua tese reflete isso de várias maneiras, pelos autores e fontes que mobilizou, pelo enquadramento dos problemas teóricos e historiográficos que fez. Nesse amplo campo de referências tem, pela escolha mesmo do tema da tese, lugar de destaque a historiografia portuguesa e nela o historiador e ensaísta António Sérgio. Ao tomar António Sérgio como referência importante para a sua pesquisa, Celso Furtado convocou uma problemática da cultura portuguesa, na verdade da cultura ibérica, que desde a segunda metade do século XVI tem obsedado uma geração de políticos, ativistas, intelectuais. O que teria acontecido para que, depois de dois séculos de grandezas e riquezas, o XV e o XVI, séculos ibéricos por excelência, a península se afundasse em crises e apequenamentos recorrentes?

Essa questão foi intuída ainda em momento de auge aparente. Em 1572, Camões, em *Os Lusíadas*, já tinha antevisto a sombra do fracasso português na fala do velho Restelo. Este personagem assistiu à partida de Vasco da Gama e viu a aventura marítima portuguesa com descontentamento e profética denúncia de um povo que se deixava levar pela “cobiça, vaidade, fraudulenta gente, por promessas de reinos e de minas de ouro, com bruta crueza e feridade que se pôs o nome de ‘esforço e valentia’, e que acaba por despovoar o Reino antigo, enfraquecê-lo seduzido pela Fama, pela Glória...” (CAMÕES, 1963, p. 112-113).

O ilusório da riqueza como fruto exclusivo da posse de metais preciosos está na base da igualmente veemente denúncia da decadência portuguesa feita pelo padre Antônio Vieira, em sermão proferido em Belém do Pará, em 1656, “Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas”. Com efeito, este sermão é de antes da expansão da produção aurífera de Minas Gerais e traduz tanto a visão de Vieira sobre o fracasso da experiência espanhola em suas possessões no Novo Mundo, quanto um conceito de economia política, que o faz antecessor dos fisiocratas em sua convicção de que a riqueza efetiva é aquela que deriva de atividade agrícola (VIEIRA, s.d., p. 109-155).

Constatada a crise ibérica já no final do século XVI, o século XVII assistiu a diversas tentativas de diagnosticá-la e tentar superá-la. Foi isso que Antônio Sérgio nos trouxe ao reunir as obras de Luis Mendes de Vasconcelos, *Diálogos do sítio de Lisboa*, de 1608; Manuel Severim de Faria, *Dos remédios para a falta de gente*, de 1655; e de Duarte Ribeiro de Macedo, *Sobre a introdução das artes*, de 1675. Neste último livro, ao par de diagnóstico sobre as causas da crise do Reino português, há proposta concreta para a superação de seus males, a “introdução das artes no Reino”, isto é, de manufatura. Diz Duarte Ribeiro de Macedo:

1º) Que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao Reino o luxo e as modas; 2º) Que tirará a ociosidade do Reino; 3º) Que fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, ter gente para as colônias e para a guerra; 4º) Que a Portugal mais que a qualquer outra nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes; 5º) Que as rendas reais se aumentarão. (MACEDO, 1974, p. 200)

No século XVIII, a governação do Marquês de Pombal, de 1750 a 1777, foi marcada por iniciativas reformistas, em variados campos, informadas por certo Iluminismo que, afinal, não conseguiram reverter o quadro geral da crise portuguesa no âmbito da crise geral do Antigo Regime, explicitada por eventos marcantes como a independência norte-americana, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Nesse contexto, o esforço reformista de Pombal padecia das debilidades típicas de um projeto ambivalente em seus compromissos

e conteúdos típicos do Antigo Regime (absolutismo monárquico; hegemonia de política econômica mercantilista metalista; restrições às liberdades de pensamento e de circulação de ideias). Nas palavras de Kenneth Maxwell:

Um dos colaboradores mais próximos de Pombal na área da reforma educacional e eclesiástica, Antônio Ribeiro dos Santos, durante um período de autocrítica após a morte de Pombal, resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo de Pombal do seguinte modo: “[Pombal] quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo. Esse paradoxo, comum entre os absolutistas europeus do século XVIII mas que encontra talvez o seu exemplo mais extremo em Portugal.” [...] (MAXWELL, 1996, p. 1-2)

De resto, sabe-se que a chamada “viradeira” — quadro político que se seguiu à morte de D. José e a queda de Pombal, em 1777 — não significou, efetivamente, mudança no sentido geral das mudanças ensaiadas por Pombal. Com efeito, as políticas pombalinas continuaram, em grande medida, a ser implementadas por homens como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, e outros, que vieram a constituir a geração de estadistas responsáveis pelo falhado projeto do império luso-brasileiro no contexto da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 (FALCON, 1982).

Quando, ao longo do tempo, aconteceu de falharem as tentativas de remediar os males da sociedade portuguesa houve quem apelasse para o mítico e o místico, como o sapateiro Bandarra que lançou a voga do “sebastianismo”, da volta triunfal do jovem rei morto em 1578, que o padre Vieira abraçou e que continuou viva até o século XX, com Fernando Pessoa. Disse Francisco Iglésias:

Pessoa amou na história do seu país principalmente o que se aproximava da magia ou mistério. Basta lembrar que um dos seus personagens preferidos era o padre Antônio Vieira, profeta e messiânico, a ponto de ser acusado de judaísmo e outros erros pela Inquisição, com a qual se viu às voltas algumas vezes. Dos textos de Vieira, gostava particularmente de *História do futuro*, em que o jesuíta espera a ressurreição da pátria. É o mito do Quinto Império, exposto pelo Bandarra, em que Vieira acreditava, estranho poeta popular e sapateiro de Trancoso, que fez profecias. Pessoa também tinha o culto de Bandarra. (IGLÉSIAS, 1971, p. 275-276)

O século XIX, português, como os anteriores, desde o XVI não assistiu a grandes mudanças apesar dos esforços reformistas de Mouzinho de Silveira, como disse Joel Serrão:

Forjador do Portugal contemporâneo, quase pesou exclusivamente sobre os ombros de Mouzinho, no momento paroxístico e genesiaco da guerra civil, a responsabilidade da

tremenda e necessária reforma das instituições do antigo regime, nas suas inseparáveis implicações socioeconômicas e políticas. (SERRÃO, 1971, vol. 6, p. 888)

Mouzinho da Silveira morreu em 1849, muito tempo depois de ter abandonado a política, sem que sua obra reformista tivesse tido continuidade. Seu exemplo, por certo, inspirou a Geração de 1870, que será, sob vários aspectos, a grande renovadora da vida cultural portuguesa, com nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão; que desdobrasse nos Vencidos da Vida, que reuniu António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, o Conde de Sabugosa, Guerra Junqueiro, o Conde de Arnoso, o Marquês de Soveral, o Conde de Ficalho e Carlos Lima Mayer (TORRES, 1967; MACEDO *et al.*, 1989).

À Geração de 1870 colocou-se o problema recorrentemente posto por várias gerações de portugueses, em perspectiva plurissecular. Afinal, qual a causa de nossa inabalável decadência, desde o século XVI? A resposta de Antero de Quental em *Causas da decadência dos povos peninsulares*, de 1871, é denúncia, desafio e aposta. Diz Antero que a decadência portuguesa radicava das consequências de três processos, que moldaram a sociedade ibérica: o absolutismo monárquico, o catolicismo tridentino e a expansão marítima. Se estas são as causas, as maneiras de superar suas mazelas seriam: a instauração da República e o Socialismo Democrático (QUENTAL, 1987).

A Geração de 1870 e os Vencidos da Vida são as grandes referências para as correntes renovadoras da cultura portuguesa no século XX, como o grupo da revista *Seara Nova* e o movimento Presença. António Sérgio tem lugar equivalente ao de Antero Quental nessas correntes do século XX. Sua obra como historiador, filósofo, educador, homem público sintetizou os grandes problemas da história portuguesa. António Sérgio de Souza (1883-1969) foi o grande cultor do gênero ensaio em Portugal na primeira metade do século XX. Na série de oito volumes de *Ensaio, na Breve interpretação da história de Portugal*, inicialmente publicada em espanhol, em 1929, e na *História de Portugal. Introdução geográfica*, de 1941, está contido o principal da perspectiva historiográfica de António Sérgio, e que teve grande influência na formação do projeto historiográfico de Celso Furtado. Na tese de 1948, ele diz:

As ideias de António Sérgio, depois seguidas pelo historiador Jaime Cortesão, foram reformuladas nesta tese. Abandonando o método estritamente histórico — que é o dos autores citados — encaramos os mesmos problemas de um ponto de vista sociológico [...] procuramos reconstruir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhe o sentido. (FURTADO, 2001)

De tal modo, que é preciso reconhecer que o encaminhamento básico do texto de Furtado deu-se pela complementação, ampliação, reelaboração das proposições de António Sérgio.

António Sérgio, em lição que remonta à *École des Annales* — mas que vem de longe, desde o surgimento da história na vida cultural ocidental com Heródoto —, deu ênfase aos aspectos geográficos e demográficos em seus rebatimentos históricos, em perspectiva inspirada em Vidal de La Blache e sua geografia humana (SÉRGIO, 1941). Ainda que Furtado não cite a *Introdução geográfica* de António Sérgio, terá sido ela a principal referência para a particular sensibilidade para os aspectos geográficos que a obra de Furtado demonstra por meio da percepção da importância das dimensões ecológicas das atividades econômicas no espaço, que terá influência sobre o enfrentamento dos problemas de seca do Nordeste, da ocupação das regiões úmidas do sertão nordestino etc.

Mas, o decisivamente central da influência de António Sérgio sobre Celso Furtado está em sua explicação do atraso português. Também no caso de Portugal, como no do Brasil, dirá Furtado, o atraso não se explica por particular inaptidão para a modernidade, para a inovação. Com efeito, Portugal foi matriz de aspectos fundamentais da gênese da modernidade. Instituições fundamentais para a instauração da modernidade nasceram, pioneiramente, em Portugal: o Estado Moderno no século XII; a decisiva tecnologia de navegação oceânica, as artes da marinharia, como as chamavam os portugueses a partir da Escola de Sabres, no século XV; a criação do instrumento fundamental para a circulação mercantil que são as letras de câmbio; a invenção do romance cavalaria matriz do romance como gênero narrativo moderno, com o *Amadis de Gaula*, entre outros exemplos. Portugal experimentou a primeira revolução burguesa do mundo, entre 1383 e 1385, foi o grande senhor da expansão marítima e comercial do mundo no século XV, a partir da tomada de Ceuta, em 1415, até 1500, com as viagens cabralinas. E, no entanto, todas essas inequívocas provas de liderança na construção da modernidade estiolaram-se, não garantiram a Portugal hegemonia efetiva no quadro geopolítico mundial. Um historiador português da Geração de 1870, Oliveira Martins, viu com as cores do trágico o que pareceu ser um momento jubiloso: a União Ibérica em 1580 teria sido o abraço de dois cadáveres (MARTINS, 1918, p. 322). Com efeito, o poderoso império onde o sol nunca se punha, oito anos depois, em 1588, foi fragorosamente derrotado pela Inglaterra, derrota que marcou o início da ascensão irresistível da hegemonia imperial inglesa.

Quando se colocou esse mesmo problema, o definhamento do poderio ibérico, o historiador Fernand Braudel disse que a explicação para essa desconcertante

débâcle está na maneira como Espanha e Portugal entendiam seu lugar no mundo e o significado da modernidade para seus projetos de nação, de poder, de missão histórica. Diz Braudel que para Espanha e Portugal a modernidade que forjaram, as riquezas que obtiveram, tinham como destinatários a restauração, em sua dignidade e integralidades máximas, tanto do legado carolíngio do sacro império germânico, quanto da sacrossanta unidade do cristianismo sob o papado romano. Para Braudel, a modernidade, em grande medida inventada pelos povos ibéricos, serviu, de fato, a um anacrônico e já então morto mundo medieval governado pelas duas espadas, a temporal e a espiritual, empunhadas pelo Imperador e pelo Papa (BRAUDEL, 1992, p. 209-328).

Em outro grande livro, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, Braudel lembrará que em 1571, ao derrotar os turcos na Batalha de Lepanto, os espanhóis se consideraram os donos do mundo ao controlarem o *Mare Nostrum*, o Mediterrâneo. E de fato foi assim, por mais de um milênio. Quem dominava o Mediterrâneo dominava o mundo, o Mundo Antigo, o que as águas do Mediterrâneo interligavam. A modernidade, a modernidade capitalista triunfante estabeleceu outro espaço hegemônico. O controle do mundo do capitalismo será de quem controlar todos os mares, o Atlântico, o Pacífico, as rotas do comércio, a produção de mercadorias e capitais em escala mundial (BRAUDEL, 1964; 1983).

Antônio Sérgio, em vários de seus ensaios, buscou explicar as razões da decadência portuguesa. Em um deles, *As duas políticas nacionais*, de 1926, publicado no segundo tomo dos *Ensaio*s, está a sua tese básica. Ele diz que Portugal, por tantos títulos inovadores e dinâmicos no passado, perdeu essa condição por ter sido dominado pelos interesses dos que beneficiavam com a “política de transportes” como a chama, isto é, a política dos “vinhateiros”, dos exportadores de vinhos, pelos interesses do mercantilismo metalista, bulionista que prevaleceu em grande medida durante grande parte da história portuguesa a partir do século XVI, sufocando, interditando a política de fixação, a que buscou introduzir as manufaturas no reino, que buscou aperfeiçoar as tecnologias e os métodos produtivos, a educação e a cultura, a liberdade de pensamento e a circulação de ideias (SÉRGIO, 1972).

Antônio Sérgio oferece uma explicação para a decadência portuguesa, que dialogando com a indagação de Antero de Quental estabeleceu suas determinações materiais. Com efeito, a decadência dos povos ibéricos é o resultado da ação obliterante do absolutismo monárquico, do catolicismo tridentino e da expansão marítima, na medida em que estes três elementos são manifestações de uma ordem econômico-social comandado pelo capital comercial, cujos lucros

nascem do monopólio do comércio, dos exclusivos metropolitanos, de uma prática econômica alheia à busca do aperfeiçoamento dos processos produtivos, alheia à produção da mais valia pelo uso mais intensivo e com produtividade maior da mercadoria força de trabalho.

Nesse sentido, a explicação de António Sérgio deu fundamentos histórico-materiais concretos à indagação de Antero de Quental, quanto faz o mesmo com a tese de Fernand Braudel sobre o mesmo fenômeno.

Foi essa decisiva lição de António Sérgio que Celso Furtado absorveu e redefiniu. Na tese de 1948, o que António Sérgio viu para a história de Portugal como a reiteração de “política dos transportes”, Celso Furtado redefiniu para a história do Brasil como os atavismos da economia colonial, isto é, a permanência do latifúndio, da monocultura, do atraso técnico, do coronelismo, do patriarcalismo. Para Antero de Quental e António Sérgio, a superação da “política de transportes” passaria por mudanças no plano político, econômico e cultural. Para Celso Furtado será o mesmo. Seu empenho na luta pelas reformas estruturais é o equivalente do que em outros contextos se fez mediante processos que buscaram garantir a distribuição da renda, da riqueza e do poder. Postos desde a tese de 1948, estas questões vão acompanhar o conjunto da obra de Furtado como um incontornável *ostinato*.

§

Referências

- BEER, H. Prologo. Psicologia colectiva y razón individual. In: FEBVRE, L. *El problema de la incredulidad en el siglo XVI*. La Religión de Rabelais. México: UTEHA, 1959.
- BLOCH, M. *Los reyes taumaturgos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- BRAUDEL, F. Prefácio. In: MORAZÉ, C. *Os burgueses à conquista do mundo*. 1780-1895. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1965.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Livraria Editora Martins Fontes, 1983-1984. 2 v.
- _____. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Livraria Editora Martins Fontes, 1992.
- CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Obra Completa. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1963.
- CARDOSO, C. F. S. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de Excedente”. In: LAPA, J. R. A. (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- D’AGUIAR, R. F. Introdução. Os Anos de Formação. In: FURTADO, C. *Anos de Formação 1938-1948*. O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- FEBVRE, L. *Op. cit.*
- FOGEL, R. W.; ELTON, G. R. *Qual de los caminos al pasado?* Dos visiones de la historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- FONTANA, J. História: análise do passado e projeto social. Bauru (SP): EDUSC, 1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 10ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- _____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
- _____. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- _____. *Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- HAZARD, P. *La crisis de la consciencia europea (1680-1715)*. 2ª Ed. Madrid: Ediciones Pegaso, 1952.
- HOBBSAWM, E. *Sobre história e ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUZINGA, J. *El concepto de la historia*. 3ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- IGLÉSIAS, F. Introdução à historiografia econômica. In: *Estudios Económicos, Políticos e Sociais*, n. 11. Belo Horizonte: Face/UMG, 1959.
- _____. *História e ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MACEDO, C. L. et al. Os vencidos da vida no quadro geral da época. In: CÍRCULO EÇA DE QUEIROZ. *Os vencidos da vida*. Lisboa, 1989.
- MACEDO, D. R. Sobre a introdução das artes [1675]. In: SÉRGIO, A. (Org.). *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Livraria Sá de Costa, 1974.
- MARTINS, J. P. O. *História da civilização ibérica*. 6ª Ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1918.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo. Tradicionalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.
- _____. *O cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- MORAZÉ, C. *Introdução à história econômica*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *Os burgueses à conquista do mundo*. *Op. cit.*
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVAIS, F. Introdução a Caio Prado Jr, Formação do Brasil contemporâneo. In: SANTIAGO, S. (Org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- QUENTAL, A. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 5ª Ed. Lisboa: Ulmeiro, 1987.
- SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- SÉRGIO, A. *História de Portugal*. Tomo I. Introdução geográfica. Lisboa: Livraria Portugal, 1941.
- _____. *Obras completas*. Ensaios. Tomo II. Lisboa: Livraria Sá de Costa, 1972.
- SERRÃO, J. *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 6º volume, 1971.
- TORRES, F. *Notas acerca da geração de 70*. Lisboa: Portugalia Editora, 1967.
- VIEIRA, P. A. Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas. In: SÉRGIO, A. (Org.). *Prosa doutrinária de autores portugueses*. Lisboa: Portugalia Editora, s.d.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

O PAPEL DA PERIFERIA NA ATUAL TRANSIÇÃO PARA UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS NAS MUDANÇAS DA DIVISÃO CENTRO-PERIFERIA^{1, 2}

| Leonardo Costa Ribeiro³ e Eduardo da Motta e Albuquerque⁴

Introdução

Os trabalhos de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural do capitalismo global, originado no impacto mundial da revolução industrial britânica, são uma importante contribuição para o entendimento da dinâmica do sistema como um todo (FURTADO, 1978). Eles são uma das grandes contribuições de Furtado ao pensamento econômico.⁵

Enquanto Celso Furtado desenvolveu a sua interpretação sobre o subdesenvolvimento, as implicações políticas para os países da periferia foram elaboradas em políticas específicas para o desenvolvimento (ver FURTADO, 1968 e 1987). Portanto, Celso Furtado pode ser interpretado como um teórico do processo de *catch up*, que é o processo de superação do subdesenvolvimento. Como tal, é possível localizá-lo na história do pensamento econômico como um investigador da terceira geração do desenvolvimento e *catch up*: List ([1841] 1983) estaria na primeira geração e Preobrajensky ([1926] 1979), na segunda.

A posição de Furtado neste importante tópico da história do pensamento econômico por si só ajuda o tema deste trabalho — para identificar mudanças no capitalismo global e o papel (e definição) de sua periferia. List ([1841] 1983), um pensador conservador, pode ser visto como típico de uma primeira fase em que a emulação da revolução industrial britânica foi o ponto de partida para processos de industrialização de países europeus, como França e Alemanha.⁶ Sob a dinâmica da Revolução Russa, Preobrajensky ([1926] 1979) é exemplo de uma elaboração da segunda geração, quando a reflexão sobre *catch up* teve lugar em um mundo onde a liderança tecnológica estava se voltando para os Estados Unidos e a lacuna entre o líder e o país atrasado era maior, as tarefas mais complexas e a mobilização política mais ampla.⁷ Um reformista, Celso Furtado (1987) aprendeu

com as experiências anteriores (Alemanha, Japão, Rússia) e escreveu durante uma nova fase de desenvolvimento capitalista, com novos desafios tecnológicos e políticos, em um mundo pós-guerra sob uma hegemonia clara dos Estados Unidos. Nesta fase, com uma periferia cada vez mais descolonizada, os países ainda mais atrasados estavam tentando alcançá-los, ou pelo menos reduzir as diferenças *vis-à-vis* os países mais desenvolvidos — desafios maiores. Portanto, a elaboração de Celso Furtado — e os diferentes desafios e pontos de vista em relação à List e Preobrajensky — mostra três mudanças profundas: em primeiro lugar, a ascensão e queda dos países líderes e as diferentes fases do capitalismo em que se realizaram; em segundo lugar, as tarefas, políticas e ferramentas para alcançar as mudanças, ao longo do tempo, da Europa para as regiões menos desenvolvidas do mundo; terceiro, os desafios econômicos e políticos nos países atrasados se tornam mais complexos. Celso Furtado tinha um ponto de vista muito privilegiado para compreender essas mudanças, e ele contribuiu para a nossa compreensão da natureza dinâmica do capitalismo global. Primeiro, Furtado (1978, p. 21) discute a transição de uma fase do capitalismo (“mercado atomizado”) para outra (“capitalismo organizado”). Em segundo lugar, Furtado (*Ibid*, capítulo 1) avalia uma nova fase, com o surgimento das corporações transnacionais e seu impacto no “espaço e poder” de uma economia globalizada — a “transnacionalização da produção introduz alterações importantes” no quadro econômico anterior (*Ibid*, p. 29). Em terceiro lugar, 35 anos depois, Furtado (2002) identifica um novo nível no processo de globalização que desafia “sistemas nacionais” e que leva a uma crescente “interdependência entre os sistemas econômicos”. Nesta análise, Furtado apresenta um conceito que é essencial para a compreensão de um sistema econômico dinâmico e flexível: “metamorfoses do capitalismo”, que de forma permanente e persistente redefine os desafios para o desenvolvimento e a natureza da periferia, uma vez que a divisão internacional do trabalho é um componente-chave da divisão centro-periferia. Nesse novo “quadro histórico”, Furtado identifica uma mudança fundamental: a “exclusão social” torna-se o principal problema em “sociedades de pobres e ricos”, porque “a organização do processo de produção a nível mundial conduz necessariamente a uma enorme concentração de renda” (*Ibid*, p. 6).

Essas contribuições de Celso Furtado definem o ponto de partida e o objetivo deste trabalho: uma investigação introdutória sobre as mudanças atuais do capitalismo global, levando a periferia em consideração. Esta investigação está organizada em três perguntas: primeiro, quais são as metamorfoses atuais no centro? Em segundo lugar, quais são as alterações na periferia? E terceiro, como essas mudanças afetam a relação centro-periferia? Cada questão é tratada em uma seção, e a última seção integra os temas para discutir as mudanças na divisão centro-periferia — um tema importante nas atuais metamorfoses do capitalismo.

1. Uma versão preliminar deste capítulo foi apresentada na Conferência “Atualidade do pensamento de Celso Furtado” (Unicamp, 26 de novembro de 2014). Os autores agradecem ao professor André Furtado e ao Comitê Organizador por esse convite, e agradecem aos participantes por críticas à apresentação.

2. Os autores agradecem ao CNPq (Processo n. 459627/2014-7) e à Capes (BEX 1669/14-1) e o apoio da bolsista de iniciação científica Giulia Tonon da Mata Machado na preparação da versão final deste trabalho. Esta versão se beneficiou dos comentários, sugestões e críticas do professor Alex Callinicos (King’s College, Londres) a um rascunho. Os erros são responsabilidade dos autores.

3. Inmetro-RJ.

4. Cedeplar-UFMG.

5. Excelentes avaliações das contribuições de Celso Furtado estão disponíveis para o leitor interessado. Hoje essa literatura merece uma revisão cuidadosa, dado o seu tamanho e abrangência. Um exemplo dessa longa e excelente lista é Szmrecsányi (2005).

6. List e sua obra contribuíram para a construção do que Gerschenkron (1952) identifica como “ambiente intelectual” para o processo de *catch up*.

7. Considerando que o *catch up* japonês entre 1868 e 1905 pode ser uma das fontes da dinâmica revolucionária dentro da Rússia, o trabalho de Preobrajensky certamente é influenciado por um novo cenário que é consequência da rápida industrialização japonesa: a vitória japonesa na guerra de 1905 não teria sido possível sem a Revolução Meiji como base (SKOCPOL, 1979).

1. Transição para uma nova fase?

Metamorfoses do capitalismo (FURTADO, 2002) mostra a flexibilidade a longo prazo do sistema capitalista como um todo. Do ponto de vista deste trabalho, a elaboração de Furtado pode ser integrada teoricamente a outras abordagens, para entender essa flexibilidade sistêmica de longo prazo.⁸ Tal flexibilidade pode ser entendida através da lente de uma luta aberta e duradoura entre os fatores indutores e neutralizadores que moldam os altos e baixos da taxa de lucro (MARX, 1894, Parte III). A dinâmica de longo prazo do capitalismo tem sido investigada por acadêmicos com foco na dimensão tecnológica — ondas longas do desenvolvimento capitalista (SCHUMPETER, [1939] 1989); FREEMAN & LOUÇÃ, 2001) —, no dinheiro e poder — ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, [1994] 1996) — e na instabilidade financeira — “episódios de instabilidade financeira grave” que muitas vezes provocam “mudanças institucionais” (MINSKY, [1986] 2008, p. 45).⁹ Essas investigações mostram o capitalismo como um sistema que tem se reformulado ao longo do tempo. Em conjunção, essas abordagens realçam o papel das crises ao longo desse processo de elaboração e reformulação de todo o sistema. Entretanto, este processo não é simples: compatibilidades e incompatibilidades institucionais são parte do processo, e os principais componentes dos conflitos que antecipam mudanças institucionais são Estado (JESSOP, 2002) e a divisão global entre o núcleo capitalista e sua periferia (FURTADO, 1978, 2002).

Essas obras fornecem o contexto histórico e teórico para examinar o papel das crises nas metamorfoses do capitalismo — crises podem ser vistas como pontos indutores da transição entre as fases do capitalismo. Essas reflexões sugerem dois pontos. Em primeiro lugar, as crises são momentos para ajuste no capitalismo e são parte da dinâmica capitalista, uma vez que descompassos institucionais fazem parte da dinâmica capitalista — inadequações que crescem fora de sua dinâmica tecnológica, fonte de desenvolvimento desigual com outras dimensões do sistema, tais como finanças, Estado e arranjos geopolíticos, as crises são o ápice desses descompassos. Esses momentos de elevado desajustes induzem ferramentas que alteram a lógica do sistema com o intuito de superar (ao menos provisoriamente) tais descompassos.

Em segundo lugar, crises desencadeiam respostas institucionais. No início — durante e após o pânico inicial — existem operações de salvamento. Mesmo estas operações de salvamento já desencadeiam mudanças no sistema — alterações acidentais ou não planejadas. Ao longo do tempo, às vezes como consequência de limitações das operações de resgate iniciais, outras vezes como consequência de aprendizagem institucional e política, as reformas estruturais podem ser introduzidas, lidando com inadequações institucionais anteriores. Essas respostas institucionais

8. Foi realizado um esforço para integrar essas abordagens a fim de investigar as metamorfoses do capitalismo em trabalho anterior (ALBUQUERQUE, 2012).

9. Essas abordagens sugerem que o capitalismo, após a Revolução Industrial britânica, passou por diferentes fases: cinco, de acordo com a abordagem de ondas longas (FREEMAN e LOUÇÃ, 2001); duas, de acordo com a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, [1994] 1996); três, de acordo com a interpretação do imperialismo e suas eras (CALLINICOS, 2009). Minsky ([1986] 2008) foca na transição do capitalismo de antes da crise de 1929 e sua reorganização pós-crise. Para outras periodizações do capitalismo e outras elaborações sobre o papel das crises nessas fases, veja Albritton (2001).

combinadas — parte não prevista e não intencionais, parte não planejadas e parte politicamente projetado — remodelam o capitalismo: uma nova fase surge. Essas mudanças envolvem tanto o surgimento de novas “variedades de capitalismo” e amplos movimentos geográficos do capital — portanto, a decadência econômica de um país ou região, até mesmo de um país líder, pode não ser um colapso do sistema, pelo contrário, pode ser uma expressão da flexibilidade capitalista. O ponto de partida para investigar uma possível transição para uma nova fase é a crise de 2007-2008 e a consequente operação de resgate para contê-la. Esta operação de resgate impactou o capitalismo contemporâneo, com consequências inesperadas que podem ter moldado características da fase seguinte: 1) o crescimento do tamanho dos Estados (medidos pelos gastos públicos) com um novo nível de interação entre Estados e mercados correspondente; 2) aceleração da ascensão da Ásia Oriental; 3) um aumento persistente do nível de internacionalização do capital¹⁰ — esta transformação estrutural já tinha sido destacada por Furtado (1978, 2002); 4) perturbações do *status quo* anterior e novos problemas geopolíticos decorrentes da ascensão da Ásia Oriental e do nível de internacionalização do capital (KISSINGER, 2014).

No entanto, não parece haver reformas estruturais na agenda pós-crise. O cenário internacional — com o descasamento entre internacionalização do capital e governança internacional — pode ser ainda um fator de bloqueio para a elaboração, coordenação e implementação de reformas. A conjuntura atual também pode ser o início de um processo de aprendizagem das elites globais para dar forma a essa nova agenda.

Todavia, esse buraco na sequência lógica — crise, operações de resgate, reformas estruturais, nova fase — não bloqueia outros (não previstos) passos que vão além da última variedade de capitalismo observada. É claro que não é possível um retorno a soluções baseadas em apenas um (mesmo sendo o novo líder) Estado Nacional. A razão para isso é o nível de internacionalização já alcançado — interdependência não dá um passo para trás.

O resultado final desta análise preliminar é que, por um lado a dinâmica inerente do capital e as consequências não intencionais das operações de resgate pós-crise estão moldando elementos de uma nova fase, mas, por outro lado, não há elementos planejados e intencionais — semelhante ao *New Deal* em 1929, pós-crise —, há a falta de reformas estruturais. Ao longo do tempo esse é um elemento-chave que pode mudar, seja por um processo de aprendizagem institucional, seja como reação a novos surtos de crises econômicas e políticas. A conjuntura resultante provavelmente é melhor definida pelo conceito de “turbulência sistêmica” de Arrighi — um período que pode ser longo, quando essa transição ocorre (lembre-se que a última transição levou 75 anos para concluir:

10. Jessop (2010, p. 68) descreve essa nova questão ao identificar o momento “em que o mercado mundial se tornou suficientemente unificado que foi tanto possível quanto necessário escrever uma história do capitalismo mundial, em vez de focar na dinâmica de diversos espaços mais ou menos autônomos distribuídos pelo mundo”.

1870-1945). Esse autor propõe um novo problema: quais são as especificidades dessa “transição sistêmica” atual? Pelo menos quatro características específicas podem ser identificadas. Em primeiro lugar, dado o nível de internacionalização da economia, a sequência dos principais Estados-nação de Arrighi pode ter acabado. A próxima hegemonia pode ser, pelo menos, uma coordenação de Estados-nação, não uma única, e sim uma hegemonia mais globalizada — esta poderia ser uma maneira de resolver o descompasso entre a internacionalização da economia e da falta de governança internacional. Em segundo lugar, os progressos tecnológicos recentes, combinados com a internacionalização do capital e do seu poder de moldar uma nova divisão internacional do trabalho, pode dar lugar a uma nova possibilidade de transição sistêmica, quebrando a sequência clássica de Arrighi. Com a intensificação da “aplicação tecnológica da ciência” poderia se pensar em uma divisão entre um país que é “oficina do mundo” e outro que é “laboratório do mundo” —, portanto, a sequência não seria apenas entre uma “oficina do mundo” e “banco do mundo”, como em transições anteriores. O processo de reposicionamento de trabalho, agora com a sua polarização entre trabalho intelectual e trabalho manual, em escala global, pode abrir espaço para os EUA, Europa e Japão preservarem a sua posição como “laboratório do mundo”, e como “oficina do mundo” fica o leste da Ásia. Certamente um caminho mais complexo, mas um exemplo de novas possibilidades para essa transição. Em terceiro lugar, a economia capitalista global é mais heterogênea hoje, na medida em que o fim da URSS e a ascensão da China capitalista determinam o surgimento de mais variedades de capitalismo (KING *et al.*, 2005). Em quarto lugar, esse aumento da heterogeneidade envolve uma periferia mais intradiferenciada que, por exemplo, é sede de um número crescente de empresas globais (SILVA, 2014), processo que já pode estar influenciando a reconfiguração do capitalismo — um “efeito bumerangue” pode estar ocorrendo agora (MARQUES, 2014) — este é o tema das próximas duas seções.

Essas especificidades da atual “turbulência sistêmica” indicam a necessidade de mais pesquisas — e os limites de analogias com transições passadas para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

Finalmente, a internacionalização do capital como um “fator dominante”, na transição atual, apresenta uma mudança importante no quadro em que tem lugar a luta entre as tendências e contra tendências à queda da taxa de lucro. Agora, como o capitalismo envolve todo o mundo — a periferia é capitalista, não mais um mundo com um monte de áreas não capitalistas, como durante a vida de Rosa Luxemburgo —, há menos espaço para a fuga de capitais para áreas onde a concorrência pode ser menos intensa.

2. Mudanças de longo prazo dentro da periferia

Existem dinâmicas de longo prazo na periferia, relacionadas com metamorfoses do capitalismo e com a dinâmica interna dos países periféricos.

Na primeira fase — e primeira estrutura de mercado internacional, para usar a periodização de Mandel ([1972] 1982, Capítulo 1), ou na primeira era do imperialismo, para usar a periodização de Alex Callinicos (2009, Capítulo 3) — a divisão era simples: de um lado, havia países industrializados no centro, por outro lado havia países com recursos agrícolas e naturais na periferia. Trata-se de uma fase de expansão do capitalismo para além da Europa e América do Norte, através da inclusão persistente de regiões não capitalistas (LUXEMBURGO, [1912] 1976). Bukharin ([1917] 1986, capítulo 1), que parece ser o primeiro a usar o termo “periferia” nesse contexto, descreve essa estrutura: “Segue-se que o capitalismo mundial, o sistema mundial de produção, assume nos nossos tempos o seguinte aspecto: alguns corpos econômicos consolidados e organizados (‘as grandes potências civilizadas’) por um lado, e uma periferia de países subdesenvolvidos com um sistema agrário ou semiagrário por outro lado”. A natureza dos investimentos diretos no estrangeiro, principalmente dirigida a países periféricos, era do tipo *resource-seeking* (DUNNING, 1994). É claro que a periferia não era completamente homogênea, com a primeira onda de expansão do capital atingindo países e regiões em níveis muito diferentes de desenvolvimento anterior — uma comparação entre o Norte da África, Oriente Médio, Índia, China, África do Sul e a América Latina fornece uma boa referência¹¹ — e diferentes ligações com o centro capitalista — colônias formais e informais, países independentes. A divisão internacional do trabalho também foi baseada na divisão entre a indústria (basicamente no centro), agricultura e recursos naturais (como principais produtos da periferia) (DARWIN, 2007, p. 189-190).

Na segunda fase, a periferia tornou-se mais heterogênea, com o alcance de um certo nível de industrialização. O subdesenvolvimento é afetado por mudanças no centro, como uma modernização-marginalização persistente, e com uma mudança de polaridade, que se tornou uma característica desse fenômeno estrutural. Esse processo pode ser relacionado com o que Trotsky ([1930] 1978) anteriormente, discutindo a Rússia czarista, identificou como o “processo de desenvolvimento desigual e combinado”.

Cada revolução tecnológica que teve lugar no centro (FREEMAN; LOUÇÃ, 2001) reformulou o panorama econômico e industrial na periferia, com uma nova dinâmica de avanço e declínio de setores que redefiniram economias periféricas. Neste processo, a natureza e o grau de industrialização alcançados eram,

11. J. Darwin (2007, capítulo 3) descreve o que ele chama de “o recente equilíbrio moderno” — a economia global antes da Revolução Industrial britânica. Nesta fase, “o prestígio de manufaturas indianas e chinesas no Oeste estava em seu auge” (*Ibid.*, p. 105).

em si, fontes de diferenciação dentro da periferia: uma diferenciação entre o resto e o resíduo de acordo com a Alice Amsden (2001). Furtado sugere uma diferenciação entre os níveis de subdesenvolvimento, com uma categoria de “países subdesenvolvidos de alto nível”: países como a Índia, México e Brasil, por exemplo, que foram capazes de internalizar parte da indústria de bens de capital entre os anos 1950 e os anos 1980 (FURTADO, 1986). Nesta fase, a heterogeneidade era tão ampla, que dois países — Coreia do Sul e Taiwan — foram capazes de superar o subdesenvolvimento, de acordo com Celso Furtado (1992).

Durante essa fase, os países da África (África do Sul, Egito), da Ásia (Índia, China, Coreia do Sul, Taiwan) e da América Latina (México, Argentina, Brasil) construíram pelo menos uma parte das disposições institucionais dos sistemas nacionais de inovação (FREEMAN, 1995). Na medida em que os países periféricos começaram a desenvolver as capacidades de absorção para lidar com as revoluções tecnológicas que emanam do centro e de juntar-se aos fluxos internacionais de ciência e tecnologia, os sistemas de inovação na periferia foram responsáveis por uma nova etapa na dinâmica centro-periferia. Essas novas capacidades científicas e tecnológicas (uma nova fonte de heterogeneidade dentro dos países periféricos), agora localizadas em alguns países — mas não em todos os países da periferia —, com seus impactos sobre a criação de universidades e outras instituições de ensino superior, influenciam novas mudanças na divisão internacional do trabalho. É importante destacar que nestas mudanças parte da iniciativa foi na periferia. Tais mudanças estão relacionadas com outros fenômenos novos — o surgimento não só de redes globais de produção com conexões na periferia, mas também de redes de inovação mundial, com atividades de P&D na periferia (UNCTAD, 2006; ERNST, 2006).

Esse processo de industrialização limitado da periferia é longo, uma vez que os esforços de industrialização dessas economias podem ser identificados desde o final do século XIX. O resultado final desse processo foi o surgimento de novas variedades de capitalismo — um tipo de capitalismo não muito discutido na literatura. Por exemplo, Coates (2000) discute apenas os países desenvolvidos, o centro. As especificidades da dinâmica capitalista na periferia é mais uma contribuição teórica importante de Celso Furtado (1978): o subdesenvolvimento, a polaridade modernização-marginalização, um padrão específico de concentração de renda, a falta de progresso tecnológico endógeno, a fraqueza das indústrias de bens de capital mesmo nos países periféricos mais industrializados e as ligações institucionais e de poder com o centro (dependência como uma característica estrutural) — um “acesso indireto” para a civilização industrial (*Ibid*, p. 46).

O impacto da revolução industrial britânica e as revoluções tecnológicas posteriores sobre a periferia não poderia ser homogêneo, em consequência da diversidade inicial de níveis de desenvolvimento econômico e político. A maneira que esses choques tecnológicos foram recebidos e absorvidos por essas sociedades existentes — as “leis” de “desenvolvimento desigual e combinado” — poderia produzir mais heterogeneidade na periferia: novas “variedades de capitalismo”.

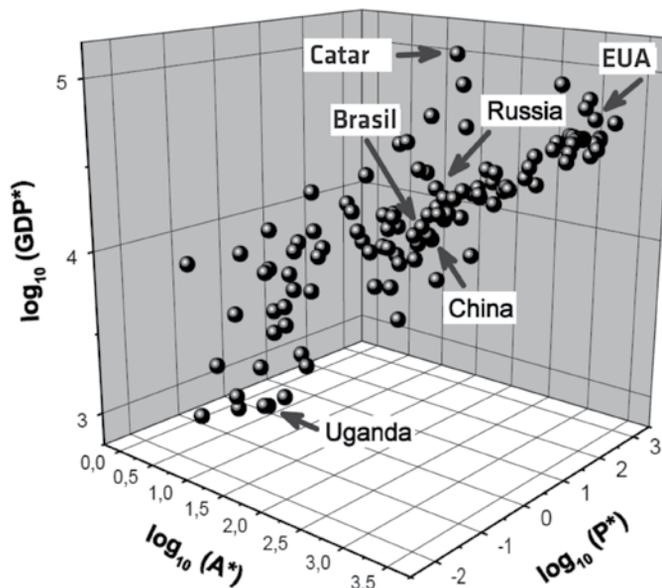
A natureza da industrialização durante o período do pós-guerra fez mostrar essas diferenças. Pelo menos cinco tipos diferentes de capitalismo podem ser indicados na periferia. Em primeiro lugar, a Índia (DRÈZE; SEN, 2002) — um país onde a polaridade modernização-marginalização é extrema, uma vez que tem empresas sofisticadas e importantes em setores como química, farmacêutica, automóvel, *software*, e boas ligações com instituições científicas no centro. Entretanto, ainda possui uma grande população pobre. Em um período mais recente, a Índia — em contraste com a China — tem melhorado seu setor de serviços, em setores sofisticados, como o de *softwares*. Em segundo lugar, os países do Leste Asiático (AMSDEN, 1989; WADE, 1990) — um padrão de industrialização influenciado pelo duplo *catch up* japonês: processo de exportação dinâmico liderado pelo Estado, com inserção ativa na divisão internacional do trabalho, incluindo o desenvolvimento de sistemas de inovação fortes o suficiente para suportar a entrada em indústrias de alta tecnologia — essa trajetória foi capaz de superar o subdesenvolvimento em dois pequenos países (Coreia do Sul e Taiwan) e parece ser difícil de reproduzir. Em terceiro lugar, China (NAUGHTON, 2007), como um novo tipo de capitalismo dirigido pelo Estado, capaz de combinar o tamanho de seus mercados internos, investimentos anteriores em educação e saúde, e algumas das lições do Japão, Coreia do Sul e Taiwan para se tornar a oficina do mundo. Em quarto lugar, países ricos em matéria-prima, como a África do Sul, e países ricos em petróleo, como os países do Golfo — duas trajetórias diferentes. Um é a África do Sul (FINE *et al.*, 1996), como uma economia controlada por um complexo mineral-industrial capaz de, a partir deste, construir um sistema financeiro sofisticado que a conecta aos principais centros financeiros e a outros países africanos. Outro é o Oriente Médio e Norte da África (MENA), onde a natureza e a estrutura de domínio das reservas de petróleo estabelecem uma ligação muito específica com as principais economias e dão forma a uma variedade específica de capitalismo — uma variedade de “capitalismo patrimonial” (ACHCAR, 2013, p. 67-68). Em quinto lugar, uma variedade latino-americana do capitalismo nasce de uma dinâmica específica que começou com a exploração colonial dos recursos naturais, passou para a produção local de produtos agrícolas aos mercados europeus e alcançou a fase de substituição de importações (FURTADO, 1970). No entanto, em contraste com o tipo japonês de estratégia (OHKAWA; KOHAMA, 1989), a industrialização latino-americana não foi capaz de

implementar políticas industriais de longo prazo e flexíveis o suficiente para entrar em fases de substituição de exportações e substituição de importações secundárias.

Esse breve resumo de um mosaico de variedades periféricas do capitalismo destaca como a heterogeneidade da periferia tem aumentado ao longo do tempo — por razões diferentes. Este mosaico de variedades do capitalismo na periferia, no entanto, foi construído sob a influência do Império Britânico até a Primeira Guerra Mundial (FERGUSON, 2003) e sob a liderança de Estados Unidos durante o século XX (PANITCH; GINDIN, 2012) — portanto, pode haver uma hierarquia entre essas variedades de capitalismo da periferia e as outras do centro.

Como pode essa crescente diferenciação e heterogeneidade ser empiricamente ilustrada? A partir de trabalhos anteriores, uma sistematização de dados sobre a riqueza das nações, ciência e tecnologia se encontra disponível (RIBEIRO *et al.*, 2006). PIB *per capita*, patentes e artigos científicos indexados são indicadores que ajudam a obter uma noção de diferentes países. A correlação entre a capacidade tecnológica de cada país e sua riqueza é um ponto que tem uma interpretação semelhante de Celso Furtado e de neoschumpeterianos (ALBUQUERQUE, 2007).

Gráfico 1. Riqueza das nações, produção científica e tecnológica (2012)

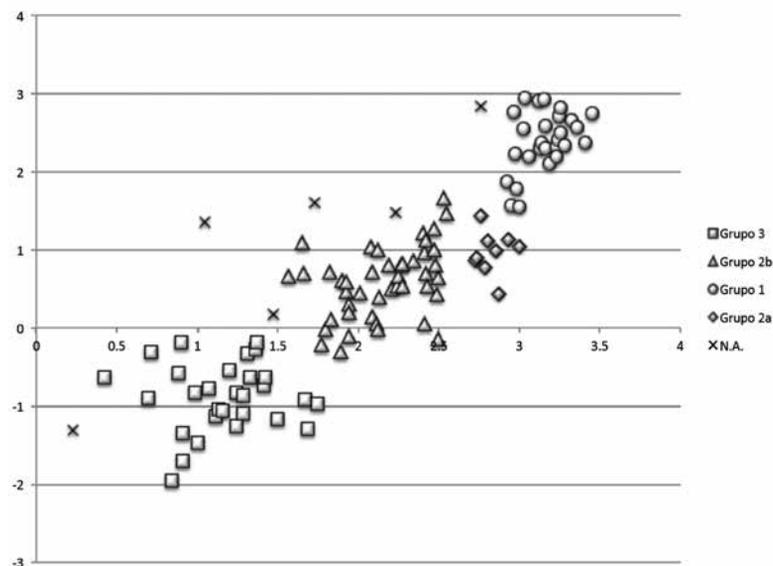


Fonte: Banco Mundial, USPTO e ISI. Elaboração própria.

O Gráfico 1 mostra a correlação entre essas três dimensões. Este gráfico pode ser interpretado como um indício de que os países que têm capacidades tecnológicas suficientes — que endogeneizaram suas dinâmicas tecnológicas — geraram riqueza que os posicionaram como países ricos. Certamente existem retornos positivos que operam entre riqueza e ciência e tecnologia — uma característica do desenvolvimento. O Gráfico 1 mostra que existem exceções nessa relação, como o caso de um dos países mais ricos da MENA mostra: Catar tem um alto PIB *per capita* (superior aos EUA), mas uma produção relativamente fraca de C&T para tal nível de riqueza (inferior aos EUA e em torno do mesmo nível de Brasil e China). Como discutido anteriormente, esses países têm a sua riqueza dependente de suas reservas de petróleo e da forma como eles são integrados na economia global para exploração desses recursos e uso da acumulação financeira gerada pela venda dos mesmos. (ACHCAR, 2013).

A heterogeneidade da periferia em 2012 é mostrada no Gráfico 2 (eixo x-y do Gráfico 1). Os dados sobre patentes e artigos científicos identificam três grupos (e dois subgrupos): um deles pode ser classificado como o centro (grupo 3) e os outros dois como a periferia (grupos 1 e 2). A dispersão dos países entre os grupos 1 e 2 mostra quão heterogênea a periferia se tornou — um resultado das metamorfoses do capitalismo.

Gráfico 2. Divisão de países em três grupos principais (“regimes de interação”): Centro (grupo 3) e periferia (grupos 1, 2A e 2B) (2012)



Fonte: USPTO e ISI. Elaboração própria.

O Gráfico 3 destaca o crescimento dessa heterogeneidade da periferia (dados para 1974 e 2012), organizando figuras que incluem as trajetórias dos países selecionados de diferentes regiões. Heterogeneidade em si, interna às localidades, é uma variável para comparar diferentes regiões. Este gráfico também introduz limiares móveis entre esses grupos de países. Os limiares do lado direito do gráfico (um para 1974 e outro para 2012) podem descrever a divisão centro-periferia: a divisa científica e tecnológica.¹² Embora seja uma divisão muito importante, é apenas uma dimensão de um fenômeno multidimensional como a divisão de centro-periferia.

A América Latina, por exemplo, parece ser uma região mais homogênea, visto que a gama de países selecionados é mais concentrada — sem um *catch up* bem sucedido, mas quase todos os países selecionados estão no segundo grupo de países (nível intermediário).¹³ A Ásia é a região mais heterogênea, já que inclui países que foram capazes de recuperar o atraso (de ir além do limiar do terceiro grupo, os países desenvolvidos) e outros que estão na extremidade inferior do grupo intermediário — e em 1974 houve países no grupo 1 (Coreia do Sul, entre eles).

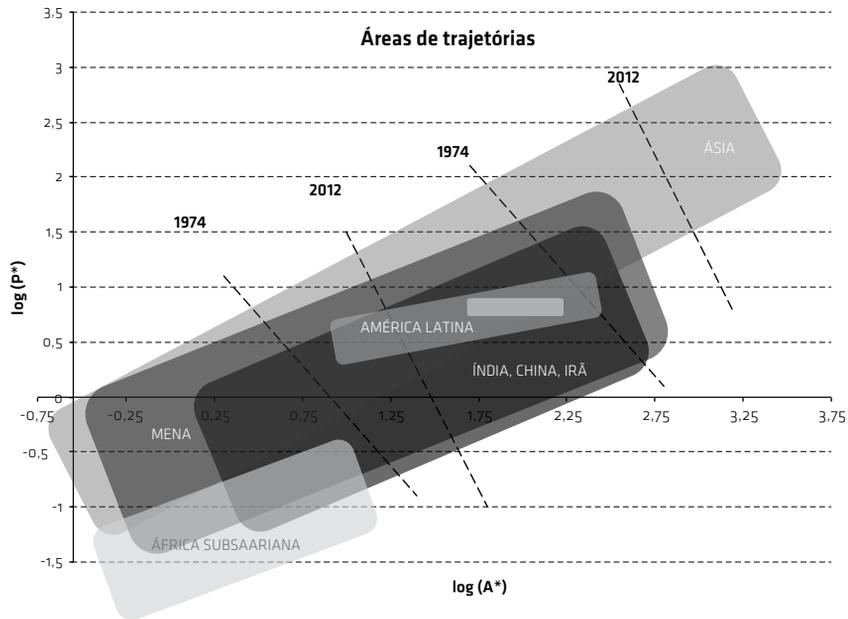
A região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) também é muito heterogênea, mas nenhum país se juntou ao terceiro grupo — entretanto há países como Catar e Kuwait que têm um PIB *per capita* semelhante ao dos países desenvolvidos. O Gráfico 3 mostra quão desconectada, nesses casos, é a riqueza das nações e a sua capacidade de C&T. A África Subsaariana também é heterogênea, já que inclui países do primeiro grupo e a África do Sul no segundo grupo — como Brasil, Índia, China e Irã.

12. Para uma explicação dos limiares, trajetórias dos países e das ferramentas utilizadas para preparação desses gráficos, ver Ribeiro *et al* (2006). As reflexões nessas diferentes trajetórias começaram em um trabalho anterior (KRUSS *et al*, a ser publicado), com uma comparação entre a África Subsaariana, Ásia e América Latina — daqui em diante essa sessão segue nessa linha de análise.

13. Suzigan (2001) apresenta uma avaliação do processo de industrialização brasileiro, os sucessos e fracassos da industrialização por substituição de importações, e como esse processo foi criticamente interpretado por Celso Furtado.

O Gráfico 3 também destaca o quão difícil é se juntar ao centro — representado esquematicamente pela ultrapassagem do limiar que divide o grupo de países do centro para o grupo dos principais países periféricos — apenas a Coreia do Sul e Taiwan foram capazes de fazer isso no período pós-guerra. A ideia dinâmica representada no Gráfico 3 é que a superação do subdesenvolvimento é um alvo em movimento — os países desenvolvidos, com as suas posições de liderança em ciência e tecnologia, sempre ampliam as fronteiras do centro capitalista.

Gráfico 3. Organização especial da produção científica e tecnológica de diferentes regiões periféricas, e os limiares entre esses três grupos de países entre 1974 e 2012



14. Os países foram selecionados por região da seguinte forma: 1) Ásia: Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Filipinas, Indonésia e Tailândia; 2) MENA: Egito, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Catar, Arábia Saudita, Tunísia e Emirados Árabes Unidos (EAU); 3) Índia, China e Irã; 4) América Latina: México, Argentina, Costa Rica e Brasil; 5) África Subsaariana: África do Sul, Nigéria e Uganda.

- **Ásia**
- **MENA**
- **Índia, China e Irã**
- **América Latina**
- **África Subsaariana**

Fonte: USPTO e ISI. Elaboração própria.¹⁴

Os gráficos 2 e 3 também introduzem uma discussão sobre a relevância de uma divisão centro-periferia no final do século XX: apesar do progresso alcançado pelos países periféricos líderes, eles estão ainda muito aquém do centro, mostrando que o *catch up* é um processo difícil (THE ECONOMIST, 13/09/2014). Existem outras formas para explicar como a divisão de centro-periferia ainda é importante, e como ela é permanentemente reformulada pelas mudanças que afetam ambos os lados dessa divisão.

Ester Santos (2014) investigou as mudanças na divisão internacional do trabalho e como isso afetou os fluxos de transferência de tecnologia: a liderança dos países no centro é preservada, enquanto as rendas relacionadas à tecnologia aumentaram ao longo do tempo.

Jefferson (2007), investigando a terceirização de P&D, sugere que os movimentos relacionados a redes de produção e inovação globais (GPNs e GINs) apenas reformularam a divisão internacional do trabalho, preservando as hierarquias tecnológicas. Segundo ele:

Assim como o fenômeno de terceirização de P&D e investimento estrangeiro direto (FDI) levam a efeitos secundários que induzem firmas chinesas a estabelecer operações

rudimentares, o mesmo padrão de terceirização está também motivando os Estados Unidos a outras empresas multinacionais da OECD a atualizar e diversificar suas operações de P&D para manter o controle sobre o desenvolvimento e implantação de tecnologias cruciais. (JEFFERSON, 2007, p. 213)

A UNCTAD (2013) investiga um fenômeno importante na atual fase de globalização — *global value chains* (GVCs) — que pode ser visto também como uma expressão da dinâmica de mudanças na divisão internacional do trabalho: por um lado, as habilidades de produção estão espalhadas por vários países na periferia — países não mais agrários —, por outro lado, a revolução nas tecnologias de informação e comunicação (ICTs) permite que as empresas no centro coordenem seu processo de produção se espalhando por esses países e continentes diferentes. Nas GVCs as hierarquias de todo o processo — a inovação, *design* e produção — são muito claras.

Em suma, embora reformulada, renovada, e dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, a divisão de centro-periferia sobrevive — hierarquias são preservadas e redefinidas.

Em uma fase atual — na periodização de Callinicos, após o fim da Guerra Fria (pós-1991) — pelo menos três novas alterações importantes podem ser vistas claramente.

Em primeiro lugar, o fim da URSS, em si, criou uma nova variedade de capitalismo, o “capitalismo patrimonial” de acordo com King *et al.* (2005) — em uma trajetória que pode estar se tornando mais uma variedade periférica.¹⁵ A natureza econômica da Rússia capitalista é certamente muito complexa, mas de acordo com nossos dados, agora, a Rússia poderia ser parte da periferia (no Gráfico 2, a Rússia estaria no mesmo subgrupo de Brasil, Índia e África do Sul: 2B).

Em segundo lugar, o surgimento de empresas transnacionais com sede na periferia (UNCTAD, 2006; SILVA, 2014).

Em terceiro lugar, um aumento do PIB de países periféricos, como China, Índia, Brasil, Rússia, chegando a um nível que faz com que o *Financial Times* (GAVIN; FRAY, 08/10/2014) proclame um “novo G7” (China, Índia, Rússia, Brasil, Indonésia, México e Turquia), que ultrapassa o “velho G7” segundo a soma dos PIB (critério PPP — *purchasing power parity*). Há enormes controvérsias em relação ao significado das medidas de PPP. A referência a esta proclamação do *Financial Times* é apenas para sublinhar que uma mudança tectônica está se formando. Mesmo em termos de PPP, há dez anos, o “velho G7” manteve uma

15. O fim da URSS mostra o fracasso de uma das três formas de acesso a civilização industrial discutida por Furtado (1978, p. 44-45). As outras duas foram o Japão (bem sucedido, p. 43-44) e a América Latina (a indireta). A China é vista como um caso especial (*Ibid.*, p. 111) e desde as reformas de 1970, isso pode ser investigado como outra — nova? — forma de acesso à “civilização industrial”.

liderança segura. O ponto aqui é que o tamanho importa e isso pode ser identificado olhando para o que aconteceu após a crise de 2007-2008: houve uma conjuntura internacional com uma “recuperação a duas velocidades” (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, 2012, p 1) — a recuperação da economia global foi, como nunca antes, dependente dos níveis de crescimento do “Sul global”. Isso pode ser um indício de mudanças mais amplas (UNDP, 2013).

3. Como a periferia afeta a atual reconfiguração do capitalismo global

Após a identificação das mudanças de longo prazo dentro da periferia, há uma importante questão preliminar: a divisão de centro-periferia, como elaborada por Celso Furtado, faz sentido hoje?

A resposta positiva é sustentada por três argumentos básicos.

Em primeiro lugar, como a avaliação do Gráfico 2 na seção 2 sugere, é necessário levar em conta a dinâmica do capitalismo no centro: revoluções tecnológicas renovam a liderança tecnológica e científica, criam novas disparidades entre países líderes e o resto, e apresentam novos desafios para retardatários — estes podem, eventualmente, ser bem sucedidos na inserção em paradigmas tecnológicos existentes, mas à medida que novas revoluções tecnológicas ocorrem, eles podem mais uma vez ser retardatários, agora para o paradigma tecnológico recém-criado. Portanto, um novo processo de *catch up* deve ocorrer. Em segundo lugar, a dinâmica do capitalismo no centro adiciona novos problemas aos países da periferia para gerar mudança tecnológica endógena. Há revoluções tecnológicas no centro e também novas características estruturais do capitalismo global que podem agregar desafios para os países periféricos, como as redes internacionais de produção e inovação. Em terceiro lugar, com base na dinâmica explicada acima, as hierarquias são preservadas e renovadas — provavelmente a questão mais importante pode ser a divisão internacional do trabalho e suas persistentes mudanças: quem define essa divisão do trabalho? Quais países moldam a mudança da divisão internacional do trabalho e quais países têm de tomar isso como dado e tentar posteriormente se adaptar a ela? Até mesmo o surgimento de multinacionais com sede nos países periféricos mostra como a natureza hierárquica da divisão centro-periferia é refeita: Leandro Silva (2014) mostrou como a natureza das transnacionais está profundamente relacionada com o estágio de formação de sistemas de inovação de seus países. Portanto, o nível de maturação dos sistemas de inovação (resumidos nos gráficos 1 e 2) é uma forte restrição

ao âmbito de aplicação, sofisticação tecnológica e alcance das empresas transnacionais do sul.

Em quarto lugar, a dinâmica global do capitalismo nas últimas décadas incluiu mais países da periferia — Rússia após o fim da URSS é um recém-chegado a este grupo. De acordo com nossos dados, a Rússia está no sub-grupo 2B do Gráfico 2.

Uma vez que esse centro-periferia requalificado ainda é uma característica fundamental do capitalismo global, a questão agora é como essa periferia tão transformada — mais heterogênea, maior, com recursos sofisticados acumulados — impacta a dinâmica no centro do sistema?

A dimensão econômica das questões periféricas, o peso das economias periféricas (sua participação no produto mundial bruto) impacta mais intensamente na dinâmica global do sistema — para o bem ou para o mal. Na recente fase de pós-crise, a periferia era uma importante fonte de vitalidade. Tanto em termos gerais, de acordo com a abordagem da “recuperação de duas velocidades”, e em termos mais específicos, o lucro de algumas corporações transnacionais no sul global foi importante para equilibrar suas contas. Esta é uma diferença importante *vis-à-vis* a conjuntura pós-1929.

Como visto na seção 1, a expansão internacional do capital, um capitalismo mais global, tem menos “regiões não capitalistas” como corolário. Isso muda a dinâmica global do sistema, como a competição entre capitais agora ocorre em quase toda parte. Como a concorrência entre os capitais individuais ocorre globalmente, não há mais “regiões estrangeiras” que possam funcionar como escape de um excesso de competição interna — esses capitais enfrentariam competidores em praticamente qualquer região do planeta. Portanto, essa mudança pode dificultar o funcionamento de regiões no exterior como contratendência à queda da taxa de lucro. Nesse sentido, não há saídas sem o enfrentamento de competidores para o capital excedente interno — a saída para um capital pode ser o território de outro capital. Logo, novos padrões de competição capitalista global podem surgir.

A proliferação de um mosaico de novos núcleos de acumulação capitalista — e novas variedades de capitalismo —, mais disperso agora do que antes, também contribui para a formação de um novo padrão de concorrência global. Capitais competindo em todos os continentes, com interesses específicos relacionados a sua acumulação lógica — que podem definir um quadro internacional mais instável e volátil: isto pode ser outra fonte de incompatibilidade institucional, como discutido na seção 1.

A combinação de expansão do capital com a inclusão de mais países, diretamente sob a rede de mercados globais, cria um mercado de trabalho global (FREEMAN, 2007). A inclusão de trabalhadores indianos, chineses e russos neste mercado global — a “duplicação do mercado de trabalho global”, de acordo com Freeman (2007) — afeta as condições de trabalho em todos os lugares, incluindo os EUA e Europa. Este mercado de trabalho global também é relevante em áreas sofisticadas, como ciência e campos da engenharia — redes de inovação globais envolvem cientistas e engenheiros disponíveis nos países periféricos (ERNST, 2006).

A industrialização de parte da periferia, o capital acumulado nesses países, embora dentro dos limites estruturais determinados pela condição de subdesenvolvimento, foi capaz de empurrar o capital nacional além de suas fronteiras com a criação de empresas transnacionais. As corporações transnacionais com sede no sul têm impacto sobre o centro, ilustrado pelos casos de uma empresa chinesa (Lenovo), que comprou um setor de uma empresa americana (IBM — setor de computadores portáteis) em 2005 (THE ECONOMIST, 12/01/2013), e de uma empresa indiana (Tata), que adquiriu uma empresa britânica (Jaguar) em junho de 2008 (BAJAJ, 2012). Embora a importância econômica e política desse novo fenômeno deva ser mais investigada, ao menos pode se dizer que essa característica também altera a natureza da concorrência capitalista.

Essas mudanças indicam uma série de novos recursos da economia global atual: a dinâmica ainda é amplamente definida no centro, mas com uma determinação menos unidirecional. Certamente esse papel mais poderoso da periferia é um novo recurso do capitalismo global — o “efeito bumerangue” está em operação (MARQUES, 2014).

4. Considerações finais: mudanças na divisão centro-periferia

As seções anteriores mostram como a periferia mudou ao longo do tempo: maior tamanho e riqueza bruta, industrialização limitada, formação de sistemas de inovação — embora ainda imaturo —, um mosaico de variedades do capitalismo periférico com diferentes combinações de polaridade modernização-marginalização, e um crescente grupo heterogêneo de países. Mas todos preservam duas características definidoras do subdesenvolvimento: a falta de dinâmica tecnológica endógena e a enorme desigualdade social. *Metamorfoses do capitalismo* (FURTADO, 2002) faz e refaz a divisão centro-periferia: uma divisão dinâmica e

mutável, como tudo mais no capitalismo. Em suma: periferia hoje não é mais um conjunto de países agrícolas, inclui países que produzem aviões e programas de *software* sofisticados. O limiar de movimento apresentado no Gráfico 2 pode ser apenas uma forma de ilustrar essa divisão em modificação.

O capitalismo, portanto, é ainda definido por essa divisão — que aponta para a importância e permanência da maior contribuição de Celso Furtado.

A divisão centro-periferia mudou porque hoje a periferia é potencialmente mais influente do que antes — ela importa, dado o seu tamanho, suas maiores capacidades tecnológicas e as capacidades de absorção que aceleram a transferência de tecnologia, as formas variadas em que podem ser conectadas ao centro (resultado da crescente sofisticação dos sistemas de inovação periféricos).

A divisão centro-periferia mudou porque agora as desigualdades — aumento dos níveis de desigualdade — não são mais um problema específico de países periféricos. Piketty (2014) demonstrou que esse aumento da desigualdade e do nível alcançado ocorre também em países como EUA, França e Reino Unido. O processo de globalização introduziu um novo problema relacionado com a migração para o centro. Hoje, existem “100 milhões de migrantes que trabalham no exterior”, com as suas famílias, um total estimado de “214 milhões de migrantes internacionais” (LEIGHTON, 2015). Qual é o status de 11 milhões de imigrantes sem documentação nos EUA (GONCHAR, 2014), dada a falta de direitos dos eleitores, problemas para se juntar a sindicatos e implementar um conjunto completo dos direitos dos cidadãos, que vivem sob a ameaça de deportação? Isso pode indicar que, hoje, os países do centro estão assumindo características que antes eram típicas dos países periféricos — e isso foi apontado por Celso Furtado (2002, p. 2): nessa nova fase, “exclusão social” torna-se o principal problema em “sociedades de pobres e ricos”.

Uma nova característica da divisão centro-periferia, consequência da importância do tamanho das economias periféricas, é que um país periférico — China — pode ser em 2020 o maior PIB do mundo. Isto pode ter implicações para a dinâmica global do capitalismo. Por exemplo, a China se tornará o PIB maior, mas ainda é (e provavelmente continuará a ser no futuro próximo) uma nação pobre, de acordo com dados relativos ao PIB *per capita*. Esse descompasso pode ser um elemento de novas características da nova fase emergente do capitalismo: a maior economia do mundo não é um líder tecnológico ou científico, a maior economia não é o laboratório do mundo. Mas a China é grande o suficiente para empurrar uma “mudança tectônica” na economia global (NIC, 2012), para exigir uma reacomodação estratégica na ordem internacional (KISSINGER, 2014). O resultado desse

descompasso pode levar a uma eventual “definição experimental e provisória” da transição hegemônica atual: a “relação simbiótica” entre os Estados Unidos e a China — um impasse negociado? Nesta “relação simbiótica” tanto os Estados Unidos como a China assumem sua dependência mútua, mas os elementos da divisão centro-periferia podem continuar lá: a China está pronta para a posição de liderança no PIB, mas os Estados Unidos mantêm um PIB *per capita* cinco vezes maior; a China é a oficina do mundo, mas os Estados Unidos são o laboratório do mundo; a China tem as maiores reservas mundiais, mas essas reservas estão em títulos do governo dos Estados Unidos e dólares. Essa “relação simbiótica”, sendo uma simbiose por meio da divisão de centro-periferia, seria em si uma característica muito específica e exclusiva da transição hegemônica atual.

A mudança mais evidente na divisão centro-periferia está relacionada ao nível de capacidades tecnológicas e científicas necessárias para superar o subdesenvolvimento: a periferia é muito mais sofisticada do que era trinta ou cem anos atrás, mas ainda é uma periferia. No entanto, essa característica tem consequência para o centro também e devem ser feitos novos esforços para preservar o papel de liderança em ciência e tecnologia.

E, finalmente, a maior oportunidade na divisão centro-periferia é o “efeito bumerangue” (MARQUES, 2014): a periferia tem poder suficiente para influenciar a dinâmica no centro, como a seção 3 descreve — apesar de não ter poder suficiente para se juntar ao centro.

Esse diagnóstico sobre a persistência e as alterações da divisão centro-periferia é uma avaliação de um limite importante para o capitalismo global: esse sistema não é capaz de superar essa divisão. Pelo contrário, como este capítulo discute, ele reformulou e redefiniu essa divisão crítica.

Essa característica específica do capitalismo global — a renovação da divisão centro-periferia — adiciona um problema para a agenda pós-crise.

A metamorfose atual do capitalismo está levando a uma maior exclusão social (ambos no centro e na periferia) e para uma “maior concentração de renda” (FURTADO, 2002, p. 6). Existe essa incapacidade histórica do capitalismo e suas metamorfoses de superar essa divisão de centro-periferia, que invoca uma questão política. A velha questão de Celso Furtado (1987): para se conformar ou reformar?

Aqueles que não querem se conformar podem ver outra razão pela qual é necessária a elaboração de uma alternativa global ao capitalismo. Mais uma vez um

tema que não é desconhecido para Celso Furtado, um crítico do capitalismo no centro — entre outros motivos, porque a orientação do progresso tecnológico nas sociedades capitalistas corre contra a criatividade (FURTADO, 1978, p 77). Portanto, é necessária uma agenda internacional para a reforma mundial — uma elaboração coletiva e internacional. Entretanto, dois temas da tentativa de uma agenda podem ser apresentados: em primeiro lugar, um passo para a cidadania global — o direito democrático de liberdade de movimento —, segundo, novas instituições globais — para superar a pobreza, organizar um sistema de bem-estar global, coordenar o sistema de inovação global e reorientar a economia com mudanças tecnológicas de baixo consumo de carbono.

§

Referências

- ACHCAR, G. *The people want: a radical exploration of the Arab uprising*. London: Saqi Books, 2013.
- ALBRITTON, R.; ITOH, M.; WESTRA, R.; ZUEGE, A. (Eds.). *Phases of capitalist development: booms, crises and globalization*. New York: Palgrave, 2001.
- ALBUQUERQUE, E. Inadequacy of technology and innovation systems at the periphery. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 31, 2007, p. 669-690.
- _____. *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- AMSDEN, A. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University, 1989.
- _____. *The rise of "the rest": challenges to the West from late-industrializing economies*. Oxford: Oxford University, 2001.
- ARRIGHI, G. [1994]. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.
- BAJAJ, V. Tata Motors Finds Success in Jaguar Land Rover. *The New York Times*, New York, 30/08/2012.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. 82th Annual Report. Basileia: BIS. (2012). Disponível em: www.bis.org.
- BUKHARIN, N. [1917]. *A economia mundial e o imperialismo*. Cap. 4. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CALLINICOS, A. *Imperialism and global political economy*. Londres: Polity, 2009.
- COATES, D. *Models of capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- DARWIN, J. *After Tamerlane: the rise and fall of global empire, 1400-2000*. Londres: Penguin, 2007.
- DRÈZE, J.; SEN, A. *India: development and participation*. Oxford: Oxford University, 2002.
- DUNNING, J. *Multinational enterprise and the global economy*. Alderhot: Edward Elgar, 1994.
- ERNST, D. *Innovation offshoring: Asia's emerging role in Global Innovation Networks*. Honolulu: East-West Center, 2006.
- FERGUSON, N. *Empire*. New York: Penguin, 2003.
- FINE, B.; RUSTOMJEE, Z. *The political economy of South Africa: from minerals-energy complex to industrialisation*. Londres: Westview, 1996.
- FREEMAN, C. The "National System of Innovation" in historical perspective. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 19, n. 1, 1995, p. 5-24.
- FREEMAN, C.; LOUÇÃ, F. *As time goes by: from the industrial revolutions and to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FREEMAN, R. The challenge of the growing globalization of labor markets to economic and social policy. In: PAUS, E. (Ed.). *Global capitalism unbound: winners and losers from offshore outsourcing*. New York: PalgraveMacmillan, 2007, p. 23-39.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *Economic Development of Latin America: historical background and contemporary problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. Underdevelopment: to conform or to reform. In: MEIER, G. (Ed.). *Pioneers of development*. Second Series. Oxford: Oxford University/World Bank, 1987.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Metamorfoses do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Discurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro no recebimento do título de Doutor Honoris Causa, 2002. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx>. Acesso em: 15/09/2011.
- GAVIN, J.; FRAY, K. The "new G7" takes the lead. *Financial Times*, 8/10/2014.
- GERSCHENKRON, A. [1952] *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University, 1962.
- GONCHAR, M. Should Millions of Undocumented Immigrants Be Allowed to Live in the U.S. Without Fear of Getting Deported? *The New York Times*, New York, 20/11/2014.
- JEFFERSON, G. H. The impact of foreign investment in China's industrial innovation. In: PAUS, E. (Ed.). *Global capitalism unbound: winners and losers from offshore outsourcing*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 197-214.
- JESSOP, B. *The future of the capitalist state*. Cambridge/New York: Polity Press, 2002.
- _____. What follows neoliberalism? The deepening contradictions of US domination and the struggle for a new global order. In: ALBRITTON, R., JESSOP, B.; WESTRA, R. *Political economy and global capitalism*. London: Anthem Press, 2010.
- KING, L. P.; SZELÉNYI, I. Post-communist economic systems. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. 2ª Ed. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation, 2005, p. 205-229.
- KISSINGER, H. *World order: reflections on the character of nations and the course of history*. Londres: Allen Lane, 2014.
- KRUSS, G.; LEE, K.; SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. (2015). Introduction. In: ALBUQUERQUE, E.; SUZIGAN, W.; KRUSS, G.; LEE, K. *Developing National Systems of Innovation: university-industry interactions in the Global South*. Cheltenham: Edward Elgar, p. 1-27.
- LEIGHTON, M. *Decent work, migration and development*. Genebra: ILO, 2015. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---nylo/documents/genericdocument/wcms_215511.pdf.
- LIST, F. [1841] *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUXEMBURGO, R. [1912] *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MANDEL, E. [1972] *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARQUES, S. Mudanças na clivagem centro-periferia e o efeito bumerangue: o impacto da periferia na reconfiguração sistêmica do capitalismo no século XX, 2014. Tese (Doutorado) — Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- MINSKY, H. [1986]. *Stabilizing an unstable economy*. New York: McGrall Hill, 2008.
- NAUGHTON, B. *The chinese economy: transitions and growth*. Cambridge/Londres: The MIT Press, 2007.
- NIC - NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Global trends 2030: alternative words*, 2012. (www.dni.gov/nic/globaltrends).
- OHKAWA, K.; KOHAMA, H. *Lectures on developing economics: Japan's experience and its relevance*. Tóquio: University of Tokyo, 1989.

- PANITCH, L.; GINDIN, S. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. Londres: Verso, 2012.
- PIKETTY, T. [2013] *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge/Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PREOBRAJENSKY, E. [1926] *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RIBEIRO, L. C.; RUIZ, R. M.; BERNARDES, A. T.; ALBUQUERQUE, E. M. Science in the developing world: running twice as fast? *In: Computing in Science and Engineering*, vol. 8, p. 81-87, July 2006.
- SANTOS, E. *Fluxos internacionais de tecnologia e a divisão internacional do trabalho: uma abordagem evolucionária*, 2014. Tese (Doutorado) — Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- SCHUMPETER, J. [1939]. *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Philadelphia: Porcupine, 1989.
- SILVA, L. *Tensões e conexões: um estudo sobre multinacionais e sistemas nacionais de inovação*. 2014. Tese (Doutorado) — Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- SKOCPOL, T. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SUZIGAN, W. Industrialização na visão de Celso Furtado. *In: BRESSER PEREIRA, L. C; REGO, J. M. (Org.). A Grande Esperança em Celso Furtado: Ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 127-138.
- SZMRECSÁNYI, T. The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics. *In: European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 12, n. 4, 2005, p. 689-700.
- THE ECONOMIST. *From guard shack to global giant - How did Lenovo become the world's biggest computer company?* Londres, 12/01/2013.
- _____. *Economic convergence: the headwinds return*. Londres, 13/09/2014.
- TROTSKY, L. [1930] *A história da revolução russa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- UNCTAD. *World Investment Report 2006* — FDI from developing and transition economies: implications for development. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2006.
- _____. *World Investment Report 2013* — Global value chains: investment and trade for development. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2013.
- UNDP. Human Development Report 1999: Globalization with a human face. New York: UNDP, 1999. (www.undp.org).
- _____. Human Development Report 2007-2008: Fighting climate change — human solidarity in a divided world. New York: UNDP, 2007 (www.undp.org).
- _____. Human Development Report 2013: The rise of the South — human progress in a diverse world. New York: UNDP, 2013 (www.undp.org).
- WADE, R. *Governing the market: economy theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University, 1990.

CELSO FURTADO E OS DILEMAS DA INDÚSTRIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

| José E. Cassiolato¹ e Helena M. M. Lastres²

Introdução

Nos últimos 25 anos, a hegemonia da visão neoliberal em muito contribuiu para reduzir a complexidade do debate sobre desenvolvimento — e sobre o papel do planejamento de longo prazo e dos projetos nacionais — a uma agenda centrada na eliminação dos obstáculos ao livre funcionamento do mercado. Importantes aportes ressurgem e ajudam a requalificar tais teses superficiais e a explicar a dinâmica e as dificuldades atuais enfrentadas pelo capitalismo. Porém, continuam sendo ignoradas significativas contribuições, particularmente as de Celso Furtado, que continuam iluminando a compreensão do processo de desenvolvimento e do papel do progresso técnico, assim como as especificidades e dilemas das economias periféricas.

Em texto publicado por ocasião de seu falecimento, que reproduz sua conferência de abertura da III Conferência Internacional Desenvolvimento

num Contexto de Globalização, Celso Furtado sintetizava suas ideias para as novas gerações: “Duas frentes seriam, no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda” (FURTADO, 2004, p. 485). Com relação à segunda dessas frentes ele acrescentava: “o desenvolvimento pressupõe a existência do que os economistas costumam chamar de ‘motor’, ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema produtivo. Vale dizer: o desenvolvimento requer acumulação e avanço técnico.”

O desafio de endogeneizar o progresso técnico na economia brasileira passa a ser mais explicitado nas

contribuições produzidas a partir da volta do exílio, quando a forma de inserção do país no processo de crescente globalização e financeirização é centralmente discutida. Furtado também discute a temática de como as empresas transnacionais bloqueiam a endogeneização do progresso técnico e a própria constituição de centro dinâmico na estrutura produtiva brasileira.

Este artigo pretende discutir essas questões, a partir de uma releitura de algumas contribuições da literatura estruturalista latino-americana, em especial aquelas do nosso mais importante economista, Celso Furtado. Do ponto de vista conceitual, propõe-se explorar os pontos convergentes da visão de Furtado com a abordagem de sistemas de produção e inovação, elaborando e atualizando apontamentos de trabalhos anteriores (CASSIOLATO e LASTRES, 2008; GUIMARÃES *et al*, 2006) .

A ideia básica do conceito de sistemas de inovação é que o desempenho produtivo e inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com vários outros agentes sociais e políticos e com o ambiente onde se localizam. Entende-se a inovação como um processo contextual, sistêmico e interativo (CASSIOLATO e LASTRES, 2005).

O texto está organizado da seguinte maneira. O item 1 apresenta uma síntese das principais transformações da estrutura produtiva brasileira e das dificuldades com a endogeneização do progresso técnico, mostrando como os potenciais problemas já percebidos por diversos analistas na transição do milênio se confirmaram. O item 2 visa apresentar como as análises de Celso Furtado são essenciais para a compreensão desses problemas. Finalmente, a conclusão apresenta algumas sugestões de política.

1. As principais transformações na estrutura produtiva brasileira: desnacionalização, déficit estrutural na balança comercial, baixa capacidade inovativa

A economia brasileira — cujo dinamismo encontra-se ainda mais ameaçado pela política de austeridade e pelo ajuste fiscal em vigor, desde o início de 2015 — se defronta com uma economia global em crise, a qual se aprofundou a partir de 2008. O PIB mundial tem crescido pouco nos últimos três anos e o comércio internacional menos ainda, com a demanda global da maioria de bens e serviços estagnando-se. Adiciona-se que esse reduzido crescimento tem sido acompanhado pelo aumento das desigualdades, com a riqueza se

1. Coordenador da RedeSist e Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

2. Assessora do Presidente do BNDES e Chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local e Regional - SAR/BNDES

concentrando mais ainda nas camadas mais ricas da população global. Essas e outras tendências levam a crer que a dinamização da estrutura produtiva brasileira dificilmente poderá depender do mercado externo, com a necessidade de que nos concentremos nas potencialidades que se apresentam em nosso próprio território, as quais não são poucas.

No entanto, importantes desafios devem ser enfrentados. Em trabalho publicado no início dos anos 2000 afirmávamos que a indústria brasileira, naquele momento, se caracterizava por uma “fragilidade [que] se refletia na vulnerabilidade comercial em praticamente todas as áreas industriais com maior valor agregado e, especialmente, nas áreas com conteúdo tecnológico sofisticado [...] sendo também [...] evidente nas indústrias tradicionais de bens de consumo não duráveis” (CASSIOLATO, 2001, p. 7).

A explosão do desenvolvimento chinês ao longo dos anos 2000 e a geração de saldos respeitáveis na balança comercial brasileira, tendo em vista o aumento do preço e volume de nossas exportações de *commodities*, especialmente para aquele país, apenas adiou a explicitação de problemas que já eram perceptíveis naquela ocasião. Desde então e até a presente década, economia e sociedade brasileiras passaram por inúmeras transformações, muitas delas virtuosas. O sucesso das políticas de inclusão social, a melhoria na distribuição da renda e a dinamização do mercado de trabalho transformaram positivamente o país. No entanto, do ponto de vista da estrutura produtiva continuamos com um desempenho competitivo medíocre e fragilidade comercial para todos os segmentos com alto valor agregado e alto conteúdo tecnológico. Com poucas exceções, a competitividade brasileira é forte somente em atividades ligadas a *commodities* com larga escala de produção e baixo valor agregado — intensivos em energia e recursos naturais.

A participação do valor adicionado da indústria brasileira com relação ao PIB cresceu de 26% em 1947 até um pico de 48% em 1985. Desde então ela vem perdendo terreno, chegando a 27,8% em 2003 e 25% em 2013. As indústrias de transformação apresentam comportamento idêntico, crescendo de 19,8 % em 1947 a 35,9% em 1985. A partir daí, observa-se uma constante queda, semelhante ao conjunto da indústria, mas mais dramático, para 18% em 2003 e 13,1% em 2013.

Dentro do tecido industrial ocorre também uma diminuição da importância relativa das atividades de alta tecnologia. Por exemplo, o valor da transformação industrial (VTI) do conjunto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) vem perdendo participação relativa no VTI total da indústria de transformação de 5,5% em 2000, para 2,5% em 2005 e 1,5% em 2011 (LIMA, 2012). Em

relação ao PIB, o peso destas indústrias seria, aproximadamente, de 1,4% em 2000, 0,97% em 2005 e 0,4% em 2011. Entre 2008 e 2010, nos EUA, o peso das TICs no PIB era de aproximadamente 9% e na União Europeia oscila entre 5% e 7%.

Tendo em vista a abertura, descontrolada, da economia brasileira implementada nas atividades de alta intensidade tecnológica, observa-se o esvaziamento dos respectivos sistemas produtivos e inovativos. Segundo Morceiro, nas atividades do complexo eletrônico (equipamentos de comunicações, equipamentos de informática etc.) aproximadamente 70% da demanda final brasileira era suprida por importações em 2008. Em 2003 a mesma relação era da ordem de aproximadamente 50% para equipamentos de telecomunicações e 60% para equipamentos de informática. Apesar de não ser possível ainda atualizar os indicadores, há indícios de que o aumento das importações nos últimos anos deve ter agravado essa situação, não sendo exagerada a afirmação de que no caso das atividades de equipamentos de comunicação e bens de informática “a indústria nacional difere muito pouco de uma típica indústria maquiladora” e que, no caso das demais indústrias de alta e média-alta tecnologia, “parte expressiva da produção doméstica também atua como montadora de componentes/insumos importados e/ou representante comercial e altera somente o rótulo/etiqueta/marca” (MORCEIRO, 2012, p. 190).

A diminuição da importância relativa da indústria em sua totalidade e da indústria de transformação, em particular, e o esvaziamento dos sistemas produtivos e inovativos têm sido acompanhados desde meados dos anos 2000 por uma deterioração significativa na balança comercial de manufaturados. Em 2013, de todo o parque industrial brasileiro apenas três atividades tiveram superávit na balança comercial: produtos metálicos, em especial da siderurgia (que apresentou um superávit de US\$ 5 bilhões); alguns bens de baixa intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais abundantes no Brasil, em especial gêneros alimentícios; e equipamentos aeronáuticos e aeroespaciais (que apresentaram um superávit de US\$ 621 milhões). Todas as demais atividades apresentaram déficit nas transações comerciais.

Especialmente relevantes para a discussão deste artigo são as atividades de alta e média-alta tecnologia que conjuntamente foram responsáveis, em 2013, por um déficit que ultrapassou o montante de US\$ 90 bilhões. Em 2003, o déficit nestes segmentos era de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões. As atividades de média-alta intensidade apresentaram um déficit, em 2013, de US\$ 61,4 bilhões. Elas incluem produtos químico-farmacêuticos, maiormente insumos (US\$ 27 bilhões), a indústria automobilística (mais de US\$ 8 bilhões) e equipamentos mecânicos (US\$ 17 bilhões). Os déficits crescentes dessas atividades se acentuaram a partir da crise de 2008.

Além da política cambial instaurada a partir do Plano Real, da elevada taxa de juros e da abertura generalizada e não planejada pela qual o país passa desde o final dos anos 1980, alguns autores (CANO, 2012) destacam o aumento do investimento direto estrangeiro como uma das principais razões que explicariam essa perda do “miolo” do tecido industrial brasileiro.

De fato, a desindustrialização e deterioração do tecido industrial são associadas a um modelo de desenvolvimento, implantado em meados dos anos 1990 que perdura até hoje, no qual a atração de empresas transnacionais cumpre papel primordial. Neste modelo creditou-se que a mera atração destas empresas seria suficiente para integrar a economia brasileira no mundo globalizado e que elas trariam consigo a tecnologia necessária à modernização. Registra-se a crença por parte de alguns acadêmicos e formuladores de política de que, num suposto mundo sem fronteiras, as informações, conhecimentos e tecnologias fluiriam livremente trazidos pelas empresas mais avançadas do mundo (CASSIOLATO, 2001). Como resultado desta percepção, observou-se uma significativa desnacionalização da estrutura produtiva. Dados do Banco Central compilados na Tabela 1 mostram que o estoque de capital estrangeiro na indústria brasileira aumentou de US\$ 32 bilhões em 2000 para US\$ 221,8 bilhões em 2011, representando um aumento de 593%. Nas atividades de alta tecnologia o aumento foi de 320% e, nas indústrias de média-alta tecnologia, foi de 367% (CASSIOLATO; SZAPIRO; LASTRES, 2015).

Como as principais atividades tecnológicas das subsidiárias das empresas transnacionais resumem-se a pequenas (apesar de importantes) adaptações e melhorias de produtos e processos e como essas empresas trabalham com altos índices de importações de insumos, o aumento da internacionalização da estrutura produtiva brasileira representa um significativo empecilho ao desenvolvimento tecnológico e inovativo local.

Tabela 1. Estoque de IDE no Brasil – 2000-2011

Estoque de IDE – participação no capital (em US\$ mil)

	2000	2011	Varição 2011-2000
Indústria	32.021.337	221.834.000	593 %
Indústria de alta tecnologia (I)	3.186.442	13.386.000	320 %
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	3.186.442	5.175.000	62 %
Indústria de média-alta tecnologia (II)	17.064.548	77.948.000	357 %
Máquinas e equipamentos elétricos n.e.	990.290	5.790.000	485 %
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	6.351.387	25.520.000	302 %
Produtos químicos*	6.042.713	31.164.000	416 %
Equipamentos de transporte **	355.803	3.671.000	932 %
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e.	3.324.355	11.803.000	255 %
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	3.546.185	24.537.000	592 %
Borracha e produtos plásticos	1.781.932	6.951.000	290 %
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	688	4.465.000	649035 %
Outros produtos mineiros não metálicos	1.170.251	5.486.000	369 %
Produtos metálicos	593.315	7.635.000	1187 %
Indústria de baixa tecnologia (IV)	8.224.162	105.963.000	1188 %
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	194.844	3.501.000	1697 %
Madeira e seus produtos, papel e celulose	1.812.425	7.333.000	305 %
Alimentos, bebidas e tabaco	5.342.494	93.143.000	1643 %
Têxteis, couro e calçados	874.400	1.986.000	127 %

*inclui farmacêuticos.

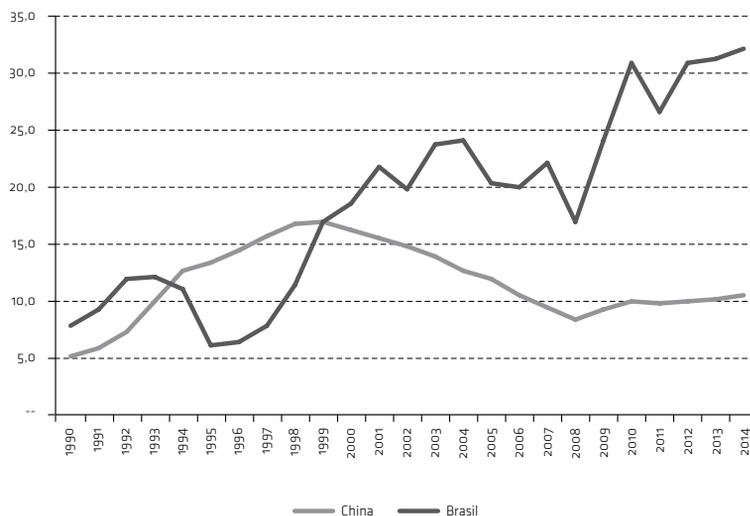
**inclui aeronaves e naval.

Obs.: Houve mudança na classificação setorial entre os períodos analisados.

Fonte: Zucoloto (2014) a partir de dados do Banco Central.

A Figura 1 apresenta, a partir de dados da UNCTAD, a evolução de 1990 a 2014 da relação do estoque de investimento direto estrangeiro com o Produto Interno Bruto (PIB) de Brasil e China. Pelos dados percebe-se que, no caso brasileiro, essa relação passa de pouco mais de 5% em 1996 para 20-22% no início dos anos 2000, saltando para mais de 30% a partir da crise de 2007-2008. Como contraste, no caso chinês, a mesma relação cresce de 5% em 1990 até atingir um máximo de 16-17% em 1997, para cair paulatinamente a menos de 10% em 2007.

Figura 1 - Brasil e China: Estoque de IDE como % do PIB, 1990 - 2014



Fonte: UNCTAD WORLD INVESTMENT REPORT. UNCTAD, GENEVRA, 2015.

1. Segundo as informações captadas pela Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) do IBGE, os principais indicadores de inovação da indústria caíram significativamente ao longo dos anos 2000 e, em particular, entre 2008 e 2011. Alguns dos mais emblemáticos, como as taxas de inovação do setor manufatureiro para produtos e processos novos para o mercado nacional (que se referem a produtos e processos introduzidos pela primeira vez na economia brasileira) apresentaram índices em 2011 inferiores até àqueles de 2000. Tal queda ocorreu em todos os tamanhos de empresa. Por exemplo, nas pequenas empresas (de 10 a 49 empregados) a percentagem que introduziu novos produtos em 2008 era de 21,5% e, em 2011, era de 16,2%. Nas grandes empresas (mais de 500 empregados) o mesmo indicador foi de 54,9% em 2008 e de 43,0% em 2011.

2. A inexistência de distinção entre empresas nacionais, de capital majoritariamente nacional, e estrangeiras, no tocante ao acesso a instrumentos de apoio à inovação, teve origem na Emenda Constitucional número 6, de 1995, que passou a considerar empresa nacional como aquela que possui sede administrativa no território brasileiro, independentemente de sua origem de capital.

O aumento da participação das empresas subsidiárias de ETNs na estrutura produtiva pode ser considerado como um resultado da política adotada no país, o qual foi analisado em outros trabalhos (CASSIOLATO, 2001; CASSIOLATO; LASTRES, 2011; KOELLER, 2009; CASSIOLATO; SZAPIRO; LASTRES, 2015). Neste artigo, resgata-se o objetivo de discutir o papel que pode cumprir tal aumento e os resultados alcançados pelas políticas implementadas. Cabe inicialmente notar que os resultados da política, se medidos pelos indicadores tradicionais (como taxa de inovação ou dispêndios em P&D), têm sido decepcionantes. O país continua com baixa importância relativa nas atividades intensivas em tecnologia, tendo perdido, de fato, capacidade tecnológica em diferentes sistemas produtivos e inovativos.¹

Mais ainda, as subsidiárias de ETNs vêm se beneficiando significativamente dos incentivos fiscais e dos financiamentos à inovação.² Porém, os resultados desse apoio também têm sido próximos de nulos. Conforme pode ser observado nas tabelas 2 e 3, apesar de serem beneficiárias de diversos instrumentos da política, essas empresas têm, na sua maioria, diminuído seus esforços de P&D e de inovação no país.

Os dados da Pintec relativos às subsidiárias de ETNs com mais de 500 empregados em setores intensivos em tecnologia, apresentados nas tabelas 2 e 3, mostram a dramaticidade dessa situação. De acordo com os indicadores,

nas atividades da indústria automobilística, farmacêutica, equipamentos de comunicações, química e máquinas e equipamentos as subsidiárias de ETNs têm diminuído significativamente seus dispêndios com inovação no Brasil. Essa queda é observada ao longo do período, mas adquire contornos mais acentuados entre 2008 e 2011. Na automobilística os gastos com inovação em relação às vendas caíram de 8,2% em 2000 para 4,1% em 2011. Em equipamentos de comunicações a queda foi de 6,2% em 2000 para 2,1% em 2011, em produtos químicos de 4,9% para 3,11%, em produtos farmacêuticos de 6,1% para 3,7% e em máquinas e equipamentos de 6,77% para 2,97%. O indicador que aponta a relação dos gastos em P&D sobre a receita líquida de vendas para o mesmo grupo de subsidiárias, nos mesmos setores, também apresenta a mesma tendência. Nos casos das empresas fabricantes de produtos químicos e de produtos farmacêuticos a queda também ocorreu até 2008, observando-se, porém, um pequeno aumento entre 2008 e 2011. Estes dois fatos podem ser atribuídos, possivelmente, ao reflexo da política industrial e de inovação em saúde (CASSIOLATO; SZAPIRO; LASTRES, 2015).

Tabela 2. Brasil – Gastos em inovação como % da receita líquida de vendas – Subsidiárias de empresas multinacionais com mais de 500 empregados em setores selecionados – 2000-2013

	Fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários, caminhões e ônibus	Fabricação de produtos farmacêuticos	Fabricação de produtos químicos	Fabricação de equipamentos de comunicação	Fabricação de máquinas e equipamentos
2000	8,18	6,10	4,90	6,16	6,77
2003	5,17	4,67	2,41	4,55	4,33
2005	4,52	5,79	2,69	3,05	4,85
2008	4,06	4,35	2,76	3,70	3,58
2011	2,86	3,71	3,11	2,14	2,97

Fonte: ibge – Tabulações especiais da Pintec.

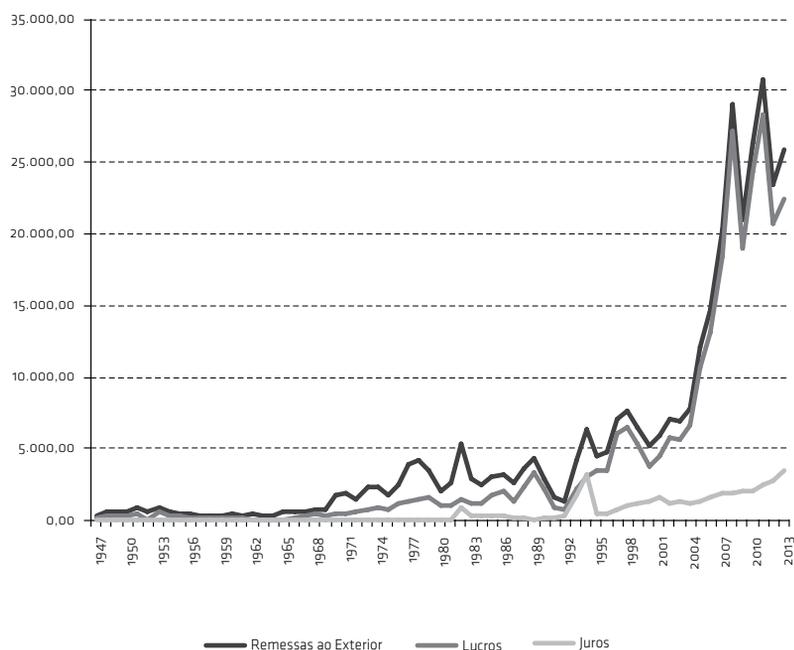
Tabela 3. Brasil – Gastos em P&D como % da receita líquida de vendas – Subsidiárias de empresas multinacionais com mais de 500 empregados em setores selecionados – 2000-2013

	Fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários, caminhões e ônibus	Fabricação de produtos farmacêuticos	Fabricação de produtos químicos	Fabricação de equipamentos de comunicação	Fabricação de máquinas e equipamentos
2000	1,15	0,38	1,14	2,17	2,37
2003	2,28	0,29	0,71	1,34	0,84
2005	1,54	0,81	0,68	0,65	1,79
2008	2,09	1,11	1,08	1,63	1,85
2011	1,45	1,35	2,16	0,90	0,73

Fonte: ibge – Tabulações especiais da Pintec.

As remessas de lucros e dividendos por parte dessas empresas têm, porém, aumentado significativamente, em especial após a crise de 2007. A Figura 2 mostra como a partir da crise de 2007-2008 há um incremento significativo nessas remessas, que saltaram em média de US\$ 5 bilhões (em valores de 2009) no período 1990-2005 para surpreendentes US\$ 25 bilhões (valores de 2009), a partir de 2007. De qualquer forma, a tendência é inequívoca: a mudança estrutural da indústria brasileira, o esvaziamento da estrutura produtiva, o aumento nos déficits da balança comercial.

Figura 2. Brasil, remessas ao exterior de subsidiárias de ETNs: Lucros e juros (US\$ mil de 2009) – 1947-2013



Fonte: Banco Central.

2. Furtado, progresso técnico e empresas transnacionais na dinâmica capitalista atual

Como acima apontado, a endogeneização do progresso técnico na economia brasileira é um ponto central da obra de Furtado, o qual passa a ser mais detalhadamente explicitado nas suas contribuições produzidas a partir da volta do exílio, conforme analisado de forma exaustiva e competente por André Furtado (2000). Para Furtado existe uma relação direta entre inovações

tecnológicas, acumulação capitalista e desenvolvimento econômico. O autor argumenta que o desejo de compreender e explicar o mundo físico e metafísico foi comum a todas as culturas, porém, somente com a economia industrial esse impulso fundamental do espírito humano se incorporou ao elemento motor do sistema econômico. Segundo Furtado essa articulação entre capital e ciência experimental é uma das características mais fundamentais da civilização contemporânea (FURTADO, 1961 e 1967). Para ele, o progresso técnico é na realidade uma expressão que, em seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações que tornam possível a persistência do processo de acumulação e, por conseguinte, da reprodução da sociedade capitalista.

A explicação de Furtado inicia-se com a observação de que acumular é simplesmente adiar para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para o consumo. A sociedade capitalista, para preservar suas características essenciais, necessita unir a capacidade de postergar o uso de uma parte dos recursos que dispõe, com a capacidade de transformar o que acumula em capital, quer dizer, em recursos remunerados. Isso somente ocorre se, dentro do horizonte de possibilidades técnicas abertas à aplicação dos recursos que se estão acumulando, surgem respostas com respeito ao uso final do investimento. Na ausência de modificações na disponibilidade de recursos naturais, técnicos e de composição da demanda final, a acumulação, como formação de capital, tende necessariamente a um ponto de saturação. Neste caso configura-se um quadro caracterizado pela tendência a rendimentos decrescentes, na medida em que os investimentos sejam redundantes. O progresso técnico, enquanto conjunto de fatores que modificam esse quadro básico, ao possibilitar a acumulação, é visto como a serviço da realização da reprodução da sociedade capitalista, o que deve entender-se como o desdobramento de suas potencialidades e por outro tanto em seu sentido mais dinâmico (FURTADO, 1983).

Furtado aponta que esse processo, de ampliação da capacidade de acumulação capitalista (originada na Revolução Industrial), beneficiou as economias que primeiro se industrializaram, geraram e acumularam o progresso técnico:

A acumulação rápida que nestas nações tinha lugar constituía o motor das transformações capitalistas. Existe, portanto, uma íntima interdependência entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico. (FURTADO, 1961, p. 84)

Assim, as nações que se colocaram à frente do processo inovativo tenderam a ser mais dinâmicas e competitivas, obtendo melhor desempenho econômico e maior poder geopolítico. Dessa forma, foram se estabelecendo as linhas

divisórias entre os que estão capacitados a promover ou participar ativamente da dinâmica da inovação e de desenvolvimento, e aqueles que foram, ou tendem a ser, deslocados e marginalizados. O sistema econômico global e hierarquizado, gestado a partir da revolução industrial, colocou a Europa — principalmente a Inglaterra — no final do século XIX e os Estados Unidos, durante o século XX, no epicentro da economia capitalista mundial. Conforme destacado particularmente pelos estruturalistas, estes centros cíclicos puderam estabelecer os padrões tecnológicos, produtivos e comerciais desiguais e hierarquizados, ao mesmo tempo reforçando seu papel central e dando origem à periferia do sistema. Nesta linha é que Fiori (2001) assinala que:

As colocações dos principais estruturalistas possuem conotações fortemente schumpeterianas, na medida em que a inovação e a difusão tecnológica ocupam o lugar central na periodização da história capitalista e na determinação, em última instância, do processo histórico de hierarquização ou dualização do sistema capitalista. (FIORI, 2001, p.46)

Em consonância e complementarmente às conclusões de Furtado (1961), Freeman (1982), o decano dos autores neoschumpeterianos, afirma que o hiato temporal entre inovadores e imitadores está positivamente relacionado à sustentação do fluxo de inovações pelos inovadores e à fragilidade das condições necessárias para inovar nos países imitadores. As “assimetrias tecnológicas” agem, ao mesmo tempo, como uma barreira ao acesso às novas tecnologias e como um novo incentivo à inovação para aqueles (empresas, organizações ou países) que estão liderando o processo tecnológico.

Segundo Furtado, essas assimetrias entre centro e periferia tendem a perdurar e se intensificar. Para ele, a sociedade capitalista se reproduz pondo em marcha um processo de formação de capital e aceleração da acumulação baseado na geração e difusão do progresso técnico. As nações que lideraram esse processo alcançaram uma posição hegemônica na economia mundial. Furtado (1983) afirma que uma vez estabelecido o padrão de apropriação do produto social, o comportamento dos agentes dominantes se orienta no sentido de preservá-lo, o que por um lado exige que se mantenha um esforço mínimo de formação de capital. Os agentes, organizações e países que controlam posições estratégicas na sociedade capitalista se guiam naturalmente pelo propósito de conservar os privilégios de que desfrutam na apropriação do produto social. Deste modo, o dinamismo particular da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios, que lhe é inerente, se apoia na inovação técnica. O avanço tecnológico, por assegurar a reprodução dos privilégios, encontra nesse tipo de sociedade todas as facilidades para se efetuar. Desta forma, a ação conjugada da inovação técnica

e acumulação capitalista conciliam a reprodução dos privilégios e assimetrias (FURTADO, 1983).

Furtado (1961) destaca, ainda, que não se pode ignorar a adequação e orientação do desenvolvimento tecnológico às especificidades das nações que lideraram esse processo. Da mesma forma, destaca a inadequação dessas técnicas ao conjunto de recursos produtivos disponível nos países menos desenvolvidos. Esse tipo de desenvolvimento tecnológico centralizado e hierarquizado é entendido como resultado de um lento processo, de caráter cumulativo, influenciado de maneira fundamental pelas condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Essa visão destaca que o desenvolvimento das nações mais avançadas realizou-se pela introdução constante de inovações, que geraram um grande aumento da produtividade dos seus fatores de produção e da acumulação de capitais, em escala muito superior ao crescimento demográfico. Por outro lado, a industrialização das economias subdesenvolvidas se deu por um processo de utilização de técnicas, poupadoras de mão de obra, desenvolvidas pelas nações mais avançadas. O resultado é a utilização deficiente dos fatores de produção nos países subdesenvolvidos, onde geralmente verifica-se a escassez de capital e abundância de trabalho.

O efeito do impacto da expansão capitalista nos países subdesenvolvidos foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura arcaica preexistente. (FURTADO, 1961, p. 253)

Portanto, as formulações centrais de Furtado e dos neoschumpeterianos convergem neste ponto normalmente ignorado pela literatura: a dualização do sistema capitalista, a ideia de que a evolução do sistema produz, por um lado, desenvolvimento sistêmico e virtuoso e, por outro, subdesenvolvimento. Apesar de normalmente este caráter dual ser apenas associado à escola cepalina, diversos autores (REINERT, 1996; MYRDAL, 1957) enfatizam que os trabalhos de Schumpeter também sugerem a existência de uma distribuição desigual dos ganhos advindos do progresso técnico com raízes tanto internas (conflitos de capital e trabalho para a apropriação de tais ganhos) como externas, principalmente. Estas têm importantes conotações geopolíticas e ocorrem com os países mais avançados, concentrando os avanços na fronteira tecnológica — e se especializando na produção e distribuição de bens e serviços mais sofisticados —, e os subdesenvolvidos naqueles caracterizados por baixa produtividade e baixo valor agregado. Myrdal (1957), numa concepção claramente estruturalista, indica que um corolário dos círculos virtuosos de

desenvolvimento eram os círculos viciosos de subdesenvolvimento e os efeitos perversos produzidos na economia mundial.

Daí a visão furtadiana que sugeria que a ruptura com um padrão de especialização baseado na produção e exportação de produtos primários com essas características somente poderia se dar a partir da incorporação na região dos benefícios da denominada segunda revolução industrial. Nesse sentido, a ênfase à industrialização como elemento propagador do processo de desenvolvimento da região dada por Furtado é exatamente a mesma que aquela dada à chamada revolução das novas tecnologias para os neoschumpeterianos.

Assim, uma atualização da visão cepalina dos anos 1950 — que enfatizava a importância da industrialização na região — encontra-se na visão neoschumpeteriana que discute a maneira como mudanças nos paradigmas técnico-econômicos alteram a fronteira tecnológica e criam novos conjuntos de padrões, práticas e processos produtivos. A importância estratégica do conhecimento, como insumo principal, e do aprendizado, como processo fundamental, vinculados aos mecanismos de geração, difusão e uso de inovações é, portanto, explicitamente considerada em ambas as visões.

Nesse sentido, na visão neoschumpeteriana o processo de dualização entre as nações não seria alimentado somente pelo hiato tecnológico, mas principalmente pela dificuldade de acesso ao conhecimento e pela ampliação constante dos limites da fronteira de conhecimentos tecnológicos. Intuitivamente, quanto mais distantes desta fronteira estiverem os países periféricos maiores serão as barreiras para uma atuação inovadora.

Nessa discussão aponta-se para a importante dimensão do aprendizado que se relaciona à possibilidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos. Portanto, ainda mais grave do que as assimetrias tecnológicas são as assimetrias que implicam na impossibilidade de acessar, compreender, absorver, dominar, usar e difundir conhecimentos. Desta forma, mesmo quando o acesso às novas tecnologias torna-se possível, muitas vezes esta tecnologia não é adequada à realidade dos países periféricos ou estes não dispõem de um *pool* de conhecimentos suficientes para fazer uso adequado das mesmas. Isso ocorre porque o processo de aprendizado depende da existência e operação de capacidades produtivas e inovativas, as quais nem sempre estão disponíveis ou suficientemente desenvolvidas.

Furtado e outros autores estruturalistas destacam, de forma explícita e implícita, a importância do conhecimento, assim como dos seus processos de difusão, aprendizado e cumulatividade:

O avanço da ciência experimental (e do progresso técnico) é facilitado pela secularização do saber e pela difusão dos conhecimentos que acompanham a ascensão da burguesia, atuando como um mecanismo multiplicador, abrindo o caminho à revolução tecnológica. (FURTADO, 2003, p. 89)

Destaca-se, portanto, a necessidade de se refletir sobre as consequências da orientação e adequação do desenvolvimento tecnológico. Tavares (1972, p. 50), ao analisar o processo de industrialização por substituição de importações, enfatizou que:

Os países subdesenvolvidos importam uma tecnologia que foi concebida pelas economias líderes de acordo com as suas constelações de recursos totalmente diversos das nossas. A necessidade de importar essa tecnologia estaria dada pela impossibilidade de criarmos técnicas novas mais adequadas às nossas condições peculiares. (TAVARES, 1972, p. 50)

Dessa forma, o núcleo industrial pode se desenvolver, em um país periférico, “utilizando inovações tecnológicas que permitam aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, mas que não permitem uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência” (FURTADO, 1961, p.192). Esse processo resulta numa lenta modificação da produtividade, da estrutura ocupacional e de desenvolvimento do país.

Nesse sentido, Furtado (1961 e 1974), ao analisar o desenvolvimento e subdesenvolvimento, constata que é possível industrializar e crescer sem romper com a estrutura de dependência e dominação que perpetuariam o subdesenvolvimento. Segundo o autor, isso ocorre porque é perfeitamente possível que essas economias atinjam um alto grau de diversidade e complexidade produtiva, sem desfazer os laços da dependência tecnológica (e dos conhecimentos necessários à sua geração, difusão e uso) e econômica dos grandes centros.

Diante desse quadro, constata-se um desafio importante para os países menos desenvolvidos: os seus processos de desenvolvimento refletem mais propriamente processos de imitação do que uma reflexão sobre as carências e potencialidades internas. Fajnzylber (1990, p. 857) resume esta questão da seguinte maneira:

O traço central do processo de desenvolvimento latino-americano é a **incorporação insuficiente de progresso técnico — sua contribuição escassa de um pensamento original, baseado na realidade, para definir o leque de decisões que a transformação econômica e social pressupõe**. O conjunto-vazio,³ do desenvolvimento econômico e social latino-americano, estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir

3. A expressão “conjunto-vazio” tem por referência uma matriz em que na vertical consta crescimento e na horizontal consta distribuição de renda. Na América Latina não há países que simultaneamente foram dinâmicos e tiveram boa distribuição de renda: é o “conjunto-vazio” nessa região.

a “caixa-preta” do progresso técnico, tema este no qual incidem a origem das sociedades latino-americanas, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível. (FAJNZYLBBER, 1990, p. 857, tradução livre dos autores)

Essas condições ampliam as condições assimétricas de desenvolvimento econômico e social existentes entre países do centro e periferia. Neste sentido, o aprofundamento das diferenças econômicas e sociais também é determinado pelas diferenças na geração, aquisição e uso de conhecimentos o qual delimita fronteiras cada vez mais rígidas entre economias avançadas e periféricas (LASTRES, 2004; LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005).

Furtado enfatiza, ainda, a importância de compreender os fenômenos relacionados ao avanço tecnológico a partir de uma perspectiva mais ampla e sistêmica. “Muitas das manifestações mais significativas do progresso técnico somente podem ser captadas plenamente através de uma visão global do sistema nacional, que inclua a percepção das relações deste sistema com o ambiente que o controla e influencia” (FURTADO, 1983). Defende que o progresso técnico gera modificações que se referem ao conjunto deste sistema, à sua morfogênese. A partir disso, afirma que “não é possível captar a natureza (nem o impacto) destas modificações caso o progresso técnico seja circunscrito apenas ao plano macro, ou microeconômico, isolando-o de seu caráter social” (*Ibid*). Portanto, Furtado nota categoricamente que “por detrás do progresso técnico se alinham complexas modificações sociais, cuja lógica deve-se tentar compreender como passo prévio a qualquer estudo do desenvolvimento” (*Ibid*).

Alguns elementos colocam-se como fundamentais para a compreensão dos dilemas, limites e opções de desenvolvimento de um país como o Brasil, defrontado com os desafios do capitalismo global dominado pelas finanças. Furtado passa a introduzir nas suas construções a temática de como as empresas transnacionais bloqueiam a endogeneização do progresso técnico e a própria constituição do centro dinâmico na estrutura produtiva brasileira. O impacto negativo dessas empresas na estrutura industrial das economias em desenvolvimento havia sido explicitado em trabalhos anteriores. Em seu livro de 1954 sobre a economia brasileira, Furtado já percebia como a remuneração de investimentos estrangeiros significava um vazamento de recursos que limitava a possibilidade de reinversão do produto localmente e argumentava que a entrada de capitais estrangeiros, mesmo em períodos de grande influxo (1925-1929), não era suficiente para compensar os serviços dos capitais estrangeiros existentes no país. Naquele momento ele sustentava que a operação de capitais estrangeiros na economia local agravava o problema da vulnerabilidade externa, limitando a taxa de investimento possível (FURTADO, 1954, p. 208-210).

O tema é retomado em *Formação econômica do Brasil* onde ele afirma que “o avanço das empresas transnacionais nas economias que iniciaram sua industrialização ao impulso da substituição das importações assume a forma de degradação de segmentos importantes do tecido produtivo, com ampla criação de desemprego” (FURTADO, 1959). Em *Mito do desenvolvimento econômico* ele destaca que a grande empresa (multinacional) controla a inovação — a introdução de novos produtos e processos — dentro das economias nacionais, configurando certamente o principal instrumento de sua expansão internacional; essas empresas são responsáveis por grande parte das transações internacionais e operam internacionalmente sob orientação que escapa em grande parte à ação isolada de qualquer governo:

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p. 45)

Essa estrutura permite, assim, que “a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende do centro à periferia, consegue, na realidade, incorporar à economia do centro os recursos de mão de obra barata da periferia”, ou seja, “uma grande empresa que orienta seus investimentos para a periferia está em condições de aumentar sua capacidade competitiva graças à utilização de uma mão de obra mais barata, em termos do produto que lança nos mercados” (FURTADO, 1974, p.50).

A continuidade da ênfase da política brasileira nessas empresas a partir dos anos 1990 leva Furtado e outros acadêmicos brasileiros da escola estruturalista a alertar que “além das distorções na estrutura de produção e do mercado que poderiam advir do poder de monopólio das grandes corporações transnacionais, a impossibilidade de seletividade deveria descartar esta opção, pois ela reforçaria a determinação externa sobre o padrão de investimento e crescimento da economia” (TAVARES, 1993). É essa continua subordinação associada a uma percepção sobre as novas formas de organização da produção em escala global controlada por tais empresas que ocupa papel primordial nas análises de Furtado a partir dos anos 1980.

Em particular, a maneira como Furtado compreende os efeitos negativos das subsidiárias de empresas transnacionais a partir de então se aprofunda a partir da percepção de que toda a morfologia destas empresas e suas estratégias

se alteram profundamente na globalização dominada pelas finanças, subordinando-as à lógica e comando do capital financeiro. Nas palavras de Tavares e Belluzzo (1980):

Os grandes bancos que participam da constituição e gestão do capital das grandes empresas estão interessados na supressão da concorrência entre elas e, portanto, em reforçar seu caráter monopolista. Mas, ao fazer isto, estimulam a busca de novos mercados, provocando um acirramento da rivalidade entre os blocos de capital, originando, inclusive, uma internacionalização crescente da concorrência intercapitalista. (TAVARES e BELLUZZO, 1980)

O impacto dessas alterações na estrutura econômica e social do país, segundo Furtado, seria enorme. Assim, em *Brasil: a construção interrompida* ele afirma:

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, a tensões intrarregionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. (FURTADO, 1992, p. 35)

Essa visão furtadiana encontra ressonância exatamente nas formas em que estratégias, dinâmica organizacional e padrão de investimento (inclusive P&D) dessas empresas têm, no quadro da globalização financeira, sido modeladas por novas articulações entre finanças e indústria (CHESNAIS; SAUVIAT, 2005).⁴ Parte principal dessas estratégias estão baseadas na centralização de ativos financeiros, realizada por uma empresa holding, no mais das vezes localizada em paraísos fiscais e fora, portanto, do alcance da legislação e controle das instituições nacionais de seus países originários (SERFATI, 2008). As ETNs passam a se caracterizar por um relativo declínio da importância atribuída às atividades de produção, com um aumento associado na importância das atividades financeiras e apropriação de valor dos ativos intangíveis (SERFATI, 2008).

4. Chesnais e Sauviat (2005) sugerem ainda que essas estratégias — particularmente a terceirização e a crescente externalização das atividades produtivas das ETNs, buscando, nos últimos 30 anos, menores custos salariais nas economias do sudeste asiático — só podem ser explicadas como uma reação ao poder do trabalho *vis-à-vis* as grandes corporações.

Como parte dessa crescente subordinação às finanças, as ETNs modificaram substancialmente a organização e a gestão de suas cadeias de valor globais. As TICs permitiram a fragmentação dos processos de produção e a crescente internacionalização da aquisição de bens e serviços intermediários. Na maioria dos casos, as novas estratégias tentam preservar atividades que permitem a obtenção de altas margens de lucros, como design e inteligência de negócios, a integração final do produto, assistência técnica e outros serviços pós-venda. Mas a terceirização tem também atingido etapas de desenvolvimento tecnológico necessárias para a inovação.

Assim, no bojo da globalização dominada pelas finanças, a inserção das ETNs nos sistemas nacionais de inovação de países em desenvolvimento passa a ser de forma distinta do período anterior. A emergência das TICs permitiu a tais empresas migrar de estratégias nas quais as filiais eram razoavelmente independentes nos diferentes espaços nacionais para um sistema estratégico unificado, no qual essas subsidiárias se organizam em redes, tendo em vista um objetivo global: “dentro das ‘corporações em rede’ ainda mais do que nas ‘transnacionais clássicas’, as estratégias de P&D e de inovação são funcionalmente relacionadas à gestão corporativa central tanto quanto a estratégia financeira das corporações” (CHESNAIS, 1992, p. 286).

A manutenção e ampliação de seus laboratórios de P&D nos diferentes espaços nacionais permitem que a grande corporação tenha maior acesso às capacitações e às rotas tecnológicas específicas desenvolvidas em cada sistema nacional de inovação. A direção da irradiação do avanço tecnológico é, portanto, inversa àquela que supõe o argumento usual: quando é a ETN que detém as principais capacitações e está organizada mundialmente com posições únicas de barganha, é ela que se encontra em condições de absorver as diferentes matrizes de conhecimentos disponíveis nos diferentes sistemas nacionais de inovação, e não o contrário (CASSIOLATO; ZUCOLOTO; TAVARES, 2014). Ainda que um determinado sistema nacional de inovação não esteja articulado de forma a gerar uma dinâmica inovativa (e, portanto, produtiva), este quase sempre terá capacitações específicas e ativos complementares úteis à estratégia transnacional global.

Em diversos casos, entre os quais o Brasil se destaca, a chamada internacionalização das atividades de P&D se refere, primeiramente, à aquisição de capacitações locais, especialmente por meio da compra de empresas nacionais, cujos laboratórios de P&D são “herdados” pelas empresas que as adquirem, não faltando exemplos nos quais as operações desses laboratórios são depreciadas ou até encerradas (CASSIOLATO *et al.*, 2001). Assim, os objetivos de política perseguidos pelos governos de países em desenvolvimento, inclusive e particularmente pelo Brasil, de atrair investimento estrangeiro na expectativa de que ele seja automaticamente um dos principais pilares de uma necessária renovação industrial são ao mesmo tempo bastante ilusórios⁵ e em grande parte equivocados.⁶

Essas transformações estão em total consonância com a divisão internacional de trabalho identificada por Furtado, agora com novas características, mantendo todavia a concentração das atividades intensivas em conhecimento nos países centrais e pelo predomínio de atividades menos estratégicas nos países

5. Na medida em que “... subestimam seriamente a natureza e a força dos fatores estruturais que têm ocorrido desde meados dos anos 1970 e que modificaram significativamente as estratégias e as prioridades de investimento das empresas transnacionais que empreenderam o peso dos investimentos nos países em desenvolvimento e NICs na ‘idade dourada’ dos anos 1960 e 1970.” (CHESNAIS, 1990)

6. Na medida em que “... deixam de reconhecer que a mudança de paradigma tecnológico modificou os parâmetros de transferências internacionais de tecnologia fazendo com que o crescimento industrial local e endógeno se tornasse dependente em um grau muito maior do que no período anterior (1960-1975) de fatores sobre os quais o capital estrangeiro não pode e não irá trazer ou construir nos países recipientes e que devem ser criados e construídos localmente.” (CHESNAIS, 1990)

periféricos. Mais ainda, Furtado, já em 1981, antevia essas transformações afirmando que:

[...]graças à manutenção dos baixos salários na Periferia, as empresas transnacionais estão tentando reconstruir o sistema de divisão internacional do trabalho mediante deslocação para a periferia de parte crescente da atividade industrial. Uma periferia semi-industrializada emerge assim sob a forma de um espaço em que se localizam atividades industriais controladas do Centro e orientadas em boa parte para o mercado deste [...]A nova divisão internacional do trabalho permite-lhes alcançar um duplo objetivo: abrir espaço para a industrialização periférica — o que amplia o espaço de utilização da técnica disponível — e reforçar a posição que ocupam no sistema capitalista, em particular a posição frente a poderosas organizações sindicais do Centro. (FURTADO, 1981, p. 47)

Furtado, portanto, nega a hipótese dos benefícios da divisão internacional do trabalho baseada no princípio neoclássico das vantagens comparativas. Fica claro que a divisão do trabalho entre centro e periferia tem como consequência a manutenção e ampliação dos hiatos de desenvolvimento e conhecimento entre as nações. Estes hiatos caracterizam a divisão internacional do trabalho, marcada pela exportação de produtos e serviços pelos países líderes, com características de preço e desempenho superiores, enquanto os países menos desenvolvidos ficam restritos a um padrão de produção e exportação crescentemente obsoleto e não competitivo.

O processo de desnacionalização e destruição da capacidade produtiva e inovativa endógena apontado acima implica, conforme Furtado, na perda de graus de liberdade na condução de política — com o aumento da subordinação política e econômica aos interesses do capital financeiro internacional e dos grandes conglomerados multinacionais — criando uma série de constrangimentos externos à implementação de políticas que visem ampliar as exportações, desenvolver a produção nacional e a capacidade endógena de gerar conhecimento e inovação. Desta forma, o hiato-tecnológico secular entre centro e periferia se mantém, podendo se ampliar caso a destruição ocorrida nas capacidades produtivas e inovativas não se reverta.⁷

Pode-se dizer assim e em consonância com as ideias de Furtado que o processo de inserção internacional do Brasil (e também da América Latina), no início o século XXI, reproduz aquele do início do século XX. A participação de nossas economias na divisão internacional do trabalho é caracterizada como uma reinserção periférica. Excluídos do centro da economia mundial, cada vez mais cabe aos nossos países a especialização nas partes menos complexas das atividades produtivas. Isto inclui principalmente as *commodities* baseadas

7. Ver, por exemplo, Tavares e Fiori (1997), e Fiori (2001).

em alta escala de produção, baixo preço unitário, intensivas em recursos naturais e energéticos e na simplificação tecnológica e rotinização das tarefas realizadas pelos trabalhadores. A mão de obra envolvida nesse processo produtivo tem um menor custo e condições de trabalho mais precárias e “flexíveis”, não exigindo altos níveis de capacitação ou conhecimento. As principais atividades encontram-se concentradas nas esferas da execução, distribuição e montagem de produtos. Portanto, à periferia cabe participar dos fluxos de comércio internacional, de forma predominantemente semelhante àquela de um século atrás. Neste sentido o “centro” segue ampliando o domínio sobre as atividades produtivas intensivas em conhecimento e criatividade, notadamente estratégicas e geradoras de valor.

No centro do capitalismo, a redução da capacidade de produção intensiva em mão de obra foi complementada pela ampliação da produção intensiva em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador mais elevado, Quase 3/4 dos empregos qualificados do mundo estão nos países centrais. (POCHMAN, 1997, p.16).

3. Conclusão: políticas de desenvolvimento produtivo, seus avanços e dilemas

O processo de industrialização brasileiro do pós-guerra até os anos 1980 levou o país a incorporar os benefícios da segunda revolução industrial e dotou a região de enormes capacitações nas atividades dos sistemas produtivos e inovativos metal-mecânico, elétrico, químico-petroquímico e de transportes. Completado esse processo, no final dos anos 1970, os dilemas do desenvolvimento produtivo da região surgem com a necessidade de incorporar de forma virtuosa os benefícios da terceira revolução industrial. No enfrentamento deste desafio, a estrutura produtiva instalada no país não tem conseguido resolver o principal problema do nosso desenvolvimento produtivo, qual seja a endogeneização do progresso técnico. Diferentemente de todos os países que foram capazes de vencer este desafio, o Brasil tem delegado às subsidiárias das ETNs um papel de destaque na resolução dessa questão fundamental.

A partir de 2003, o governo resgatou o papel da política industrial que, a partir de então, define a capacitação interna voltada à inovação como sendo o seu eixo principal. Porém, as correntes que têm disputado, no âmbito do governo, a hegemonia política das estratégias de desenvolvimento, não consideram relevante a questão do controle da propriedade das empresas. Apesar dos inegáveis sucessos alcançados — quanto à consolidação e à expansão da infraestrutura brasileira de ensino e pesquisa, em particular a criação de novas universidades

públicas federais em regiões distantes dos centros econômicos mais importantes e a ampliação significativa das escolas técnicas federais —, a política industrial e de inovação tem sido incapaz de dar conta dos desafios trazidos pela reorganização global da produção e pelas mudanças nas estratégias dos principais agentes do processo, as empresas multinacionais.

No caso da saúde tem havido uma complexa articulação política e as políticas industriais e de inovação têm obtido resultados significativos, inclusive com a participação do capital estrangeiro. Porém, na maior parte das outras atividades produtivas a integração da economia brasileira com a mundial por intermédio do aumento substancial do investimento direto externo pouco regulado tem sido, de fato, uma via de mão única com aumento nos fluxos de importação por parte das empresas locais e subsidiárias de ETNs e um esvaziamento significativo dos sistemas produtivos e inovativos brasileiros. Tais investimentos, em vez de servirem de plataforma de exportação e auxiliarem a integração da economia brasileira com a mundial, têm sido direcionados fundamentalmente ao mercado interno. Por outro lado, os investidores estrangeiros vêm aumentando sua presença em todos os setores dinâmicos com alto valor agregado, os quais se tornam cada vez mais intensivos em importação de insumos, partes e peças, reduzindo as atividades no Brasil àquelas típicas de uma “maquiladora”. Adiciona-se que as estratégias das subsidiárias de ETNs, no que se refere ao Brasil, têm se limitado à busca do mercado interno, principalmente por meio de aquisições de empresas locais.

De fato, existe uma crise estrutural em curso que emerge nos anos 1970 e que resulta do esgotamento de um arranjo técnico-produtivo e institucional do padrão de acumulação capitalista instituído a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A crise financeira atual pode ser entendida como uma manifestação particularmente avançada dessa crise estrutural. Como acima apontado, as empresas não financeiras têm tido suas estratégias cada vez mais subordinadas à lógica das finanças globais. As consequências das inter-relações entre produção e finanças, que subjugam as decisões de investimento produtivo aos padrões de rentabilidade financeira e às preferências impostas pelos investidores institucionais e analistas financeiros são aspectos que contribuíram fortemente para a detonação da crise financeira de 2008. A partir de então, a crise nas economias centrais se aprofunda e se observam algumas tendências que conformam um período totalmente novo.

Explicita-se um excesso de capacidade produtiva mundial. No caso norte-americano, por exemplo, o investimento mantém-se num patamar extremamente reduzido, muito abaixo da norma histórica do pós-guerra, ao mesmo tempo em

que os lucros corporativos saltam para um patamar extremamente elevado, evidenciando um descolamento do nível de investimento privado da sua lucratividade de maneira sem precedentes. Diversos autores têm sugerido que estes lucros crescentes refletem rendas e não retorno do investimento, produzindo a desconexão entre lucros e a produção propriamente dita. Argumenta-se ainda que o período pós-2008 denota uma mudança significativa nas estratégias das grandes empresas multinacionais associadas à permanência da crise, superprodução em escala global, estagnação e até diminuição do mercado global e mudanças nas políticas governamentais como reação às novas dimensões da crise.

Três pontos importantes para uma reflexão sobre as possibilidades do Brasil merecem destaque nesta conclusão. O primeiro é o aumento considerável nos níveis de endividamento de governos, famílias e corporações. O estoque global da dívida passa de US\$ 87 trilhões em 2000 para US\$ 142 trilhões em 2007 (crescimento de 7,3%) e para US\$ 199 trilhões em 2014 (crescimento de 5,3%). Isto representava 246% do PIB global em 2000, 269% em 2007 e 286% em 2014. É importante notar que as corporações financeiras e não financeiras eram e continuam como principais responsáveis pelo endividamento (pouco mais de 50% em 2014), mas os governos têm apresentado as maiores taxas de crescimento (9,3% ao ano entre 2007 e 2014), como resultado das políticas de austeridade implantadas na maior parte das economias.

O segundo ponto importante de mudança estrutural na economia global a partir de 2008 refere-se à crescente debilidade do comércio internacional. Dados do FMI mostram que até 2011 a evolução do comércio internacional é consistente com a ideia de uma economia crescentemente globalizada e integrada do ponto de vista produtivo, pois observamos taxas de crescimento do comércio internacional marcadamente superiores em relação ao produto global. As únicas exceções são os anos de 2001 e 2009, quando as crises financeiras levaram a uma rápida e pouco duradoura diminuição da importância de exportações e importações. A partir de 2011, porém, observa-se uma alteração na norma na medida em que o comércio internacional cai significativamente, ficando, entre 2012 e 2014, colado ao PIB global, ambos crescendo muito pouco. A partir de outubro de 2014, a situação do comércio internacional se deteriora e observa-se um crescimento a taxas negativas. Mais importante é que essa diminuição é maior em produtos que fazem parte das chamadas cadeias globais de valor comandadas por grandes empresas transnacionais (FERRANTINO; TAGLIONI, 2015, p. 5).

O terceiro ponto, associado ao anterior é que, com o aprofundamento da crise, os governos da maior parte dos países, em especial do G-20, têm aumentado

significativamente a utilização de barreiras não tarifárias para minimizar o impacto da globalização nas suas estruturas produtivas. Dados compilados por economistas europeus apontam que somente em 2015, 538 medidas protecionistas foram implementadas pelos diferentes governos, 433 das quais pelos países do G-20. Estima-se ainda que, desde a erupção da crise, 3581 medidas deste tipo foram implementadas e que os EUA, os países europeus e a China lideram essas políticas (EVENETT, 2014; EVENETT; FRITZ, 2015).

Assim, com o aprofundamento da crise nos seus países de origem e nas economias mais avançadas, as estratégias das empresas transnacionais levaram a um aumento das importações de outras subsidiárias que atendiam tais países de produtos finais, intermediários e partes e peças, o que tem agravado significativamente nossos problemas da balança comercial de manufaturados, como apontado anteriormente. Vale a pena notar ainda que o investimento externo direto passou a dominar também importantes setores de serviços e infraestrutura que são não *tradables* e por isso não podem exportar. No entanto, como estes setores são muito lucrativos, eles tendem a gerar um fluxo contínuo de lucros, dividendos, royalties e outras remessas de renda, sobrecarregando o balanço de pagamentos brasileiro. Os desafios e limites inerentes a tal quadro exigem respostas arrojadas e alternativas, as quais podem ser vistas como portadoras de oportunidades para formas alternativas de desenvolvimento.

Isso abre espaço para reflexão das possibilidades futuras do desenvolvimento produtivo e inovativo no Brasil, as quais são dependentes de alguns fatores básicos. O primeiro, e mais importante, refere-se ao estabelecimento de uma visão estratégica de longo prazo capaz de angariar consenso e apoio. Isto é, da definição de um projeto de país que queremos e podemos implementar. O segundo remete à necessidade de objetivar um desenvolvimento apropriado, coeso e com visão de futuro. O esvaziamento da estrutura produtiva confere prioridade à recuperação das capacidades perdidas e à criação e sustentação de novas capacitações produtivas e inovativas. É acima de tudo fundamental para o sucesso da política industrial e de inovação evitar o mimetismo das agendas de política dos países considerados mais desenvolvidos. Ressalta, portanto, a necessidade de colocar no centro do debate da política a sua contextualização, isto é, sua adequação às especificidades da sociedade e da economia brasileira e aos objetivos de seu desenvolvimento.

A contextualização da política produtiva e de inovação significa direcionar as prioridades ao equacionamento dos principais problemas da nossa economia e sociedade. Aqui, o ponto central é a busca da convergência da agenda de desenvolvimento produtivo com a política e ações de impacto social. A

melhoria na distribuição de renda e a incorporação na economia brasileira de milhões de pessoas, anteriormente marginalizadas, sinalizam a necessidade de se promover os sistemas produtivos e inovativos voltados à sustentabilidade social e ambiental e à provisão dos serviços públicos essenciais, os quais podem ser dinamizados pelo poder de compra governamental, ampliando as possibilidades de autorreforço e convergência das políticas públicas. Esses, assim como o aproveitamento da sociobiodiversidade brasileira, envolvem capacitações produtivas e inovativas que exigem apoio específico para seu desenvolvimento, o qual pode ser irradiado para todo o território brasileiro.⁸

8. Para detalhes ver Lastres *et al.* 2014.

Uma estratégia nessa direção pode contribuir para inverter a lógica que tem prevalecido quanto ao desenvolvimento brasileiro, descortinando, mobilizando e enraizando potencialidades portadoras de futuro. Esse caminho está longe de ser trivial. No entanto, consiste em apenas uma, dentre as possibilidades — pensadas por Celso Furtado, colegas e seguidores, há muito tempo — de avançarmos no entendimento dos dilemas colocados a nosso desenvolvimento e perseverarmos em decifrar formas para seu alcance.

Finalizamos este artigo com duas citações resgatadas da coletânea *Brasil, sociedade em movimento*, a qual objetivou reunir análises sobre a os dilemas e obstruções colocados ao desenvolvimento brasileiro, na metade da segunda década do século XXI, numa convocação ao resgate das contribuições de Furtado e que testemunham sua atualidade e vigor.

Haverá para o Brasil um futuro, entre os muitos possíveis, que é preciso apostar construível. É o que terá compromisso com as reivindicações da democracia [...] que fará da sustentabilidade objetivo inegociável, que fará da cultura [...] o espaço, por excelência, da inovação, da imaginação, da experimentação. Há um futuro, na medida em que o espaço público prevaleça, em que a centralidade excludente e regressiva do capital e dos poderes a seu serviço seja contraposta pelas múltiplas centralidades nascidas [...] da beleza, da poesia, da solidariedade, da alegria. Haverá um futuro [...] quando nos apropriarmos, livremente, todos e indistintamente, do espaço, do tempo e dos objetos. (PAULA, 2015, p. 22)

Penso na contribuição que o Brasil pode dar [...] O país é hoje uma das maiores democracias do mundo, que tolera uma mídia pesadamente oposicionista e aceita frequentes manifestações críticas de rua; que criou instâncias de diálogo com a sociedade organizada. Uma democracia constituída com larga diversidade racial, cultural e religiosa; que procura livrar-se da forte influência do poder econômico dominante [...] Uma democracia que, por isso mesmo, é olhada com atenção pelo mundo. (BRAGA, 2015, p. 404)

§

Referências

- BRAGA, R. S. Posfácio. In: SOUZA, P. (Org.). *Brasil, sociedade em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CANO, W. Desindustrialização no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. Especial, p. 831-851, 2012.
- CASSIOLATO, J. E. Que futuro para a indústria brasileira. In: *O futuro da indústria, oportunidades e desafios: a reflexão da universidade*. Brasília: MDIC/IEL Nacional, 2001.
- _____; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 19, n.1, p.34-45, jan./mar. 2005.
- _____; _____. Discussing innovation and development: Converging points between the Latin American school and the Innovation Systems perspective? In: *Globalics Working Paper Series*, 08-02. 2008.
- _____; _____. Introduction. In: CASSIOLATO, J. E.; VITORINO, V. (Eds.) *BRICS and Development Alternatives: Innovation systems and policies*. Londres: Anthem Press, 2011.
- _____; _____. SZAPIRO, M. Dilemas e perspectivas da política de inovação. In: BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M.; CARVALHO, L. *Indústria e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Ed. da FGV, 2015.
- _____; _____. VARGAS, M. A. Local systems of innovation in Brazil, development and transnational corporations: a preliminary assessment based on empirical results of a research project. In: *Druid Conference*. Aalborg, Dinamarca: University of Aalborg, 2001.
- _____; _____. MACIEL, M. L. (Eds.). *Systems of innovation and development: evidence from Brazil*. Cheltenham, Inglaterra: Edward Elgar, 2003.
- _____; ZUCOLOTO, G.; TAVARES, J. M. H. Empresas transnacionais e desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma análise a partir das contribuições de François Chesnais. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. M.; LASTRES, H. M. M. (Eds.) *Desenvolvimento e mundialização: O Brasil e o pensamento de François Chesnais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.
- CHESNAIS, F. National systems of innovation, foreign direct investment and the operations of multinational enterprises. In: LUNDAVALL, B. A. (Ed.) *National innovation systems: towards a theory of innovation and interactive learning*. Londres: Pinter, 1992.
- _____. Present international patterns of foreign direct investment; underlying causes and some policy implications for Brazil. In: *The international standing of Brazil in the 1990s*. Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, p. 26-30, mar. 1990.
- CHESNAIS, F.; SAUVIAT, C. The financing of innovation-related investment in the contemporary global finance-dominated accumulation regime. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.) *Systems of innovation and development: evidence from Brazil*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003, p. 61-118.
- EVENETT, S. J. *The Global Trade Disorder*. The 16th GTA Report. CEPR, 2014.
- _____; FRITZ, J. The tide turns? Trade, protectionism, and slowing global growth. In: *The 18th Global Trade Alert Report*. CEPR, 2014.
- FAJNZYLBBER, F. Industrialización en América Latina: de la "Caja Negra" al "Casillero Vacío": Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. In: *Cuadernos de la Cepal*, 60. Santiago de Chile: Cepal/FAO, 1989.
- FERRANTINO, M. J.; TAGLIONI, D. Global value chains in the current trade slowdown. In: *World Bank Economic Premise*, n. 138, 2014.
- FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.), *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.
- FREEMAN, C. *Technological infrastructure and international competitiveness*. Texto submetido ao grupo ad hoc em ciência, tecnologia e competitividade da OCDE. Paris: OCDE, 1982.
- FURTADO, A. Progresso técnico no pensamento de Celso Furtado. In: CORSI, F.; CAMARGO, J. (Org.) *Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. In: *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 4 (96), out.-dez., 2004, p. 485-486.
- _____. *Em busca de novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Transformação e crise na economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra 1987.
- _____. *El subdesarrollo latinoamericano*. Ensayos de Celso Furtado. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. In: *Revista de Economia Política*, vol.1, n.1, jan./mar. 1981.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.
- GUIMARÃES, V. et al. Convergências e complementaridades da corrente neoschumpeteriana com o pensamento estruturalista de Celso Furtado. In: SABOIA, J. CARDIM, F. (Org.) *Celso Furtado e o século XXI*, São Paulo: Ed. Manole. 2006.
- KOELLER, P. *Política nacional de inovação no Brasil*. Releitura das estratégias do período de 1995-2006. Tese (Doutorado) — IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- LASTRES, H. M. M. et al. Desenvolvimento é política no território. In: BNDES, CGEE e Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, *Projeto Desafios do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ago. 2014. Mimeografado.
- MORCEIRO, P. *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- MYRDAL, G. *Economic theory and underdeveloped regions*. Londres: Duckworth, 1957.
- PAULA, J. A. Brasil: passado e futuro. In: SOUZA, P. (Org.) *Brasil, sociedade em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

- POCHMAN, M. *Economia global e a nova divisão internacional do trabalho*. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 1997. Mimeografado.
- REINERT, E. The role of technology in the creation of rich and poor nations: Underdevelopment in a schumpeterian system. In: ALDCROFT, D.; ROSS C. (Eds). *Rich Nations — Poor Nations*. The long run perspective. Aldershot: Edward Elgar, 1996.
- SERFATI, C. Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation. In: *Journal of Innovation Economics*, vol. 2, 2008.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: Ensaio sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.
- _____. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Eds.) *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____.; BELLUZZO, L. G. Capital Financeiro e Empresa Multinacional. In: *Revista Temas de Ciências Humanas*, vol. 9, 1980.
- ZUCOLOTO, G. *Determinantes da inovação tecnológica no Brasil*. RedeSist. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2014. Mimeografado.

O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios

De Alexander Gerschenkron¹

Rio de Janeiro: Contraponto Editora e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015

|| Jaques Kerstenetzky²

A EDIÇÃO

Bem ao espírito da coleção *Economia política e desenvolvimento*, esta edição de 12 escritos de Gerschenkron é um verdadeiro clássico que se torna acessível ao público brasileiro interessado em economia. O autor é historiador econômico da maior envergadura, formado por uma trajetória acadêmica e de vida ímpar que, tendo atuado na academia em meados do século passado, permanece influente até os dias de hoje.

Seus principais escritos são artigos — quase todos os seus livros são constituídos de coletâneas de artigos e conferências. A presente edição em português selecionou artigos publicados em revistas acadêmicas nas décadas de 1950 e 1960 que haviam sido republicados em duas coletâneas americanas: uma de 1961 (*Economic backwardness in historical perspective*) e

outra em 1968 (*Continuity in history and other essays*). Se é usual discutir o critério de escolha para seleções desta natureza, esta linha de comentário não rende muita polêmica neste caso. A escolha do volume brasileiro recaiu sobre um conjunto de textos tematicamente coeso, preferencialmente a cobrir diferentes faces do intelectual, uma escolha justificável e explicitada pelo título da coletânea.

A APRESENTAÇÃO E O AUTOR

Os artigos de Gerschenkron são precedidos por uma excelente e detalhada apresentação de Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos e Numa Mazat, professores do Instituto de Economia da UFRJ. A apresentação se assenta em amplo material bibliográfico, de forma que é uma verdadeira incursão pelo conteúdo e significado da contribuição do historiador econômico: introduz o leitor aos artigos do livro, incluindo informações de vida e obra que permitem melhor compreendê-los; examina as resenhas das coletâneas americanas aqui mencionadas, revelando sua recepção à época do lançamento; e acessa literatura posterior, dando ideia da resistência da obra ao tempo. Os que quiserem prosseguir para além da leitura do livro, aprofundando o estudo da contribuição de Gerschenkron, encontrarão material nas referências da apresentação.

Dentre o material utilizado na apresentação está uma biografia relativamente recente do historiador escrita por seu neto, o escritor Nicholas Dawidoff (2002). Este se baseou em suas próprias memórias, nas memórias (não publicadas) deixadas pelo

1. GERSCHENKRON, A. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*, de Alexander Gerschenkron. Rio de Janeiro: Contraponto Editora e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015.

2. Professor associado do Instituto de Economia da UFRJ.

avô, em pesquisa contextual, em extenso número de entrevistas que realizou e em material que obteve com ex-alunos, reconstituindo de forma muito pessoal as idiossincrasias e a aura que Gerschenkron foi capaz de criar em torno de si. Eventuais depoimentos publicados por ex-alunos vão na mesma direção, como o de Deirdre McCloskey (1992), para quem Gerschenkron não foi o melhor professor, economista, ou historiador que conheceu, mas o maior *scholar*.

A biografia de Gerschenkron é daquelas que vale a pena conhecer. Por razões de espaço compatível com uma resenha, limito-me a uma brevíssima e significativa amostra: nascido no começo do século XX em Odessa e descendendo de judeus por parte de pai, fugiu da União Soviética poucos anos depois da revolução russa, para a Áustria, onde se tornou adulto e economista, e de lá foi para os Estados Unidos, escapando do nazismo. As fugas se justificam pelos ambientes totalitários, senão pela origem judaica. Nos EUA foi capaz de abrir caminho na profissão até se tornar professor em Harvard. O uso da criatividade para superação de adversidades é um traço de sua história de vida que Dawidoff (2002, p. 187) identifica como análogo à ideia que seu avô concebeu para entender a história das nações. Passemos a ela.

O ATRASO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O capítulo 1 da coletânea brasileira, *O atraso econômico em perspectiva histórica*, originalmente publicado em 1952, empresta — e não à toa — seu título ao livro, da mesma forma que à primeira coletânea americana, de 1961 — em português foi acrescida a expressão “e outros ensaios”. Contém uma teoria do atraso econômico relativo, elaborada para dar conta das diferentes maneiras pelas quais os países europeus se industrializaram, ideia sobre a qual Gerschenkron trabalhou pelo resto de sua vida (MCCLOSKEY, 1992, p. 242). Seu valor está em ser

capaz de ordenar significativamente um vasto material histórico, sendo provavelmente a maior razão do sucesso do autor e de sua obra.

Em sua ideia paradigmática, Gerschenkron identifica uma tensão nos países que se industrializaram depois da Inglaterra que opõe “o estado real das atividades do país e os obstáculos ao seu desenvolvimento industrial, por um lado, e [...] a grande promessa inerente a esse desenvolvimento, por outro” (p. 70). Não contando com as mesmas condições associadas ao processo que gradualmente conduziu a Inglaterra a sua industrialização, os demais países lançaram mão de soluções institucionais específicas para acelerar mudanças e saltar sobre o atraso, de maneira a emparelhar com a nação de industrialização originária. Gerschenkron emprega a expressão “substituição” quando se refere a elementos que atuam no lugar daqueles que seriam, em uma visão indiferenciada de história industrial, pré-requisitos da industrialização — superação da estrutura agrária, criação de elite moderna, disponibilidade de capital, mão de obra, iniciativa empresarial, proteção à propriedade, e a lista pode ainda seguir; na visão de Gerschenkron, tais mudanças, ao invés de prévias para que a industrialização possa se dar, acabam por se consolidar durante o processo de desenvolvimento industrial (p. 99 e p. 204 e seguintes). Adicionalmente, “substituição” não denota consciência plena, mas tateamento e descoberta; e sendo os conceitos da ideia heurísticos, permitem organizar as perguntas e a pesquisa de novos casos.

A ideia de Gerschenkron permite assim ordenar a experiência ao mesmo tempo diversa e convergente dos países europeus. Convergente porque uma vez que a Inglaterra se industrializou, apontando o caminho do desenvolvimento, passou a ser um espelho. Diversa porque os países continentais se encontraram diferentemente servidos em termos de condições para trilhar o caminho. Heranças históricas

institucionais e culturais ensejaram diferentes soluções para “saltar sobre o atraso”.

A leitura dos demais artigos da publicação pode ser feita sob o prisma de elaboração da ideia já mencionado (MCCLOSKEY 1992): neles encontramos refinamento da teoria, detalhamento de um caso nacional ou de como um setor ou atividade (como a agricultura) pode variar seu papel na experiência histórica e nacional, indicação do papel e do *timing* da construção ferroviária no processo, revisão crítica do trabalho de outros à luz de sua “teoria histórica”, e extensão para novos casos nacionais. A mesma ideia de extensão, elaboração e aprofundamento serve para outros artigos do autor não selecionados.

Assim, na análise gerschenkroniana, o caso da Alemanha destaca os Bancos Universais como instituição-chave para saltar sobre o atraso. Essa conexão entre modelo bancário e crescimento se tornou uma hipótese duradoura e sempre revisitada em estudos sobre o sistema financeiro. Na análise do caso russo, sendo o atraso de maior profundidade, são identificados outros substitutos, com a partida para o salto sobre o atraso tendo origem no Estado. São discutidas as especificidades na agricultura e relações sociais no campo, no financiamento e na maneira como a transformação se desenrola. Outros casos tratados pelo historiador econômico são a Itália, a Áustria e a Bulgária, havendo ainda observações mais breves sobre outros países à luz de sua teoria, como a Dinamarca. As observações incluem casos de não transformação.

A análise histórica dos casos gerou críticas de outros historiadores, que discutiram detalhes dos processos nacionais, com reexame do *timing* e das instituições. Ainda que a interpretação tenha sofrido desafios empíricos, permanece a abordagem.

LIÇÕES DE GERSCHENKRON: O SCHOLAR NA HISTÓRIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA

É digno de nota que os artigos de Gerschenkron combinam história, teoria e metodologia, como bem observa a apresentação brasileira. Ao longo do tempo, no debate com outras visões concorrentes, no esforço de aperfeiçoamento e detalhamento de sua visão, o historiador econômico robustece sua argumentação e sua grande explicação. Talvez aqueles que esperam a cada artigo um novo conjunto de proposições se ressintam de certa repetição de conteúdo. Mas os artigos de Gerschenkron não se destinam meramente a fornecer conteúdo histórico. São lições de história, de uma maneira de pensá-la, de praticá-la.

Gerschenkron é de uma época em que os artigos de economia não apresentavam a estrutura atual, mas mesmo para o estilo da época se destacam pela escrita dotada de graça e erudição. Assim, não encontramos o texto sob a forma contemporânea de artigo *mainstream* de economia — revisão de literatura/modelo/dados/avaliação/conclusões, mas sob a forma de ensaio. O leitor eventualmente estranhará a falta de um enunciado, ao início da exposição, do percurso que será seguido, à feição do que seria hoje uma das características dos artigos aceitos em revistas acadêmicas; em compensação, a sequência é conduzida de forma que contexto, ideias, o eventual contraste com outras abordagens se desenvolvem sem ressaltos, e somos conduzidos pela discussão sem esforço. Críticas a ideias de outros podem ser duras, mas não desrespeitosas; discordâncias são elegantes, fundamentadas e referidas à própria visão. A retórica é sempre impecável, com emprego de estilo, fato, lógica, metáfora, estória trabalhados à exaustão. Dawidoff (2002, p. 126) nos explica que o processo de produção de Gerschenkron consistia em enfrentar um tema com extensa leitura e pesquisa de arquivo, para então, quando chegava a hora de

escrever, fazê-lo como se empregasse um torno, revirando suas ideias continuamente até aprimorá-las ao ponto de se tornarem reflexões concisas.

Uma apreciação mais profunda do trabalho de Gerschenkron pode ser conduzida pelo exame de seu lugar na história da sua disciplina, a história econômica. Vale a digressão que segue, cuja principal motivação é esclarecer a relação do autor com as tendências que atuaram na disciplina, relação esta que encerra uma lição de pluralismo. Passemos ao exame, começando pela história da disciplina em versão breve.

O campo de estudos da história econômica teve uma evolução peculiar que podemos com certa liberdade reputar como independente dos demais ramos da história (como a história social) porque referida principalmente à economia;³ por outro lado, a evolução não se alinha com a da vertente principal da própria economia na maior parte do percurso. Alinhamento e desalinhamento permitem identificar relações complexas entre a história e a teoria econômicas nos diferentes pontos do percurso, em torno de questões de método. Precisamos recuar até as antecessoras escolas históricas alemã e inglesa do século XIX que, propondo uma ciência econômica histórica e institucional e de caráter predominantemente indutivo, haviam se desenvolvido como contraponto à escola clássica inglesa que teria, na visão dos históricos, se tornado excessivamente dedutiva. O contraponto se renovou na Alemanha na década de 1880 com a chamada *methodenstreit* entre a abordagem histórica de Gustav

Schmoller, da segunda geração da escola histórica alemã, e o marginalismo predominantemente dedutivo de Carl Menger no lugar da escola clássica, com reflexos na Inglaterra e nos EUA. Da solução deste contraponto nasceu a história econômica como espaço de economistas dedicados a estudos históricos,⁴ no lugar da economia histórica, formalizando-se em 1892 com a primeira cadeira em Harvard, ocupada pelo economista histórico inglês William Ashley, com as cadeiras se multiplicando em outras instituições, e com a criação de revistas especializadas e associações.⁵

A história econômica se desenvolveu em suas primeiras décadas sem grandes balizadores metodológicos; assim, grande variedade de modalidades de estudo, inclusive quantitativo, se desenvolve nas primeiras décadas do século XX. A busca de princípios normativos para a disciplina pode ser exemplificada pela proposição de Norman Gras de acumular grande número de estudos de caso, no âmbito da disciplina correlacionada história empresarial, esperando-se surgir deste acúmulo uma síntese.⁶ Ainda ilustrando a busca de perspectivas de orientação de pesquisa no campo, vemos os caminhos da economia, história econômica e da história empresarial se entrecruzarem em instituições como o importante e breve *Research Center in Entrepreneurial History* em Harvard (1948-1958), de forte influência schumpeteriana, mas também interdisciplinar. Já era época de atuação de Gerschenkron, de forma que dispomos de sua análise crítica da visão de membros do centro no artigo *Atitudes sociais, espírito empreendedor*

3. Esta observação, e o que se segue, vale para o *mainstream* da história econômica que se desenvolveu em torno das principais escolas do mundo anglo-saxão. A história é diferente e se torna mais complexa se considerarmos outras vertentes como a *École des Annales* ou as contribuições ligadas ao marxismo.

4. Nascimento, aqui, tem o sentido de campo de ensino e investigação formalmente organizado.

5. Em sua aula inaugural de 1893, Ashley (1893) fala da história econômica como território dedicado àqueles que praticavam economia histórica.

6. Gras, historiador econômico orientado por Edwin Gay, foi o primeiro a ocupar uma cadeira de história empresarial, no nascimento desta disciplina na Harvard Business School, na década de 1920 (BOOTHMAN, 2001).

e *desenvolvimento econômico*, reproduzido como capítulo 10 da coletânea brasileira, originalmente publicado em 1955.⁷

À época também estava em fermentação a chamada nova história econômica ou cliometria, que pode ser brevemente definida como o emprego de teoria econômica e de técnicas quantitativas de ponta na feitura da história econômica. Representa, pela primeira vez, uma orientação de alinhamento entre história econômica e *mainstream* da economia, na forma de recolocação da situação de contraponto, agora com a solução recomendada de uso do arsenal dedutivamente desenvolvido da teoria econômica e de métodos quantitativos para proporcionar balizamento analítico e rigor quantitativo a argumentos de história econômica. Com este pano de fundo em mente, passemos ao tema da relação de Gerschenkron com métodos quantitativos e, em seguida, à sua apreciação da nova tendência.

Educado como economista quando a fronteira da economia estatística era a contabilidade nacional e os números índices, mas também na cultura da *Mitteleuropa*, Gerschenkron acreditava em números e em palavras (MCCLOSKEY, 1991). Se os seus escritos históricos se apresentam como ensaios, um dos aspectos de sua teoria do atraso econômico é a aceleração do crescimento, de forma que desenvolveu atenção para sua mensuração, bem como para transformações na estrutura industrial, como no artigo sobre a industrialização da Bulgária reproduzido na coletânea americana de 1961, que traz também um apêndice quantitativo sobre o mesmo país.⁸

Também encontramos nos artigos, de forma dispersa e brevíssima, manifestações sobre a importância de quantificação e de operacionalidade de conceitos, por vezes como crítica ao trabalho de outros historiadores econômicos.

Destaca-se também o trabalho que deu origem ao “efeito Gerschenkron”, como ficou conhecida outra de suas contribuições, uma peça de análise econômica formulada para dar conta do poderio industrial soviético na base de métodos quantitativos. Em seus primeiros tempos de Harvard, Gerschenkron se notabilizara como estudioso da União Soviética, campo que foi abandonando para se concentrar exclusivamente em estudos históricos. No esforço de análise empírica, Gerschenkron se deu conta de que, na elaboração de índices de produção (de maquinário soviético), a adoção de ponderações do início de um período de transformações introduz viés de aumento nos resultados de crescimento do produto. Por meio de seus próprios cálculos envolvendo sistematização, estudo detalhado e estimativas de informações, mas destacadamente de uma escolha judiciosa de números-índice como alternativa aos empregados pelos soviéticos, Gerschenkron chegou a resultados que representaram uma deflação do poderio da economia soviética em relação ao que se acreditava com base nas informações oficiais (GERSCHENKRON, 1951).

Quanto à cliometria, encontramos uma argumentação de apoio ao uso de raciocínio contrafactual no pós-escrito ao capítulo 11 da coletânea aqui resenhada, *Alguns problemas metodológicos em história econômica* (p. 373 e seguintes). Adicionalmente,

7. Arthur Cole estava à frente do centro, Leland Jenks e Thomas Cochrane eram grandes nomes e, entre os jovens, além de Landes (que tem sua visão explicitamente confrontada por Gerschenkron no capítulo 10), destacavam-se os nomes de Alfred Chandler e Douglass North.

8. *Some aspects of industrialization in Bulgaria, 1878-1939* e *Appendix II: Industrialization in Bulgaria, basic data and calculations*. Estas duas peças não estão presentes na coletânea brasileira.

orientandos seus se tornaram entusiastas da nova tendência: McCloskey (1992) nos conta que o grupo de orientandos afixou na entrada do laboratório organizado pelo mestre o moto “Dê-nos os dados que completaremos o trabalho”, mas acrescenta que Gerschenkron certamente o repudiaria como ignorante se tivesse ido pessoalmente ao laboratório.

Por outro lado, chama a atenção, no mesmo pós-escrito ao capítulo 11, e encerrando-o, o pedido de compreensão para eventuais exageros da cliometria que seriam característicos de etapas iniciais de novas tendências, acreditando que, com o tempo, a consciência que historiadores econômicos adquirem dos fatores não econômicos, além de novos métodos e problemas que naturalmente surgiriam mais tarde, acabaria por temperar e tornar mais comedida a nova prática. Não cabe aqui avaliar o que ocorreu depois; mantendo-nos no passado, a apreciação metodológica geral de Gerschenkron (ainda no capítulo 11) não destoaria da encontrada em artigos de velhos historiadores econômicos como Redlich (1965) e Cochran (1969) nos quais a velha e a nova história econômica são confrontadas. Cada um a seu modo e em grau variado, os três expressam certo otimismo (e normatividade) no sentido de desenvolvimento da história econômica de forma pluralista, onde problemas admitem diferentes métodos e graus de abstração, e diferentes instrumentos e teorias empregados de forma judiciosa são bem-vindos.

UMA LIÇÃO QUE TRANSCENDE O TEMPO

Meu último comentário pretende destacar um aspecto da contribuição paradigmática de Gerschenkron como sendo capaz de transcender o tempo e iluminar a prática acadêmica contemporânea. Identificar a diversidade da experiência histórica da industrialização de países europeus faz de Gerschenkron um pensador que, praticando

história comparativa, ensina a lidar com os processos contraditórios de unicidade e diversidade na experiência histórica, em contraste com autores para quem o processo de transformação e de desenvolvimento é uma estrada única, apontada pelos países que estão na dianteira, dentre os quais incluiu Rostow e Marx.

No melhor estilo histórico contemporâneo, Gerschenkron não vê a história movida por um único mecanismo produtor de eventos em caminho único. Há em sua contribuição espaço para tendências e processos (e assim, para a ciência, a economia) com potencial para dominar a cena histórica, mas também lugar para especificidade e criatividade. No século XIX de Gerschenkron, quando desenvolver era essencialmente industrializar, países entraram na passagem para a industrialização por caminhos diferentes (alguns não o fizeram).

Embora a estrada do desenvolvimento tenha se transformado, convergência e divergência na experiência histórica permanecem tendências fundamentais de nosso tempo. Estariam as nações convergindo para um modelo único liberal, ou haveria em cada uma delas herança histórica e inscrita em suas instituições que preserva a diversidade?⁹ Se as duas tendências operam, como se dá sua ação conjunta (e contraditória)?

Mais do que problema contemporâneo explicitado pela globalização, o problema da unicidade e diversidade é histórico; pode ser visto na difusão milenar de elementos de civilizações através de contato transcultural, seja por dominação e/ou por comércio, em processos que não eliminam a diversidade, que permanece informada por herança própria. Diversidade se enfrenta com história comparativa, que permite pensar a diversidade na unicidade, e uso judicioso de fato, lógica, metáfora e estória, compondo a narrativa histórica.

§

9. Ver, por exemplo, a literatura de variedades de capitalismo e, em especial, os trabalhos de Wolfgang Streeck e Kathleen Thelen.

Referências

- ASHLEY, W. J. On the study of economic history. *In: The Quarterly Journal of Economics*, vol. 7, n. 2, p. 115-136, 1893.
- BOOTHMAN, B.E.C. A theme worthy of epic treatment: N.S.B. Gras and the emergence of american business history. *In: Journal of Macromarketing*, vol. 21, n. 1, p. 61-73, June 2001.
- COCHRAN, T.C. Economic HISTORY, OLD AND NEW. *In: The American Historical Review*, vol. 74, n. 5, p. 1561-1572, 1969.
- DAWIDOFF, N. *The fly swatter. How my grandfather made his way in the world*. New York: Pantheon Books, 2002.
- GERSCHENKRON, A. *A dollar index of soviet machinery output*. Santa Monica: Rand Corporation, 1951.
- MCCLOSKEY, D.N. Teaching. *In: The American Scholar*, vol. 61, n. 2, p. 241-246, Spring 1992.
- _____. Kinks, tools, spurts and substitutes: Gerschenkron's rhetoric of relative backwardness. *In: SYLLA, R. and TONIOLLO, G. Patterns of european industrialization. The nineteenth century*. London: Routledge, 1991.
- REDLICH, F. New and traditional approaches to economic history and their interdependence. *In: The Journal of Economic History*, vol. 25, n. 4, p. 480-495, 1965.

O Centro, sua criação e evolução

O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento foi fundado há dez anos, em 22 de novembro 2005, com a missão precípua de participar e enriquecer o debate sobre estratégias para o desenvolvimento, especialmente o do Brasil e da América Latina, seguindo a linha de pensamento do seu patrono, Celso Furtado.

Sua criação constitui justa homenagem à memória de um dos maiores economistas do século XX. Intelectual e homem público, Furtado transformou-se em referência mundial na luta contra o subdesenvolvimento. Por mais de meio século sua produção intelectual exerceu uma extraordinária influência na formação da consciência crítica na América Latina. A ele se deve a

compreensão de que as estruturas de poder e de produção precisam ser modificadas para que o desenvolvimento possa romper a lógica da dependência e da concentração de riqueza. As assimetrias apontadas por Furtado desde o final dos anos 1940, entre as nações e dentro de cada nação, foram acentuadas pelas novas condições do capitalismo mundial. A agenda do desenvolvimento supõe permanente adequação às transformações ocorridas na economia e nas sociedades nas últimas décadas. Mas persiste o desafio de construir as instituições incumbidas de conciliar os impulsos criativos da ação privada com os princípios republicanos de igualdade e liberdade. Esse era o sonho de Furtado e é a tarefa do Centro que leva seu nome.

Atividades

A programação do Centro, elaborada pela diretoria em consonância com o Conselho Deliberativo, aprovação da Assembleia Geral e patrocínio dos Associados Patronos (BNDES, Caixa, BNB e Adece), tem se interessado predominantemente, mas não só, por estudos de macroeconomia, economia internacional, políticas sociais, desenvolvimento regional e integração sul-americana, e ao pensamento e obra de Celso Furtado, cujo acervo bibliográfico está todo catalogado e aberto ao público.

O CENTRO CELSO FURTADO TEM REALIZADO IMPORTANTES ATIVIDADES:

- NA ÁREA DE FORMAÇÃO, destacam-se os cursos de macroeconomia e desenvolvimento em diferentes cidades do país. O Centro já concedeu, também, dezenas de bolsas de pós-graduação com teses ligadas ao tema do desenvolvimento;

- NA ÁREA DE PUBLICAÇÕES, ressaltam-se a edição regular da revista acadêmica Cadernos do Desenvolvimento; as coleções Arquivos Celso Furtado, Economia Política e Desenvolvimento, e Pensamento Crítico; e vários livros considerados seminais para o estudo do desenvolvimento, como “Brasil, sociedade em movimento”. Esta obra, que comemorou, em 2015, os 10 anos de atividades do Centro Celso Furtado, é uma coletânea de 45 artigos de pesquisadores nacionais e internacionais, que refletem sobre os obstáculos, as aspirações e reivindicações do modelo de desenvolvimento brasileiro.

- NO DEBATE SOBRE O SEU GRANDE TEMA, HOUE dezenas de seminários e encontros sobre assuntos da atualidade e, a cada dois anos, congressos internacionais em que seus mais de duzentos sócios debatem os grandes temas do desenvolvimento do país e do mundo.

Site e redes sociais

O Centro Celso Furtado mantém três sites: o do Centro, o da Biblioteca Celso Furtado e o de “Cadernos do Desenvolvimento”. Seu site tem versões em inglês e em espanhol. O Centro também está presente nas redes sociais Facebook e Twitter, e tem no YouTube um Canal Centro Celso Furtado que divulga todos os vídeos de seus eventos.

O portal do Centro Celso Furtado se conecta a outros sites, como o da Rede de Cidades Médias, o da Rede de Desenvolvimento, o do Procondel (site de pesquisa documental da Sudene), etc.

§

www.centrocelsofurtado.org.br
www.bibliotecacelsofurtado.org.br
www.cadernosdodesenvolvimento.org.br



Curta nossa página:
www.facebook.com/centrocelsofurtado



Siga-nos:
www.twitter.com/centrocfurtado



Acesse nosso canal:
www.youtube.com/user/CentroCelsoFurtado1

The Center, its creation and its evolution

The International Celso Furtado Center for Development Policies was inaugurated over ten years ago, on November 22 2005, and its principal mission was to take part in and help enrich the debate regarding different strategies for development, in line with the views of its patron Celso Furtado, and especially that of Brazil and Latin America.

The Center's creation represented an important tribute to the memory of one of the most important economists of the 20th Century. Both an intellectual and a public figure, Furtado became a worldwide reference in the struggle against underdevelopment. For over fifty years, his intellectual output exerted an extraordinary influence on the shaping of a critical conscience in Latin America. We owe him our understanding of the fact that structures of power and production need to be modified in order to enable development to break with the logic of dependence and the concentration of wealth. The asymmetries highlighted by Furtado from the late 1940s on, between nations and within nations, were accentuated by the new conditions imposed by global capitalism. The development agenda assumes there to be on-going adaptations to the transformations that have taken place in the economy and in society in recent decades. However, the challenge remains to build the institutions entrusted with reconciling the creative impulses of private initiative with the republican principles of equality and liberty. This was Furtado's dream and the task that the Center that bears his name has taken upon itself.

Activities

The Center's program has been compiled by its Board of Directors in conjunction with the Deliberative Council, with the approval of the General Assembly and the sponsorship of its Associate Patrons (BNDES, Caixa Econômica Federal, BNB and Adece). It is primarily, although not exclusively, ocused on the study of macroeconomics, international economics, social policies, regional development and South American integration, and on the works and ideas of Celso Furtado, whose bibliographic archives have been fully catalogued and are available to the public.

THE CELSO FURTADO CENTER HAS BEEN INVOLVED IN SOME IMPORTANT ACTIVITIES:

- IN THE AREA OF EDUCATION, where one should highlight the courses offered on macroeconomics and development in different cities across the country. The Center has also

already conceded dozens of post-graduate scholarships to students whose theses are linked in some way to the subject of development;

- IN THE AREA OF PUBLICATIONS, where one should highlight the regular publication of the academic magazine, the Cadernos do Desenvolvimento (Development Journals); the collections entitled The Celso Furtado Archives, Political Economy and Development and Critical Thinking; and a number of books considered to be seminal to the study of development, such as "Brasil, sociedade em movimento" (Brazil, a society on the move). This work, which in 2015 commemorated ten years of the Celso Furtado Center's activities, is a collection of 45 articles by national and international researchers who reflect on the obstacles, the aspirations and the demands of the Brazilian development model.

- IN THE DEBATE OVER ITS MOST IMPORTANT TOPIC, where dozens of seminars and meetings have been held to discuss pertinent subjects of the day and, every two years, international congresses have been organized at which the Center's more than two hundred partners have been able to debate leading subjects relating to development in Brazil and around the world.

Website and social networks

The Celso Furtado Center has three websites: that of the Center itself, that of the Celso Furtado Library and that of the "Cadernos do Desenvolvimento". Its website also has versions in English and Spanish. The Center is additionally present on the social networks Facebook and Twitter and runs a Celso Furtado Center Channel on YouTube where it publishes videos of all its events.

The Celso Furtado Center portal has links to other websites, such as that of the Rede de Cidades Médias (Medium-sized Cities Network), that of the Rede de Desenvolvimento (Development Network), that of Procondel (Sudene document research website), etc.

§

 Like our page:

www.facebook.com/centrocelsofurtado

 Follow us:

www.twitter.com/centrocfurtado

 Visit our channel:

www.youtube.com/user/CentroCelsoFurtado1

Biblioteca Celso Furtado

Reunindo o acervo formado por Celso Furtado ao longo de sua vida acadêmica e profissional, a Biblioteca Celso Furtado possui uma coleção de mais de onze mil volumes que refletem as disciplinas que o fascinaram desde jovem: história, literatura, economia, ciências sociais, filosofia, cultura. E, principalmente, o desenvolvimento econômico, com foco no Brasil e na América Latina.

Celso Furtado (1920-2004) nasceu na Paraíba, formou-se em direito no Rio de Janeiro e, aos 22 anos, entrou para o serviço público como técnico de administração e organização. Depois do doutoramento em economia, em Paris, morou dez anos no Chile, onde integrou a equipe fundadora da Cepal. Aí firmou e ampliou o leque de interesses que guiaram sua atividade de intelectual, professor e homem público: a compreensão do Brasil, o estudo e a teoria do desenvolvimento. Nos anos 1960, implantou e dirigiu a Sudene e foi ministro do Planejamento. Durante os vinte anos de exílio lecionou economia do desenvolvimento e economia latino-americana nas universidades de Paris, Cambridge, Yale, American e Columbia. Nos anos 1980 foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e ministro da Cultura.

Em 2006, deu-se início à organização da biblioteca pessoal de Celso Furtado, com a transferência dos livros que se encontravam em seus apartamentos no Rio de Janeiro e em Paris, e ao processamento das coleções que hoje compõem a Biblioteca, instalada na sede do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e inaugurada em 2009.

Ela congrega toda a produção intelectual de seu titular, em português e em uma dúzia de línguas, uma importante coleção de artigos e livros sobre Celso Furtado, revistas acadêmicas sobre economia, América Latina e Brasil, desde os anos 1940, importantes obras de referência na área de ciências sociais. A Biblioteca Celso Furtado também inclui a coleção do CICEF e uma Videoteca com DVD's e gravações das atividades acadêmicas do Centro Celso Furtado. Dois destaques da BCF são o Banco de Teses sobre Celso Furtado, com cerca de 40 trabalhos de mestrado e doutorado, quase todos disponíveis on-line, e, inaugurado em 2013, o Banco de Artigos sobre Celso Furtado, com cerca de 200 textos on-line, de autores brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre sua vida e sua obra. Consulte o site www.bibliotecacelsfurtado.org.br.

SERVIÇOS

- Acesso às bases de dados por internet
- Consulta ao acervo (local e *on-line*)
- Reprodução de documentos
- Levantamentos bibliográficos
- Empréstimo da Coleção CICEF
- Sugestões de aquisições de obras para o acervo
- Videoteca

BIBLIOTECA CELSO FURTADO

Av. República do Chile, 330 – 9º andar
Edifício Ventura – Torre Oeste
Centro – 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (+55) 21. 3747-9847
Bibliotecária: Aline Balué
biblioteca@centrocelsofurtado.org.br

HORÁRIO

De 2ª a 6ª feira, de 10h às 13h e de 14h às 18h

The Celso Furtado Library

Bringing together a collection built up by Celso Furtado over the course of his personal, academic and professional life, the Celso Furtado Library contains more than eleven thousand volumes, which between them reflect the subjects that fascinated him from early on in his life: history, literature, economics, social sciences, philosophy, culture, and principally, economic development, with a focus on Brazil and Latin America.

Celso Furtado (1920-2004) graduated in Law and joined the civil service as an administration and organization technician. After he got his PhD in economics, in Paris, he moved to Chile where he lived for ten years, and where he was one of the founding members of ECLAC (CEPAL). While there, he expanded the scope of the interests that would later guide his activities as an intellectual, professor and public figure: understanding Brazil and the study and theory of development. During the 1960s, he implemented and ran Sudene (Superintendency for the Development of the Northeast), and was Minister for Planning. During his twenty years in exile, he taught development economics and Latin American economics at the universities of Paris, Cambridge, Yale, American and Columbia. During the 1980s, he was Brazil's Ambassador to the EEC (European Economic Community), and Minister of Culture.

The year of 2006 saw the start of efforts to organize Celso Furtado's personal collection, with the transfer of books from his apartments in Rio de Janeiro and Paris, and the processing of the collections that today make up the Library, located at the headquarters of the International Celso Furtado Center for Development Policies, and inaugurated in 2009.

The Celso Furtado Library brings together all the intellectual output of the man whose name it bears, in Portuguese and a dozen other languages, an important collection of articles and books about Celso Furtado, academic magazines about economics, Latin America and Brazil going back to the 1940s, and important reference works in the field of social sciences. The Celso Furtado Library is also home to the CICEF collection and to a video library with DVD's and recordings of the Celso Furtado Center's academic activities. Two important features of the Library are its Databank of Theses about Celso Furtado, which contains around 40 master's and doctorate theses, almost all available online, and, its Databank of Articles about Celso Furtado, set up in 2013, which has around 200 texts available online by both Brazilian and international authors on the subject of his life and works. Please access the website www.bibliotecacelsofurtado.org.br.

SERVICES

- Access to the Library databases via internet
- Archive consulting access (in loco and on-line)
- Copying of documents
- Bibliographical surveys
- Lending of the CICEF Collection
- Suggested acquisitions of works for the collection
- Video library

ADDRESS

Av. República do Chile, 330 - 9º andar.
Edifício Ventura - Torre Oeste
Centro - 20031-170 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Librarian: Aline Baluê
Tel.: (+55) 21. 3747-9847
biblioteca@centrocelsofurtado.org.br

OPENING HOURS

From Monday to Friday, between 10:00 and 13:00,
and 14:00 and 18:00

Submissão de artigos

1. *Cadernos do Desenvolvimento* é uma publicação semestral, do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, destinada a divulgar artigos que tenham como foco o tema do desenvolvimento em suas diferentes dimensões (econômica, política, social, institucional, histórica, territorial, cultural, ambiental, jurídica, no plano das relações internacionais etc.), em sintonia com as preocupações registradas na obra e na trajetória de Celso Furtado.
2. Serão aceitos para submissão artigos bem estruturados que apresentem contribuições relevantes baseados em pesquisas acadêmicas com reflexões teóricas ou metodológicas e análises críticas da literatura envolvendo o debate sobre o desenvolvimento no Brasil, na América Latina e no mundo contemporâneo. O periódico só publicará artigos inéditos, que não tenham sido publicados anteriormente em periódicos acadêmicos nacionais ou estrangeiros em sua versão impressa ou digital, livros, capítulos de livros etc.
3. Somente serão aceitas colaborações de autores que, no mínimo, sejam mestrandos em cursos de pós-graduação no Brasil ou no estrangeiro, reconhecidos pelas autoridades competentes.
4. Os artigos aceitos para submissão serão enviados a conceituados pareceristas em suas áreas de atuação no Brasil, para avaliação crítica da contribuição do trabalho acadêmico, sendo assegurado o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação.
5. Os artigos podem ser submetidos em português, inglês, francês e espanhol.
6. Os textos deverão ser enviados para a secretaria da revista *Cadernos do Desenvolvimento*, no Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, no seguinte endereço eletrônico: **cadernos@centrocelsofurtado.org.br**

Normas para publicação

1. Os artigos deverão ter entre 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) laudas digitadas, no editor de texto Word, em papel formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margem superior 3,5 cm, margem inferior e direita 2,5 cm, margem esquerda 3 cm, com alinhamento à esquerda.
2. As notas, citações e bibliografia devem obedecer às normas da ABNT. As notas explicativas, quando necessárias e em número reduzido, devem vir no rodapé. As referências bibliográficas devem vir no final do texto. A menção aos autores citados no texto deve vir entre parênteses, conforme segue: (OLIVEIRA, 1998:48), ou seja, sobrenome do autor em caixa alta, ano e página da publicação. A referência completa deve constar das referências bibliográficas. As citações de mais de 4 linhas devem ser feitas em recuo e com a fonte 1 ponto menor (tamanho 11).
3. Na submissão do artigo o autor ou autores deve(m) apresentar um resumo e palavras-chave no idioma do artigo e em português. O resumo não deve exceder 150 palavras.
4. Na submissão do artigo, o autor ou autores deve(m) apresentar um minicurrículo em português, com no máximo 150 palavras para cada um deles.
5. Cadernos do Desenvolvimento não publicará imagens, mapas e gráficos com cores, apenas com gradações de tons de cinza. Artigos aceitos para publicação deverão encaminhar para a secretaria da revista tabelas, gráficos e quadros em arquivos originais abertos em Excel. Imagens e mapas, em número reduzido, devem vir nas extensões TIF, CDR e JPG, com resolução mínima de 300 dpi.
6. Os textos submetidos à redação devem estar cuidadosamente revisados e respeitar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009.
7. Citações em outros idiomas devem vir traduzidas.

Este caderno foi composto nas tipologias Minion Pro e Klavika e impresso em papel Pólen Soft 80 g/m² na gráfica J.Sholna.

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO

Publicação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Versão digital de acesso livre:

www.cadernosdodesenvolvimento.org.br